

**Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Ciências Administrativas
Programa de Pós-Graduação em Administração - PROPAD**

Myrna Suely Silva Lorêto

**Políticas Públicas de Artesanato na Reprodução da
Força de Trabalho dos Artesãos em Barro no Alto
do Moura, Caruaru – PE.**

Recife, 2016

Myrna Suely Silva Lorêto

**Políticas Públicas de Artesanato na Reprodução da
Força de Trabalho dos Artesãos em Barro no Alto
do Moura, Caruaru – PE.**

Orientadora: Prof. Dra. Débora Coutinho Paschoal Dourado.

Tese apresentada como requisito complementar para obtenção de grau de Doutora em Administração, do curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco.

Recife, 2016

Catálogo na Fonte

Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

L869p Lorêto, Myrna Suely Silva

Políticas públicas de artesanato na reprodução da força de trabalho dos artesãos em barro no Alto do Moura, Caruaru – PE / Myrna Suely Silva

Lorêto. - 2016.

250 folhas: il. 30 cm.

Orientadora: Prof.^a Dra. Débora Coutinho Paschoal Dourado.

Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 2016.

Inclui referências, apêndice e anexos.

1. Artesanato. 2. Política pública. 3. Reprodução da força de trabalho. I. Dourado, Débora Coutinho Paschoal (Orientadora). II. Título.

658 CDD (22.ed.) UFPE (CSA 2017 – 272)

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Ciências Administrativas
Programa de Pós-Graduação em Administração – PROPAD

Políticas Públicas de Artesanato na Reprodução da Força de Trabalho dos Artesãos em Barro no Alto do Moura, Caruaru – PE.

Myrna Suely Silva Lorêto

Tese submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco em 16 de dezembro de 2016.

Banca Examinadora:

Prof. Débora Coutinho Paschoal Dourado, Doutora, UFPE (Orientadora)

Prof. Alba de Oliveira Barbosa Lopes, Doutora, IFPE (Examinadora Externa)

Prof. Elisabeth Cavalcante dos Santos, Doutora, UFPE (Examinadora Externa)

Prof. José Roberto Ferreira Guerra, Doutor, UFPE (Examinador Interno)

Prof. Bárbara Eduarda Nóbrega Bastos, Doutora, UFPE (Examinadora Interna)

Aos meus amores:

Que não está mais aqui -

Vovó Nininha;

Que estão comigo -

Adel, Joaquim,

Olga, Larissa,

Caio e Clara;

Que virá -

Minha prole.



AGRADECIMENTOS

Esta tese está longe de ser um trabalho individual. Embora o esforço braçal e intelectual tenha sido meu, não posso ignorar o suporte que recebi para fazê-la durante este tempo todo. Corro o risco de ter esquecido de mencionar alguém, mas, sem as pessoas aqui descritas, cuja ordem de apresentação não relaciona a importância delas para mim, este trabalho não seria possível ...

Agradeço a generosidade de Deus e toda equipe divina na minha vida. Não me canso de perceber e agradecer a sua bondade comigo, por sempre me mostrar uma luz diante da dificuldade e amansar o meu coração ansioso nos pequenos milagres que me acontecem diariamente.

A Adel, por toda renúncia por tabela e todos os planos conjuntos que ficaram para ‘depois da tese’. Por todo cuidado, paciência e carinho comigo. Pela disponibilidade em me escutar nos momentos de felicidade e lamúrias, além das discussões sobre a pesquisa. Não dá para dimensionar aqui como você me ajudou. Obrigada por tudo, meu amor!

Agradeço a minha família, a minha base, que não troco por nada. Por todo carinho me dado. Que torce, reza por mim e me incentiva. Sou muito abençoada. Te amo, sou grata! Especialmente a meu pai, Joaquim, pelo desejo de que esta tese acabe para que ele possa ter mais um neto ☺; a minha mãe, Olga, pela preocupação, carinho e dedicação nos momentos que eu mais precisava. A Carlos, pela preocupação e pelas pequenas ajudas deixando os meus dias mais dedicados à tese. A Tia Célia pelo incentivo à minha educação e pelo carinho desde pequena; a Tia Cal e Tia Sida pelas orações. A Luquito e às minhas primas – irmãs Titi, Tetê e Carol (em nome de todos eles) pela preocupação constante em saber se a tese estava caminhando. Meu carinho por todos vocês é imenso!

A minha irmã linda, Larissa, pelo ombro e ouvido disponíveis nas horas que eu mais precisava e pela pergunta constante de como estava a sua sobrinha (a tese!) mostrando a sua atenção e preocupação comigo. Aos seus dois filhos Caio Henrique e Maria Clara por renovar a minha energia, nos nossos momentos de brincadeiras.

A Ricardo e a Priscilla pela acolhida em Caruaru durante o período de pesquisa e por todo apoio. A Prill, em particular, pela preocupação e torcida nas fases do doutorado, principalmente, na etapa final.

A Elk e a todos os meus amigos que tiveram a conversa por telefone encerrada, mesmo com tanto assunto ainda para ser comentado, entendendo a minha ausência.

A Caruaru pela acolhida no âmbito profissional da minha vida, uma das razões que me motivou a escolher o Alto do Moura para ser pesquisado.

Aos artesãos do Alto do Moura por terem permitido a minha participação nas reuniões na Associação dos Artesãos em Barro do Alto do Moura e terem me recebido tão bem. Especialmente a Aldir, Sr. Cícero e Drielle por toda ajuda com as informações necessárias. A Darllan Rocha por me ajudar a compreender melhor o Alto do Moura e seus artesãos.

Às pessoas que participaram dessa pesquisa: Lúcia Lima, Marisete Silva, Ana Nadiege, Luciana de Holanda, Thiago Ângelus, Sr. Cícero e Isabel Gonçalves. Pessoas que me acolheram e que a contribuição delas foi importantíssima para elaboração deste trabalho.

A UFPE por fazer parte da minha vida desde a graduação. Sou muito grata e honrada por esta ser o local onde trabalho. Aqui estendo o meu agradecimento a todos os brasileiros que pagam impostos e, desta forma, investiram na minha educação e de muitas outras pessoas.

Um agradecimento especial aos professores do Núcleo de Gestão do Campus do Agreste (NG/CAA), por permitirem que eu pudesse me afastar na etapa final do curso. Aos meus alunos, por compreenderem os meus momentos difíceis durante essa fase. Ao GEIA – Grupo de Estudos de Intervenções do Agreste - por entender a minha ausência na etapa final do doutorado. A Márcio Sá, Ana Márcia, Denise e Cláudia Freire pelas conversas e incentivo.

Ao PROPAD, Irani e Tatiana pelo apoio nos trâmites necessários do curso. Aos professores pelas trocas realizadas durante o período das disciplinas. Especialmente, à Professora Débora Dourado por ter aceitado me orientar durante este percurso do doutorado.

À banca examinadora (Alba Barbosa, Bárbara Bastos, Elisabeth Santos e Roberto Guerra) pelo carinho e critério nas recomendações feitas para tornar o meu trabalho melhor.

Ao Observatório da Realidade Organizacional, onde a troca de conhecimento é muito importante entre os colegas do grupo. Tanto os atuais (Diego, Marllon, Marcus, Flávia Antunes, Fernando, Lizandra, Victor, Manoel, Emanuela) quanto às amigas da época do mestrado que me acompanham até hoje e se dispuseram a ler meu trabalho, colaborando com o meu crescimento ou apenas torcendo por mim (minha Cori - Flávia Pacheco, Michelaine Machado, Ana Beatriz).

Alexandre Béhar e Raquel Lira, muito obrigada pela paciência de ter lido e debatido comigo as inúmeras versões do meu trabalho.

A Iraneide Pereira, amiga que o Doutorado me concedeu, para viver comigo todas as etapas desse curso, compartilhando os dramas e as alegrias de cada fase vencida, lendo e relendo esta pesquisa. A Giselle Alves por se reunir a nós na etapa final, sendo mais um apoio

para dividir os momentos. A Turma 09 do Doutorado pela companhia principalmente durante a fase de aulas. A Tiago Barreto pela parceria acadêmica e incentivo para concluir o curso.

A Ana Paula Lucena, por todo carinho e pela preocupação comigo.

A Isabel Gonçalves por ter permitido a minha participação nos congressos dos artesãos, por ter cedido material sobre o artesanato e pela ajuda na compreensão da luta em tornar mais digna a profissão do artesão. Agradeço também a todos os artesãos que tive contato por meio dos congressos aprendendo muito com eles, especialmente Guacira Mallmann, Thiago Amorim, Antônio Gomes, Fátima Belém (Fafá), Ivanilda Moraes (Vani) e Risolange Rodrigues (Riso). Ao PAB por ter permitido a minha presença na sua primeira reunião de coordenadores estaduais e artesãos, fato muito importante para a realização deste trabalho.

A Mercês Parente por todas as 'reliquias' cedidas sobre o artesanato, por me ajudar a entender a trajetória das políticas públicas deste setor e por também ser a história viva do PAB.

A Lúgia Torres por toda paciência comigo, me ajudando a vencer as barreiras que eu criava para terminar o doutorado. A Roberta Rigaud por também ter me ajudado neste processo.

A Bruna Silva e a Carol Montenegro pela transcrição das entrevistas.

A duas pessoas que partiram para outro plano no meio desse curso, mas que sou eternamente grata pela participação delas na minha vida: minha avó, D. Nininha, por seu incentivo a minha educação desde pequena e carinho; Maristela Melo, influência desde a graduação e estímulo para que eu seguisse a carreira docente.

Minha Gratidão a todos vocês!



Peça elaborada para a minha defesa de tese pelo artesão do Alto do Moura Horácio Rodrigues

*“A excelência do objeto artesanal
está no fato de que a mão do
homem, além de poder fazer,
também tem o poder de curar”.*

Visconde de Eccles

RESUMO

Esta pesquisa possui como objetivo compreender como ocorrem as práticas discursivas relativas às políticas públicas de artesanato e a reprodução da força de trabalho no Alto do Moura, Caruaru - PE. Para alcançá-lo, este trabalho além de apresentar um histórico do artesanato, utilizou como suporte teórico os estudos de políticas públicas e reprodução da força de trabalho. Metodologicamente, essa pesquisa se caracteriza por ser crítica, de natureza qualitativa e descritiva. Os *corpora* dessa pesquisa serão analisados pela análise do discurso francesa. Desta forma, analisou os espaços discursivos da reprodução da força de trabalho e o da política pública. Os resultados encontrados mostram que as políticas públicas de artesanato possuem uma preocupação com a comercialização, sendo a atuação do Programa do Artesanato Brasileiro (PAB) por meio de apoio a feiras e eventos; e o Programa de Artesanato de Pernambuco pelos Centros de Artesanato de Pernambuco, Feira Nacional de Negócios de Artesanato (Fenearte) e a unidade móvel de comercialização de artesanato. É importante salientar que a sanção da Lei do artesão modificou a relação entre o PAB e a Confederação Nacional dos Artesãos do Brasil (CNARTS). As principais ações governamentais atuantes no Alto do Moura são a carteira do artesão, o apoio a feiras e o projeto Revitalino. Também se percebeu que a reprodução da força de trabalho dos artesãos no Alto do Moura ocorre por meio da transmissão de saberes dos núcleos coletivos, identidade do artesão, o modo de produção das peças artesanais e que o exército de reserva é formado por um excedente de pessoas que vive do artesanato enquanto não encontra um emprego formal.

Palavras-chave: Artesanato. Políticas públicas. Reprodução da força de trabalho.

ABSTRACT

This research aims to understand how the discursive practices related to the public policies of handicrafts and the reproduction of the labor force occur in Alto do Moura, Caruaru - PE. To achieve this, this work, besides presenting a history of handicrafts, used as theoretical support the studies of public policies and reproduction of the labor force. Methodologically, this research is characterized by being critical, qualitative and descriptive. The corpora of this research will be analyzed by the French discourse analysis. In this way, it analyzed the discursive spaces of the reproduction of the workforce and the public policy. The results show that the public policies for handicraft have a concern with the commercialization, being the performance of the Brazilian Crafts Program (PAB) through support to fairs and events; and the Handicrafts Program of Pernambuco by the Handicraft Centers of Pernambuco, National Handicraft Business Fair (Fenearte) and the handicraft marketing unit. It is important to point out that the sanction of the Craftsman's Law has changed the relationship between the PAB and the National Confederation of Artisans of Brazil (CNARTS). The main governmental actions in Alto do Moura are the artisan's portfolio, support for fairs and the project Revitalino. It was also noticed that the reproduction of the labor force of the artisans in Alto do Moura takes place through the transmission of knowledge of the collective cores, the identity of the craftsman, the way of production of the artisan pieces and that the reserve army is formed by a surplus of people who live off the craft while not finding a formal job.

Key-words: Craft. Public policies. Reproduction of the labor force.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 (3): Círculo das matrizes epistêmicas, abordagens sociológicas, teorias e metodologias.....	95
Figura 2 (4): Mapa de Pernambuco.....	123
Figura 3 (4): Bacamarteiro e banda de pífano de Caruaru.....	124
Figura 4 (4): Foto da entrada do Alto do Moura.....	126
Figura 5 (4): Imagem de Mestre Vitalino.....	127
Figura 6 (4): Retirantes, de Mestre Vitalino.....	128
Figura 7 (4): Mané Pãozeiro.....	130
Figura 8 (4): Logomarca da ABMAM.....	135
Figura 9 (4): Unidade móvel de Pernambuco.....	172
Figura 10 (4): Imagens dos Centros de Artesanato de Pernambuco em Bezerros e Recife....	173
Figura 11 (4): Imagens da 17ª Fenearte.....	174
Figura 12 (4): Foto da “1ª Reunião do Programa do Artesanato Brasileiro” com a participação dos artesãos.....	185
Figura 13 (4): Foto do VI ENART com Ricardo Veiga (SEMPE), Ana Beatriz Ellery (PAB nacional) e artesãos.....	186
Figura 14 (4): Chamada de edital para a participação em feira.....	186

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 (2): Sistemas de produção.....	42
Quadro 2 (2): Tipologia das políticas públicas baseadas na coerção (segundo Lowi).....	87
Quadro 3 (2): Tipologias de redes de políticas (<i>policy networks</i>)	91
Quadro 4 (3): Relação dos sujeitos entrevistados.....	104
Quadro 5 (3): Objetivos específicos, procedimentos utilizados na coleta de dados e Fontes.....	107
Quadro 6 (4): Dados das Feiras de Frutas e Verduras, Sulanca e de Artesanato – Ano de 2004.....	125
Quadro 7 (3): Elementos do processo de produção.....	129

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABMAM - Associação dos Artesãos em Barro e Moradores do Alto do Moura
ACD - Análise Crítica do Discurso
AD- Análise do Discurso
AD/Diper - Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco
AIDECA - Associação Latino-americana para o Desenvolvimento e Comercialização do Artesanato
ARTENE – Artesanato do Nordeste S.A
ARTESOL - Artesanato Solidário
CAPE – Centro(s) de Artesanato de Pernambuco (CAPE)
CEPAL - Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CNARTS - Confederação Nacional dos Artesãos do Brasil
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CONTRARPE - Congresso dos Trabalhadores Artesãos de Pernambuco
CONTRARTE - Congresso Nacional dos Trabalhadores Artesãos
CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social
DEI - Diretoria de Ensino Industrial
EAB- Encontro dos Artesãos do Brasil
EIR – Exército Industrial de Reserva
EMPETUR - Empresa de Turismo de Pernambuco
ENART- Encontro Nacional dos Artesãos em Pernambuco
FACARPE - Federação das entidades de Artesãos de Pernambuco
FENEARTE - Feira Nacional de Negócios de Artesanato
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FIC - Fundo de Incentivo à Cultura
FUNCULTURA – Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura
FUNDARPE - Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco
FUNDEC – Fundo de Desenvolvimento de Programas Cooperativas ou comunitárias de infra-estruturas rurais
GTEEI - Grupo de Trabalho de Expansão do Ensino Industrial
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
ITEP - Instituto de Tecnologia de Pernambuco
MAS – Ministério da Ação Social
MDIC - Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior
MEI – Microempreendedor Individual
MIC - Mecenato de Incentivo à Cultura
MinC - Ministério da Cultura
MTPS - Ministério do Trabalho e Previdência Social
OEA- Organização dos Estados Americanos
ONG – Organização Não Governamental
OIT – Organização Internacional do Trabalho
PAAB - Programa de Assistência ao Artesanato Brasileiro
PAB - Programa do Artesanato Brasileiro

PAPE - Programa de Artesanato de Pernambuco
PIB - Produto Interno Bruto
PNDA - Programa Nacional de Desenvolvimento do Artesanato
PROMATA - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco
PRORURAL - Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável de Pernambuco
SICAB - Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro
SciELO - Scientific Electronic Library Online
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEMPE/PR - Secretaria Especial de Micro e Pequena Empresa da Presidência da República
SIC - Sistema de Incentivo à Cultura
SMPE/PR - Secretaria de Micro e Pequena Empresa da Presidência da República
SPELL - Scientific Periodicals Electronic Library
SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TRE - Tribunal Regional Eleitoral
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNA – União Nacional dos Artesãos
UNO - União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	17
1.1 Objetivos.....	28
1.1.1 Objetivo geral.....	28
1.1.2 Objetivos específicos.....	28
1.2 Justificativa.....	29
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	32
2.1 O artesanato e o trabalho.....	32
2.1.1 O artesanato no Brasil.....	47
2.2 A reprodução da força de trabalho.....	53
2.3 Políticas públicas.....	72
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	92
3.1 Delineamento da pesquisa.....	92
3.2 Definições constitutivas e operacionais.....	100
3.3 Construção dos <i>corpora</i>	102
3.4 Situando a análise do discurso nesta pesquisa.....	107
3.4.1 Histórico da análise do discurso.....	108
3.4.2 Escola francesa de análise do discurso.....	112
3.4.2.1 O discurso e seus elementos.....	115
3.4.3 Análise dos <i>corpora</i>	120
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	122
4.1 Caruaru e o Alto do Moura.....	122
4.1.1 O Alto do Moura.....	125
4.1.1.1 A Associação dos Artesãos em Barro e Moradores do Alto do Moura - ABMAM....	135
4.2 Os discursos das políticas públicas de artesanato para o trabalho.....	144
4.2.1 A trajetória dos trabalhadores artesãos para o reconhecimento da profissão no Brasil.....	145
4.2.2 Histórico das políticas públicas de artesanato.....	148
4.2.2.1 As ações governamentais nacionais para o artesanato.....	149
4.2.2.2 As ações governamentais de artesanato em Pernambuco.....	160
4.2.2.3 As ações governamentais de artesanato em Caruaru.....	167
4.2.3 Os programas e ações governamentais vigentes de artesanato para o trabalhador artesão.....	169
4.2.4 As políticas públicas de artesanato atuantes no Alto do Moura.....	189
4.3 As práticas discursivas relacionadas com a reprodução da força de trabalho do artesanato no Alto do Moura.....	195
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	210
5.1 As políticas públicas de artesanato e a reprodução da força de trabalho do artesão do Alto do Moura, por meio de suas práticas discursivas.....	210
5.2 Limitações da pesquisa e sugestões para trabalhos futuros.....	215
REFERÊNCIAS.....	216
APÊNDICE A – Resultados de busca com a associação das palavras-chave.....	239
APÊNDICE B – Lista completa das entrevistas.....	240
APÊNDICE C – Termo de consentimento livre e esclarecido.....	241
APÊNDICE D – Roteiro de entrevista: CNARTS.....	242
APÊNDICE E – Roteiro de entrevista: Fundação de Cultura de Caruaru.....	243
APÊNDICE F – Roteiro de entrevista: Governo de Pernambuco.....	244
APÊNDICE G – Roteiro de entrevista: SEBRAE/Caruaru.....	245

APÊNDICE H – Roteiro de entrevista: ABMAM.....	246
APÊNDICE I – Roteiro de entrevista <u>não</u> realizada: PAB.....	247
ANEXO A – Ofício convite do PAB.....	248
ANEXO B – Pauta da 1ª reunião do PAB.....	249

1 INTRODUÇÃO

Esta tese possui como objetivo compreender como ocorrem as práticas discursivas relativas às políticas públicas de artesanato com a reprodução da força de trabalho dos artesãos em barro no Alto do Moura, Caruaru - PE. Para compreender esta relação faz-se necessário entender alguns conceitos importantes sobre esse tema como artesanato, reprodução da força de trabalho, políticas públicas para artesanato e análise do discurso, os quais serão abordados e problematizados ao longo do estudo.

O artesanato é considerado uma das atividades humanas mais antigas. Desde o período neolítico, o homem manipula a matéria-prima encontrada na natureza com as suas mãos gerando novos objetos para satisfazer as suas necessidades. Desta forma, foram surgindo objetos para serem utilizados na caça, na pesca, na colheita entre outras atividades onde as peças artesanais eram utilizadas como utensílios ou decoração (SILVA, 2006).

Desde o período neolítico, a sociedade de maneira geral passou por várias mudanças e do mesmo modo, o artesanato. Na Grécia, ele teve a sua importância reconhecida por meio da transmissão de habilidades e conhecimento dos demiurgos (primeira denominação para artífice) até ser vista de modo negativo, devido à desvalorização em uma sociedade de castas com aqueles que trabalhavam (CUNHA, 2005).

Inicialmente, na Idade Média, o artesanato migrou para os mosteiros, sendo valorizado o trabalho com as mãos, pois para a Igreja Católica o ócio era algo a ser combatido, por favorecer o surgimento dos vícios. Desta forma, nos mosteiros, eram ensinadas atividades liberais e mecânicas. A primeira - com um duplo significado, pois tais atividades eram ensinadas pelos livros e para os homens livres, pois não precisavam trabalhar para sobreviver – era voltada para os monges e para os intelectuais. A segunda atividade era transmitida geralmente pela oralidade e estava relacionada ao uso das mãos nas atividades de produção material efetivada pelos artesãos (SANTONI RUGIU, 1998).

O declínio do feudalismo e a migração da população para as cidades favoreceram aos artesãos viverem do seu próprio trabalho em detrimento da agricultura, possibilitando o

surgimento de pequenos negócios e, posteriormente, das corporações de ofício que conglomeravam todos aqueles que trabalhavam na mesma atividade. É importante ressaltar que nesta época os artesãos tinham o domínio de todo o processo produtivo das peças que produziam (MOTTA; VASCONCELOS, 2002; SANTONI RUGIU, 1998).

A partir do surgimento do absolutismo, da expansão burguesa e, conseqüentemente, da Revolução Industrial, a vida dos artesãos sofreu intensas modificações em relação à execução das suas atividades, pois com o advento das fábricas, a produção não era realizada apenas por uma pessoa. A partir da Revolução Industrial, existe a divisão do trabalho, onde cada atividade do processo produtivo é exercida por uma pessoa diferente que não precisa de *expertise* para fazê-la (PIGNON; QUERZOLA, 1980; HUBERMAN, 1981).

Decerto, a atividade artesanal entra em declínio convivendo com uma nova forma de organização da produção que prioriza, sobretudo, a divisão do trabalho. Posteriormente, as organizações serão influenciadas pelos modelos taylorista, fordista e toyotista da produção que proporcionarão novas mudanças na realização do trabalho (TEIXEIRA, 1998; ANTUNES, 2011).

No Brasil, colônia portuguesa, o artesanato encontra um contexto diferente do europeu, acima evidenciado, pois a atividade artesanal era relacionada a escravos e índios, fazendo com que, posteriormente, houvesse um desinteresse das pessoas em serem artesãos devido à ligação dessas atividades com os estratos sociais menos abastados e conseqüentemente, um abandono do ofício assim que outra forma de gerar renda era encontrada (PEREIRA, 1957; CUNHA, 2005), o que promoveu a extinção das corporações de ofício no século XIX (PEREIRA, 1979) .

Neste contexto, e acrescentando a industrialização tardia no Brasil, o cenário artesanal passou por uma modificação lenta no país, migrando para o artesanato de decoração de interiores e *souvenirs*, mercado em expansão naquele momento (PEREIRA, 1979). A partir deste período, este novo setor artesanal começa a ser alvo de projetos de desenvolvimento econômico, sendo motivo de vários estudos que posteriormente deram vida a uma política pública para o setor. Havia também nesta época uma preocupação com a extinção de algumas atividades artesanais e a falta de interesse de jovens artesãos em aprender o ofício do artesanato com os artesãos mais antigos. Neste sentido, percebe-se que a preocupação com a reprodução da força de trabalho no segmento artesanal não é de hoje.

A força de trabalho ou capacidade de trabalho é definida por Marx (2014, p. 197) como “o conjunto das faculdades físicas e mentais existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais ele põe em ação toda vez que produz valores de uso de qualquer

espécie”. Foley (2012a) reitera a compreensão do autor ao mencionar que os operários vendem a sua força de trabalho aos donos do capital e, em troca, recebem deles um salário em dinheiro.

É a partir da execução do trabalho que a força de trabalho aparece. É por meio de sua utilização que é possível alterar o valor de uso das mercadorias e que os capitalistas obtêm a mais-valia. Löwy, Duménil e Renault (2015, pp. 81-82 – grifos dos autores) esclarecem que “o mistério da mais-valia resolve-se, então, pela constatação de que o trabalhador é suscetível a trabalhar mais horas do que requer a produção de bens que ele pode adquirir. Essas horas de *sobretabalho* são a origem da *mais-valia*”.

Para que o sistema capitalista permaneça existindo, Marx (2014) explica que os meios de produção devem ser reproduzidos, assim como a força de trabalho. Neste caso, a reprodução da força de trabalho ocorre biológica e socialmente. A primeira advinda da procriação dos seres humanos, fazendo com que se tenham pessoas disponíveis para que possam vender posteriormente a sua capacidade de trabalho. A segunda decorre da aprendizagem das tarefas.

Além da reprodução da força de trabalho, é, também, por meio do exército industrial de reserva (EIR) gerado que o capitalista consegue explorar o trabalhador fazendo com que sejam aceitas as condições por ele determinadas (MARX, 1996). Para Marini (2012), o exército industrial de reserva ou exército de reserva do trabalho é formado por aqueles trabalhadores que não são incorporados à produção, seja de forma permanente ou temporária, por estarem desempregados ou em situação de subemprego e, que devido à necessidade de encontrar um emprego, influencia o mercado de trabalho e ameaça a situação da classe operária que se encontra empregada, fazendo com que esta última aceite as condições impostas pelos empregadores, ou seja, aqueles que detêm os meios de produção, para permanecer trabalhando. Anwar Shaikh (2012) demonstra como se dá a geração desse exército de reserva:

Quando o efeito do emprego é mais forte do que o efeito da dispensa da força de trabalho e atua por tempo suficiente para esgotar o exército industrial de reserva, a escassez da força de trabalho disso resultante e a aceleração dos salários fortalecerão automaticamente a tendência à dispensa em detrimento do emprego. Uma elevação dos salários reduz o crescimento do capital e, portanto, do emprego, e juntamente com a escassez do trabalho, intensifica o ritmo de mecanização e, portanto, de dispensa de trabalhadores. Dessa forma, a acumulação de capital reabastece automaticamente o exército industrial de reserva (SHAIKH, 2012, p. 213).

Assim, é possível perceber como essa lógica dominante se impõe fazendo com que seja permanente esse contingente de pessoas que estão desempregadas ou em condições de

subemprego. Neste contexto, Granato Neto (2013) chama a atenção para a compreensão de que o exército industrial de reserva não se refere apenas ao capital industrial.

Quando se analisa os diferentes ramos da economia capitalista a indústria de transformação é o ramo onde se percebe claramente a passagem do capital pela esfera da produção. Mas não apenas este ramo é capital industrial, este também engloba a agricultura comercial, a extração mineral, a construção civil e uma série de atividades denominadas de serviços – onde a mercadoria produzida ao final do processo de produção é um valor de uso que é consumido enquanto é produzido – como transportes, armazenagem, comunicações, serviços de conserto e reparação, turismo e educação e saúde mercantis (GRANATO NETO, 2013, pp. 12-13).

Diante de tais circunstâncias, e de um aumento exacerbado desse exército, o Estado tenta garantir condições mínimas de sobrevivência para que a reprodução da força de trabalho seja mantida. Harvey (2013a, p. 103) atenta para implicação trazidas por esta lógica dominante, pois no âmbito neoliberal, cada dia que passa um número maior de pessoas é privado de recursos, “até mesmo do acesso independente aos meios de produção ou a outros meios de sobrevivência (por exemplo, aposentadorias e outros auxílios)”.

Leher (2012, p.11) enfatiza a existência dessa lógica dominante ao mencionar que geralmente em seus discursos, as classes dominantes utilizam a justificativa do desenvolvimento para o alcance de seus objetivos e se utilizam de políticas públicas e sociais para garantir as condições por elas desejadas. Assim, o autor menciona a influência do discurso de tais classes ao comentar que “em nome do desenvolvimento, os setores financeiros operaram vultosos e lucrativos empréstimos que aprofundaram a condição capitalista do país *vis-à-vis* ao núcleo hegemônico do capitalismo”. Desta forma, percebe-se a importância de analisar os discursos, pois, a partir do discurso e das marcas deixadas por ele, é possível fazer uma análise e perceber a construção de sentidos, além dos aspectos simbólicos que auxiliam na compreensão do homem como elemento social e histórico (ORLANDI, 2009), além de ressaltar a importância da relação entre o texto e o contexto (MAINGUENEAU, 2014).

Neste sentido, é importante salientar que o contexto do capitalismo já sofreu algumas alterações. Jameson (1996) faz uma ressalva informando que atualmente esse sistema já se encontra em sua terceira fase, e que nos encontramos em uma sociedade pós-industrial, também denominada por ele de pós-modernismo. Neste cenário, é privilegiado o aspecto financeiro e alguns aspectos como a divisão do trabalho sofrem alterações favorecendo a acumulação flexível. Além disso, a cultura tem um papel crucial para a reprodução do sistema capitalista visto que existe um aspecto cultural da sociedade voltado para o consumo e para o individualismo (GIRELLI, 2015; JAMESON, 1996).

Do mesmo modo que o capitalismo se modificou, as ações do Estado também sofreram alterações. As várias reformas administrativas, reestruturações, além do surgimento de novos atores modificam o contexto da ação pública assim como a sua forma de gestão (TINÔCO; SOUZA; OLIVEIRA, 2011). Essas mudanças estruturais em relação ao modo como se compreende a sociedade e a ação do Estado, fazem surgir as políticas públicas (MULLER, 1998).

Destarte, é possível perceber a utilização de políticas públicas como uma ferramenta para o alcance dos objetivos capitalistas. Não há muito consenso entre os estudiosos da área sobre a definição de políticas públicas (SOUZA, 2006; BIRKLAND, 2005). Alguns autores comentam a respeito da existência de algumas características que as políticas públicas contemplam como, por exemplo, o fato delas serem destinadas ao público, serem concebidas ou realizadas pelo governo, de sua implementação e interpretação ocorrerem por meio de atores públicos e privados, além de ser aquilo que o governo opta por fazer, deixando outras opções fora da agenda (SILVA; BASSI, 2012). Este trabalho entende política pública como “os atos e os não atos comprometidos da autoridade pública frente a um problema ou um setor relevante de sua competência” (MENY; THOENIG, 1992, p. 89). Especificamente, para esta pesquisa interessa as ações ou as ausências de ações das autoridades públicas em relação ao artesanato brasileiro, direcionadas para o contexto do Alto do Moura em Caruaru, Pernambuco.

Assim, é importante salientar que, no Brasil, em 1977, foi criado o Programa Nacional de Desenvolvimento do Artesanato – PNDA, em 1977, vinculado ao Ministério do Trabalho. Este programa tinha como um de seus objetivos, a promoção, o estímulo, o desenvolvimento, a orientação e coordenação da atividade artesanal em âmbito nacional (BRASIL, 1977). Em 1982, o presidente João Figueiredo justificou o PNDA como uma forma de diminuir o desemprego para as pessoas de baixa renda (BRASIL, 1982). Entre as críticas encontradas nesta época a este programa estavam o seu foco mercadológico e o abandono do artesanato tradicional à própria sorte (VIVES, 1983).

Em 1991, com um discurso voltado para o corte de gastos da máquina pública, o Governo Collor promoveu a extinção de vários órgãos e programas estatais, dentre eles, o PNDA. Neste mesmo ano, surge o Programa de Artesanato Brasileiro (PAB), um novo programa de artesanato vinculado ao Ministério da Ação Social, o que pode denotar um caráter assistencialista dado ao artesanato. O PAB tem como objetivo “coordenar e desenvolver atividades que visem valorizar o artesanato brasileiro, elevando o seu nível cultural,

profissional, social e econômico, bem como desenvolver e promover o artesanato e a empresa artesanal” (BRASIL, 1991).

De maneira efetiva, o Programa de Artesanato Brasileiro atua em parceria com as coordenações estaduais das unidades federativas em ações como apoio a feiras e eventos para comercializar os produtos artesanais. Além dessa ação, o programa possui dois instrumentos: a base conceitual do artesanato brasileiro - onde há uma normatização dos principais conceitos relacionados ao artesanato – e o SICAB (Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro) que é um sistema com informações de âmbito nacional que cadastra o artesão. Este artesão recebe a carteirinha do artesão que é operacionalizada pelas coordenações estaduais.

O PAB define artesanato como:

toda a produção resultante da transformação de matérias- primas, com predominância manual, por indivíduo que detenha o domínio integral de uma ou mais técnicas, aliando criatividade, habilidade e valor cultural (*possui valor simbólico e identidade cultural*), podendo no processo de sua atividade ocorrer o auxílio limitado de máquinas, ferramentas, artefatos e utensílios (BRASIL, 2012, p.12 –grifos do autor).

Por meio dessa definição, é possível perceber a ênfase dada ao aspecto simbólico e cultural dado ao artesanato pelo programa brasileiro. Apesar de o PAB ser a principal política pública para o artesanato, o artesão também tem acesso a outras políticas governamentais. Com objetivo de registrar e transmitir memórias e valorizar tradições locais e práticas artesanais, o Ministério da Cultura (MinC) possui ações específicas para o segmento artesanal (BRASIL, 2010). Ou seja, embora o artesanato esteja intrinsecamente relacionado ao aspecto cultural, as políticas que envolvem o artesanato são pulverizadas. Aquelas que abordam o trabalhador artesanal são tratadas pelo Programa do Artesanato Brasileiro, enquanto que àquelas voltadas para a manutenção de tradições e práticas simbólicas são efetivadas pelo MinC.

Além dessas políticas acima citadas voltadas para o artesanato, o artesão tem acesso a outras ações que não são específicas para eles, mas que os contemplam, principalmente os de baixa renda, como, por exemplo, aquelas direcionadas ao trabalhador rural, à pesca artesanal e à economia solidária, pois elas entendem que o artesanato pode favorecer uma alternativa de geração de renda para as pessoas abrangidas por essas ações.

O artesanato pode ser classificado de acordo com a sua origem, natureza de criação e produção, levando em consideração os seus valores históricos e culturais. Desta forma, ele pode ser categorizado como indígena, de reciclagem, tradicional, de referência cultural ou contemporâneo - conceitual (BRASIL, 2012, pp. 13-14). Além disso, a sua tipologia leva em

consideração o tipo de matéria-prima e funcionalidade, podendo ser matéria-prima natural (de origem animal, mineral e vegetal), matéria-prima de origem processada (artesanal, industrial e com processos mistos), ou produtos que exigem certificação de uso (alimentos e bebidas; aromatizantes de ambientes e cosméticos e; brinquedos) (BRASIL, 2012).

É importante ressaltar que em 2013, aproximadamente 8,5 milhões de brasileiros viviam do artesanato que movimentava R\$ 50 bilhões (EBC, 2013). De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 2006, o artesanato estava presente em 75% dos municípios brasileiros, sendo o bordado a tipologia mais encontrada (IBGE, 2007). Em agosto de 2016 havia 122.272 (BRASIL, 2016a) artesãos cadastrados no Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (SICAB), o que pode denotar como a atuação do programa envolve uma quantidade de artesãos bem aquém da realidade brasileira.

Durante o seu período de existência, o PAB já esteve sob a coordenação de vários ministérios. Atualmente, ele encontra-se sob a coordenação da Secretaria Especial de Micro e Pequena Empresa da Presidência da República (SEMPE/PR), vinculado à Diretoria do Empreendedorismo e Artesanato, o que pode denotar uma tendência do governo atual em vincular mais explicitamente as atividades artesanais ao empreendedorismo. O fato de o SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – ser um dos principais parceiros da Secretaria e ter o seu centro de referência do artesanato brasileiro também pode ser um aspecto que corrobore com a ênfase do discurso do empreendedorismo no segmento artesanal (SEBRAE, 2016). Alguns autores relacionam a ação empreendedora como mais um meio de reprodução da força de trabalho, para promover àquelas pessoas que estão desempregadas, a inserção no mercado (ALMEIDA, 2014).

Antes de estar vinculado à SEMPE/PR, o programa fazia parte do Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior – MDIC. Desde esta época, organismos que representam o artesanato demonstravam insatisfação com a atuação do programa pedindo algumas mudanças inclusive da coordenação do PAB, principalmente a Confederação Nacional do Artesão Brasileiro (CNARTS). Em 2009, Deonilda Machado, então presidente da CNARTS, já reclamava do funcionamento do programa e o fato dele estar vinculado a um órgão voltado para o empreendedorismo. Segundo ela, “temos mais afinidade com o Ministério da Cultura (Minc). Somos mais produtores de cultura do que empresários” (ECOVIAJEM, 2009), justificando a solicitação de transferência de ministérios. A partir de 2015, a solicitação de transferência do PAB feita pela CNARTS era para que o programa fosse para o Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) por ter mais afinidade com as políticas já implementadas por este órgão (SEIXAS, 2015). Para a Confederação Nacional

dos Artesãos do Brasil, as ações do programa são impositivas e não escutam os artesãos. De acordo com Isabel Gonçalves, atual presidente da CNARTS,

O PAB é um sistema falido. Infelizmente é a única coisa que o governo federal tem. Sistema falido porque existe apenas uma esfera de PAB que é aquela que faz uma carteirinha e realiza uma feira. Uma em Natal, uma em Pernambuco e agora, este ano, tá (sic) comprando uma no Rio de Janeiro. Ora e a nossa dignidade, e o nosso profissionalismo, e as políticas públicas? Numa existência de mais de 30 anos o PAB nunca discutiu com a categoria esses viés (sic) e nem apresentou nenhuma proposta. Inclusive e isso é esquisito, o PAB é contrário à nossa organização. [...] O PAB tem um coordenador nacional e um coordenador estadual. De cima pra baixo só tem uma coisa que serve, é chuva. O PAB é um sistema falido, autoritário que a categoria hoje diz basta pro (sic) PAB (SANTOS, 2015).

Mudanças aconteceram, entretanto, as insatisfações dos artesãos continuam, pois para a atual presidente da CNARTS, o foco do programa é centralizado no artesanato, não nos artesãos (BEZERRA, 2015). O fato mencionado por Isabel Gonçalves é corroborado por recentes pesquisas que mostram a carência de investimentos por meio de políticas públicas na formação da educação profissional dos artesãos no Brasil, que geralmente tem os seus saberes transmitidos, primordialmente, de geração em geração pela tradição oral (SOUSA, PAIVA JÚNIOR, XAVIER FILHO, 2015) na falta de autonomia do artesão na realização de sua atividade (MARQUESAN, FIGUEIREDO, 2014), no desinteresse dos jovens artesãos no artesanato tradicional (LORÊTO, 2016) ou pela inadequação na forma em que as políticas públicas são implementadas (FERREIRA, MORAES SOBRINHO, HELAL, 2014).

Neste trabalho, um aspecto que necessita ser destacado é a compreensão da categoria do artesão em relação aos meios de produção e sua força de trabalho, haja vista que ele possui os meios de produção, mas ao mesmo tempo vende a sua força de trabalho para a realização de seus produtos. Diante deste contexto, esta pesquisa se posiciona em conformidade com o entendimento de Marx (1987) sobre o artesão ao mencionar a existência da possibilidade deles trabalharem com seus próprios meios de produção, reproduzirem a sua capacidade de trabalho, além de gerarem mais-valia a partir do excedente do seu próprio trabalho.

Desta forma, Marx (1987) comenta que o artesão independente se dividiria em duas pessoas, ou seja, seria seu próprio patrão e empregado de si mesmo. O autor explica que o artesão

como possuidor dos meios de produção é capitalista, como trabalhador é assalariado de si mesmo. Como capitalista paga a si mesmo e extrai o lucro de seu capital, isto é, explora a si mesmo como assalariado e se paga com a mais-valia o tributo que o trabalho deve ao capital. Talvez ainda se pague uma terceira parte como dono da terra (renda fundiária), do mesmo modo que, como veremos mais tarde, o capitalista industrial, quando trabalha com capital próprio, paga juros a si mesmo, considerados como coisa que se deve

a sua pessoa não como capitalista industrial, mas como capitalista puro e simples (MARX, 1987, pp. 401-402).

A partir do exposto, percebe-se que o artesão faz parte de uma exceção de trabalhadores que não se caracteriza apenas pela venda de sua força de trabalho, mas também por deter os meios de produção do seu trabalho. Entretanto, o contexto social que ele vive também precisa ser incluído para reforçar a compreensão desta questão. Há tipos de trabalhos de artesãos, e especialmente os que serão alvo desse estudo, cujos meios de produção são os próprios recursos naturais, de forma, que não se deve compará-los com o capitalista propriamente. Situação esta que quase nunca fornece a esses trabalhadores boas condições de sobrevivência. Notadamente porque em geral estão totalmente destituídos de qualquer posse de capital econômico, embora possuam outros tipos relevantes de capital como o simbólico, por exemplo, fazendo com que o artesanato hoje seja atrelado aos projetos de arquitetura e design, vistos como objeto de luxo ou um presente que contemple a representação simbólica de um povo como ocorreu na visita do então presidente Lula ao Papa Bento XVI que o presenteou com uma peça de “os retirantes” produzida pelo artesão Manuel Eudócio, do Alto do Moura (BABEL, 2008).

É importante ressaltar que a categoria “trabalhador independente” utilizada por Marx se assemelha aos conceitos de “trabalhador por conta própria” e “trabalhador do mercado informal” estudados por Prandi (1978) e Cacciamali (1991) ou Tavares (2004), respectivamente. Tavares (2004) explica que o fato do trabalhador informal, incluindo o artesão, seja “proprietário dos meios de produção, o que lhe permite oferecer ocupações a outras pessoas, fazendo dele um empregador, não faz necessariamente daqueles meios capital, nem do sujeito um capitalista” (TAVARES, 2004, p. 31).

Complementando este cenário, Seraine (2009) evidencia a ressignificação pela qual passou o artesanato, incorporando uma visão empreendedora por meio das políticas públicas adotadas para o setor na década de 1990, deixando o aspecto assistencialista. Tentando assim, transformar o artesão em um empreendedor. Marquesan (2013) complementa esta visão mercadológica do artesanato ao abordar este segmento como ‘artesanato mercantil’. Segundo o autor, este tipo de artesanato consiste nas “práticas locais que sofrem intervenções por parte das organizações voltadas à padronização da atividade artesanal com vistas à sua mercantilização” (MARQUESAN, 2013, p. 29).

Para poder colaborar com as vendas das peças artesanais, os governos em suas diversas esferas promovem feiras para que aconteça a comercialização dos produtos. Em Pernambuco, algumas dessas políticas são geradas objetivando o emprego e renda das

pessoas. Uma das ações implementadas pelo Estado, através da AD/Diper – Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco - foi a FENEARTE (Feira Nacional de Negócios de Artesanato) que acontece desde 2000 para que os artesãos possam comercializar as suas peças.

Uma das áreas mais conhecidas em relação ao artesanato em Pernambuco é o Alto do Moura, que fica localizado na cidade de Caruaru, região do Agreste pernambucano, a 140 km de Recife, a capital do Estado. Esta localidade é considerada o maior centro de artes figurativas da América Latina pela UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - por trabalhar com o artesanato de barro. Lá, há aproximadamente 1.000 (hum mil) pessoas trabalhando com o barro e dependendo dele para sobreviver (IPHAN, 2006). Algumas das políticas públicas geradas para o artesanato contemplam os artesãos dessa região.

Embora já fossem produzidas peças utilitárias de barro, esta região tornou-se mais conhecida a partir das peças elaboradas por Vitalino Pereira dos Santos, o Mestre Vitalino, que na década de 1960 ficou reconhecido por suas obras artesanais que representavam a cultura, o cotidiano da vida das pessoas que habitavam o local e a região Nordeste como um todo, por meio de temas como os retirantes, o trio nordestino entre outros.

Da época de Vitalino para os dias atuais, outros artesãos surgiram no Alto do Moura, trazendo mais colorido para o artesanato da região. Com o tempo, surgiu também outro modo de produção de peças artesanais diferente daquele relacionado ao Mestre Vitalino, o da composição de bonecas. Enquanto essas peças ditas tradicionais são elaboradas por uma única pessoa, as bonecas são produzidas em série, favorecendo o conceito de indústria cultural que trabalha a forma como os produtos culturais estão sendo fabricados sob a padronização e elementos voltados para a produção em série. Assim como nas indústrias tradicionais, a indústria cultural também contempla a pseudo individualidade e a padronização das técnicas produtivas, cujo aspecto financeiro se sobressai quando comparado à própria arte (HORKHEIMER; ADORNO, 2000).

Atualmente, há na região uma preocupação com a perpetuação desse polo artesanal, visto que, aparentemente, já não há tanto interesse dos filhos desta localidade em tornarem-se artesãos. A proximidade da indústria e o surgimento de várias faculdades em Caruaru, provavelmente trouxeram outras possibilidades de trabalho ou profissão, fazendo com que o interesse em seguir a carreira de artesão diminuísse.

Diante desse contexto, surgiram alguns questionamentos sobre como ocorre a reprodução da força de trabalho desses artesãos. Como esse ofício é aprendido? É verdade que

este interesse está diminuindo? Por outro lado, também há outros questionamentos sobre se a existência de políticas públicas no setor artesanal o influencia, ajudando ou não, na manutenção do interesse das pessoas em atuarem ou permanecerem no ofício do artesanato.

É importante ressaltar que embora o artesanato seja uma atividade muito antiga, o reconhecimento da profissão de artesão no Brasil ocorreu apenas em 22 de outubro de 2015 quando a lei 13.180 foi sancionada, necessitando ainda ser regulamentada. O que denota uma decisão tardia para uma atividade milenar.

Levando em consideração as críticas percebidas pelas práticas discursivas de quem trabalha com o artesanato ou estuda a área, de que a ênfase do PAB encontra-se no aspecto mercadológico, ignorando o artesão. E, sabendo-se que o Programa de Artesanato Brasileiro PAB declara ter preocupação com os aspectos cultural, profissional e socioeconômico do artesão para a sua valorização, e que muitos artesãos se encontram vinculados à baixa renda, esta pesquisa se baseará na análise de discurso, especificamente a análise de discurso francesa, cujo um dos principais expoentes é Dominique Maingueneau, para compreender a construção de sentidos em relação aos assuntos abordados.

Maingueneau (2014) resalta a importância do texto e o contexto para a análise do discurso. Para Orlandi, o objetivo da análise de discurso é “compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos” (ORLANDI, 2009, p. 25). A autora explica que o fato da linguagem não ser transparente faz com que a relação entre a linguagem e o pensamento não resulte em uma única voz, gerando percepções diferentes; assim como a história também traz consigo aspectos simbólicos nem sempre tão perceptíveis e; o deslocamento do conceito de homem para o conceito de sujeito são importantes para o entendimento da análise de discurso.

Outro ponto importante para a análise de discurso francesa é o entendimento de tipos de discurso, uma vez que é por meio deles que as práticas discursivas relacionadas a um mesmo setor de atividade ocorrem (MAINGUENEAU, 2015). Para este trabalho, busca-se compreender o tipo de discurso político-artesanal. Ou seja, as práticas discursivas decorrentes das políticas públicas de artesanato que possuem como foco o trabalhador artesão.

Diante do exposto, para defender esta pesquisa parte-se do argumento de que o discurso mercadológico das políticas públicas de artesanato brasileiras interfere na reprodução da força de trabalho do artesão do Alto do Moura gerando um exército de reserva para o mercado.

Desta forma, a partir do argumento acima citado, surge o seguinte questionamento: **Como se dá a relação entre as práticas discursivas das políticas públicas de artesanato e**

as da reprodução da força de trabalho dos artesãos em barro no Alto do Moura, Caruaru - PE?

Assim, esta tese defende que as políticas públicas brasileiras de artesanato implicam na geração do exército de reserva de mão-de-obra formado pelos artesãos que passam por este processo empreendedor no segmento artesanal. Neste contexto, esta pesquisa busca compreender, de que modo ocorre a relação entre políticas públicas de artesanato e reprodução da força de trabalho.

Diante do exposto, para responder à pergunta que norteia esta tese, o trabalho ora apresentado está dividido em cinco capítulos. Este primeiro, onde são apresentados o problema, os objetivos da pesquisa e sua justificativa. O segundo que compreende o suporte teórico que dá sustentação a este trabalho. O terceiro, composto pelos procedimentos metodológicos utilizados; o quarto, contemplando os resultados encontrados e a sua análise e, por fim, as considerações finais deste estudo.

1.1 Objetivos

Para responder à pergunta de pesquisa, alguns objetivos foram definidos. A seguir, os objetivos geral e específicos deste estudo serão descritos.

1.1.1 Objetivo geral

Esta tese possui como objetivo geral: Compreender como ocorrem as práticas discursivas relativas às políticas públicas de artesanato e a reprodução da força de trabalho dos artesãos em barro no Alto do Moura, Caruaru - PE.

1.1.2 Objetivos específicos

Para poder alcançar o objetivo acima mencionado, foram traçados alguns objetivos específicos. São eles:

- Descrever e analisar os discursos das políticas públicas de artesanato para o trabalho que se relacionam com o contexto do Alto do Moura.
- Descrever e entender como ocorrem as práticas discursivas relacionadas a reprodução da força de trabalho do artesanato no Alto do Moura.

1.2 Justificativa

Deslandes (2009) explica que a justificativa de uma pesquisa consiste em mostrar a relevância do estudo que vai ser realizado por meio dos motivos que o justificam.

Do ponto de vista teórico, a relevância deste trabalho justifica-se em tentar colaborar com os estudos organizacionais por meio do artesanato, compreendendo o quanto as políticas públicas podem favorecer ou não a reprodução do trabalho.

Ao fazer buscas em relevantes bases de dados como **Periódicos** (Capes/MEC), **SciELO** (Scientific Electronic Library Online), **Scopus** e **Spell** (Scientific Periodicals Electronic Library) da combinação dos principais termos associados a esta pesquisa como “**artesanato**”, “**políticas públicas**”, “**reprodução da força de trabalho**” ou “**força de trabalho**”, poucos documentos foram encontrados.

Embora, isoladamente, esses temas já tenham sido amplamente abordados, ao serem trabalhados juntos percebe-se a carência de pesquisas, principalmente, no âmbito dos estudos organizacionais. Muitos estudos sobre artesanato estão relacionados às áreas de Saúde, Ciências Sociais e a Antropologia; os sobre força de trabalho estão concentrados também em Ciências Sociais e em Serviço Social; o tema “políticas públicas” possui um espectro mais abrangente, sendo encontrados nas áreas acima citadas, assim como em Administração.

Desta forma, ao fazer a pesquisa utilizando como palavras para busca “políticas públicas” + “artesanato”, foram encontrados nove resultados. Destes, seis eram relevantes para a pesquisa. Ao buscar pela associação dos termos “políticas públicas” + “força de trabalho”, foram exibidos 13 resultados. Destes, apenas três eram relevantes para o estudo. A pesquisa para os termos “políticas públicas” + “reprodução da força de trabalho” obteve um resultado, mas este não se mostrou relevante para este trabalho. A busca pela conjunção dos termos “artesanato” + “reprodução da força de trabalho”, “artesanato” + “força de trabalho” não teve nenhum resultado. O Apêndice A contém um quadro com as informações dos estudos encontrados decorrentes das buscas realizadas.

Pesquisas que tenham como foco principal o “**Programa do Artesanato Brasileiro - PAB**” são ainda mais escassas. No levantamento feito foi encontrada uma tese de Doutorado em Ciências Sociais (SERAINÉ, 1998) que tinha como principal assunto tratado a política pública mencionada. Tal trabalho contempla a ressignificação do setor artesanal na década de 1990, abordando como a ênfase mercadológica do empreendedorismo se encontra presente no artesanato e em suas políticas públicas.

Diferentemente do estudo mencionado anteriormente, esta tese se justifica por compreender se as políticas públicas de artesanato geram ou não alguma influência na reprodução da força de trabalho dos artesãos aqui estudados. Pelo exposto, é possível perceber que esta pesquisa inova ao tratar de assuntos que embora já tenham sido amplamente debatidos isoladamente, ainda carecem de atenção ao serem tratados de maneira associada.

É sabido que as pesquisas em Administração podem ocorrer tendo como unidade de análise os indivíduos (e assim através dos seus grupos), as organizações e o ambiente em que ela interage. Nesta pesquisa busca-se compreender um pouco do ambiente que permeia o Alto do Moura, percebendo quem são os atores que interagem com a Associação dos Artesãos em Barro e Moradores do Alto do Moura - ABMAM (incluindo os atores organizacionais como Secretaria de Cultura de Caruaru, SEBRAE, Governo do Estado de Pernambuco etc.) e como eles influenciam para o acontecimento das políticas públicas neste local.

Diante desse contexto, é possível perceber que esta pesquisa colabora para os estudos organizacionais ao discutir o tema da reprodução da força de trabalho do artesão e das políticas públicas de artesanato, trazendo um novo olhar para essa área organizacional e evidenciando como temas que não são novos, estão, há tempos, relegados ao esquecimento, sem serem tratados com a devida importância.

A relevância prática justifica-se por contribuir com os atores envolvidos nesta temática através do fornecimento de informações do cenário encontrado, proporcionando mais conhecimento a respeito do ambiente em que estão inseridos, e assim, podendo, ao ter acesso aos subsídios necessários para o alcance de seus diversos interesses, perceber se estes são apenas reprodução da sua força de trabalho ou geração de desenvolvimento. Ao compreender a relação entre as políticas públicas de artesanato e a reprodução da força de trabalho do artesão, almeja-se com esta pesquisa colaborar para uma melhor compreensão das políticas públicas do setor, servindo como auxílio para uma implementação mais efetiva dessas políticas.

Sob o âmbito do aspecto social, a justificativa para a escolha desse tema se explica pela colaboração à comunidade artesã para encontrar soluções que possam-lhes ajudar em sua

emancipação, haja vista que apenas em 2015 houve o reconhecimento de sua profissão de artesã (o). Desta forma, espera-se poder contribuir com esta pesquisa no contexto do Alto do Moura, em tentar entender porque as novas gerações deste local não querem mais ser artesãos na mesma intensidade que outrora e, assim identificar alguns fatores que possam reverter esta situação, colaborando para manutenção desta região como o maior centro de artes figurativas da América Latina, para que a cultura caruaruense, pernambucana e brasileira continue sendo representada mediante a arte do barro.

A seguir será abordado o capítulo sobre o referencial teórico desta pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo será abordado o arcabouço teórico que dá sustentação a este trabalho. Os assuntos artesanato, reprodução da força de trabalho, de políticas públicas e análise do discurso estão inter-relacionados. Porém, para uma melhor compreensão, eles serão didaticamente separados em quatro seções que serão apresentadas a seguir. Na seção seguinte será possível compreender como ocorreram as transformações do artesanato nos contextos europeu e brasileiro.

2.1 O artesanato e o trabalho

Esta seção tem como objetivo mostrar as transformações pelas quais o artesanato passou e como a orientação mercadológica começou a permear as suas atividades. Primeiramente será evidenciado o contexto europeu, levando em consideração que foi este, devido à colonização portuguesa, que mais trouxe influências para o artesanato brasileiro. Este também será abordado a posteriori.

O artesanato é uma atividade bem antiga. Há registros tratando dele desde o período neolítico por meio de pinturas rupestres. Sennet (2009) comenta que a primeira menção escrita relacionada a este tema advém da Grécia, em um hino de Homero para homenagear Hefesto, o deus dos artesãos. O autor explica que este hino revela a importância dos artífices para a sociedade ao mencionar que, embora ele tenha sido

escrito milhares de anos depois da fabricação de ferramentas como a faca, a roda e o tear. Mais do que faria um simples técnico, o artífice civilizador utilizou essas ferramentas para um bem coletivo, o de pôr fim à vida nômade dos homens, como caçadores – coletores ou guerreiros desenraizados (SENNET, 2009, p. 31-32).

Ao se fixarem em um determinado local e viverem em aldeias, os homens daquela época modificaram seus hábitos antes relacionados a uma vida nômade. Plantação, domesticação de animais, divisão de atividades entre homens e mulheres, utilização de

objetos como troca nas aldeias (i.e, por exemplo, roupas e artesanato) são algumas das características desta época. Chiti (*apud* Silva, 2006, p. 12) ressalta que neste período já existia uma distinção entre peças utilitárias e decorativas, sendo as primeiras caracterizadas como artesanato.

Voltando à Grécia, Sennet (2009) menciona que o primeiro termo utilizado para o artífice advinha de *demioergos*, (*demios*=público, *ergos*= produtivo). Este cidadão fazia parte da classe média e se localizava entre as camadas dos aristocratas abastados e os escravos. Arendt (2010, p.100) menciona que eles eram “os operários do povo em geral que tinham liberdade de movimento fora do domínio privado e dentro do domínio público”. Nesta Grécia arcaica havia o pressuposto de que as habilidades e capacitações eram transferidas de geração em geração, o que denotava uma importância da atividade artesanal, assim como de uma obediência às regras definidas por gerações anteriores (SENNET, 2009).

Platão, inclusive, em sua obra Fedro, ressalta a importância do prestígio social que os trabalhadores independentes possuíam na Grécia, levando a ser estabelecida uma hierarquia entre estes. Desta maneira, o reconhecimento social classificava-se de forma decrescente, partindo do filósofo para o bom rei e deste para o político, descendo para o esportista, o adivinho, o poeta, o agricultor, o artesão, o demagogo e findando com o tirano (DE MASI, 1999, p. 13).

Na Grécia Clássica, de acordo com Farrington (*apud* Cunha, 2005), houve um conflito em relação ao trabalho realizado pelo artífice de forma que havia dois sentidos a seu respeito. Um positivo - valorização do conhecimento; e outro negativo - uma atividade inferior, ocorrendo assim um desprezo pelo trabalho manual.

Esse conceito negativo começou a prevalecer a partir do século IV a.C devido a questões econômicas e políticas advindas de um maior número de emprego a escravos. Este evento gerou uma desvalorização social dos demais trabalhadores e assim, um fortalecimento do regime de castas. Aristóteles, em A política, corrobora com este valor negativo do trabalho manual ao ressaltar a importância do ócio para os deveres civis do homem (CUNHA, 2005).

Veblen (1965) enfatiza este sentimento que perdura desde esta época ao mencionar que:

Desde os tempos dos filósofos gregos até hoje, reconheceram os homens ponderados, como requisito de uma vida digna, bela ou mesmo virtuosa, que é preciso ter um certo ócio e estar livre de contato com certos processos industriais ligados às necessidades quotidianas da vida humana. A vida ociosa, por si mesma e nas consequências, é linda e nobre aos olhos de todos os homens civilizados (VEBLEN, 1965, p. 49).

Esta percepção negativa também se perdura na Roma Antiga. Embora no período de sua expansão, o labor detivesse um valor positivo devido ao cultivo da terra ser realizado por homens livres. Passado este momento inicial, este cultivo efetivou-se por meio dos escravos adquiridos nas suas conquistas territoriais, e desta maneira, invertendo o seu significado (CUNHA, 2005). A partir daí, o termo labor vai sendo substituído por trabalho, conceito este oriundo da palavra *tripalium* (um instrumento de tortura).

Os artesãos eram geralmente escravos e homens livres estrangeiros que, devido ao fato de não serem cidadãos, não tinham a sua terra própria. É nesta época que surgem as associações e as corporações. As primeiras foram organizadas pelos artesãos livres. Já as corporações surgiram depois que os trabalhadores livres foram divididos de acordo com os ofícios principais. Os escravos só poderiam participar das corporações se os seus senhores os autorizassem (CUNHA, 2005).

O funcionamento dessas corporações de ofícios era autorizado pelo governo romano, sendo a elas atribuídos direitos e deveres. Cada uma delas tinha sua sede, seu cemitério com capela e altar, seu patrono religioso, além de patrimônio advindo das cotas pagas por seus associados e os seus bens móveis e imóveis (CUNHA, 2005, p. 11).

Diante do declínio do império romano, alterações relevantes ocorreram para estas corporações, pois com o fim da escravidão não era mais possível suprir a demanda necessária de escravos e homens livres detentores de conhecimento daqueles ofícios para as corporações. Desta forma, o governo romano tentou obrigar o funcionamento destas instituições – que gozavam de liberdade desde a sua concepção – para suprir a necessidade de abastecimento de Roma e dos seus centros urbanos. Sem muito sucesso com as corporações, Roma começa a fomentar e incentivar a criação de colégios artesanais (CUNHA, 2005).

Com a derrocada do império romano, a sociedade feudal vai surgindo. Este novo contexto favoreceu para que a população da cidade esvaziasse e que o artesanato ficasse restrito às cortes senhoriais (CUNHA, 2005). Neste panorama surge o mosteiro como o local para a realização do artesanato e trabalhos manuais. De acordo com Cunha (2005, p.14), “os mosteiros propiciaram, no entanto, um espaço onde o artesanato, assim como os trabalhos manuais, em geral, foi valorizado, agora no âmbito de uma concepção do mundo bastante diferente da Antiguidade clássica – o catolicismo”.

Para Sennet (2009), a autoridade do artífice medieval estava relacionada à sua religião. Segundo o autor:

Desde suas origens, o cristianismo primitivo abraçou a dignidade do artífice. Era importante tanto para teólogos quanto para o leigo que Cristo fosse filho

de um carpinteiro, servindo as origens humildes de Deus para mandar um sinal sobre a universalidade dessa mensagem. [...] A religião abraçou o trabalho do artífice, além disso, porque esse labor podia fazer frente à propensão humana para a autodestruição (SENNET, 2009, p. 69).

Diferentemente do que era pregado sobre o tempo livre na Roma e na Grécia, para o catolicismo este não era uma virtude. Ao contrário, o ócio era condenado por ser considerado o “pai dos vícios” (CUNHA, 2005), podendo conduzir as pessoas à tentação e à indolência (SENNET, 2009). Para não cair em tentação, a *Regula Benedicti* (regras que os monges beneditinos deveriam seguir) sugeria que seus seguidores deveriam orar e realizar um trabalho manual por algumas horas (*ora et labora*). Eles também não deveriam envaidecer-se de seus produtos, pois, estes, além de possuir utilidade para o mosteiro, serviriam para a glorificação de Deus, uma vez que o bom monge é aquele que tem uma adequada dimensão de equilíbrio e estética, fazendo com que cumprisse sua missão evangelizadora e intelectual (BETENCOURT, 2010).

Entre as regras, ainda havia aquela ressaltando que a aversez pelo dinheiro deveria ser condenada. Uma forma de tentar combatê-la seria vender os produtos do mosteiro por um preço menor que o praticado no mercado (SANTONI RUGIU, 1998; CUNHA, 2005).

Ponce (*apud* Santoni Rugiu, 1998, p. 27) nos relata que o mosteiro “constituía uma lição viva do trabalho *organizado e racionalizado*, a tal ponto que acabou por influenciar, e não pouco, as sucessivas burguesias” (grifos do autor). Essa divisão pode ser percebida, por exemplo, na separação dos cursos de formação de quem tinha uma vida religiosa ou era simplesmente um artesão.

Como mencionado acima, em relação ao ensino nos mosteiros, havia dois tipos de formação. Uma voltada para os sacerdotes e clérigos incluindo o conteúdo indispensável a um religioso e, a outra formação, era direcionada aos artesãos, leigos que estavam relacionados aos serviços e a produção material (SANTONI RUGIU, 1998). De acordo com Santoni Rugiu (1998) essa distinção entre os dois tipos de formação influenciaria também na diferenciação entre artes liberais e mecânicas.

As artes liberais eram aquelas que estavam relacionadas ao homem livre, ou seja, aquele que não precisa trabalhar para viver. Santoni Rugiu (1998) esclarece bem essa definição ao instruir que

Artes *liberales* eram as atividades dignas de um homem livre. Livre de que coisa? Livre da necessidade de ter que trabalhar para viver. E com que instrumento se exercitavam tais atividades? Principalmente com o instrumento *liber* (livro), o único verdadeiramente digno de um homem *liber* (livre). Não era certamente ao acaso que a mesma palavra indicasse duas

coisas diversas, mas de significado tão reciprocamente funcional (SANTONI RUGIU, 1998, pp. 32-33 – grifos do autor).

Sobre a importância dos livros é imperioso ressaltar que até o século XV, quem lhes tinha acesso fazia parte dos pequenos círculos intelectuais formados de sábios e estudiosos que viviam confinados nos mosteiros (CLARET, 2004). Os outros profissionais como advogados e escrivães – embora trabalhassem com livros – eram considerados intelectuais marginais por receber dinheiro para a realização da sua profissão.

Quanto às artes mecânicas, Giovanni da Dinamarca (pioneiro na classificação desses dois tipos de artes) explica que o vocábulo ‘mecânico’ deriva do latim clássico *mecor, aris* cujo significado consiste em ‘rebaixar, adulterar, depreciar’. Outro aspecto da arte mecânica está atribuído ao fato dela ser executada manualmente (SANTONI RUGIU, 1998).

Voltando aos dois tipos de formação ensinados no mosteiro, Santoni Rugiu (1998) esclarece que as artes liberais se direcionarão para o ensino dos monges e clérigos enquanto as artes mecânicas serão ministradas aos artesãos leigos. O autor ainda salienta que a divisão nesses dois tipos de arte conduziria à dicotomia dos estudos em universitário e profissional. Enquanto o primeiro fomentaria o mercado de trabalho intelectual, o segundo se preocuparia em formar pessoas qualificadas para o nível técnico.

Com o declínio do feudalismo e o surgimento dos burgos¹ advindos das comercializações que aconteciam entre os feudos, começa a ocorrer um esvaziamento dos campos e, assim, a vida dos artesãos vai deixando de ter ênfase nos mosteiros e se aglomerando nesses novos locais, gerando uma nova movimentação em realização ao consumo fazendo com que a produção aumentasse qualitativa e quantitativamente (SANTONI RUGIU, 1998). Esse contexto também é percebido por Prestes Motta e Vasconcelos (2002) ao mencionarem que

o processo de modernização da sociedade, a partir do fim da Idade Média, foi lento e gradual. O crescimento do comércio, a introdução de uma economia monetária e o crescimento das cidades a partir do século XIV enfraqueceram a economia feudal, baseada na terra e na baixa mobilidade social. Reforça-se nessa época (século XIV) a separação entre a cidade e o campo. Os habitantes das cidades medievais passam a se dedicar mais ao comércio e à indústria manufatureira, enquanto os habitantes do campo se dedicavam à agricultura visando suprir as cidades dos produtos agrícolas das quais as mesmas necessitavam para subsistência de seus habitantes (MOTTA; VASCONCELOS, 2002, p. 22).

Este momento de migração propiciou aos artesãos que possuíam alguma habilidade se dedicarem a seu ofício e abandonarem a agricultura favorecendo o comércio de pequenos

¹ Burgos são cidades com muros onde a sociedade burguesa será formada.

negócios. Esse cenário favoreceria o surgimento das corporações de ofício que eram compostas por todos aqueles que trabalhavam no mesmo ofício em determinada região gerando um monopólio e protecionismo entre os componentes das corporações, além de uma preocupação com a qualidade do produto elaborado pelos artesãos haja vista que a reputação daquela corporação estava atrelada ao produto (MOTTA; VASCONCELOS, 2002). Gorz (2007) comenta que nesta época o artesão recebia pela obra em si que era realizada e não pelo trabalho desempenhado, por também ser levado em consideração o reconhecimento do artesão. De acordo com ele:

Os artesãos, em troca, fabricantes de objetos duradouros, acumuláveis, que seus compradores muitas vezes legavam à posteridade, não “trabalhavam”, mas “realizavam obras” nas quais poderiam utilizar o “trabalho” de homens de labuta chamados a cumprir as tarefas mais penosas, pouco qualificadas. Só os trabalhadores por jornada e os trabalhadores manuais eram pagos por seu “trabalho”; os artesãos recebiam pela “obra”, conforme o parâmetro fixado pelos sindicatos profissionais de então, as corporações e as guildas (GORZ, 2007, p. 24).

Até aqui as relações comerciais eram baseadas no comércio justo e os artesãos tinham domínio do processo produtivo como um todo, desde a seleção da matéria-prima até a venda do produto final (MOTTA; VASCONCELOS, 2002). Além disso, não havia uma separação entre o que era vida pública e privada do artesão. De acordo com Mills (2009, pp. 76-78), o artesanato perpassa a forma pela qual se trabalha; sendo também o modo como se vive (MILLS, 2009). A partir desta compreensão, o autor menciona que o artesanato possui as seguintes características:

- I. Há uma relação interna entre o artesão e a coisa que ele faz, desde a imagem que primeiro forma dela até a sua conclusão, que vai além das meras relações legais de propriedade e torna a disposição do artesão para trabalhar espontânea e até exuberante [...];
- II. Na maioria das descrições do artesanato, há uma confusão entre suas condições estéticas e a organização legal (propriedade) do trabalhador e do produto. O que é realmente necessário para o trabalho-como-artesanato, contudo, é que o vínculo entre o produto e o produtor seja psicologicamente possível [...];
- III. O trabalhador é livre para iniciar seu trabalho segundo seu próprio plano e, durante a atividade pela qual o trabalho é moldado, é livre para modificar sua forma e maneira de sua criação [...];
- IV. O trabalho do artesão é assim um meio de desenvolver sua habilidade, bem como um meio de desenvolver-se a si mesmo como um homem [...];
- V. No padrão do artesão, não há ruptura entre trabalho e diversão, entre trabalho e cultura [...];
- VI. O trabalho do artesão é a mola mestra da única vida que ele conhece; ele não foge do trabalho numa esfera separada de lazer; leva para as suas horas de ócio os valores e qualidades desenvolvidos e empregados em suas horas de trabalho [...] (MILLS, 2009, pp 59-62).

Pelo exposto acima, é possível perceber que não havia uma separação clara na relação de trabalho, assim como de concepção e elaboração do que era produzido pelo artesão, havendo uma noção de completude em relação às etapas das atividades laborais, como também um aspecto psicológico do artesão sobre o produto que estava sendo elaborado (MILLS, 2009).

Diante desse contexto, a migração do campo para a cidade implicou várias alterações na maneira do artesão do trabalhar. Entre as mudanças consideradas importantes, ressalta-se “o salto tecnológico e de organização do trabalho e preliminarmente uma maior flexibilidade e eficácia nos produtores, ou seja, novas modalidades produtivas e reprodutivas, implicando, por sua vez um aumento da taxa de instrução básica e especializada” (SANTONI RUGIU, 1998, p. 29).

Assim, esta nova conjuntura favoreceu o surgimento das *universitates*, associações de artesãos e sócios que vão se institucionalizando progressivamente e sendo protegidas pelo poder público. Em seu início, no século XII não havia muita distinção entre as *universitates* de ensino de artes liberais e mecânicas. Depois, com a expansão das *universitates magistrarum* ou *universitates scholarium* (relacionadas às atividades intelectuais) houve uma maior separação nos seus locais de ensino (SANTONI RUGIU, 1998).

A partir daí atividades que eram tradicionalmente aprendidas nos feudos passaram a ser ensinadas aos jovens burgueses quebrando privilégios e preconceitos feudais em busca de um conhecimento que romperia as fronteiras monasteriais. O pensamento em que ‘as verdadeiras virtudes se herdavam, não se aprendiam’ da lógica eclesiástica, cedeu espaço para o ‘nobre é aquele que a virtude enobreceu’ enfatizando o ideal burguês (SANTONI RUGIU, 1998). Desta forma, o aprendizado tornou-se mercadoria.

A produção humana intelectual e material tornava-se, assim, equiparada, em certo sentido, aos fardos de algodão ou à moeda, como mercadoria das mercadorias, e assim por diante, sem proibições e sem as condenações que o magistério eclesiástico havia precedentemente explicitado em relação às trocas e manobras sobre o valor da moeda. *Eis que não se mercantilizam objetos, mas também as ideias e a própria atividade de transmissão de ideias e de comportamentos, ou seja, a atividade pedagógico-didática que conota o ensinante como artesão* (SANTONI RUGIU, 1998, p. 36 – grifos do autor).

Diante do exposto, é possível perceber que esta nova sociedade possuía valores diferentes daqueles pregados anteriormente nos mosteiros onde o trabalho era visto como atividade importante para penitência de pecados e a glorificação de Deus, além da questão de receber quantias módicas pela produção realizada. Neste novo contexto, não é mais ‘pecado’ a

compra ou venda de obras, assim como o empréstimo a juros altos (SANTONI RUGIU, 1998).

Assim, o comércio é ressaltado provavelmente pela atuação dos mercadores que expandiam a comercialização dos produtos elaborados na região. Diferentemente da Grécia cuja atividade era desvalorizada, pois, naquele contexto, havia uma grande quantidade de escravos realizando as atividades cotidianas do lar e produzindo tudo que lá se consumia, sem qualquer preocupação com o ambiente externo. Esta modificação pode ser explicada por Hannah Arendt ao citar que a “antiga cidade-Estado era basicamente um ‘centro de consumo’ ao contrário das cidades medievais, que eram principalmente centros de produção” (ARENDT, 2010, pp. 147-148).

Nessa nova lógica, artesão e mercador interagiam de modo que aquele via neste uma possibilidade dos seus produtos serem comercializados em locais mais distantes. E assim, o capital inicia a perpetrar o segmento artesanal, nascendo uma relação de maior dependência do artesão com o mercador visto que este teria uma maior probabilidade de lhe antecipar e emprestar montantes financeiros e, desta maneira, impor as condições do produto a ser por ele mercantilizado (SANTONI RUGIU, 1998; HUBERMAN, 1981). Pereira (1957) comenta que é por meio do intermediário e do seu fornecimento de matérias-primas que a independência do artesão começa a ser anulada. Marglin (1980) também revela que estes adiantamentos deveriam ser vistos com cautela, pois se assemelhariam aos meios de avassalamento.

Outra relação que aqui surgira foi a do mestre artesão com os seus discípulos. É importante salientar que, nesta época, a transmissão de saberes ocorria pela oralidade e pela prática de um ofício haja vista que livros eram raros, valorizando os segredos e mistérios que cada ofício possuía. O ritual da produção favorecia a coesão entre aqueles que trabalhavam no mesmo local, de modo que a preocupação não existia em saber quem fez determinado produto, mas onde ele foi produzido. Nas guildas não havia distinção entre o que era trabalho ou família, os aprendizes e jornaleiros moravam conjuntamente com o mestre artesão e seus familiares, devendo a autoridade deste ser respeitada.

Numa oficina, as habilidades do mestre podem valer-lhe o direito de mandar, e a possibilidade de absorver essas habilidades e aprender com elas pode dignificar a obediência do aprendiz ou do jornaleiro. [...] Na oficina, os desníveis de capacitação tornam-se questões diretas e pessoais. A oficina bem sucedida estabelece a autoridade legítima em carne e osso, não em direitos e deveres fixados no papel (SENNET, 2009, p. 68).

Os aprendizes iam morar com o mestre quando ainda eram muito jovens, sendo este responsável pela educação profissional e pela formação humana daqueles que lhe eram confiados. Assim, os mestres eram autorizados por seus genitores a punir (fisicamente) seus

filhos em virtude de desobediência. Também havia o compromisso mediante juramento religioso do mestre em ensinar as habilidades ao aprendiz e deste de manter segredo daquilo ensinado pelo mestre.

De acordo com Sennet (2009, p. 78):

A oficina era um lar mantido coeso antes pela honra que pelo amor. Concretamente, o mestre dessa casa baseava sua autoridade na transferência de habilidades. Era o papel do pai substituto no desenvolvimento da criança. Ele não dava 'amor', era pago para exercer funções específicas de paternidade.

Santoni Rugiu (1998) complementa o pensamento de Sennet (2009) ao relatar a interação do aprendiz e a família do mestre, durante o seu período de formação:

A formação do aprendiz, assim, (e também aquela do jovem trabalhador) não ocorria só na atividade de oficina, mas também no clima e nas experiências da comunidade doméstica na qual era hospedado, pagando ou não. Mesmo se o horário de trabalho preenchesse quase toda a jornada, restavam igualmente espaços significativos na família hospedeira e nas relações com o ambiente externo (SANTONI RUGIU, 1998, pp. 40-41).

Pelo exposto, é possível perceber que essas relações demonstravam-se bem duradouras. O jovem aprendiz iniciava suas aulas precocemente, o que resultaria em muito tempo de convivência com o mestre artesão até deter conhecimento suficiente daquele ofício e tornando-se também mestre, abrir a sua própria oficina (MOTTA; VASCONCELOS, 2002).

Com o tempo, os mestres começaram a evitar finalizar a formação de seus aprendizes em novos mestres para impedir a concorrência e manter o monopólio das corporações. Outro aspecto a se considerar é o fato de que no século XV aumentou-se consideravelmente a diferença entre as artes mecânicas e liberais, intensificando a desvalorização das atividades realizadas pelos artesãos. Assim, houve um esvaziamento dos aprendizes nas oficinas para obter conhecimento daqueles mestres (SENNET, 2009; SANTONI RUGIU, 1998).

Nesse contexto, Pereira (1957) sintetiza as fases pelas quais as corporações de ofício passaram da seguinte maneira:

Tiveram as Corporações a sua fase áurea no século XII, já entrando em declínio durante o XIV para decaírem francamente a partir do século XVI, quando já não mais eram soberanas e a autonomia de que gozavam fora refreada pelo Estado, o qual, mais tarde, dominou-as totalmente, incrementando-as ou extinguindo-as na conformidade de seus interesses (PEREIRA, 1957, p. 26).

A expansão burguesa e o surgimento do absolutismo favoreceram o declínio das corporações visto que o recolhimento de expensas das atividades burguesas para a monarquia seria uma das formas de sustentar e manter os reis em seus tronos. Dessa maneira, foram criadas estratégias governamentais que possibilitaram a implementação de políticas de

interesse da burguesia mercantil (HUBERMAN, 1981; PRESTES MOTTA; VASCONCELOS, 2002).

Huberman (1981) ressalta que o artesão independente seria levado ao esquecimento e em seu lugar emergiria o artesão assalariado visto que ele não detinha mais os meios de produção. De acordo com Santoni Rugiu (1998, p. 25), a capacidade reprodutiva é o primeiro requisito da sobrevivência. “Se cair, o fim está próximo”. E assim, o termo ‘mestre’ vai deixando de ser utilizado nas guildas, sendo ressignificado para agora tornar-se sinônimo de diretor de fábrica. O século XVIII registra o declínio das corporações de ofício e a ascensão da Revolução Industrial:

Sabe-se que o tiro de misericórdia ao débil regime jurídico-pedagógico das corporações foi produzido pelo difundir-se da manufatura já na fase embrionária da revolução industrial, e, em algumas zonas, já desde o século XVII, além do aparecimento de novos ofícios e de relativos novos perfis profissionais que tornarão incongruentes ou totalmente deficitárias as modalidades formativas do artesanato, por mais que este tivesse ‘feito das tripas coração’ para acompanhar os novos tempos (SANTONI RUGIU, 1998, p. 128).

A revolução industrial traz consigo uma nova lógica de funcionamento para as organizações.

[...] o próprio processo de trabalho se transforma. A unidade tradicional do ofício é destruída e o produtor direto vê-se subordinado ao capital não mais apenas através das relações mercantis mas também (será preciso dizer: sobretudo?) através das novas relações de produção que se instauram. Trata-se desta vez de uma subordinação real.

Do ponto de vista dos produtores diretos, essa passagem da subordinação formal à subordinação real, do artesanato à grande indústria, atravessando os diversos estágios manufatureiros, é história de seu progressivo desapossamento (PIGNON; QUERZOLA, 1980, pp. 123-124).

Com a divisão do trabalho, as atividades são parceladas não sendo mais necessária a *expertise* artesanal. Com isto, o controle das atividades deixa de ser do artesão e passa para o dono da fábrica, que agora regula o modo e o tempo de produção de cada trabalhador. Marglin (1980, p. 58) corrobora ao mencionar que “o segredo do sucesso da fábrica, o motivo da sua adoção, é que ela tirava dos operários e transferia aos capitalistas o controle do processo de produção. Disciplina e fiscalização podiam reduzir os custos, na falta de uma tecnologia superior”.

Para compreender as fases pelas quais o artesanato passou, Huberman (1981, p.109) classifica-as nos seguintes sistemas:

- Sistema familiar: neste sistema, datado do início da idade média, os artigos produzidos pelos membros da sua família são para consumo próprio e não para venda. Não havia o objetivo de atender o mercado.

- Sistema de corporações: sistema encontrado durante toda a idade média onde o mestre artesão independente junto com dois ou três trabalhadores produziam para o mercado que era pequeno e estável. Eram donos da matéria-prima e das ferramentas de trabalho para a elaboração do produto. A venda era do produto e não do seu trabalho.
- Sistema doméstico: sistema semelhante ao anterior, porém o mercado está em crescimento e a propriedade da matéria-prima agora não se encontra mais nas suas mãos, e sim, com um empreendedor que será a ponte entre o artesão e o consumidor. Assim, o mestre não possui mais a sua independência. Tornaram-se tarefeiros assalariados.
- Sistema fabril: neste sistema, a produção não ocorre mais nas dependências da propriedade do artesão e sim do empregador sob sua supervisão acirrada. Os artesãos e trabalhadores não são mais independentes, pois não detêm nem a propriedade da matéria-prima nem dos instrumentos de trabalho. A habilidade não é mais tão importante devido à grande utilização de máquinas no processo produtivo. A necessidade do capital é imprescindível.

O quadro a seguir apresenta um resumo das características dos sistemas acima citados.

TIPO DE SISTEMA	CARACTERÍSTICAS
Familiar	Produção realizada pelos membros da família para consumo próprio. Não há vendas de produto nem preocupação com o mercado.
De corporações	Produção pequena para o mercado. O artesão trabalhava na oficina junto com aprendizes e detinha meios de produção. Era independente e vendia o produto derivado da produção.
Doméstico	Mercado em crescimento. Artesão trabalhava na oficina junto com aprendizes. Não detém mais matéria-prima. Só possui as ferramentas de trabalho. Dependente de empreendedores. Recebe salário por tarefa realizada.
Fabril	Produção na fábrica com utilização de máquinas e supervisão das atividades. Não se requer mais habilidade para realizar tarefas parceladas. Meios de produção do dono da fábrica. Uso imprescindível do capital.

Quadro 1: Sistemas de produção

Fonte: adaptado de Huberman (1981)

Diante dos aspectos supramencionados, é possível perceber as transformações pelas quais a produção artesanal passou até deixar de ser preponderante no aspecto econômico para a sociedade, cedendo espaço para as fábricas cuja produção ocorria de maneira diferente da artesanal. Para Gorz (2007),

o reducionismo unidimensional da racionalidade econômica própria ao capitalismo teria um alcance potencialmente emancipador porque faz tábua rasa de todos os valores e fins irracionais do ponto de vista econômico e só mantém, entre os indivíduos, relações monetárias, entre as classes, relações de forças, entre o homem e a natureza uma relação instrumental, fazendo nascer com isso uma classe de operários-proletários totalmente despossuídos, reduzidos a nada mais que a força de trabalho indefinidamente intercambiável, sem nenhum interesse particular a defender (GORZ, 2007, p. 28).

Desta forma, percebe-se que a racionalidade econômica vai ampliando a sua inserção neste contexto em contraste com outros tipos de racionalidade, como a tradicional, por exemplo. Assim, os vínculos familiares que antes estavam ligados ao modo de produção vão sendo desarticulados privilegiando a separação entre as atividades realizadas na fábrica e aquelas que são do meio familiar e, desta maneira, tornando as relações mais instrumentais.

Diante de tantas transformações, a atividade artesanal não deixou de existir. De acordo com Leite (1957),

o artesanato continua vivo e bem vivo, coexistindo com a indústria. Naturalmente que apresentando uma neofisionomia estrutural. Sua afirmação nos tempos atuais, além de exprimir consistência econômica, despede luminosa sugestão ao capitalismo no sentido que humanize a sua economia (p.16).

Embora não possua a mesma pujança econômica do período mencionado, a atividade artesanal resiste até os dias atuais, com trabalhos artesanais sendo confeccionados, mesmo que não tenha o mesmo impacto da época do seu apogeu.

É importante salientar que neste trabalho foi retratado um cenário europeu e católico do artesanato, pois é desta região europeia que o Brasil será mais influenciado devido a sua colonização portuguesa. Porém, faz-se mister mencionar que esta não era a única forma de trabalho que havia no mundo. Outras atividades artesanais eram realizadas nas civilizações chinesa, indiana, egípcia entre outras que não serão tratadas neste estudo.

Também é importante mencionar que a partir da industrialização, posteriormente nos Estados Unidos surge o modo de produção taylorista e fordista que vão ser utilizados em um âmbito global. O taylorismo e o fordismo foram movimentos que colaboraram para a realidade na geração de vagas dentro das fábricas, proporcionando pleno emprego para a população, desencadeando muito sucesso para a lucratividade das organizações.

No final do século XIX, o Movimento da Administração Científica - liderado por Frederick Winslow Taylor - com o estudo de tempos e movimentos das atividades operacionais, a adaptação do homem à máquina, a supervisão acirrada, o pagamento por peças e a filosofia de “*one best way*” e do “*homo economicus*” proporcionou uma melhor produtividade das fábricas fazendo com que houvesse uma maior eficiência de sua produção.

Além disso, a produção em massa gerada pelas esteiras das linhas de montagem de Henry Ford, iniciada com a fabricação e padronização do seu carro preto denominado Ford T, colaborou para este ápice organizacional ao ser disseminado para as outras organizações e, assim, permitir uma boa acumulação de capital para o mercado.

De acordo com Pinto,

buscou-se estrangular ao máximo os “poros” da jornada de trabalho, de modo que todas as ações realizadas pelos trabalhadores estivessem a cada instante, agregando valor aos produtos. Se a “racionalização” taylorista permitia uma significativa intensificação do trabalho humano através do controle pela cronometragem dos tempos de operações parciais, no sistema fordista é a velocidade automática da linha de série (do objeto de trabalho, portanto) que impõe ao trabalhador (o sujeito do trabalho) a sua condição de disposição para o labor, estabelecendo, dentro de limites cada vez mais estreitos de tempo, a “melhor maneira” de trabalhar (2013, p. 38).

Clarke (1991) elucida que o modelo fordista não envolvia apenas o aspecto tecnológico. Este influenciou na organização social e no processo produtivo das organizações implicando na dependência da variável controle, tornando os indicadores de lucratividade mais importantes do que os indicadores tecnológicos.

As críticas feitas aos sistemas taylorista e fordista versam sobre a alienação gerada ao funcionário, causada pela falta de conteúdo do seu trabalho que consiste apenas na repetição de atividades. Estas foram intensificadas favorecendo uma maior dependência dos trabalhadores à máquina. Baseado em Marx, Spurk (2005) advoga que essa adaptação do homem à máquina gera uma desfragmentação humana direcionando-o para uma maior dominação e exploração. Além disso, ele comenta sobre o aspecto moral para os trabalhadores que podem se sentir desonrados ao tornarem-se apêndice das máquinas. Para ele, “ainda que se possa diminuir ou eliminar o sofrimento no trabalho, não se deve esquecer que a submissão às máquinas faz também com que os trabalhadores percam o domínio do seu trabalho que, este sim, perde seu conteúdo” (SPURK, 2005, p. 205).

Teixeira (1998a) atenta para as relações de consumo advindas do modelo fordista devido

à forma intensiva de acumulação, à norma de consumo, que inaugura um modo específico de reprodução da força de trabalho, que passa a ter acesso ao consumo de bens duráveis, e à generalização das relações mercantis, que transformam todos trabalhadores em trabalhadores assalariados (p. 56).

Esse novo modelo favorece o modo de produção capitalista, tornando esses bens duráveis em mercadorias que serão consumidas no mercado. Desta forma, o espaço econômico torna-se homogeneizado, fazendo com que modos de produção não capitalistas não sejam incentivados (TEIXEIRA, 1998a).

Esta situação perdurou até o pós-guerra gerando muita lucratividade às organizações juntamente com a política do bem-estar do *Welfare State*. A partir deste momento, na década de 1970, o capitalismo passa por mais uma crise, fazendo com que o índice de desemprego cresça e a margem de lucro das empresas diminua, além de uma saturação da norma social do consumo e um desenvolvimento de trabalho improdutivo. (BIHR, 1998)

Para Antunes (2009, pp. 31- 32), os traços que mais evidenciaram esta crise foram: a) a queda da taxa de lucro decorrente da elevação do preço da força de trabalho; b) a exaustão do padrão de acumulação advinda dos sistemas de produção taylorista/fordista, relacionados à retração de consumo e ao início de uma situação de desemprego estrutural; c) a hipertrofia da esfera financeira que obtinha certa autonomia em relação aos capitais produtivos; d) uma maior concentração de capitais decorrente das fusões que ocorreram entre as empresas monopolistas e oligopolistas; e) a crise do *Welfare State* (Estado do bem-estar social) gerando uma crise fiscal do Estado capitalista, além de retração dos gastos públicos e transferência para o capital privado; e f) um incremento elevado de privatizações, assim como um cenário de desregulamentação, flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho.

De acordo com Harvey (1993), as oscilações e incertezas geradas pela crise fizeram surgir um novo panorama em relação à organização industrial e à vida econômica e social, fazendo surgir uma nova forma de acumulação, denominada por ele de ‘acumulação flexível’. Esta se baseia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho e dos padrões de consumo. Para o autor,

a acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual. [...] Esses poderes aumentados de flexibilidade e mobilidade permitem que os empregadores exerçam pressões mais fortes de controle do trabalho sobre uma força de trabalho de qualquer maneira enfraquecida por dois surtos selvagens de deflação, força que viu o desemprego aumentar nos países capitalistas avançados (salvo, talvez, no Japão) para níveis sem precedentes no pós-guerra (HARVEY, 1993, pp.141-142).

Diante deste contexto, começam a surgir os modelos pós-fordistas baseados na especialização flexível. Esses modelos começaram a ser vistos como fórmulas de sucesso. Êxitos acontecidos em pequenas proporções foram tratados como se fossem sinédoques, onde a parte representa o todo, mesmo sem serem realizadas avaliações críticas a respeito. Sobre esses modelos baseados na ‘especialização flexível’, Clarke (1991) realiza o seguinte comentário:

Enquanto que no modelo eram as condições econômicas favoráveis que possibilitavam a formação de relações de trabalho harmoniosas, ao menos entre os capitalistas e uma parte da força de trabalho, a generalização do

modelo baseia-se no pressuposto de que são estas relações de trabalho harmoniosas a condição para a prosperidade econômica, embora esta suposição não seja nem explicitada nem submetida a exame crítico (CLARKE, 1991, p.124).

Neste ambiente começa a surgir uma influência do modelo japonês conhecido como Toyotismo que tinha entre as suas características a flexibilidade da linha de produção, a preocupação com a qualidade dos produtos e a participação dos funcionários no processo produtivo por meio dos círculos de qualidade. “A produção padronizada cede lugar à produção de bens personalizados e diferenciados segundo o gosto de cada consumidor” (TEIXEIRA, 1998a, p. 20).

Em relação ao Toyotismo, Antunes (2011) menciona que este modelo está muito mais relacionado aos preceitos neoliberais do que com os social- democrata. Sobre esta associação entre o modelo de especialização flexível e o neoliberalismo, Clarke (1991) comenta que Hirst e Zeitlin ao analisarem criticamente este modelo econômico, concluem sobre a existência de uma suposta antítese nesta relação, onde haveria “por um lado, o contrato e a competição (adotados pelo neoliberalismo), e por outro a confiança e a cooperação (os valores da especialização flexível)” (CLARKE, 1991, p. 126).

Antunes (2011) ressalta que no Japão, o Toyotismo beneficiava uma pequena parcela da classe trabalhadora daquele país e que o fato dele ser inserido na Europa implicaria no enfraquecimento dos benefícios que conseguiram ser preservados do *Welfare State*. Segundo ele, a consequência mais notória do Toyotismo seria o afastamento de qualquer alternativa que não esteja relacionada ao capital, diante da postura adotada visando aos princípios do mercado e ignorando o desemprego estrutural que possui uma abrangência global. Sobre o desemprego, Antunes alerta que este:

é o resultado dessas transformações no processo produtivo, e que encontra, no modelo japonês, no *toyotismo*, aquele que tem causado maior impacto, na ordem mundializada e globalizada do capital. Por isso não temos dúvida em enfatizar que a *ocidentalização* do toyotismo (eliminados os traços *singulares* da história, cultura, tradições que caracterizam o *Oriente* japonês) conformaria em verdade uma decisiva aquisição contra o trabalho (2011, p. 39).

Estas transformações além de favorecer o desemprego, estimula as práticas de trabalho relacionadas ao mercado informal, ao mesmo tempo que contribui para que sistemas alternativos de trabalho ocorram simultaneamente. De acordo com Harvey (1993),

curiosamente, o desenvolvimento de novas tecnologias gerou excedentes de força de trabalho que tornaram o retorno de estratégias absolutas de extração de mais-valia mais viável mesmo nos países capitalistas avançados. O que talvez seja mais inesperado é o modo como as novas tecnologias de produção e as novas formas coordenantes de organização permitiram o retorno dos sistemas de trabalho doméstico, familiar e paternalista (p.175).

Agora, com essas formas de organização, os capitalistas têm mais alternativas para escolher e influenciar na precarização do trabalho, possibilitando um enfraquecimento da luta da classe trabalhadora contra a exploração sofrida pelo capital (TEIXEIRA, 1998a).

Diante do exposto é possível perceber as principais transformações pelas quais as sociedades passaram, desde a predominância da atividade artesanal, perpassando os modelos taylorista e fordista, culminando no modo de produção toyotista e as implicações trazidas para os trabalhadores.

Na próxima seção será abordado o artesanato no Brasil que surge em outro contexto.

2.1.1 O artesanato no Brasil

Diferentemente do contexto europeu onde o artesanato teve seu apogeu no início da idade média, no Brasil não se menciona o auge do artesanato com o mesmo significado que teve naquele continente. Rios *et al* (s.d, p. 12) chama atenção para a compreensão do artesanato não só como técnica, mas como atividade humana. Logo, deve ser levado em consideração hábitos, costumes, crenças e estilo de vida relacionados a cultura local.

Quando o Brasil foi colonizado pelos portugueses, a atividade artesanal na Europa já não era tão enfatizada e existia um olhar pejorativo para as tarefas decorrentes de trabalho manual. Esta percepção atravessou o oceano e se estabeleceu em solo brasileiro ao vincular as atividades mecânicas aos escravos e trabalhadores dos estratos mais baixos da sociedade (CUNHA, 2005).

Na época da chegada dos portugueses em *terra brasilis*, a compreensão quanto ao artesanato como atividade mecânica fora trazida com eles fazendo com que se propagasse a ideia de que tais atividades não deveriam ser realizadas pela nobreza, cabendo aos escravos executarem essas ações (CUNHA, 2005), juntamente com os índios que já habitavam a região.

Neste contexto, no Brasil, a atividade artesanal, por ser atrelada tipicamente ao trabalho de escravo, fez com que os trabalhadores livres e brancos abdicassem tanto dela quanto da atividade manufatureira, restando aos africanos e seus descendentes o exercício dessas tarefas (CUNHA, 2005). Para aqueles que não tinham condições financeiras de adquirir um escravo negro, havia a possibilidade de escravizar um indígena, pois “custando uma quinta parte do preço de um negro importado, o índio cativo se converteu no escravo dos pobres, numa sociedade em que os europeus deixaram de fazer qualquer trabalho manual”

(RIBEIRO, 1995, p.100). Desta forma é possível perceber como o artesanato e os trabalhos manuais foram assimilados como atividade voltada a classes sociais menos abastadas.

Além da desarticulação do artesanato na Europa e a discriminação pela mão de obra escrava, Pereira (1957) ainda ressalta o fato do desfavorecimento da ampliação do comércio - decorrente do ambiente sócio-econômico latifundiário brasileiro -, e a “volubilidade que dominava os primeiros colonizadores, na ânsia da riqueza fácil, deixando da noite para o dia qualquer atividade a que se houvessem (sic) dedicado pela mais vã perspectiva duma outra mais rendosa” não contribuírem para a notoriedade do artesanato no país (1957, p. 27).

Holanda (1995) corrobora com o argumento acima ao comparar o trabalho dos artesãos nas colônias portuguesa e espanholas da América. O autor relata que para os espanhóis as atividades artesanais eram valorizadas, tornando-se, por muitos anos, uma garantia de riqueza e prosperidade para o vice-reinado espanhol. A mesma situação não era encontrada no Brasil, pois o vasto trabalho escravo conjuntamente a indústria caseira (que gerava uma determinada independência aos ricos) entravava o comércio e fazia com que fosse escassa a quantidade de artífices livres na maioria de vilas e cidades.

De acordo com Pereira (1979), o ápice do artesanato no Brasil e das corporações de ofício ocorreu no século XVIII decorrente da revolução urbanística que propiciou “condições favoráveis ao fomento das atividades artesanais, dando em resultado uma organização mais elaborada dos ofícios e até mesmo certa forma de prestígio para algumas categorias de artesão” (PEREIRA, 1979, p. 62).

Essa fase coincide com o Ciclo do Ouro vivido em Minas Gerais, fazendo com que os ofícios artesanais fossem requeridos para dar conta da quantidade de trabalho que se tinha. Diante de não ter artesãos com experiência suficiente para criar ou elaborar obras de maior porte, alguns mestres artesãos vieram de Portugal em missões de assistência técnica e em um curto período de tempo, transformaram o sistema artesanal de várias maneiras, inclusive em seu conteúdo estético e nos níveis de execução. Assim, chegou o barroco no Brasil, trazendo possibilidades de emprego e qualificação para os artesãos locais (PEREIRA, 1979).

Mesmo com todo apogeu das atividades artesanais, o artesanato ainda estava relacionado aos estratos sociais mais baixos. Diante da discriminação encontrada com esses trabalhadores mecânicos, eram poucos os que permaneciam no seu ofício por muito tempo. Para poderem beneficiar-se das regalias que eram excluídos por sua condição, assim que conseguiam auferir rendas, abandonavam-no. Desta forma, eram poucos os artesãos que permaneciam em um mesmo ofício por toda sua vida ou que o transmitiam para uma futura geração da sua família (HOLANDA, 1995).

A transição do século XVIII para o XIX foi marcada pelo declínio das atividades latifundiárias dos engenhos no Nordeste e pela escassez de ouro e diamante em Minas, Goiás e Mato Grosso. A chegada de D. João VI no início do século XIX transformou o Brasil em metrópole e abriu os portos brasileiros para a navegação internacional. No eixo Rio-São Paulo, o cultivo do café é impulsionado. Esses três fatores favoreceram a derrocada da atividade artesanal. Com a promulgação da Constituição de 1824, as corporações de ofícios foram extintas evidenciando a debilidade das instituições ligadas ao artesanato (PEREIRA, 1979).

A sociedade brasileira continuava em crise quando começaram a surgir as primeiras organizações com tecnologia advinda da Revolução Industrial. Na segunda metade do século XIX, além deste fato, o Brasil tornou-se república aumentando o quantitativo de pessoas que não conseguiam trabalhar remanescentes do regime escravocrata (PEREIRA, 1979).

O advento da industrialização, mesmo tardia, trazida pela modernidade influenciou no segmento artesanal fazendo com que diminuísse a quantidade de pessoas que trabalhavam neste setor. Santos (1982) comenta que mesmo sendo débil o crescimento do setor industrial, este impactou na consolidação do setor artesanal. Segundo o autor, no Brasil em 1925, o artesanato era responsável por 68% dos empregos e a indústria por 32%. Em 1960, essa diferença diminuiu consideravelmente, sendo o artesanato responsável por 51% e a indústria por 49%.

Lopes (2008) se alinha ao pensamento de Santos (1982) para complementar que a fragilidade da industrialização no Brasil fez com que muitas pessoas em condições de desemprego ou subemprego fossem transferidas para o setor terciário. Este tem uma relação inversa com a industrialização. Se há muitas pessoas empregadas na indústria em uma determinada região, o número de pessoas vinculadas ao setor terciário diminui. De acordo com Pochmann (2010, p.85) é uma característica do setor de serviços absorver, geralmente em ocupações precárias, a parcela da força de trabalho excedente dos setores primários e secundários.

Embora este cenário fosse encontrado nas áreas urbanas, o mesmo não ocorria nos locais onde a indústria ainda não havia chegado e o subemprego se fazia presente. Pereira (1957) ressalta que nas pequenas cidades o artesanato ainda se fazia atuante conservando muitas de suas características, como, por exemplo, a transmissão do ofício de pai para filho. O autor também enfatiza que a situação precária de emprego não estimulava as novas gerações permanecerem na mesma atividade dos seus pais, e atenta para o declínio “que passa a desinteressar os jovens na idade de iniciar a formação profissional, prejudicando a evolução

do ofício e acelerando o ritmo de sua decadência” (PEREIRA, 1957, p. 34). O autor ainda ressalta que a falta de preocupação com o artesanato como instituto social e econômico fez com que ele também não fosse considerado juridicamente como trabalho. Deste modo “inexistindo o Artesanato formalmente, também não existiria o artesão” (PEREIRA, 1979, p. 72) e, assim atividades artesanais foram desaparecendo com o tempo.

Lopes (2008, p. 49) corrobora com o autor acima ao constatar que “é desnecessário mencionar que a sobrevivência (e às vezes reaparecimento) do artesanato é indício claro da prevalência de desemprego e subemprego rural e urbano”, o que pode denotar também as condições de precarização do trabalho encontradas nesses subempregos. Rios *et al* (s.d), ao estudar o cenário cearense do artesanato, constata: “ainda que o artesanato não constitua atividade coletiva de vulto, do ponto de vista da renda, o volume de mão-de-obra que mobiliza é considerável” (RIOS et al, s.d, p. 57). O autor ainda ressalta que no Ceará, toda pessoa que trabalha na lavoura ou no campo possui alguma aptidão artesanal.

Pereira (1979) ainda complementa que o artesanato

não constituiu fator ou função a ser efetivamente incorporada ao nosso modelo econômico. Ficou relegado ao plano das atividades marginais, constituindo tema do folclore ou campo para o diletantismo assistencial às chamadas classes menos favorecidas – e não raro estigmatizado como trabalho de presidiários ou atividade de *hippies* (PEREIRA, 1979, p. 71 – grifos do autor).

Canclini (1982) faz uma ressalva a respeito da incorporação do artesanato ao capitalismo, o modelo econômico vigente, pois segundo o autor existem aspectos que corroboram na compreensão de que o artesanato é e não é componente do sistema capitalista, ao ressaltar a imbricação que o artesanato e as demais artes populares possuem com este sistema.

É preciso ter cuidado para não individualizar e valorizar apenas os aspectos étnicos e simbólicos ou apenas os aspectos econômicos regidos pela lógica de mercado. Esse hibridismo pede que seja encontrado um caminho que leve em consideração esses dois aspectos. O autor ressalta a relação do artesanato com o capitalismo ao mencionar que

as peças de artesanato, portanto, são e não são um produto pré-capitalista. O seu papel como recursos suplementares de rendimentos no campo, como introdutoras de renovação na esfera do consumo e como atração turística e instrumento de coesão ideológica indica a variedade de lugares e funções nos quais o capitalismo delas necessita (CANCLINI, 1982, p. 71).

Desta forma, é possível perceber como o artesanato e o capitalismo se relacionam, fazendo com que ele seja uma alternativa à renda gerada na agricultura, assim como uma ocupação no período de entressafra para a população agrícola. Além de enfatizar as relações de consumo que vão sendo ampliadas, geralmente relacionadas à atividade turística onde

existe a compra e venda de mercadorias. Assim, verifica-se que as funções desempenhadas pelo artesanato “não são contra a lógica capitalista, mas dela fazem parte” (CANCLINI, 1982, p. 62).

Pereira (1979) comenta que as manifestações do artesanato passaram por uma lenta e quase despercebida transição em direção às tendências mercadológicas de *souvenirs* e de decoração de interiores que estavam em expansão. Então, a partir da década de 1950, o artesanato começou a ser objeto de estudo de alguns projetos de desenvolvimento econômico, que posteriormente deram vida a programas nacionais sobre o tema, atualmente tem um em vigor, o Programa do Artesanato Brasileiro, que será apresentado posteriormente.

Sobre o consumo do artesanato, Canclini (1982, pp. 101-102) informa que existem quatro tipos de consumo do artesanato: prático, cerimonial, suntuário e estético/decorativo. O **prático** está relacionado ao consumo para uso na vida cotidiana como roupas, utensílios, etc; o **cerimonial** refere-se a ritos religiosos ou festivos; o **suntuário** está voltado para o consumo por setores de alto poder aquisitivo com o intuito de se distinguir dos demais e; o **estético/decorativo** cujo consumo está direcionado para decoração com adornos e móveis. De acordo com o autor as lojas de artesanato organizam essas peças dos quatro tipos de consumo nos dois últimos, ignorando os aspectos práticos e religiosos das peças, o que favorece a venda das peças artesanais como *souvenirs* ou peças de luxo, onde só as pessoas com alto poder aquisitivo poderão obtê-las.

De acordo com Canclini:

As diferenças entre as lojas de artesanato correspondem a necessidade de selecionar e de apresentar os objetos para grupos diversos de consumidores: o de gosto mais ou menos sofisticado, o dos que “adquirem” signos de distinção ou o dos que apenas desejam levar *souvenirs*. Esta diversificação das lojas é resultado também, da concorrência, cada vez mais complexa, imposta pela expansão do mercado artesanal e pelo incremento dado ao turismo (1982, p. 103 – grifos do autor).

Neste sentido, Pereira (1979) concorda com Canclini (1982) ao perceber que o turismo traz transformações para as peças artesanais decorrentes dos *souvenirs*. Segundo Pereira (1979), o ‘artesanato das lembranças’- produtos artesanais vendidos em áreas turísticas em que sua linguagem remete àquela localidade – está passando por uma rápida transformação diante das oportunidades surgidas no turismo interno, fazendo com que essa característica local vá se perdendo. Conforme o autor,

muitos artigos já se ‘universalizam’ e aos poucos vão perdendo os traços da tipicidade local em favor da tipicidade regional e desta para a nacional. [...] se encontra de tudo em todos os lugares – porque simplesmente se copia e se produz o que no momento mais se vende, gerando um Artesanato ‘fabricado’ pelos intermediários em função dos picos de consumo, sem raízes e sem

essência, ingenuamente caminhando para a autodestruição (PEREIRA, 1979, p. 95 – grifos do autor).

Nesta visão mercadológica, surge a inserção do Design no artesanato, colaborando com a percepção e a efetivação do artesanato como mercadoria, havendo, inclusive, capacitação dos artesãos para que este objetivo seja alcançado, modificando alguns aspectos em relação ao modo de agir dos artesãos.

É importante salientar que algumas críticas ao mercado do artesanato já eram realizadas em meados da década de 1980. No documentário denominado ‘a peleja do bumba meu boi contra o vampiro do meio dia’, Mestre Manoel Galdino, ceramista de artes figurativas do Alto do Moura, em Caruaru – PE, já denunciava o fato de ter que fazer várias peças artesanais iguais para diminuir o preço da venda, em vez de fazer peças exclusivas que teriam um valor mais alto. De acordo com o artesão, o artista que trabalha em série faz isso obrigado, pois

eu podia fazer um boneco por dia, mas aí eu tenho que fazer sete, oito pra vender muito barato para sobreviver. [...] O trabalho é demais, vende muito barato e num dá pra viver. Porque não pode fazer o que quer. É como eu, não posso fazer que quero. Eu faço uma comparação com um vampiro que suga o sangue do artista. Então eu fico muito triste com isso. Quer dizer, o meu trabalho não tem valor, podia ter valor, mas não tem (A PELEJA, 1987).

Diante do depoimento do artesão, é possível perceber a sua angústia em relação a não valorização do seu trabalho ao ver a produção em série das suas peças. Canclini (1982) comenta que essa padronização leva ao barateamento do custo de produção. Neste contexto, é possível lembrar do termo indústria cultural criado por Horkheimer e Adorno (2000) para criticar a produção cultural como linha de montagem, enfatizando a preocupação capitalista em detrimento da preocupação com a subjetividade do trabalho realizado. Pois, de acordo com os autores, “quem não se adapta é massacrado pela impotência econômica que se prolonga na impotência espiritual do isolado. Excluído da indústria é fácil convencê-lo de sua insuficiência” (HORKHEIMER; ADORNO, 2000, p. 181).

Desta forma, os autores atentavam para o impacto que a cultura vista como uma indústria poderia trazer para a criação e consumo de itens culturais, por meio da cultura de massa. Destarte, Horkheimer e Adorno (2000) diferenciam alta cultura e cultura de massa, ressaltando que a arte seria desvalorizada com a sua massificação. Ao criticar os trabalhos realizados que eram emitidos mediante o rádio, os autores mostravam a possibilidade de dominação possível ao expô-los aos mesmos tipos de programas. Para eles, a democracia do rádio “torna todos os ouvintes iguais ao sujeitá-los, autoritariamente, aos idênticos programas de várias estações” (HORKHEIMER; ADORNO, 2000, p. 171). Diante do exposto, percebe-se que a visão dos autores sobre a indústria cultural é de descaracterização e padronização da

arte. Assim, é possível perceber que a preocupação do mercado em que a indústria cultural se insere é movida pelo aspecto financeiro pressionando para a produção em massa de “mercadoria arte”, em vez de um cuidado e preocupação pela arte por si só.

É importante salientar que, por outro lado, Jameson (1996) chama a atenção de que em uma sociedade pós-moderna, a distinção entre a alta cultura e cultura de massa não é tão nítida assim. De acordo com o autor, existe “um esmaecimento da antiga distinção entre a alta cultura e a assim chamada cultura de massa” diferente do que ocorria no modernismo que prezava pelo contraste (JAMESON, 1996, p. 88).

Embora esse contraste não seja tão nítido, a partir do exposto, é possível perceber a relevância mercadológica no caminho trilhado pelo setor artesanal, desfavorecendo, em algumas situações, o artesão. Ou seja, diante da mão invisível do mercado, aquele que cria vê a necessidade de se adequar aos ditames mercadológicos para poder continuar vendendo as suas peças, mesmo que elas percam a sua originalidade, devido a sua reprodução e, conseqüentemente, tenham o seu valor individual reduzido. Já se passaram trinta anos da produção do documentário, mas as reivindicações daquela época continuam atuais, fornecendo a impressão de que as mudanças são muito lentas no setor artesanal.

Na próxima seção será abordada a reprodução da força de trabalho para que se possa ter uma melhor compreensão desse tema na vida do artesão.

2.2 A reprodução da força de trabalho

Neste espaço serão expostos o conceito de reprodução da força de trabalho e outros a ele relacionados para uma melhor compreensão do assunto.

É importante mencionar que a reprodução da força de trabalho pode ser compreendida pela reprodução da mão-de-obra que ocorre por meio da reprodução social e da necessidade do mercado em repor os funcionários que são vistos como recursos humanos faltantes e desgastados no sistema de produção capitalista (MARX, 2014). Polanyi (2000) recorda que a produção se origina da interação entre o homem e a natureza. Porém, para que o mercado seja perpetuado, tanto o homem quanto a natureza devem ser compreendidos como mercadorias que serão produzidas para serem comercializadas. Polanyi (2000) explica que:

Foi este, precisamente, o ajuste que ocorreu sob o sistema de mercado. O homem, sob o nome de mão-de-obra, e a natureza, sob o nome de terra, foram colocados à venda. A utilização da força de trabalho podia ser

comprada e vendida universalmente, a um preço chamado salário, e o uso da terra podia ser negociado a um preço chamado aluguel (POLANYI, 2000, p. 162)

Nesse contexto mercadológico, Mészáros (2004) chama a atenção para as transformações do capitalismo durante principalmente os últimos séculos, deixando de atuar como aspectos subordinados de outros sistemas específicos de controle social para se tornar um sistema orgânico de dominação global por meio do capitalismo burguês. De acordo com o autor,

o capital, como um sistema orgânico global, garante sua dominação, nos últimos três séculos, como *produção generalizada de mercadorias*. Através da redução e degradação dos seres humanos ao *status* de meros ‘custos de produção’ como ‘força de trabalho necessária’, o capital pode tratar o trabalho vivo como nada mais do que uma ‘mercadoria comercializável’, da mesma forma de qualquer outra, sujeitando-a às determinações desumanizadoras da compulsão econômica (MÉSZÁROS, 2000, p. 8).

Assim, diante da prevalência dos interesses econômicos, é possível perceber que o autor ressalta o tratamento de mercadoria dado à força de trabalho que será empregada. É importante salientar que o alto índice de pessoas desempregadas favorece o tratamento da mão-de-obra de maneira mais inadequada, haja vista a possibilidade de substituir facilmente esta força de trabalho.

O desemprego não é recente na história, mas sabe-se que ele tomou uma nova dimensão a partir do surgimento do capitalismo, que decorreu do declínio do feudalismo, gerando um êxodo das pessoas que lá residiam para a cidade. Outro aspecto importante foi o advento da Reforma Protestante que gerou uma crise na Igreja Católica, fazendo com que muitos dos seus bens fossem roubados e assim, a população que vivia em mosteiros ou que era auxiliada por dízimos não pudesse contar mais com esses tipos de ajuda (TAVARES; SITCOVSKY, 2012).

Esses aspectos criaram um excedente de pessoas que não conseguiam encontrar emprego tanto no campo quanto na cidade. Aqueles que estavam empregados também não gozavam de uma boa situação financeira, pois as péssimas condições em que os trabalhadores se encontravam, no início deste sistema econômico, em relação à sua saúde, moradia e trabalho, faziam com que eles vivessem miseravelmente. Esta etapa do capitalismo relacionada à acumulação de situação de miséria só vai ser modificada a partir do século XX (SILVA, 1984).

Neste contexto, surgem na Inglaterra, as primeiras políticas sociais. Para lidar com este cenário de pauperização caracterizado por muitas pessoas desempregadas em um contexto de mendicância, durante o reinado da Rainha Elisabeth, foi implementado o imposto dos pobres que teve vigência de 1531 a 1601. Este tributo teria características punitivas e

repressoras e, consistia em oferecer auxílios assistenciais aos pobres, que em contrapartida, deveriam trabalhar forçosamente e não realizar ações mendicantes sob pena de serem castigados fisicamente ou até mortos por enforcamento (BEHRING, BOSCHETTI, 2011).

Posteriormente, em 1795, a lei dos pobres (*Speenhamland Act*) e as *work houses* entraram em vigor. A lei dos pobres teria um aspecto mais assistencialista, também sendo conhecida como um sistema de abonos (SILVA, 1984, CARVALHO; LEITE, 2011, TAVARES; SITCOVSKY, 2012). As *work houses* eram casas de trabalho forçado e de punições. Sob a tutela do Estado, essas pessoas eram forçadas a trabalhar em troca de moradia, alimentação e da perda do seu direito de ir e vir (SILVA, 1984; FERRARINI, 2007; MOLLO, 2013). Esta situação permaneceu até 1834, quando a nova lei dos pobres (*Poor Law Amendment Act*) foi sancionada revogando alguns dos direitos que tinham sido salvaguardados (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Silva (1984) critica essas políticas ao mencionar que por meio dessas práticas, o Estado estava mais preocupado em eliminar a população do que em alimentá-la. Fraco, o Estado se submetia aos ditames burgueses para controlar a reprodução humana e usava de atributos político-policiais para dominar a classe trabalhadora. Em 1834, o contexto do liberalismo e da Revolução Industrial estava em efervescência. Logo, os direitos anteriormente garantidos foram perdidos para que a força de trabalho fosse utilizada nas fábricas (MOLLO, 2013; TAVARES; SITCOVSKY, 2012).

Estas políticas foram as primeiras a serem utilizadas com o intuito de constituir a força de trabalho que comporia as fábricas, gerando inclusive uma quantidade excedente de pessoas disponíveis para trabalhar. Segundo Tavares e Sitcovsky (2012)

o exame inicial a propósito das ações do Estado, durante esse período revela que havia um nítido encaminhamento à formação da força de trabalho para o processo de industrialização. Era preciso estimular a ética do trabalho, ou melhor, que o trabalho assalariado constituísse a única forma de atendimento às necessidades, assim como era necessário garantir a subsistência da força de trabalho excedente. [...] Ou seja, era preciso garantir a manutenção do exército industrial de reserva nas épocas de retração e desemprego, de forma que sempre houvesse trabalhadores (pobres laboriosos) aptos ao trabalho quando a atividade econômica voltasse a um ciclo de expansão (p. 211).

Para Marx (1996), essa quantidade sobressalente de pessoas desempregadas à espera da oportunidade de ocupar uma vaga no mercado de trabalho interessa às organizações, pois dá origem a um exército industrial de reserva (EIR) ou exército de reserva do trabalho, fazendo com que tenha pessoas disponíveis no mercado para substituir as vagas ocupadas pela força de trabalho e, ao mesmo tempo, uma sujeição dessas pessoas às condições de trabalho fornecidas pelas corporações (MARINI, 2012).

Mas, se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base no capitalismo, essa superpopulação torna-se, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista, até uma condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ele o tivesse criado à sua própria custa. Ela proporciona às suas mutáveis necessidades de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independente dos limites do verdadeiro acréscimo populacional (MARX, 1996, pp.262-263).

Desta forma, para atender ao novo contexto que surge, as políticas foram modificadas para acolher a necessidade do capital. As condições encontradas nas fábricas eram insalubres e não ofereciam boas condições de trabalho aos seus funcionários, mas diante da situação de inúmeras pessoas procurando emprego, o trabalhador acaba sendo obrigado a se submeter às condições definidas pelo dono do capital que deseja obter a força de trabalho necessária para juntamente com os seus meios de produção, alcançar os seus objetivos.

A revolução industrial foi cenário de muitas modificações na forma como o trabalho era realizado. Além da transição da propriedade dos meios de produção – que já vinha ocorrendo antes do seu surgimento – do artesão para o mercador, que agora é o dono da fábrica, dois dos aspectos mais determinantes da revolução industrial foram a ênfase na divisão do trabalho e a utilização de máquinas.

Este contexto também dissociou as relações de trabalho e familiares, assim como também se separou a parte intelectual do trabalho manual, ou seja, o seu planejamento e sua execução, favorecendo a rápida substituição dessas pessoas devido a sua desqualificação. Marx (1980) enfatiza este tipo de divisão do trabalho ao mencionar que:

a reflexão e a imaginação são sujeitas a erro, mas o hábito de mexer o pé ou a mão não depende nem de uma nem de outra. Assim, pode-se dizer que, em relação às manufaturas, a perfeição consiste em não precisar da inteligência, de modo que a oficina possa ser considerada como uma máquina cujas partes seriam homens (MARX, 1980, p. 26).

A partir desse momento, com o auxílio de máquinas, esses trabalhadores parciais deviam seguir o ritmo de produção por elas determinado para a realização de suas tarefas que foram parceladas no processo produtivo, tornando-se “engrenagens” deste ao repetir a mesma atividade durante toda a sua jornada de trabalho (MARGLIN, 1980).

De acordo com Marx (1980), a utilização da atividade humana servindo às máquinas seria uma maneira encontrada pelos donos do capital para diminuir suas despesas na contratação de trabalhadores, além de adequá-los às exigências das máquinas que são operadas por eles em pequenas atividades. Desta forma, aumenta a dependência do trabalhador ao emprego oferecido pelas fábricas, haja vista que já não se detém mais o domínio do trabalho completo. Segundo o autor:

ainda que do ponto de vista técnico a maquinaria tenha alterado substancialmente o antigo sistema da divisão do trabalho, este continua por força do costume, a manter-se como dolorosa tradição da manufatura; o capital o reproduz e consolida, sob a forma mais repugnante, como meio de exploração da força de trabalho. Em vez de ficar especializado no uso de uma máquina parcial. Há um abuso de maquinaria para tornar o operário, desde pequeno, elemento de uma máquina parcial. Assim, ficam bem diminuídas as despesas necessárias para a reprodução do operário, além de tudo, ele torna-se completamente dependente do conjunto da fábrica, isto é, do capitalista (MARX, 1980, p. 31).

Diante do exposto acima, é possível perceber que a divisão do trabalho alinhada à utilização de máquinas na revolução industrial vem impulsionar a exploração do trabalhador pelo capitalista, por meio da fragmentação de atividades. Esta situação levou o trabalhador a uma dependência do trabalho oferecido pelos donos das fábricas e à submissão das condições laborais por eles designadas, haja vista que dentro desse contexto, o funcionário não tem conhecimento suficiente para dominar a produção de um determinado bem do seu início até o final e, por conseguinte, ter condições de subsistência, de suprir as suas necessidades externamente ao cenário fabril, precisando da remuneração advinda do seu trabalho no processo produtivo para sobreviver. Diferentemente da situação vivida pelos trabalhadores, o contexto para os patronais era bastante próspero, pois, é por meio da divisão do trabalho e da exploração da capacidade de trabalho ou força de trabalho advinda do operário que o capitalista obtém a mais-valia e, assim a acumulação de capital.

Em relação à divisão do trabalho, Marx (1980) explica:

a divisão manufatureira do trabalho cria a articulação qualitativa e a proporcionalidade quantitativa do processo social de produção – por conseguinte, uma determinada organização do trabalho social – e desenvolve, ao mesmo tempo, uma nova força produtiva social do trabalho. Enquanto forma especificamente capitalista do processo social de produção – e nas bases em que foi, só podia tomar essa forma capitalista – ela não passa de um método particular de produzir mais-valia relativa ou de aumentar, às custas do trabalhador, o rendimento do capital, a riqueza das nações ou riqueza social (MARX, 1980, p. 29).

Mohun (2012) lembra que, de acordo com Marx, existem dois tipos de divisão do trabalho: a divisão social do trabalho e a divisão de trabalho na produção. A primeira consiste em um complexo sistema “de todas as formas úteis diferentes de trabalho que são levadas a cabo independentemente umas das outras por produtores privados [...], uma divisão do trabalho que se dá na troca entre capitalistas individuais e independentes que competem uns com os outros” (MOHUN, 2012, p. 164). Esta existe desde antes do capitalismo e está relacionada à diversidade de meios de produção encontrada nas comunidades, decorrendo daí a troca de produtos com outras comunidades. Com o capitalismo, esses produtos tornam-se mercadorias que serão produzidas dentro das fábricas sob a lógica do outro conceito de

divisão do trabalho no processo produtivo. O segundo tipo, divisão de trabalho na produção, ocorre quando cada um dos trabalhadores “executa uma operação parcial de um conjunto de operações que são, todas, executadas simultaneamente e cujo resultado é o produto social do trabalhador coletivo” (MOHUN, 2012, p. 164). O autor informa que este segundo tipo é resultante da produção que interligam o capital e o trabalho no processo produtivo.

A busca da valorização do capital e, por conseguinte, da mais-valia reúne produtores artesanais, antes independentes, em um mesmo processo de produção, que se realiza em um mesmo local, sob o controle do capital: dessa maneira, a divisão do trabalho na produção desenvolve-se a expensas da divisão social do trabalho. Ao mesmo tempo, a produção em certos processos de trabalho é decomposta em seus elementos constitutivos, cada um dos quais torna-se objeto de um processo de produção distinto: dessa maneira, a divisão social do trabalho desenvolve-se a expensas da divisão do trabalho na produção. Mas as forças produtivas desenvolvidas pelo capital aumentam em um ritmo tal que ambas as divisões de trabalho se expandem, demarcando e revendo continuamente as linhas que as separam. Assim, é o imperativo da acumulação que estrutura a divisão capitalista do trabalho e não os limites impostos pelas proporções do mercado (MOHUN, 2012, p. 165).

A partir do exposto, é possível perceber como a lógica da acumulação do capital permeia os dois tipos de divisão do trabalho fazendo com que haja uma interação entre elas. Porém, mesmo com esta interação, há significativas diferenças. A seguir, Mohun (2012) enfatiza três aspectos sobre estas distinções.

No primeiro, ele ressalta, como já mencionado anteriormente, que na divisão social do trabalho, os diversos processos produtivos só serão interligados quando os produtos deles derivados sejam mercadorias e assim haja a sua comercialização, “pois só é possível ligar entre si trabalhos diferentes por meio dos produtos desses trabalhos enquanto mercadoria, conexão essa que se realiza unicamente nas atividades de compra e venda” (MOHUN, 2012, p.165). O mesmo não ocorre na divisão de trabalho na produção devido ao fato de nenhum trabalhador produzir uma mercadoria individualmente. Assim, cada trabalhador parcial com a sua atividade especializada comporá o trabalhador coletivo que será o somatório dessas atividades. “E as únicas atividades de compra e venda que têm lugar nesse processo são a compra, pelo capitalista, da força de trabalho do número de trabalhadores necessário e a venda de sua força de trabalho ao capitalista por parte desses trabalhadores” (MOHUN, 2012, p. 165).

O segundo ponto enfatizado por Mohun (2012) situa-se no fato de que na divisão social do trabalho os meios de produção são distribuídos amplamente entre uma grande quantidade de produtores independentes enquanto que a divisão do trabalho na produção, os meios de produção são de propriedade exclusiva do capitalista.

O terceiro aspecto, de acordo com Mohun (2012) refere-se ao modo como os dois tipos de divisão do trabalho são organizados de maneiras bem distintas. A divisão social do trabalho seria influenciada pelo acaso e capricho, de acordo com Marx, e assim, os capitais seriam distribuídos de uma forma aparentemente arbitrária entre os diversos tipos de trabalho social. Desta forma, esse tipo de divisão seria percebido por meio da concorrência entre os capitalistas e assim, imposta *a posteriori*. Por sua vez, na divisão do trabalho de produção, não há espaço para o jogo do acaso e capricho já que as funções de cada trabalhador são bem definidas juntamente com os meios de produção utilizados. Como os meios de produção são do capitalista, ou seja, são de propriedade privada, este tipo de divisão do trabalho tem o seu planejamento, regulação e supervisão definidos *a priori* pelos detentores do capital, de maneira coercitiva, pois se o trabalhador não realiza a sua tarefa da forma anteriormente combinada pode ser punido com multas ou descontos no salário (MARX, 1980).

Deste modo, é possível perceber a relevância da divisão de trabalho na produção para um maior controle das atividades realizadas pelos trabalhadores, assim como da acumulação de capital advinda da supervisão dessas ações. Reforçando este argumento, Marglin (1980, p.41) relembra que a acumulação do capital provém justamente do controle hierárquico da produção, e que o sucesso da fábrica e a divisão do trabalho não decorreriam de superioridade tecnológica, mas da coordenação das atividades dos trabalhadores parciais e da impossibilidade de o operário controlar o seu trabalho e deste poder se encontrar com o capitalista que define o quê e quanto será produzido.

Para obrigá-los a dobrarem-se a essa vontade, era preciso que eles perdessem não somente a propriedade dos meios de produção, mas também, na medida do possível, o controle sobre o funcionamento desses meios; quer dizer, o poder – composto de habilidade, de conhecimento profissional, de *savoir-faire* (PIGNON; QUERZOLA, 1980, p. 83- grifo dos autores).

Diante de tantas mudanças significativas, muitas críticas foram feitas a esta nova modalidade de produção capitalista, principalmente pela alienação gerada ao trabalhador, por convertê-lo, desta forma, em um elemento de fácil substituição. Ao tornar-se um trabalhador parcial, o funcionário não detém mais uma habilidade por completo e com isso, tem que ficar na dependência de ser contratado pelas fábricas, podendo ser facilmente trocado por outro.

Desta forma, Marx (1980) reitera esta alienação ao nos mostrar que:

Até a maior facilidade do trabalho torna-se instrumento de tortura, já que a máquina não dispensa o operário do trabalho, mas faz com que o trabalho perca o interesse. Toda produção capitalista, como geradora não só do valor, mas também da mais-valia, tem esta característica: em vez de dominar as condições de trabalho, o trabalhador é dominado por elas; mas essa inversão de papéis só se torna real e efetiva, do ponto de vista técnico, com o emprego das máquinas. O meio de trabalho tornado autômato ergue-se, durante o

processo de trabalho, diante do operário sob a forma de capital, de trabalho morto, que domina e explora a força de trabalho viva (MARX, 1980, p. 32).

Assim, é possível perceber que para o modelo capitalista ter êxito, um aspecto peculiar é a força de trabalho, pois é por meio dela que ocorre a utilização da capacidade de trabalho do funcionário e, por conseguinte, torna-se possível inseri-los no processo produtivo. O tema da força de trabalho é primeiramente apresentado por Karl Marx em seu livro *O Capital* para explicar a maneira pela qual os proprietários do capital (ou meios de produção) obtêm a mais-valia. O autor define força de trabalho ou capacidade de trabalho como “o conjunto das faculdades físicas e mentais existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais ele põe em ação toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie” (MARX, 2014, p. 197).

A venda da capacidade de trabalho do funcionário leva à apresentação de outra condição citada por Karl Marx para explicitar que a partir do momento que o trabalhador não possui os meios de produção, ele vende a sua força de trabalho. Diante desta situação, o trabalhador “não pode vender mercadorias que encarne seu trabalho e é forçado a vender sua força de trabalho” (MARX, 2014, p. 198). Segundo ele, a venda da capacidade de trabalho ocorre da seguinte maneira:

para transformar dinheiro em capital, tem o possuidor do dinheiro de encontrar o trabalhador livre no mercado de mercadorias, livre nos dois sentidos, o de dispor, como pessoa livre, de sua força de trabalho como sua mercadoria, e o de estar livre, inteiramente despojado de todas as coisas necessárias à materialização de sua força de trabalho, não tendo, além desta, outra mercadoria para vender.

Ou seja, o trabalhador não deve ter acesso aos meios de produção. Deve ater-se apenas à capacidade de executar as atividades contratadas pelo empregador de sua força de trabalho.

Decerto, é a partir desta situação que é possível visualizar as principais contradições entre aqueles que detêm o capital e aqueles que não possuem, e necessitam vender a sua capacidade de trabalho para manter-se e, conseqüentemente, tentar repor as energias para a próxima jornada de trabalho.

É importante salientar que para a realização de mercadorias os meios de produção também são necessários, porém esses são propriedades do possuidor do dinheiro. Althusser (2008, p. 65) diz que esta é uma forma de “produção-exploração”. Pois, de acordo com o autor,

esta “funciona”, em primeiro lugar e antes de tudo, porque os proletários e outros assalariados, *por não possuírem qualquer meio de produção*, são obrigados, para muito simplesmente *viverem*, empregar-se na produção que os explora. É por isso que eles se apresentam “sozinhos” na agência de recrutamento e, uma vez contratados, vão “sozinhos” ocupar seu posto, de

dia ou de noite. É a causa absolutamente determinante, mas não é única (ALTHUSSER, 2008, p.65 – grifos do autor).

Assim, é possível perceber que o meio encontrado pelos trabalhadores para sobreviver advém da venda de sua capacidade de trabalho, se adequando às exigências organizacionais. Marx (2014) explica que a força de trabalho só pode ser percebida no mercado como mercadoria quando ela for oferecida e vendida pela pessoa que a detém, ou seja, aquele que possui a sua capacidade de trabalho. Tanto ele quanto o “possuidor do dinheiro” se encontrarão no mercado como detentores de mercadorias, em condições juridicamente iguais cuja diferença encontra-se no fato de um ser vendedor e o outro comprador. O autor também salienta que a venda da força de trabalho deve ocorrer por tempo determinado, provisoriamente, pois se esta condição não existe, o detentor da capacidade de trabalho deixa de ser considerado homem-livre e torna-se escravo.

Lessa e Tonet (2011) discorrem que essa relação igual é caracterizada pelas leis de mercado, onde será pago o valor estabelecido no contrato pela venda da força de trabalho, fazendo com que tal relação seja considerada “absolutamente honesta” (LESSA, TONET, 2011, p. 95 – destaque dos autores). Bensaïd (2013) também critica esta “aparente” igualdade ao relatar que o contrato de compra e venda dessa capacidade de trabalho manifesta-se como uma trapaça, “pois uma vez concluído, o trabalhador é reduzido a ‘tempo de trabalho personificado’, uma ‘carcaça de tempo’, segundo Marx, que o empregador tem legalmente o direito de utilizar quando quiser” (BENSAÏD, 2013, p, 105).

E é justamente por meio dessa força de trabalho que o capitalista conseguirá criar valor e, conseqüentemente, obter a mais-valia. Marx (2014) ressalta sua importância ao mencionar que:

Para extrair valor do consumo de uma mercadoria, nosso possuidor de dinheiro deve ter a felicidade de descobrir, dentro da esfera da circulação, no mercado, uma mercadoria cujo valor de uso possua a propriedade peculiar de ser fonte de valor, de modo que consumi-la seja realmente encarnar trabalho, criar valor, portanto. E o possuidor do dinheiro encontra no mercado essa mercadoria especial: é a capacidade de trabalho ou a força de trabalho (MARX, 2014, p. 197).

Desta forma, é possível perceber que o valor de troca ocorre da “relação quantitativa entre valores de uso de espécies diferentes, na proporção em que se trocam, relação que muda constantemente no tempo e no espaço” (MARX, 2014, p.58). Marx explica que os valores de troca advindos do mesmo tipo de mercadoria, teriam o mesmo significado. A partir desta informação, o autor complementa que os valores de troca só podem se expressar por meio de mercadorias diferentes (2014, p.59). Para o autor, ao ser levado em consideração a troca das mercadorias, o valor de uso delas é ignorado, já que elas são equiparáveis e possuem o mesmo

valor de troca. Ele destaca: “Como valores de uso, as mercadorias são, antes de mais nada, de qualidade diferente; como valores de troca, só podem diferir na quantidade, não contendo, portanto, nenhum átomo de valor de uso” (MARX, 2014, p. 59).

Ao extrair o valor de uso das mercadorias, Marx destaca que só lhes resta uma propriedade, a de ser “produto do trabalho” (MARX, 2014, p. 60) que também será modificado. Pois, ao desaparecer o valor de uso das mercadorias, também é posto de lado a utilidade dos trabalhos corporificados nesses produtos, reduzindo todas as diferentes formas de trabalho ao que ele denomina “trabalho humano abstrato” (MARX, 2014, p. 60). Ou seja, apenas é ressaltado o fato de que a força de trabalho foi despendida para a produção das mercadorias, sem levar em consideração qual foi a forma que houve esse dispêndio. O autor explica:

toda a força de trabalho da sociedade – que se revela nos valores do mundo das mercadorias – vale, aqui, por força de trabalho única, embora se constitua de inúmeras forças de trabalho individuais. Cada uma dessas forças individuais de trabalho se equipara às demais, na medida em que possua o caráter de uma força média de trabalho social e atue como essa força média, precisando, portanto, apenas do tempo de trabalho em média necessário ou socialmente necessário para a produção de uma mercadoria (MARX, 2014, p. 61).

A partir do exposto, é possível perceber que o trabalho humano será o componente utilizado na fabricação das mercadorias que será entendido como uma média das forças de trabalho individuais que são despendidas para a sua produção para, posteriormente, haver a troca de mercadorias. Destarte, Marx (2014, p. 69) conclui que o valor das mercadorias decorre do trabalho humano, podendo seu valor só ser manifestado por meio da relação social de troca das mercadorias.

Harvey explica que a proliferação de trocas faz com que emerge uma mercadoria que possua equivalência universal, uma mercadoria – dinheiro básica, de modo que todas as outras mercadorias possam ter os seus valores relacionados a esta mercadoria-dinheiro. Para o autor, desta maneira, o valor adquire, por consequência, uma medida que será única, reconhecida e aceita pela sociedade (2013b, p. 55). Polanyi (2000, p. 162) corrobora o pensamento Harvey, ao afirmar que “o dinheiro é apenas um outro nome para uma mercadoria usada na troca com mais frequência que outra e que, portanto, é adquirida principalmente a fim de facilitar a troca”.

Quanto ao valor pago à força de trabalho, Marx (2014) informa que ele é determinado da mesma forma que as outras mercadorias são, isto é, pelo tempo de trabalho necessário para produzir e se reproduzir. Assim, o que é pago está relacionado ao valor dos meios de subsistência necessários para a manutenção do trabalhador. Uma diferença entre a capacidade

de trabalho e as demais mercadorias está em evidenciar que o pagamento daquela somente é efetivado após o seu uso, fato que não ocorre com as demais. Ou seja, através dos salários. Lessa e Tonet (2011) afirmam que o custo de um trabalhador assalariado é

nada mais, nada menos, do que custa à sociedade a reprodução da sua força de trabalho. E, como para isso basta que a pessoa seja mantida viva e com o mínimo de saúde, a maior parte das necessidades autenticamente humanas dos trabalhadores não será sequer reconhecida, quanto mais levada em consideração pelo capital. [...] o ser humano é só levado em consideração como uma coisa, um montante de força de trabalho. Por isso, o custo dessa força é muito baixo e o seu valor - o salário - está sempre muito abaixo das necessidades do trabalhador como ser humano (LESSA; TONET, 2011, p.95).

Para Bensaïd (2013, p. 104), a força de trabalho “tem a fabulosa virtude de criar valor ao ser consumida, de funcionar mais tempo do que o necessário para sua própria reprodução”, pois para reproduzir esta força de trabalho não se leva em consideração todos os aspectos necessários para o ser humano viver dignamente. Ou seja, é possível perceber que não são levados em consideração todos os aspectos para a reposição saudável da realização do trabalho humano, fazendo com que o trabalhador tenda a ser mal remunerado por sua atividade devido ao valor do pagamento de sua jornada de trabalho ser aquém da sua real necessidade.

Ao tratar do salário, Althusser (1970) menciona que embora ele seja o principal elemento para a reprodução da força de trabalho, não é desta maneira que as empresas repassam essas informações. Segundo ele

o salário figura na contabilidade de cada empresa, como ‘capital mão de obra’ e de modo algum como condição da reprodução material da força de trabalho. No entanto, é assim que ele ‘age’, dado que o salário representa apenas a parte do valor produzida pelo dispêndio da força de trabalho, indispensável à reprodução desta: entendamos, indispensável à reconstituição da força de trabalho assalariado (ter casa para morar, roupa para vestir, ter de comer, numa palavra poder apresentar-se amanhã – cada amanhã que Deus dá – ao portão da fábrica); acrescentemos: indispensável à alimentação e à educação dos filhos nos quais o proletário se reproduz (em x exemplares: podendo x ser igual a 0, 1, 2, etc...) como força de trabalho (ALTHUSSER, 1970, p. 18).

O autor ainda salienta que o valor do salário para a reprodução da força de trabalho é o mínimo determinado relacionado a aspectos históricos e não biológicos, sendo assim, de acordo com a classe do trabalhador, existe um salário relacionado a esta e não pelas suas necessidades biológicas, que seriam comuns a qualquer ser humano, independente de classe social. Althusser (1970) também descreve que

este mínimo é duplamente histórico pelo facto de não ser definido pelas necessidades históricas da classe operária ‘reconhecidas’ pela classe capitalista, mas pelas necessidades históricas impostas pela luta de classes

proletárias (luta de classes dupla: contra o aumento da duração do trabalho e contra a diminuição dos salários) (ALTHUSSER, 1970, p.19).

Este aspecto histórico é citado por Marx (2014) e Harvey (2013a) complementa-o ao dizer que a força de trabalho não é qualquer mercadoria, pois ao mesmo tempo em que ela cria valor, há um aspecto histórico, moral, além de outro conjunto de forças políticas e culturais que influenciarão na determinação de seu valor. Embora o salário seja pago de acordo com as leis de mercado e estabelecido no contrato, a submissão do ser humano ao capital gera alienação em tratar como mercadoria aquilo que possui natureza humana, levando apenas em consideração o lucro. Desta forma, evidenciando a exploração do ser humano ao transformá-lo em uma mercadoria. Lessa e Tonet (2011, p. 95), comentam que para Marx a “desumanidade – a alienação – da relação entre as personificações do capital que se expressam no burguês e no operário não está nos baixos salários, ‘está no próprio fato de existir salário’”.

Este mesmo sentimento também pode ser percebido em Marx (2014) no momento em que ele aborda da transformação do possuidor do dinheiro em capitalista:

O antigo dono do dinheiro marcha agora à frente, como capitalista; segue-o o proprietário da força de trabalho, como seu trabalhador. O primeiro, com um ar importante, sorriso velhaco e ávido de negócios; o segundo, tímido, contrafeito, como alguém que vendeu a sua própria pele e apenas espera ser esfolado (MARX, 2014, p. 206).

Diante do exposto, é possível perceber que esta relação, embora seja formalmente legal, não é tão equânime assim, pois há uma exploração na forma em que o dono do capital utiliza a força de trabalho, fazendo com que haja um desequilíbrio na relação entre o trabalhador e o capitalista.

Outro assunto que merece destaque é a reprodução das condições da produção. Sobre este tema, Althusser (1970, p. 17) informa que toda “formação social deve, ao mesmo tempo que produz, e para poder produzir, reproduzir as condições de sua produção”, ou seja as forças produtivas e as relações de produção existentes.

Sobre a reprodução dos meios de produção, o autor salienta que “não há produção possível sem que seja assegurada a reprodução das condições materiais da produção: a reprodução dos meios de produção” (ALTHUSSER, 1970, p.13) e reitera o argumento de Marx ao dizer que esta não ocorre dentro da empresa, haja vista que há uma dependência de seus fornecedores, embora este termo não seja utilizado pelo autor. “O que se passa ao nível da empresa é um efeito, que dá apenas a ideia da necessidade da reprodução, mas não permite de modo algum pensar-lhe as condições e os mecanismos” (ALTHUSSER, 1970, p. 14).

Em relação à reprodução da força de trabalho, Marx (2014) diz que assim como os meios de produção são repostos, é necessário repor a capacidade de trabalho. Segundo o autor,

o proprietário da força de trabalho é mortal. Se tem de aparecer continuamente no mercado, conforme pressupõe a contínua transformação de dinheiro em capital, o vendedor da força de trabalho tem de perpetuar-se ‘como todo ser vivo se perpetua, através da procriação’. As forças de trabalho retiradas do mercado por desgaste ou por morte têm de ser incessantemente substituídas pelo menos por um número igual de novas forças de trabalho. A soma dos meios de subsistência necessários à produção da força de trabalho inclui também os meios de subsistência dos substitutos dos trabalhadores, os seus filhos, de modo que se perpetue no mercado essa raça peculiar de possuidores de mercadorias (MARX, 2014, p. 201-202).

É importante salientar que Marx (1996) chama atenção para o risco para os capitalistas da dependência da reprodução natural dessa força de trabalho, pois pode faltar mão-de-obra para a realização das atividades. Desta forma, ele menciona que “não basta à produção capitalista de modo algum o quantum de força de trabalho disponível que o crescimento natural da população fornece. Ela precisa, para ter liberdade de ação, de um exército industrial de reserva independente dessa barreira natural” (MARX, 1996, p.265). Assim, além de ter uma massa sobrando para a reprodução da força de trabalho, para que esta perpetuação aconteça, Marx (2014) ressalta a importância de se obter habilidade e destreza através da educação ou treino. Dependendo da especialidade da força de trabalho pode ser exigida uma qualificação maior desta. Assim, pode-se perceber que esta reprodução da força de trabalho necessária ao capital deve ser diversificada e qualificada.

Dentro deste contexto, Althusser (1970) compreende que assim como a reprodução dos meios de produção não acontece dentro do ambiente empresarial, o mesmo ocorre com a reprodução da força de trabalho. Ele evidencia a importância da escola para a manutenção dessa capacidade de trabalho. De acordo com o autor, é por meio desta que os saberes práticos são ensinados às pessoas que futuramente ocuparão um lugar na empresa e assim reproduzirão a força de trabalho. Lettieri (1980) enfatiza que a essência da escola está em sua função social de manter a separação que ela gera entre ciência e técnica, cultura e produção e, entre os trabalhos manual e intelectual.

Desta maneira, Althusser (1970, p. 21, grifos do autor) alerta:

ao mesmo tempo que ensina estas técnicas e estes conhecimentos, a Escola ensina também as ‘regras’ dos bons costumes, isto é, o comportamento que todo o agente da divisão do trabalho deve observar, segundo o lugar que está destinado a ocupar: regras de moral, da consciência cívica e profissional, o que significa exatamente regras de respeito pela divisão social-técnica do trabalho, pelas regras da ordem, estabelecida pela dominação de classe. Ensina também a ‘bem falar’, a ‘redigir bem’, o que significa exatamente

(para os futuros capitalistas e para seus servidores) a ‘mandar bem’, isto é, (solução ideal) a ‘falar bem’ aos operários.

Com esta explicação, o autor nos chama a atenção para os aspectos ideológicos envolvidos nesta relação de forma que o aprendizado desses saberes é uma maneira de manter a reprodução dessas forças de trabalho e assim, perpetuar a lógica dominante vigente.

Canclini (1982) corrobora com o autor acima, ao declarar a necessidade que os sistemas sociais possuem, para garantir a sua subsistência, de se reproduzirem e reformularem as suas condições de produção, perpetuando a lógica de submissão à ideologia dominante pelos trabalhadores e para aqueles responsáveis em manter essa ideologia, a capacidade de manipulação ideológica.

É importante salientar que embora Canclini (1982) concorde em alguns aspectos com o trabalho de Althusser (1970), ele faz uma ressalva sobre o aspecto estático dessa concepção ideológica. Neste sentido, Canclini (1982) complementa que a reprodução de adaptação ao sistema social requer “uma readaptação dos trabalhadores às *mudanças* de ideologia dominante e do sistema social, e uma renovação – e não somente reprodução – da ideologia dominante em função das modificações do sistema produtivo e dos conflitos sociais” (pp. 34-35 – grifos do autor).

Em relação a essas mudanças ideológicas é importante salientar que as características que fundamentam os aspectos da ideologia para os sistemas fordista e de acumulação flexível são distintas. Enquanto o primeiro sistema tem como premissas a sociedade de consumo, o modernismo, a totalidade e a socialização; o modelo de acumulação flexível se baseia no consumo individualizado, no pós-modernismo, na especificidade e na individualização (HARVEY, 1993, p. 169). É mister mencionar que essas diferenças influenciam na formação da força de trabalho desses modelos, pois o sistema de acumulação flexível, para atender aos preceitos capitalistas, exige de uma parcela desta força de trabalho alta intelectualidade. Este fato pode ser visto como uma oportunidade para a força de trabalho, pois “educação, flexibilidade e mobilidade geográfica, uma vez adquiridas, ficam mais difíceis de controladas pelos capitalistas” (HARVEY, 1993, p.175).

Outra ilusão do trabalhador que pode estar relacionada a esta manutenção ideológica, evidenciada por Lessa e Tonet (2011, p.96), é acreditar que “se o lucro do patrão aumentar, o salário vai melhorar e os empregos serão mais numerosos”. Os autores mostram que isso não ocorre, pois geralmente há lucro e não há aumento de salário, como também pode ser empregada uma nova tecnologia, mais avançada, ocasionando em uma maior produção onde será utilizado um menor número de trabalhadores. Em 2012, o relatório mundial sobre

salários da Organização Internacional do Trabalho (OIT) mostrava que o aumento de produtividade nos países desenvolvidos não foi diretamente proporcional ao aumento de salários dos trabalhadores (SARRES, 2012). Para Lettieri (1980, p. 200), como o trabalho é organizado e dividido sob o prisma do patrão, estas novas técnicas utilizadas “tornam-se meios de integração, de ‘personalização do trabalho’ e também de despersonalização do trabalhador”. E assim, geram desemprego “acompanhado não de crise econômica, mas de expansão da produção” (LESSA; TONET, 2011, p. 97). Neste cenário, torna-se mais difícil para o trabalhador conseguir outro emprego que possua a mesma condição do anterior.

De acordo com Shaikh (2012), essa situação de pessoas desempregadas e parcialmente empregada é intrínseca ao sistema capitalista, para propiciar a acumulação do capital. Assim,

a acumulação de capital significa o crescimento deste, mas significa também novos métodos de produção, de maior escala e mais mecanizados, que a concorrência obriga os capitalistas a adotar. O crescimento do capital aumenta a demanda por trabalho, mas a mecanização substitui os trabalhadores por máquinas e, com isso, reduz essa demanda. A demanda líquida por trabalho depende, portanto, da força relativa de cada um desses dois efeitos, e são precisamente essas forças relativas que variam de modo a manter o exército industrial de reserva (SHAIKH, 2012, p. 213).

Compreender o desemprego se faz relevante, pois, de acordo com Marx (1996), ele é um elemento importante que comporá o exército de reserva do trabalho para o sistema de produção capitalista e influenciará na fácil substituição da força de trabalho dentro das fábricas, impulsionando a acumulação capitalista. Marini (2012, p.31) conceitua este exército como “a massa de operários sobrantes não incorporados à produção (de maneira permanente ou temporária), que pressionam constantemente o mercado de trabalho e ameaçam a situação do setor empregado da classe operária”. O autor complementa seu raciocínio, informando que a existência desse exército pode ser aberta, por meio do desemprego, ou disfarçada, ocorrendo mediante subemprego.

Desta forma, esse exército de reserva faz contraponto a um exército ativo, influenciando inclusive a questão salarial. Pois, de acordo com Marx:

Grosso modo, os movimentos gerais do salário são exclusivamente regulados pela expansão e contração do exército industrial de reserva, que correspondem à mudança periódica do ciclo industrial. Não são, portanto, determinados pelo movimento do número absoluto da população trabalhadora, mas pela proporção variável em que a classe trabalhadora se divide em exército ativo e exército de reserva, pelo acréscimo e decréscimo da dimensão relativa da superpopulação, pelo grau em que ela é ora absorvida, ora liberada (MARX, 1996, p. 267).

Ou seja, é possível perceber que esta superpopulação flutua de acordo com a necessidade do sistema de produção capitalista, quando as contratações são mais necessárias, há uma maior admissão de mão-de-obra, quando não se precisa mais, incorpora-se a

superpopulação do exército de reserva. Em relação a esta superpopulação relativa², Marx (1996, p. 271) explica que “todo trabalhador faz parte dela durante o tempo em que está desocupado parcial ou inteiramente”. O autor classifica-a em líquida, latente e estagnada. A primeira, também denominada de flutuante, é aquela que de acordo com a necessidade das indústrias de absorver trabalhadores. A superpopulação latente advém de a possibilidade da população rural migrar para cidade em busca de emprego e, a estagnada é composta pelos trabalhadores que se encontram no exército ativo, porém de modo irregular (MARX, 1996, pp. 271-272).

Quanto ao termo “industrial” encontrado em exército industrial de reserva, Granato Neto (2013) faz uma ressalva para o seu significado ao explicar que ele não engloba apenas a massa sobrando relacionada ao setor industrial. Ele ressalta que embora o contexto estudado por Marx tenha sido aquele cuja grande parte da força de trabalho estava empregada no capital industrial, outros tipos de capitais também estão inseridos na acepção deste termo. De acordo com o autor, o exército industrial de reserva (EIR)

também serve às atividades de circulação do capital (capital comercial e capital bancário) e às instituições acessórias que o legitimam (Estado, forças armadas e sindicatos) que também necessitam de trabalhadores assalariados. Portanto, o EIR não é uma reserva de trabalhadores para a indústria de transformação, como pode ser erroneamente interpretado, e nem apenas para o capital industrial, mas sim uma reserva de trabalhadores para o capital como um todo, seja ele industrial, comercial ou bancário e suas instituições acessórias. Até porque, ao contrário do que ocorre quando o trabalhador está no exército ativo, é impossível distinguir reservas específicas de trabalhadores para as diferentes partes do capital e suas instituições acessórias (GRANATO NETO, 2013, p.13).

Pelo exposto, é possível perceber a importância do conceito de exército industrial de reserva para a acumulação capitalista, influenciando na obtenção de mais-valia. Em relação à mais-valia, Ruy Mauro Marini (2012), argumenta que aquilo que é considerado valorização advindo da mais-valia para o dono do capital, significa exploração para o trabalhador. O autor chama de superexploração do trabalhador a existência de lucros extraordinários decorrentes da remuneração abaixo do valor da força de trabalho que decorre do aumento da intensidade do trabalho, do prolongamento da jornada de trabalho ou da redução do salário do trabalhador (MARINI, 2012, p. 30).

² Granato Neto (2013, p. 14) informa que Marx utiliza os termos exército industrial de reserva e superpopulação relativa como sinônimos: “Ao longo de sua exposição do conceito de EIR, Marx constantemente também o intitula de superpopulação relativa. A leitura de ‘O Capital’ indica que Marx trata-os como sinônimos. Entretanto, uma ressalva precisa ser feita: nos ‘Grundrisse’, Marx utiliza apenas a denominação ‘superpopulação’ (a denominação EIR aparece apenas em ‘O Capital’)”.

Como já foi relatado, é por meio da mais-valia que ocorre a acumulação do capitalista. Esta pode ser classificada como relativa e absoluta. De acordo com Harvey (1993, p. 174), a mais-valia absoluta “apoia-se na extensão da jornada de trabalho com relação ao salário necessário para garantir a reprodução da classe trabalhadora num dado padrão de vida”. A mais-valia absoluta decorre da utilização da força de trabalho pelo máximo tempo possível na produção. No século XIX, as oficinas inglesas possuíam jornada de trabalho que se estendiam por 18 horas. Como atualmente existem leis que limitam a quantidade de horas que um trabalhador pode permanecer realizando suas atividades laborais, haverá uma frenagem da acumulação do dono do capital por esta via. Pois não será mais permitido utilizar a força de trabalho pelo tempo máximo que ele deseje.

Desta forma, o capitalista, que tem como principal objetivo auferir ganhos, encontra uma nova maneira de aumentar a sua produção. Já que está impossibilitado de explorar sem limites a força de trabalho, ele utilizará a automação dos meios de produção. Assim, a cada dia que passa, as máquinas são encontradas substituindo a vaga do trabalhador nos locais de produção, desta maneira ocorre a mais-valia relativa. Neste contexto, “a mudança organizacional e tecnológica é posta em ação para gerar lucros temporários para firmas inovadoras e lucros mais generalizados com a redução dos custos dos bens que definem o padrão de vida de trabalho” (HARVEY, 1993, p. 174). Silva (1984) corrobora com esta informação ao mencionar que

é exatamente a partir do momento em que a jornada de trabalho é reduzida que se tem o aumento da produtividade do trabalho através da mudança de procedimentos, que vão abreviar o tempo socialmente necessário para a produção de uma mercadoria. Em outros termos, tem-se aí a passagem da mais valia absoluta para a mais-valia relativa, onde se intensifica a exploração da força de trabalho. Isto se deu com a mudança dos meios de maquinismo e da grande indústria (SILVA, 1984, p.5).

Marini (2005) chama atenção para o cuidado de não compreender os termos mais-valia relativa e produtividade como sinônimos. Assim, ele explica que

uma maior capacidade produtiva do trabalho não assegura por si só um aumento da mais-valia relativa. Ao aumentar a produtividade, o trabalhador só cria mais produtos no mesmo tempo, mas não mais valor; é justamente esse fato que leva o capitalista individual a procurar o aumento de produtividade, já que isso permite reduzir o valor individual de sua mercadoria, em relação ao valor que as condições gerais de produção lhe atribuem, obtendo assim uma mais-valia superior à de seus competidores, ou seja, uma mais-valia extraordinária (MARINI, 2005, p. 145).

Perante este contexto de substituição de trabalhadores por máquinas, amplia-se a quantidade de pessoas que não encontram locais para trabalhar e assim, aumenta o coeficiente de pessoas desempregadas, que serão incorporadas ao exército de reserva de trabalho que

ficará à disposição das organizações à espera de uma oportunidade remota para conquistar um emprego.

Diante deste cenário onde há muitas pessoas em busca de um emprego ou tentando melhorar as condições em que trabalham, é possível perceber que a força de trabalho empregada acaba se submetendo às condições impostas pelo proprietário dos meios de produção para permanecer trabalhando.

Nessa busca pelo emprego, as pessoas almejam alternativas para se manterem ocupadas e, sobretudo, conseguirem gerar renda. Neste contexto, surge o artesanato fazendo com que as pessoas possuam uma atividade, mas não estejam protegidas dos seus direitos sociais e trabalhistas. De acordo com o Movimento dos Artesãos ([s.d], p.2), os artesãos são sobreviventes do capitalismo. Segundo o autor, no Brasil existem milhões de pessoas que diante da crise econômica, ficam desempregadas e tornam-se artesãos.

Esta situação é corroborada por Canclini (1982) ao enfatizar a relação do artesanato com a entressafra da agricultura, que ao gerar desemprego, implica uma migração da atividade agrícola para artesanal. Em um estudo realizado no México, o autor comenta que o artesanato pode ser visto como uma solução para o problema do desemprego rural devido ao fato de não haver ocupação para todos os grupos domésticos durante o período de safra e pelos poucos rendimentos gerados pela produção agrícola aos camponeses que, na maioria das vezes, praticam uma agricultura de subsistência, vendendo o excedente. Desse modo, o artesanato surge como alternativa de complemento de renda, tornando-se em alguns povoados, a atividade principal.

Canclini enfatiza a ocupação das pessoas no artesanato para as autoridades governamentais:

Do ponto de vista do Estado, o artesanato é um recurso econômico e ideológico utilizado para limitar o êxodo camponês e a consequente entrada nos meios urbanos de maneira constante de um volume de força de trabalho que a indústria não é capaz de absorver, e que agrava as já preocupantes deficiências habitacionais, sanitárias e educacionais (CANCLINI, 1982, p. 64).

Assim, é possível perceber a relação direta que o artesanato possui com o Exército Industrial de Reserva, tornando as pessoas ocupadas enquanto estão desempregadas, esperando, de alguma forma, a chance de poder participar do mercado de trabalho formal. Diante da definição de que o exército industrial de reserva se refere ao excedente temporário ou não que não é incorporado à produção (MARINI, 2012), o artesanato pode ser visto como uma das formas pela qual esse exército se apresenta.

Outra forma pela qual também é possível perceber uma outra vertente deste exército se dá pelas políticas governamentais de transformar os desempregados em empreendedores. Fortete (2012) chama atenção para as novas sedutoras formas de geração de renda voltadas ao empreendedorismo, pois elas “se tornaram um meio de cooptação e controle, despolitizando trabalhadores e aplacando suas lutas e reivindicações” (p.12). A autora menciona que as políticas públicas atualmente são criadas com um objetivo diferente daquelas relacionadas ao *Welfare State*, ou seja, de não deixar a pessoa morrer. Isso faz com que o Estado social liberal tenha que criar “novas estratégias de produção e reprodução da força de trabalho, assim como novas formas de governar” (FORTETE, 2012, p. 64).

Uma dessas novas maneiras é a ideologia do empreendedorismo inserida na sociedade. Seraine (2009) aborda esta relação ao mencionar que

é, portanto, com a elevação do contingente de indivíduos desempregados e desocupados, num contexto de instalação do desemprego estrutural, que começam a despontar estratégias elaboradas pelo Estado através da criação de políticas públicas que objetivem estimular o trabalho por conta própria regular, no intuito de garantir ocupação e trabalho-renda, o que indubitavelmente pode vir a repercutir na diminuição do conjunto de desempregados e desocupados, isto é, do “exército industrial de reserva” (para utilizar uma linguagem clássica) (SERAINÉ, 2009, p. 24 – grifos da autora).

Pochmann (2010, p. 87) informa que os trabalhadores por conta própria contabilizam 21% do total de ocupações dos brasileiros, resultando em aproximadamente vinte milhões de pessoas nesta situação. Nas regiões Norte e Nordeste, este índice aumenta para 25%. De acordo com ele, os trabalhadores por conta própria são aqueles que ocupam alguma tarefa em busca de remuneração, sem amparo legal, trabalhista e social. Esta definição se assemelha a de Tavares (2004, p. 52) que compreende o trabalho informal como o emprego sem vínculo formal, sem proteção, mas relacionado à produção capitalista. Entre eles se encontram os artesãos. Pochmann (2010) complementa que apenas um terço dos trabalhadores das regiões acima citadas possui algum tipo de proteção social e trabalhista enquanto na região Sudeste essa proteção atinge dois terços dos trabalhadores.

Quanto menor for o salário, maior a possibilidade dos trabalhadores se incluírem na informalidade. De acordo com Pochmann,

na faixa de rendimento de até um salário mínimo mensal, que responde por quase 40% do total dos ocupados, somente dois de cada dez trabalhadores estão vinculados ao sistema de proteção social e trabalhista. Já na faixa de remuneração dos ocupados com dez salários mínimos mensais e mais cerca de 80% dos postos de trabalho estão protegidos no Brasil (POCHMANN, 2010, p.87).

Assim, diante de um cenário de desemprego estrutural o Estado tem que criar alternativas para que a população possa sobreviver nesta conjuntura e o empreendedorismo é uma solução que torna a pessoa responsável por sua subsistência. Para Silva (2002) o discurso da empregabilidade por meio do empreendedorismo é uma nova forma de exploração do capitalismo e de dominação do mundo do trabalho, fazendo com que haja uma adaptação da cultura do trabalho relacionada ao risco, à insegurança e ao desemprego.

Face a tantas mudanças, faz-se necessário compreender que o conceito de classe trabalhadora também sofreu algumas alterações. Antunes (2005) atenta para o fato da necessidade de entender de uma forma mais ampla o conceito de classe trabalhadora, ou como ele se refere, a *classe-que-vive-do-trabalho* (grifos do autor, p. 82). Para o autor, essa compreensão

implica em entender esse conjunto de seres sociais que vivem da venda de sua força de trabalho, que são assalariados e desprovidos dos meios de produção. Como todo trabalho produtivo é assalariado, mas nem todo trabalhador assalariado é produtivo, uma noção contemporânea de classe trabalhadora deve incorporar a totalidade dos/as trabalhadores/as assalariados/as.

A classe trabalhadora, portanto, é mais ampla do que o proletariado industrial produtivo do século passado, embora este ainda se constitua em seu núcleo fundamental. Ela tem, portanto, uma conformação mais fragmentada, mais heterogênea, mais complexificada, mais polissêmica, mais multifacetada. Que somente pode ser apreendida se partirmos de uma noção ampliada de trabalho (ANTUNES, 2005, pp. 82-83).

Desta forma, Antunes (2005) reforça a importância de ampliar a concepção de trabalho e, que embora haja mudanças nas formas de sistemas de produção e até de uma ampliação do modo de trabalho, incluindo os trabalhos em domicílio, a classe trabalhadora continua existindo.

Na próxima seção serão abordados alguns conceitos de políticas públicas importantes para o entendimento desta tese.

2.3 Políticas públicas

Esta seção tem como objetivo apresentar o tema políticas públicas (PP) para que possamos compreendê-lo e verificar a sua relação com o artesanato e, por decorrência, as políticas públicas de artesanato. Desta forma, primeiramente serão tratados os conceitos de

políticas públicas e nas subseções seguintes as ações governamentais de artesanato nacional, pernambucana e caruaruense.

De acordo com Muller (1998), para poder entender as políticas públicas é necessário saber que as três correntes de pensamento que serviram de plano de fundo intelectual para a sua construção foram as reflexões sobre a burocracia, a dimensão estratégica das teorias organizacionais e os estudos de *management* público (1998, pp. 100-101).

A burocracia, assim como o taylorismo, influenciou pela divisão das tarefas, onde as atividades são despersonalizadas, ou seja, as tarefas são planejadas sem levar em consideração as pessoas que irão realizá-la, com o intuito de eliminar as incertezas geradas pelo comportamento humano. Desta forma, uma decisão tomada pela cúpula organizacional pode ser implementada no nível organizacional mais baixo “sem ódio nem paixão” (MULLER, 1998a, p. 101).

A dimensão estratégica das organizações colabora com a compreensão das políticas públicas por meio de conceitos como sistema, poder e estratégia. O sistema por ser composto por partes que formam um todo, desta forma sendo maior que as ações individuais de cada um dos seus componentes; o poder está relacionado à capacidade dos agentes de utilizar seus pontos fortes para maximizar os recursos organizacionais e ao se destacar, fortalecer a sua posição na organização; a estratégia por meio da capacidade de conhecer as regras formais e informais da organização, alcançar as metas estabelecidas.

O *management* público, decorrente da gestão que diferencia inicialmente o público e o privado. De acordo com Muller (1998a), o surgimento de múltiplas novas entidades jurídicas cujos fundamentos de legitimidade são mistos, resultado de uma sociedade mais complexa, torna a diferenciação da gestão pública mais difícil. O *management* público é a linguagem encontrada pelo Estado para se comunicar com esta sociedade complexa (p. 103). Tinôco, Souza e Oliveira (2011, p. 306) corroboram com esta informação ao mencionar que o Estado vem sofrendo várias transformações, devido a recorrentes reformas administrativas, reestruturações e inserção de novos atores, como ONGs e empresas na ação pública, inserindo em seu contexto atributos da gestão como a reformulação e inovação de instrumentos e processos.

Meny e Thoenig (1992) chamam a atenção para os significados que o vocábulo ‘política’ possui nos países latinos. Podendo se referir aos fenômenos de jogos de poder, cuja acepção em inglês significa *politics*, ou “um quadro de orientação para ação, um programa ou uma perspectiva de atividade” (p. 89) – neste caso a tradução de política em inglês torna-se *policy*. Ao abordar as políticas públicas, é neste último contexto que este trabalho se adequa.

O termo ‘política pública’ pode ser compreendido como um “processo de mediação social, na medida em que o objeto de cada política pública toma a seu cargo os desajustes que podem ocorrer entre um setor e outros setores, ou ainda entre um setor e a sociedade global” (MULLER, 1998a, p. 107 – tradução minha). Para Meny e Thoenig (1992, p. 89) “os atos e os não atos comprometidos da autoridade pública frente a um problema ou um setor relevante de sua competência”

Muller comenta que as políticas públicas se originam de mudanças estruturais da sociedade que antes era concebida como uma sociedade territorial, como os feudos, por exemplo, para posteriormente ser entendida como setorial mediante as divisões sociais do trabalho, distinguindo aquilo que é do âmbito familiar do âmbito profissional. A partir daí, o autor ressalta que as primeiras políticas públicas foram as agrícolas, pois “o setor agrícola se desprende do mundo rural” (1998a, p. 104), fazendo com que o campesino que antes se percebia como parte da terra, agora vai ser contratado para executar atividades específicas em relação à produção agrícola. A segunda política pública está relacionada ao aspecto social, pois diante das mudanças estruturais na sociedade, o número de pobres e indigentes aumentou substancialmente. O que antes era tratado localmente como caridade, agora já não é mais possível. Segundo o autor, deste cenário surge o *Welfare State*, gerando condições mínimas que protejam os indivíduos que se encontram nesta situação (MULLER, 1998a).

Ao abordar o tema *Welfare State* percebe-se que se trata de um assunto amplamente discutido. Sping- Andersen (1991) comenta que mesmo antes do termo *Welfare State* ser mencionado, economistas políticos do século XIX já tratavam sobre ele, ao relacionar capitalismo e bem-estar social, encontrando soluções distintas para a dicotomia entre mercado e Estado sob os prismas do liberalismo, conservadorismo e marxismo.

Para o liberalismo, a igualdade e a prosperidade surgiriam por meio de mercados livres e uma mínima interferência do Estado. Tanto conservadores quanto os marxistas rechaçavam a ideia de liberdade de mercado. Os conservadores partiam do pressuposto de que o absolutismo era o regime mais adequado e, portanto, a preservação de hierarquia e classes, baseado na disciplina, lealdade e produtividade seria a maneira de alcançar o bem-estar social. Já os marxistas têm como ponto de análise a dominação de classe, pois diante da acumulação capitalista, o povo é despojado de propriedade, resultando em uma profunda divisão de classes, o que resultará em um Estado liberal renunciando ideais de liberdade e neutralidade para poder defender as classes daqueles que são detentores de propriedade (SPING-ANDERSEN, 1991).

Arretche (1996, p.1) comenta que o *Welfare State* foi um fenômeno do século passado caracterizado pela provisão dos serviços sociais que cobriam variados tipos de risco de vida individual e coletivo, tornando-se “um direito assegurado pelo Estado a camadas bastante expressivas da população dos países capitalistas desenvolvidos”. Para Marshal (apud SPING-ANDERSEN, 1991), a ideia fundamental do *Welfare State* seria a cidadania social.

Sping-Andersen (1991) atenta que o *Welfare State* além de envolver estratificação social, também deve

envolver a garantia dos direitos sociais. Quando os direitos sociais adquirem o *status* legal e prático de direitos de propriedade, quando são invioláveis, e quando são assegurados com base na cidadania em vez de terem base no desempenho, implicam uma “desmercadorização” do *status* do indivíduo vis-à-vis o mercado (p. 90).

Nogueira (2001, p. 91) menciona que embora haja várias abordagens sobre o tema, existe “um relativo consenso que os programas sociais inclusivos, de cunho universalizante, somente foram colocados em marcha devido ao excedente econômico e o grau de desenvolvimento tecnológico obtidos com a industrialização”.

Para Ana Paula Paes de Paula (2005), a concentração industrial, o monopólio empresarial com âmbito mundial e a expansão imperialista dos países hegemônicos fizeram com que o capitalismo se ampliasse em grandes proporções no início do século XX. Essa expansão capitalista gerou algumas crises econômicas cíclicas resultando no *crash* da bolsa de Nova Iorque de 1929.

Este cenário fez com que a teoria neoclássica econômica fosse questionada por não prever crises e por suas premissas não intervencionistas. Diante deste panorama, o modelo de John Maynard Keynes ganhou notoriedade por ser uma alternativa ao modelo liberal que vigorava no momento (PAULA, 2005). Segundo a autora, entre as recomendações desse modelo “figurava uma significativa ampliação da intervenção estatal e dos gastos governamentais para estimular o crescimento econômico, gerar empregos e promover o bem-estar social” (PAULA, 2005, p. 29). Paula (2005) ainda comenta que a utilização dessas medidas com sucesso nos Estados Unidos e na Europa enfatizou a eficácia desse modelo, gerando “a crença de que as crises capitalistas são contornáveis quando o governo mantém o pleno emprego da economia, usando corretamente seu poder de tributar, empregar e despende recursos” (p.29).

Esse cenário de lucratividade citado anteriormente junto com o *Welfare State* - a política do bem-estar - durou até o pós-guerra quando mudanças significativas para a margem de lucros das organizações geraram uma diminuição desses, além de aumentar o índice de desemprego, configurando assim, uma crise do capitalismo na década de 1970.

Sobre a crise, Paula (2005, p. 41) aborda a escola da regulação e menciona a associação entre o modelo de produção fordista e o modelo econômico keynesiano. Relacionando, assim, a produção e o consumo que favoreceriam a acumulação do capital por meio do emprego e da utilização de máquinas. A autora comenta que desta forma,

o Estado desempenhava o papel de regulador dos contratos e também provia os direitos sociais aos que se encontravam fora do mercado de trabalho para que os mesmos também pudessem participar do “pacto” como consumidores. Tal modelo de intervenção, também conhecido como *welfare state* ou Estado de bem-estar, foi questionado pelos neoliberais durante todo o pós-guerra. Conforme já mencionamos, enquanto esse modelo continuou garantindo a prosperidade econômica nos países centrais, os adeptos do livre-mercado permaneceram como uma tímida voz discordante, mas esse quadro mudou radicalmente quando o mesmo entrou em crise (PAULA, 2005, pp. 41-42).

Segundo Clarke (1991, p.150), “a crise do fordismo não é nada de novo; é apenas a mais recente manifestação da crise permanente do capitalismo”. Bihr (1998) menciona que o enfraquecimento do fordismo decorreu da diminuição dos ganhos de produtividade; da elevação orgânica do capital; da saturação da norma social de consumo e; do desenvolvimento do trabalho improdutivo.

Ao mesmo tempo, a pressão do mercado para que haja uma menor interferência do Estado vai ganhando força com o intuito de que as condições positivas vivenciadas pelas organizações em relação à sua acumulação sejam alcançadas mesmo com o grande índice de desemprego gerado. Assim, o neoliberalismo se apresenta como alternativa ao *Welfare State*. De acordo com Teixeira (1998b), o neoliberalismo surgiu depois da segunda guerra mundial como uma resposta dos principais países capitalistas ao modelo de desenvolvimento que tinha como centralidade a intervenção do Estado responsável pelo desenvolvimento social e acumulação do capital. Para Sping- Andersen (1991, p.85), “o neoliberalismo contemporâneo é quase um eco da economia política liberal clássica”.

Diante da crise do sistema capitalista, volta à tona “a tese clássica de que o mercado é a única instituição capaz de coordenar racionalmente quaisquer problemas sociais, sejam eles de natureza puramente econômica ou política” (TEIXEIRA, 1998b, p. 195). Teixeira ainda complementa:

A superação da crise exige maior liberdade de mercado, menor interferência na economia, para evitar que isto leve a um crescimento do trabalho improdutivo à custa do trabalho produtor de mais-valia. Trata-se, na verdade, de repor, em primeiro lugar, as condições para a valorização do valor. Para tanto, a atuação do Estado deverá se deslocar em favor da política econômica, isto é, à custa da política social (1998a, pp. 62-63).

Desta forma, o neoliberalismo vai alcançando maiores proporções, implicando na atuação do Estado onde, ao mesmo tempo em que a sua intervenção no mercado diminui, cria

políticas para poder controlar o desemprego. A partir daí é possível perceber que as políticas implementadas surgiram para confortar o mercado que não estava satisfeito com a situação encontrada. Muitas das políticas públicas adotadas surgiram como uma forma de obediência ao mercado para lidar com a externalidade gerada por ele ao criar políticas que amenizem o impacto das ações mercadológicas.

Para Teixeira (1998a, p. 43), a socialização do trabalho começa a ser regida por aspectos políticos mercadológicos, pois “as determinidades (sic) do mercado de trabalho passam a assumir um caráter cada vez mais político, na medida em que o Estado adota uma política de incentivos de geração de emprego e renda e políticas compensatórias”. Seguro-desemprego, fixação de salário mínimo e subsídio de transportes são alguns dos exemplos citados pelo autor.

Neste novo cenário, Oliveira (2013) ressalta a utilização dessas políticas:

Ao lado da adequação dos critérios de acesso ao seguro-desemprego (ampliando sua cobertura e tornando-o mais seletivo) e da adoção de programas emergenciais e assistenciais em proporção cada vez maior, ganham ênfase as seguintes políticas ativas (sob tendências diversificadora, descentralizadoras e focalizadoras): formação profissional, serviços de intermediação de mão-de-obra, subsídios à contratação pelo setor privado, políticas voltadas aos jovens, programas de ajuda ao trabalho autônomo e à organização de cooperativas, desregulamentação do mercado de trabalho (p.24).

Diante do exposto, é possível perceber a amplitude dessas políticas, a partir do momento em que elas não estão atreladas apenas ao aspecto empregatício em si, mas incorporam também ações relacionadas à geração de renda para a população, evidenciando, assim, a sua orientação mercadológica. É possível perceber que esta é uma área de vasta atuação das políticas públicas que vão ganhando notoriedade.

Saindo um pouco do panorama contemplado pelos Estados Unidos e pela Europa, e focando a atenção na América Latina, é importante salientar que nesta última região não foram encontradas as mesmas circunstâncias do *Welfare State* europeu e norte-americano. Alguns autores partem do pensamento de que não houve a implementação do modelo do *Welfare State*, mas apenas a utilização de algumas políticas de bem-estar social (GOMES, 2006; TAVARES, SITCOVSKY, 2012).

Draibe (2003) comenta que os países latino-americanos influenciados fortemente pela pressão financeira internacional, diante de um dilema entre a nova política econômica e a política de bem-estar social, optaram “radicalmente por um lado da balança, o do ajustamento fiscal e as reformas comerciais e pró-mercado” (DRAIBE, 2003, p. 64).

A percepção de Martins (2006), em relação à América Latina, sugere que a influência do neoliberalismo na região ocorreu por meio do Consenso de Washington e a exigência de políticas baseadas na liberalização comercial e financeira gerou políticas públicas nesse direcionamento. Ajustes econômicos e reformas regressivas relacionadas aos sistemas de proteção social são alguns exemplos (TAVARES, SITCOVSKY, 2012).

Nesse contexto, Santos (2006a) relata que a recente história da América Latina e do Brasil é permeada pelo conflito entre os ‘liberais’ e ‘populistas’. Este conflito ocorre, segundo ele, porque

os liberais querem tratar como ‘cidadãos’, imitando a Europa, uma população de excluídos, desempregados e miseráveis que às vezes não possuem nem um documento de identidade. Esses excluídos, por sua vez, procuram apoiar-se onde podem, para dividir a classe dominante e buscar brechas para aproximar-se e arrancar dele o que puderem. Seus métodos correspondem a sua situação social e não se enquadram nos marcos aceitáveis para a classe média (SANTOS, 2006, p. 55).

No Brasil, o capitalismo tardio, a falta de homogeneização em relação ao industrialismo no modelo econômico desenvolvimentista, um rápido processo de urbanização, uma economia ainda voltada para a agricultura e uma força de trabalho semelhante ao semifeudalismo e ao escravagismo não possibilitaram o mesmo contexto americano e europeu para que houvesse um amadurecimento da luta dos trabalhadores por direitos sociais. De acordo com Gomes (2006),

no Brasil as condições políticas e sociais da luta de classes não foram suficientemente profundas para engendrar mecanismos de defesa institucionais que pudessem contrabalançar os efeitos deletérios de um processo intenso e dinâmico de desenvolvimento econômico pautado no avanço das formas modernas de industrialização. Com o avanço das políticas neoliberais e o desmonte das estruturas produtivas e executoras de políticas públicas do aparato estatal desenvolvimentista, alguns organismos privados multinacionais e nacionais ganharam espaços no tocante à produção de bens e serviços que eram, em certo sentido, pelo menos os mais importantes, prioridade do setor público, aprofundando, dessa maneira, ainda mais a *mercantilização* das condições de bem-estar dos indivíduos e famílias, tornando a universalização dos direitos sociais garantidos pela Constituição um sonho muito distante (p. 203 – grifos do autor).

Baseados em Mota, Tavares e Sitcovsky (2012, p.197) complementam este pensamento ao explicarem que

no que se refere ao Brasil, vale ressaltar que embora, rigorosamente, não tenha havido um Estado do bem-estar social, emergiram, à época, benefícios ocupacionais destinados aos trabalhadores empregados com carteira assinada, os quais foram definidores de uma cidadania de empresa, de que não participavam os desempregados e os trabalhadores informais.

Dentro desse contexto, Medeiros (1998) relata que o *Welfare State* no Brasil surgiu mediante decisões autárquicas que possuíam caráter predominantemente político, voltado para

a regulação dos aspectos relacionados à organização social dos trabalhadores assalariados que compunham os setores burocráticos e modernos da economia. Assim, na década de 1930 foram criadas medidas voltadas para os aspectos compensatórios e produtivistas com objetivo de amenizar os impactos de um modelo de desenvolvimento caracterizado pela concentração de riqueza e, contribuir para o crescimento econômico do país, respectivamente (MEDEIROS, 2001). As bases implementadas no sistema de seguridade social permaneceram quase inalteradas até 1966, quando depois do início dos governos militares em 1964 houve “profundas alterações na estrutura institucional e financeira das políticas sociais, que vai de meados da década de 60 até meados da década seguinte” (MEDEIROS, 1998, p. 14), favorecendo o ambiente mercadológico mediante o desenvolvimento industrial.

Passada a fase de governos militares e iniciada a época da Nova República, embora tenham sido percebidos avanços em aspectos políticos, o mesmo não ocorreu em relação às políticas sociais, onde alguns dos programas sociais foram extintos (MEDEIROS, 1998).

Gomes (2006) chama atenção para dois fatos que aconteceram na década de 1980 que ajudarão a compreender a nova fase de política econômica brasileira. A partir de 1979, mudanças em relação à conjuntura econômica internacional ocorreram onde os Estados Unidos iniciaram ajustes neoliberais por meio de uma política monetária contracionista, elevando a taxa de juros, para amenizar a crise mundial de conversibilidade do dólar, e por consequência, a crise da dívida externa. Juntamente com esta situação, houve a segunda grande crise do petróleo. Estes dois fatos geraram profundos desequilíbrios externos na América Latina e, por decorrência, no Brasil que “enfrentou problemas sérios de financiamento externo, prejudicando sobremaneira o ajustamento dos desequilíbrios em seu balanço de pagamentos” (GOMES, 2006, p. 227). Desta forma, mais uma vez, houve uma maior atenção às políticas econômicas em detrimento das políticas sociais de bem-estar.

Assim, o neoliberalismo foi implementado no Brasil a partir da década de 1990. Segundo Filgueiras (2006), este foi o último país da América Latina a incorporar o modelo econômico neoliberal. O autor comenta que durante o Governo Sarney já havia algumas medidas com intenção neoliberal divulgada pela comunicação em massa, porém devido a mobilização política social e sindical, havia uma resistência a estas iniciativas que foram atenuadas. A Constituição de 1988 também foi uma forma de resistência a essas iniciativas, que posteriormente foram cedidas mediante os governos Collor e Fernando Henrique Cardoso.

Filgueiras (2006) comenta que o retardo do projeto neoliberal em se manter no Brasil decorreu à complexidade da estrutura produtiva brasileira em relação à abertura comercial

trazendo impactos distintos para a produção industrial e agroindustrial, com o objetivo de combater a inflação e, posteriormente aumentar a competitividade produtiva nacional, por meio de uma política industrial ativa.

De acordo com o autor,

esse processo, que culminou com a afirmação do projeto político neoliberal e a construção de um novo modelo econômico, redefiniu as relações políticas entre as classes e frações de classes que constituíam a sociedade brasileira. A vitória desse projeto expressou, ao mesmo tempo em que estimulou, um processo de transnacionalização dos grandes grupos econômicos nacionais e seu fortalecimento no interior do bloco dominante, além de exprimir, também, a fragilidade financeira do Estado e a subordinação crescente da economia brasileira aos fluxos internacionais de capitais. Em particular, reconfigurou (sic) o bloco dominante e a sua fração de classe hegemônica, com destaque para a consolidação dos grandes grupos econômicos nacionais, produtivos e financeiros (FILGUEIRAS, 2006, p. 183).

Neste contexto, as relações de trabalho também se modificam, havendo uma flexibilização maior na relação empregado/empregador, havendo uma negociação mais individualizada por organizações, fazendo com o sindicato, paulatinamente, perca força nas negociações. Destarte, levando em consideração a história de reivindicação dos trabalhadores brasileiros que no governo Getúlio Vargas teve promulgada a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) que regulamentava o funcionamento dos sindicatos patronais e dos trabalhadores, é possível perceber uma fragilização dessas relações devido ao discurso da flexibilização do trabalho para aumentar o número de empregos, fazendo com que alguns direitos trabalhistas sejam desconsiderados (SILVA, 2005).

Diante deste cenário, Silva (2005) ressalta que os trabalhadores se localizaram em uma situação mais frágil. Com este modelo, em meados da década de 1990, com o discurso de modernidade e a preocupação com a competitividade do país no mercado global, veio o pensamento da acumulação flexível fazendo com que alguns direitos do trabalhador tenham sido alterados para adequação ao mercado. Surgem, assim, políticas que regulamentam a desindexação salarial, o trabalho em tempo parcial, a contratação por tempo determinado, o banco de horas, etc.

Da mesma forma, Mota, Amaral e Peruzzo (2012) chamam a atenção para emergência de uma ideologia voltada para o empreendedorismo, o autoemprego e dos negócios próprios como alternativas de geração de renda para a população. É importante ressaltar que a realidade do próprio negócio como uma alternativa à falta de emprego é uma prerrogativa mais antiga para os trabalhadores brasileiros de maneira geral, haja vista o trabalho feito por Sá (2010) sobre os feirantes evidenciando como a informalidade já fazia parte de 40% dos

entrevistados antes de se tornarem feirantes em Caruaru. O que muda é o discurso governamental encontrando como única solução essa ideologia empreendedora.

Castelo (2012) menciona que em meados da década de 1990, o modelo neoliberal entra em crise fazendo com que haja também uma preocupação com as questões sociais diante de um panorama alarmante de fome, desemprego, entre outros aspectos. Esse movimento que ele chama de social-liberalismo³, que seria “uma revisão ideológica do neoliberalismo [...], uma tentativa de dar respostas às múltiplas tensões derivadas do acirramento das expressões da ‘questão social’ e da luta política das classes trabalhadoras” (CASTELO, 2012, p. 47).

Neste contexto, o Governo Collor inicia o seu programa de governo com objetivos neoliberais, trazendo vários ajustes e cortes no governo como, por exemplo, a extinção do Programa Nacional de Desenvolvimento do Artesanato (PNDA). Diante das notícias e escândalos de corrupção em seu governo, houve o *impeachment* do Presidente Fernando Collor em 1992, com a cassação dos seus direitos políticos (CASTELO, 2012). Assim, o vice-presidente Itamar Franco tornou-se o presidente da república. Em sua gestão foi colocado em ação o plano Real, com o intuito de trazer estabilidade econômica diante dos altos índices inflacionários encontrados naquela época.

A partir de 1994, o Brasil foi governado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC). Durante o seu governo foi aprovada no Congresso Nacional a possibilidade de reeleição dos governantes do Poder Executivo, permitindo-o ser reeleito para governar também no período 1999-2001. O governo FHC foi marcado pelas alterações econômicas e político-ideológicas, assim como a reforma gerencial da administração pública e o combate às organizações políticas e sociais dos trabalhadores por meio de repressão e cooptação de seus líderes (CASTELO, 2012). Desta forma,

o projeto neoliberal representou a derrota do movimento operário brasileiro reconstruído na década de 1980, o aborto de um Estado de bem-estar social nacional e, acima de tudo, a vitória da burguesia, liderada por sua fração rentista internacionalizada. À esta vitória, seguiu-se uma ofensa ideológica neoconservadora (CASTELO, 2012, pp. 50-51).

De acordo com o autor, do segundo mandato do Governo Lula até o governo liderado por Dilma Roussef, mesmo com a inserção de um modelo de novo desenvolvimentismo, o social-liberalismo ainda possui destaque nas políticas econômicas e sociais.

Mota (2012) ressalta a aparente contradição da era Lula ao conciliar uma pauta desenvolvimentista com diretrizes liberais. Segundo a autora “através da mediação do

³ De acordo com o autor, outras teses desse pensamento, considerado por ele como socialista burguês, são: a Terceira Via (Anthony Giddens); a Via 2 ^{1/2} (Alan Touraine); o pós-Consenso de Washington (John Williamson); a ‘nova questão social’ (Pierre Rosanvallon); o Desenvolvimento humano (Amartya Sen) e; as informações assimétricas e falhas do mercado (Joseph Stiglitz) (CASTELO, 2012, p. 47).

mercado e do crescimento econômico induzido pelo Estado, o governo atendeu algumas das reivindicações das classes subalternas, ao tempo em que assegurou as exigências das classes dominantes” (MOTA, 2012, p.35).

Em 2016, mais uma vez devido a escândalos de corrupção, ocorre o segundo *impeachment* na Presidência da República, envolvendo agora a Presidenta Dilma Roussef. O vice-presidente Michel Temer assume a presidência com o plano de governo marcado pela influência neoliberal, envolvendo inicialmente o corte de vários ministérios. Entre as polêmicas do seu recente governo encontram-se a extinção do Ministério da Cultura e sua inserção como secretaria no Ministério da Educação que devido à pressão popular, foi reincorporado (MICHEL, 2016). Além da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 55 de 2016, no Senado (anteriormente na Câmara dos Deputados tramitando como a PEC 241/16) que intenciona um novo regime fiscal em relação aos orçamentos fiscal e de seguridade social cujo reajuste anual destes ocorrerá em relação ao valor do orçamento do exercício anterior corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) durante vinte (20) anos (exercícios financeiros) (BRASIL, 2016c). O Senado Federal fez uma consulta à população para saber a sua opinião sobre a referida PEC. Em 25 de novembro de 2016, havia 23.082 votos a favor e 341.771 votos se manifestando contra a PEC (BRASIL, 2016c).

Pelo exposto, pode-se perceber a ênfase que os modelos acima citados deram às políticas econômicas e sociais. A partir deste momento, será relatado como o assunto ‘políticas públicas’ foi ganhando notoriedade nas ações realizadas no Brasil.

Souza (2006) comenta que as políticas econômicas e as políticas sociais foram as responsáveis por trazer maior visibilidade à área de políticas públicas. No Brasil, este tema ganhou destaque no fim da década de 1980, pois foi a “época em que estudos sobre a redemocratização do país e as novas formas de gestão do orçamento público – presentes na reforma constitucional de 1988 - viriam à tona” (GELINSKI; SEIBEL, 2008, p.227).

Segundo Souza (2006), as políticas restritivas de gastos começaram a fazer parte da agenda da maioria dos países em desenvolvimento. Tais políticas tiveram mais ênfase no pós-guerra ao substituir o modelo keynesiano, enfatizando a restrição de gastos pelos países. Além desses fatores, a autora menciona que outro aspecto que trouxe visibilidade para área foi o fato de que na maioria dos países em desenvolvimento ou de democracia recente, especialmente os da América Latina, as coalizões políticas ainda não foram “capazes de equacionar minimamente a questão de como desenhar políticas públicas capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e de promover a inclusão social de grande parte de sua população” (SOUZA, 2006, p.21).

Arretche (2003) comenta que o interesse por políticas públicas no Brasil decorre de mudanças recentes em sua sociedade, advindas dos processos de inovações e experimentações nos programas governamentais e de reforma do Estado. Segundo a autora, esse fato trouxe muita curiosidade sobre os mecanismos de como funciona o Estado (em seu aspecto micro) e revelou falta de conhecimento sobre a sua operação e seu efetivo impacto (ARRETCHE, 2003, pp. 7-8). Faria (2003) complementa o pensamento da autora ao mencionar que o campo de políticas públicas neste país ainda é muito incipiente. Essa carência de estudos pode estar atrelada ao fato do governo, em suas três esferas, não valorizar a avaliação das políticas implementadas como um instrumento de gestão (FARIA, 2003, p. 22).

Embora a área de políticas públicas tenha vários enfoques, levando Faria (2003, p. 22) a denominá-la como “Babel de abordagens” e alguns autores mencionarem a dificuldade de definir políticas públicas (SILVA 2012; DIAS, MATOS, 2012), Arretche (2003) acredita que haja poucas dúvidas sobre o objeto de análise das políticas públicas ser “o estudo de programas governamentais, particularmente suas condições de emergência, seus mecanismos de operação e seus prováveis impacto sobre a ordem social e econômica” (p. 8). Gelinski e Seibel (2008, p. 228) definem políticas públicas como “ações governamentais dirigidas a resolver determinadas necessidades públicas”. Muller (1998a, p. 107) chama a atenção para o fato de que as políticas públicas possuem como objeto o freio ou a aceleração da transformação do setor que tem sob o seu domínio. Para Amabile (2012), as políticas públicas são a ação governamental concretizada.

De acordo com Souza (2006), a síntese da diversidade de modelos e definições sobre políticas públicas teria os seguintes elementos:

A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz.

A política pública envolve vários atores e níveis de decisão (embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes).

A política pública é abrangente e não se limita a leis e as regras.

A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados.

A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo.

A política pública envolve processos subsequentes, após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação (pp. 36-37).

Meny e Thoenig (1992) também percebem as políticas públicas compostas por elementos. De acordo com estes autores, são cinco aspectos que uma política pública contém: um conteúdo, um programa, uma orientação normativa, um fator de coerção e, uma competência social. Em relação ao **conteúdo**, é por meio dele que serão mobilizados os

recursos para alcançar os resultados da política, por meio de um processo de trabalho e ação; o **programa** caracterizará que a política não é realizada por ações isoladas, e sim por um quadro geral de ações, formado por um ou demais eixos específicos, sob um denominador comum; a **orientação normativa** demonstra que a atividade pública não é decorrente de resultados aleatórios, mas que traduzem orientações e valores que direcionam para um objetivo específico, satisfazendo interesses, sejam esses conscientes ou não; o **fator de coerção** ressalta a legitimidade da atividade pública mediante a autoridade legal e; a **competência social** se caracteriza pelos “atos e disposições que afetarão a situação, os interesses e os comportamentos dos administrados”, entendendo estes como os “indivíduos, grupos ou instituições que compõem o campo da ação governamental considerada” (MENY, THOENIG, 1992, p. 91).

Muller (1998a, p. 107) explica que existem políticas públicas quando uma autoridade política local ou nacional tenta, por meio de um programa de ação coordenado, modificar o âmbito cultural, social ou econômico de atores sociais considerados, em geral, dentro de uma lógica setorial. Meny e Thoenig (1992, p. 90) definem políticas públicas como “um programa de ação governamental em um setor da sociedade ou um espaço geográfico”. Souza tem um entendimento semelhante de políticas públicas com os autores acima citados. A autora define políticas públicas como

o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e/ou entender por que e como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real (SOUZA, 2003, p. 13- grifos da autora).

Desta forma, é possível perceber que as políticas públicas decorrem das ações tomadas pelo governo que, por meio de seus programas, trarão mudanças para um determinado setor da sociedade ou para ela como um todo. É por meio desse entendimento que este trabalho se baseará para a compreensão de políticas públicas.

Neste sentido, Muller (1998a) aborda a relação global/setorial (RGS) como o problema a ser solucionado pela política pública. Assim esta relação seria o objeto das políticas públicas, assim como a sua variável – chave na determinação de condições que permitam a elaboração de uma política.

Muller (1998a) ainda complementa que, neste contexto, qualquer política pública pode ser decomposta em três processos fundamentais: primeiramente é uma tentativa (pode dar certo ou não) de lidar com a posição, papel ou função do setor em questão em relação aos

outros setores ou a sociedade como um todo. Segundo, a RGS só pode se transformar em um objeto de intervenção pública em função da imagem que se faz dela para os atores envolvidos. É por meio do ‘referencial de uma política pública’, a representação da RGS, que é designado “o conjunto de normas ou imagens de referência em função das quais se definem os critérios de intervenção do Estado e os objetivos da política pública considerada” (MULLER, 1998a, p. 107). Por fim, é importante definir quem será ou serão o (s) ator (es) responsáveis pela construção ou transformação de um referencial de política pública, também chamado de mediadores, personagem estrategicamente importante para a tomada de decisões relacionada à política.

Outro ponto elencado por Dias e Matos (2012) trata da diferenciação entre política de governo e política de Estado, haja vista que nesta última, as ações públicas perpassam a gestão de mais de um governo (2012, p. 13). Estas ações podem estar relacionadas às três esferas governamentais, sob a competência da União, estadual e municipal.

Estas esferas governamentais farão o planejamento setorial. Este instrumento governamental é elaborado pelo primeiro escalão, baseado no planejamento estratégico do governo eleito e servirá de base para o Plano Plurianual relacionado ao setor. Matias-Pereira (2012) conclui que o processo de planejamento terá como resultado o plano, programa ou projeto, sendo o orçamento o instrumento utilizado no planejamento para a realização das ações.

De acordo com Queiroz, (2009, p. 45), as definições de plano plurianual, programa, ações, produto e tarefas são determinadas pelo Decreto presidencial nº. 2.829/1998 e pela Portaria nº 42, de 1999 do Ministério de Orçamento e Gestão (MOG). Queiroz compreende plano plurianual como “o maior elemento integrador das políticas públicas de uma determinada esfera governamental. É constituído por um conjunto de programas”. Esses programas são compostos por ações (projetos e atividades). De acordo com a Portaria nº.42 acima mencionada,

Art. 2º Para os efeitos da presente Portaria, entendem-se por: a) **Programa**, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual; b) **Projeto**, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de governo; c) **Atividade**, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo; d) **Operações Especiais**, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não

resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços (BRASIL, 1999 – grifos meus).

Assim, é possível perceber como as ações públicas são constituídas pelos governos em suas distintas esferas. Dias e Matos (2012) complementam mencionando que os programas e projetos são partes que compõem o plano:

um programa está composto por uma série de projetos que guardam uma estreita relação entre si e que em conjunto estão destinados a converter em realidade os objetivos e metas do plano. Os programas organizam e otimizam os recursos disponíveis (DIAS; MATOS, 2012, p. 154)

Eles ressaltam que os programas estão hierarquicamente imediatamente abaixo do plano, contendo informações mais específicas e detalhadas em relação àquelas contidas no plano, tornando-o mais operacional e concreto para alcançar o seu objetivo. A concretude do plano ocorre por meio dos projetos, estes:

são um conjunto de atividades inter-relacionadas e coordenadas com o objetivo de alcançar objetivos específicos, dentro dos limites de uma determinada pressuposição e de um período dado. Em seu conjunto, os projetos são o meio mais direto pelo qual o plano se concretiza ou materializa na realidade espacial e/ou social (DIAS; MATOS, 2012, p. 155).

Nesse sentido, os projetos são as unidades menores do plano, com o intuito de executar as ações necessárias para efetivação do planejamento.

É importante relatar que nem sempre as políticas determinadas pelo governo são efetivadas, obtendo um caráter mais simbólico. Meny e Thoenig explicam que políticas simbólicas são “atividades públicas cuja essência consiste não em atuar, senão em dizer, fazer saber e crer que se atua ou que se preocupa por atuar” (1992, p. 104). Ou seja, são políticas que geralmente estão escritas, mas que não são postas em prática.

As políticas públicas podem ser classificadas por diferentes tipologias. Gelinski e Seibel classificam-nas como sociais (saúde, educação, emprego), macroeconômicas (fiscal, monetária, cambial) e outras (científica, agrícola, cultural). Para Dias e Matos (2012), a classificação dessas políticas é bem semelhante, porém a classificação se divide em quatro tipos: sociais, macroeconômicas, administrativas (democracia, descentralização, participação social) e específica ou setorial (meio ambiente, cultura, direitos humanos). É importante salientar que dependendo da política ela poderá ser agrupada de outra forma, como por exemplo, as políticas de direitos humanos, embora seja uma política setorial, não deixa de ser, *a priori*, uma política social.

Souza (2006) explica que provavelmente a tipologia mais conhecida é a desenvolvida por Theodore Lowi que possuía como máxima ‘a política pública faz a política’. Essa classificação também conhecida como ‘Tipologia de Lowi’ ou teoria das arenas de poder (DIAS, MATOS, 2012) parte do pressuposto de que cada política pública vai ter atores

diferentes com tipos de apoio e rejeição distintos, onde as decisões dessas políticas ocorrem em arenas que terão estruturas e contextos diferenciados (SOUZA, 2006; DIAS, MATOS, 2012; SECCHI, 2015). De acordo com Meny e Thoenig (1992), esta tipologia ressalta o tipo de coerção que acontece entre o Estado e o sujeito, influenciando direta ou indiretamente na forma como ocorre a coação e no comportamento das pessoas ou do entorno delas, ou seja, a política ocorre diretamente para um determinado sujeito ou para todos aqueles que possuem os requisitos para tal.

No quadro abaixo, é apresentada a tipologia de Lowi, sendo classificada por ele como políticas distributiva, regulatória, redistributiva e constitutiva.

		<i>A coerção pública se exerce...</i>	
		... diretamente sobre o comportamento dos afetados.	... sobre o entorno do comportamento dos afetados.
<i>A coerção pública é ...</i>	... indireta, distante.	Políticas distributivas	Políticas constitutivas
	... direta, imediata.	Políticas regulatórias	Políticas redistributivas

Quadro2: Tipologia das políticas públicas baseadas na coerção (segundo Lowi)

Fonte: Meny e Thoenig (1992, p. 100)

As políticas **distributivas** são aquelas em que a coerção pública ocorre diretamente sobre o comportamento das pessoas e a coação é indireta. O governo decide quais benefícios serão distribuídos de maneira individualizada a alguns grupos, os custos são difusos para a coletividade. Essas políticas possuem um baixo grau de conflito, pois as pessoas contempladas por essas políticas se sentem beneficiárias da ação pública ao lhe conceder um privilégio; as políticas **regulatórias** são aquelas cuja coação é direta, assim como a influência sobre o comportamento das pessoas. Nesse tipo de política, o governo por meio de sua decisão gera padrões de comportamento, controle e regulação. Os conflitos aqui variam, dependendo da política que está sendo tratada no momento; as políticas **redistributivas** são aquelas que vão acontecer no entorno das pessoas, por meio de uma coação direta. Geralmente essas políticas são definidas por meio de decisões governamentais em que ele utiliza recursos para criar mecanismos que reduzam a desigualdade, mencionando quais são os grupos que terão direito ou não aos benefícios concedidos. Devido ao processo de redistribuição, essas políticas tendem a gerar muitos conflitos, pois para que alguns ganhem,

outro perderão, levando assim a um jogo de soma zero; as políticas **constitutivas** são aquelas voltadas para o comportamento do entorno e para uma coação indireta. Essas políticas vão nortear a estrutura das outras políticas definindo as regras sob as quais elas estarão sujeitas, ou seja, como elas serão constituídas (SECCHI, 2015; DIAS, MATOS, 2012; FREY, 2000; MENY, THOENIG, 1992).

Assim, é possível perceber que a área de políticas públicas é marcada por conflitos entre os diversos detentores de interesses e, dependendo especificamente da política pública tratada, como a sua arena se configura evidenciando coalizão, retaliações entre outras características.

Souza (2006) complementa essa ideia ao constatar a dificuldade de encontrar respostas para os desafios das políticas públicas que geralmente dependem de fatores internos e externos. Para ela,

respostas a este desafio não são fáceis nem claras ou consensuais. Elas dependem de muitos fatores externos e internos. No entanto o desenho das políticas públicas e as regras que regem suas decisões, elaboração e implementação, também influenciam os resultados dos conflitos inerentes às decisões sobre política pública (SOUZA, 2006, p.21).

Diante do exposto, é possível perceber que os conflitos serão inerentes às fases da política pública. Baseado em O'Jones, o precursor em analisar as políticas em uma sequência, Muller (1998b), Meny e Thoenig (1992) e, Dias e Matos (2012) comentam que as políticas públicas são divididas em cinco etapas, também denominada de ciclos de políticas públicas: identificação de um problema, formulação de soluções, tomada de decisões, implementação e avaliação.

A **identificação do problema** consiste em perceber o problema, defini-lo, agregar os diferentes eventos ou problemas relacionados, a organização de estruturas, de representação dos interesses e definição da agenda. Na **formulação de soluções** serão utilizados métodos para estudar, elaborar e negociar o estabelecimento de um processo de ação pela autoridade pública. A **tomada de decisão** é a etapa em que a solução encontrada torna-se política legitimada pelo decisor público oficialmente habilitado. A **implementação ou execução do programa** consiste em aplicar a política definida. Na **avaliação ou término da ação** é feita uma avaliação dos resultados encontrados ocasionando o fim da ação (MULLER, 1998b, p. 66; MENY, THOENIG, 1992, p. 105).

É importante mencionar que os autores enfatizam que o fim de um ciclo pode ser o início de outro, assim como a flexibilidade das etapas da sequência. Para Procopiuck (2013), o ciclo de políticas públicas possui entre as principais vantagens, capturar e compreender o fluxo de ações e, focar a atenção dos atores com o processo decisório para levar em

consideração os fatores que poderão implicar suas ações. Neste sentido, Subrats (1994) ressalta a importância dos atores pois de acordo com ele, é por meio da influência deles que a agenda é formada haja vista que os problemas são artificiais pelo fato de não terem vida própria, dependendo dos interesses dos indivíduos e grupos que estão tentando solucioná-los. Segundo o autor, é a partir da agenda que pode se analisar o que o governo acha importante ser resolvido ou não. Meny e Thoenig classificam os grupos que participam de uma agenda em atores e públicos. Os primeiros são aqueles que vão envolver-se na causa, participando ativamente na construção da política. Se forem mais ativos, participam do grupo de identificação, se forem menos ativos, fazem parte do grupo de atenção a respeito do problema em questão. Para os autores, os atores “se mobilizam social e politicamente através de formas de participação e organização (partidos, associações, movimentos sociais, etc.) ” (MENY; THOENIG, 1992, p. 116). O segundo grupo que compõe a agenda, os públicos, são os espectadores. Estes também são divididos em dois grupos de acordo com o seu interesse sobre o problema em questão. Aqueles mais informados, fazem parte do grupo ‘interessados’, enquanto os demais fazem parte do ‘público em geral’ (MENY; THOENIG, 1992, p. 116).

Silva (2012, p.27) define a agenda pública como “um jogo de poder onde se constrói legitimidades e ilegitimidades e a escolha de alguns valores em detrimento de outros, mesmo que de forma implícita”. Souza (2006) comenta que a definição da agenda pelo governo pode acontecer por meio do foco ou nos problemas, ou na política ou nos participantes. Meny e Thoenig (1992) classificam a agenda em dois tipos principais: agenda institucional, formado por aqueles problemas que precisam da competência da autoridade pública e, a agenda conjuntural ou sistêmica, cujos problemas não são diretamente relacionados a competência da autoridade pública.

Desta forma, é possível perceber como pode ocorrer a participação dos atores em relação a um determinado problema para que ele seja inserido na agenda política governamental. É importante mencionar que na tomada de decisão, a participação da sociedade também é relevante em todas as etapas e não somente nas fases iniciais do ciclo da política, por meio de debate público baseados na ética e nos direitos sociopolíticos das pessoas que estão interessadas em participar com o objetivo de melhorar as ações governamentais. Neste sentido, a participação política está relacionada à universalização dos direitos, a uma ampliação do conceito de cidadania que extrapola a questão jurídica e uma nova maneira de perceber o Estado (DIAS; MATOS, 2012, p. 161).

Dentro deste contexto, a governança pode ser entendida como uma nova maneira de entender as políticas públicas sem a exclusividade do aparato governamental para realizá-la alcançando os resultados almejados, de forma coletiva.

A governança pode ser entendida como um esforço comum de ação nos processos de política pública através de um sistema integrado de redes em que diversos atores empregam os mais diversos recursos (legais, técnicos, conhecimento, financeiros etc.) no intuito de atingirem objetivos previamente definidos visando ao bem-estar de uma coletividade (DIAS; MATOS, 2012, p. 94).

Diante do exposto, pode-se compreender a governança como um conjunto de redes que se auto-organizam, percebendo o Estado como apenas um desses elementos da rede, participando também atores da sociedade civil e do setor privado (DIAS; MATOS, 2012).

Os autores acima mencionados atentam para a importância das redes de políticas públicas como uma nova estrutura política para solucionar os modernos problemas políticos. De acordo com eles, essas redes “constituem padrões mais ou menos estáveis de relações sociais entre atores interdependentes, que tomam forma em torno de problemas e/ou programas políticos” (DIAS; MATOS, 2012, p. 106). Entre as suas características encontram-se a interdependência dos atores, a diversidade dos atores que possuem metas diferentes e as relações dos atores tendem a ter uma natureza duradoura.

O conceito de redes de políticas coloca em destaque a necessidade de desenvolver quadros institucionais estáveis, formados por membros de governo, funcionários, grupos de interesse, meios de comunicação, ou grupos de especialistas com o objetivo de dar respostas com maior eficácia e eficiência às demandas sociais. A rede de atores passa a constituir-se num fórum especializado onde são trocados recursos, informações, são elaboradas e discutidas propostas, transações, possibilitando a emergência de políticas (DIAS; MATOS, 2012, p. 107).

A partir daí, são formuladas tipologias distinguindo as redes de políticas das comunidades políticas, estas representam o modelo mais tradicional de solução de políticas públicas. O quadro a seguir apresenta algumas dimensões das tipologias mencionadas.

Dimensão	Comunidade política	Redes em torno de problemas
Número de participantes	Muito limitado. Alguns grupos são excluídos.	Ampla.
Tipos de participantes	Homogêneo e geralmente de caráter técnico e econômico.	Heterogêneo.
Integração: Frequência de contatos. Continuidade dos participantes. Grau de consenso.	Elevado e de qualidade. Muitas vezes estão institucionalizadas. Elevada. Elevado. Os participantes compartilham valores e princípios básicos no que se refere à política.	Débil e fragmentada. Não chegam a institucionalizar-se Baixa. Mudam continuamente. Existe um acordo, mas o conflito está presente de forma contínua.
Recursos: Distribuição de recursos entre os atores públicos e atores privados. Distribuição de recursos dentro de cada grupo de participantes.	Os participantes têm recursos que trocam em plano de igualdade. Grau de mobilização elevado. O líder da associação exerce controle sobre seus membros.	Os recursos são limitados e se distribuem de forma desigual entre os membros. Nenhuma organização monopoliza a representação de interesses.
Distribuição de poder.	Existe equilíbrio de poder. Relação de poder de soma positiva.	Poder desigual. Relação de poder de soma negativa.

Quadro 3: Tipologias de redes de políticas (*policy networks*)

Fonte: Marsh e Rhodes (apud DIAS; MATOS, 2012, p. 108)

A partir do exposto, é possível perceber alguns elementos que evidenciam a diversidade e a abrangência dos participantes, a baixa capacidade de integração, assim como a carência de recursos e uma desigual distribuição de poder quando comparada com as características da comunidade política.

Nesta seção foram apresentados os principais conceitos para o entendimento de políticas públicas. Este capítulo contemplou o arcabouço teórico que sustenta esta tese apresentando um histórico sobre o artesanato e conceitos sobre reprodução da força de trabalho e políticas públicas. O capítulo seguinte apresentará os procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, encontram-se descritos os procedimentos metodológicos que foram realizados para responder os objetivos estabelecidos nesta pesquisa.

Para Selltiz *et al* (1987) o motivo de aprender métodos e praticar ciência encontra-se em desmistificar. Segundo os autores, o desvendar dos mistérios que cercam uma pesquisa para buscar conhecimento inicia-se a partir do método empregado.

Desta forma, esta pesquisa - que possui como objetivo geral “compreender como ocorrem as práticas discursivas relativas às políticas públicas de artesanato e a reprodução da força de trabalho dos artesãos em barro no Alto do Moura, Caruaru - PE” - tenta desmistificar, ou seja, compreender melhor, a relação entre a reprodução da força de trabalho dos artesãos desta localidade e as políticas públicas de artesanato por meio de seu discurso.

Assim, este capítulo apresentará como a pesquisa foi delineada, além de evidenciar como aconteceram a coleta e a análise dos *corpora* estudados. Desta forma, este capítulo se fundamenta para que possa ser compreendido o caminho metodológico traçado para o bom andamento deste trabalho.

3.1 Delineamento da Pesquisa

Para podermos compreender o delineamento da pesquisa, é necessário informar onde este trabalho se situa. Esta pesquisa está contextualizada nos estudos organizacionais (EO), especificamente os críticos. De acordo com Alcadipani e Tureta (2009) os estudos organizacionais críticos, principalmente no Brasil, são marcados por uma diversidade teórico-analítica, riqueza e complexidade epistemológica.

A seguir serão abordados o posicionamento paradigmático e os aspectos axiológico, ontológico, epistemológico e metodológico encontrados neste trabalho.

Em relação ao posicionamento paradigmático desta pesquisa, compreende-se que muitos dos trabalhos realizados em administração, incluindo os relacionados aos estudos organizacionais, partiram do trabalho realizado por Burrell e Morgan (1979) intitulado *Sociological paradigms and organizational analysis*. Tal estudo discorre sobre os paradigmas cuja classificação destes decorria da relação entre a natureza da ciência (objetiva/subjetiva) e a natureza da sociedade (regulação/mudança radical). Por meio das dicotomias acima apresentadas os autores sugeriram quatro paradigmas denominados: funcionalista (objetividade/ regulação); interpretativista (subjetividade/ regulação); estruturalismo radical (objetividade/ mudança radical) e, o humanismo radical (subjetividade/ mudança radical). Cada paradigma deste incluía várias abordagens, mas não havia interação entre os paradigmas.

Durante muito tempo, esta foi a principal referência para poder compreender os paradigmas pelos quais os estudos em administração se norteavam. É inegável a importância da colaboração deste trabalho para o desenvolvimento dos estudos em teorias organizacionais, principalmente por aumentar o conhecimento a respeito de outros paradigmas advindos das teorias interpretativistas e críticas nas teorias organizacionais (CALDAS, 2005). Posteriormente, ao analisar as críticas realizadas a este trabalho seminal, Burrell menciona que o maior sucesso do estudo foi “demonstrar que sua orientação funcionalista, enquanto popular, politicamente superior e comum, não era de forma alguma a única entrada possível aberta para a análise organizacional” (2010, p. 446).

Embora este trabalho tenha feito com que se percebesse outros paradigmas além do funcionalista, ainda dominante nos estudos de administração, uma inquietação comum aos teóricos decorre a respeito do fato da exclusividade dos paradigmas na categorização de suas pesquisas (REED, 1999; ALVES, 2000; GUBA, LINCOLN, 2006; PAULA, 2015).

Neste sentido, esta pesquisa comunga com o posicionamento de Ana Paula Paes de Paula ao criticar a incomensurabilidade paradigmática abordada neste clássico estudo. A autora, em seu livro *Repensando os estudos organizacionais*, faz uma breve análise sobre o histórico dos estudos organizacionais e levanta o debate sobre a classificação desses paradigmas sobre o aspecto da incomensurabilidade paradigmática baseado no trabalho de Thomas Kuhn – *A estrutura das revoluções científicas*. Paula (2015) informa que o trabalho de Burrell e Morgan (1979) ao categorizar essas quatro possibilidades como excludentes, “gerou uma significativa rivalidade entre os pesquisadores da área, além de angústias nos mestrandos e doutorandos, que precocemente se veem obrigados a se posicionar-se como defensores de apenas um dos paradigmas apresentados pelos autores” (PAULA, 2015, p. 19).

Diante deste contexto, a autora sugere que os estudos organizacionais abandonem a utilização da lógica kuhniana e o quadro dos paradigmas de Burrell e Morgan (1979), pois eles não se adequam nem às ciências sociais nem aos estudos organizacionais, pois de acordo com ela, a guerra paradigmática é estéril e não justifica como o conhecimento nestas áreas ocorre por que “é incapaz de resolver nossos dilemas, pois na verdade só faz aprofundá-los” (PAULA, 2015, p.65). Abandonando esses paradigmas seria possível buscar um novo nível de entendimento para desenvolver o conhecimento nos estudos organizacionais. De acordo com Paula,

a chave para esse dilema está na crença de que não há limites em relação ao número de sistemas de produção de conhecimento que se pode desenvolver. O clima bélico suscitado pela “guerra paradigmática” tolhe a criatividade e oblitera o diálogo, dificultando a ampliação do nosso repertório de teorias e metodologias, bem como a unidade do conhecimento a partir dos interesses cognitivos. A seguir, revelo que o desenvolvimento do conhecimento nas ciências sociais não ocorre devido à rivalidade paradigmática, mas, principalmente, porque alguns pesquisadores ousam se aventurar em outros campos epistêmicos. Não se trata de sustentar incomensurabilidades e defender espaços políticos, mas de superar incompletudes e contemplar outros interesses cognitivos que desenvolvam o conhecimento (2016, p. 34).

Neste cenário, Paula (2015) oferece uma nova possibilidade de (re)pensar os estudos organizacionais, deslocando do centro das atenções o trabalho de Burrell e Morgan (1979) e sugerindo como alternativa de análise o seu trabalho sobre o *círculo das matrizes epistêmicas*, onde em vez da incomensurabilidade ela advoga pela incompletude e; em vez das revoluções científicas que tratam dos paradigmas, ela defende que aconteçam reconstruções epistêmicas.

Seu trabalho se baseia em Jürgen Habermas por meio da sua obra *Conhecimento e interesse*, onde o autor menciona três tipos de interesses que geram a dinâmica do conhecimento: técnico, prático e emancipatório. Além de levar em consideração o trabalho de Michael Hill: *Epistemology, axiology, and ideology*, mencionando que nas ciências sociais não haveria paradigmas, mas distintos sistemas de produção de conhecimentos que envolveriam aspectos epistemológicos, axiológicos e ideológicos na geração de uma ciência social emancipatória. No trabalho da autora ela denomina esses sistemas de produção como abordagens sociológicas (PAULA, 2015).

É importante salientar que a autora menciona que em estudo anterior (PAULA, 2012), observou que as principais abordagens sociológicas utilizadas na produção acadêmica nos estudos organizacionais são: funcionalista, interpretativista, humanista, estruturalista, pós-estruturalista e realista crítica. Essas abordagens sociológicas buscam identificação com uma identidade epistêmica. Tais abordagens são responsáveis pela produção de suas teorias e metodologias e, para isso, vão se orientar pelas matrizes epistêmicas. Estas são baseadas em

uma filosofia e uma lógica de pensamento distintas. O modelo de Paula (2015) é formado por um círculo composto pelas três matrizes, cada uma com a sua filosofia, lógica de pensamento e interesse cognitivo prevalente. As matrizes epistêmicas do modelo são denominadas: empírico-analítica; hermenêutica e; crítica.

A figura que segue exhibe as principais informações dessas matrizes epistêmicas:

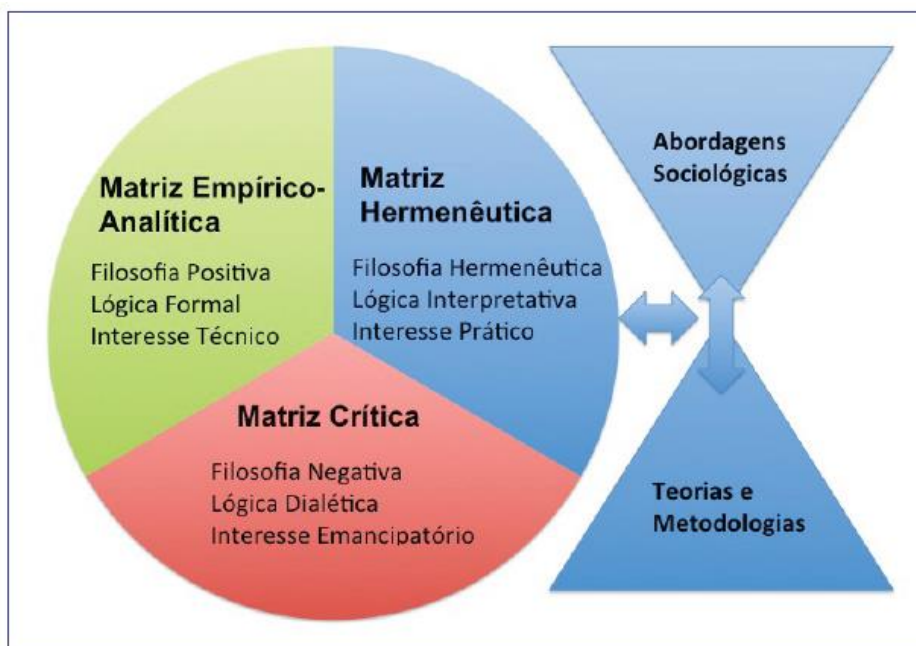


Figura 1: Círculo das matrizes epistêmicas, abordagens sociológicas, teorias e metodologias.

Fonte: Paula (2016, p. 35)

Ainda sobre esta última, a autora comenta que

a figura, no entanto, não faz justiça ao que estou tentando revelar, pois deveria ser, na verdade, uma animação, uma vez que há uma dinâmica entre os elementos que precisa ser observada para um melhor entendimento da proposição que ora realizo. O diagrama apresentado é um círculo composto de matrizes epistêmicas, no lugar de um quadrado dividido em quatro partes e polarizado por posições antagônicas (PAULA, 2015, p.117)

A partir do que está exposto na figura, Paula (2015) comenta que o objetivo é que as matrizes epistêmicas não sejam vistas como domínios de atuação científica, mas referências orientadoras de conhecimento, uma vez que as matrizes fariam parte de um todo, onde haveria a integração do conhecimento, percebendo os interesses cognitivos como complementares. De acordo com a autora, ao mencionar o círculo como unidade de conhecimento, o seu desejo é que as ciências sociais e os estudos organizacionais desenvolvam pesquisas integrando os interesses técnico, prático e emancipatório.

Neste contexto, a partir das construções teóricas e metodológicas ocorridas nas abordagens sociológicas, poderão surgir novas abordagens híbridas. Conforme Paula (2016, p. 39 – grifos da autora),

Pesquisadores situados em **abordagem sociológicas puras** podem elaborar **teorias e metodologias de fronteira**, que se encontram nos limites de sua matriz epistêmica de origem, realizando **reconstruções epistêmicas embrionárias**, que redefinem o conjunto teórico-metodológico, mas não chegam a constituir uma nova abordagem sociológica. Por vezes, esse processo de reelaboração extrapola e ocorre uma **reconstrução epistêmica avançada**, que cria um sistema de conhecimento novo, que é consistente e independente do ponto de vista epistemológico. Surge, assim, uma **abordagem sociológica híbrida**, capaz de realizar interconexões entre as matrizes epistêmicas, contemplando mais de um interesse cognitivo.

Assim, diante do exposto, pode-se perceber que a autora comenta a possibilidade de surgir novas abordagens da interação de matrizes epistêmicas diferentes. Destarte, a partir das incompletudes cognitivas podem surgir reconstruções epistêmicas. Das seis abordagens sociológicas encontradas como preponderantes nos estudos organizacionais, Paula (2015, 2016) informa que três delas são puras: funcionalista, humanista e, interpretativista, que estão respectivamente limitadas ao conteúdo das seguintes matrizes epistêmicas empírico-analítica, hermenêutica e crítica. As outras três são decorrentes da hibridização, resultantes de uma reconstrução epistêmica avançada. A abordagem estruturalista decorre do compartilhamento de interesses técnico e prático relacionado entre as matrizes epistêmicas empírico-analítica e hermenêutica. A abordagem sociológica pós-estruturalista surge da conexão entre as matrizes hermenêutica e crítica. Por fim, a última abordagem apresentada é a realista crítica, decorrente da conciliação dos três interesses (técnico, prático e emancipatório) e do hibridismo das três matrizes epistêmicas evidenciadas e na qual este estudo se classifica.

Baseado em Fleetwood (2005), Paula (2016, pp. 171-172) explica que entre as características do realismo crítico encontram-se o fato de que: é possível existir uma entidade, independentemente de ter alguém lhe observando, construindo ou conhecendo; não existe neutralidade; o mundo é construído socialmente, mas além da importância do discurso existe também a relevância de fatores extradiscursivos; as estruturas sociais aludem a mecanismos, regras, relações, poderes, práticas e posições; a reprodução e transformação de estruturas de classe, patriarcais ou de regras tácitas no local de trabalho acontecem independentemente de atividades relacionadas especificamente com a identificação (observação, conhecimento e construção).

Em relação ao hibridismo relatado por Paula (2015) entre as três matrizes epistêmicas, Guba e Lincoln (2006, p. 175) percebem que existem uma comensurabilidade parcial das teorias consideradas críticas com abordagens construtivistas, mas refutam a incomensurabilidade daquelas com teorias positivistas. No modelo das matrizes epistêmicas essa aproximação decorre da interrelação dos três interesses cognitivos.

Em relação aos aspectos axiológico, ontológico, epistemológico e metodológico deste trabalho, Guba e Lincoln (2006) ressaltam que axiologicamente, ou seja, em relação aos valores, os estudos críticos tem como crença que a sua finalidade é a emancipação social, cujos valores são intrínsecos, advindos do saber transacional, proposicional.

Ontologicamente, ou seja, a respeito da realidade, como já dito anteriormente, para os estudos críticos, a realidade é socialmente construída. De acordo com Guba e Lincoln (2006, p. 173) para as teorias críticas existe um realismo histórico, por meio do qual a realidade virtual é “influenciada por valores sociais, políticos, econômicos, étnicos, de gênero cristalizados ao longo do tempo”.

De acordo com Alves-Mazzotti e Gewandsnajer (1998), a abordagem crítica é relacional, pois almeja investigar o que ocorre nos grupos e instituições relacionando a cultura e as estruturas sociais e políticas com as ações humanas, tentando, assim, compreender como são produzidas, mediadas e transformadas as redes de poder. Parte-se da suposição que nenhum processo social pode ser “compreendido de forma isolada, como uma instância neutra acima dos conflitos ideológicos da sociedade. Ao contrário, esses processos estão sempre profundamente vinculados às desigualdades culturais, econômicas e políticas que dominam nessa sociedade” (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSNADJER, 1998, p.139).

Em relação à dicotomia objetividade/subjetividade, epistemologicamente, os teóricos críticos a questionam informando que tal simplificação complica mais do que explica. Para eles, a objetividade não está relacionada com leis naturais, mas com “algo que precisa ser admitido e compreendido como parte da construção de significados inerente às relações sociais que estabelecem no campo pesquisado” (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSNADJER, 1998, p.140). Da mesma forma, para esta lente teórica, o conceito de subjetividade não pode ser considerado o que se passa na cabeça das pessoas, ele “tem que ser discutido em relação à consciência e às relações de poder que envolvem tanto o pesquisador como o pesquisado” (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSNADJER, 1998, p.140). Para Guba e Lincoln (2006, pp. 170-171), a epistemologia para as teorias críticas são vistas de maneira transacional, subjetivista, onde as descobertas são mediadas por valores. Desta forma, a voz e a reflexividade são elementos importantes que auxiliam nas descobertas do campo.

Metodologicamente, a construção do objeto a ser pesquisado ocorre dialeticamente, levando em consideração aspectos dialógicos e os métodos são baseados no contexto (GUBA; LINCOLN, 2006, p. 173).

Diante do exposto, é possível perceber que este estudo se alinha ao modelo proposto por Paula (2015, 2016) pela abordagem sociológica denominada realista crítica. A autora menciona que:

o realismo crítico pressupõe uma ontologia na medida em que sustenta que o mundo não é constituído por meros eventos (empirismo), ou por construções mentais (idealismo), mas por estruturas reais que duram e operam independentemente de nosso conhecimento, experiência ou condições que facilitam nosso acesso a elas (PRADO, 2009). Por seu relativismo epistemológico, que implica em um uso mais aberto de teorias e metodologias, é possível dizer que o realismo crítico também é híbrido, pois concilia os três interesses cognitivos e transita entre as matrizes empírico-analítica, hermenêutica e crítica (PAULA, 2016, p.40).

Nesse contexto, o realismo crítico fornece subsídios para que se compreenda a realidade encontrada por meios do que as práticas discursivas político-artesanais revelam. Assumindo que a formação e a maneira desta doutoranda atuar no mundo lhe impedem de agir com neutralidade, influenciando a sua percepção a respeito do que compreende da realidade.

Além da classificação quanto ao paradigma em que este estudo se adequa, é importante salientar a sua classificação de acordo com a natureza da pesquisa. Este trabalho consiste em uma pesquisa de abordagem qualitativa, por ser a forma mais adequada de compreender a relação das políticas públicas de artesanato e a reprodução da força de trabalho dos artesãos do Alto do Moura, Caruaru - PE.

Para Richardson (1985, p.39),

os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos (RICHARDSON, 1985, p.39).

Alves-Mazzotti e Gewandsnajder (1998) informam que a pesquisa qualitativa geralmente tem como proposta preencher as lacunas existentes no conhecimento ou verificar inconsistências entre o que prevê uma teoria e os resultados advindos de pesquisas ou observações de práticas cotidianas. Eles ainda mencionam que grande parte dessas pesquisas está voltada ao primeiro objetivo, fazendo com que sejam normalmente caracterizadas como exploratórias ou descritivas.

Esta pesquisa se caracteriza também como descritiva, pois de acordo com Cervo, Bervian e Da Silva (2007, p. 61), esta “observa, registra, analisa e correlaciona fenômenos (variáveis) sem manipulá-los”. Eles ainda informam que elas ocorrem principalmente nas

ciências humanas e naturais, “abordando aqueles dados e problemas que merecem ser estudados, mas cujo registro não consta de documentos” (CERVO, BERVIAN, DA SILVA; 2007, p.62).

Outro ponto importante evidenciado por Triviños (1994, p.118) sobre este tipo de pesquisa é o fato de que elas não necessitam ser baseadas em informações estatísticas, por possuírem “um tipo de objetividade e de validade conceitual que contribuem decisivamente para o desenvolvimento do pensamento científico”. Deslandes (2009) concorda com o autor ao nos informar que

a ideia de amostragem não é a mais indicada para certas pesquisas sociais, especialmente aquelas de cunho qualitativo. Isto se deve ao fato que o “universo” em questão não são os sujeitos em si, mas as suas representações, conhecimentos, práticas, comportamentos e atitudes. Como se vê, seria impossível demarcar o número total destas variáveis, muito menos o tamanho da amostra que seria representativa desta totalidade. Diante disto, costumeiramente se opta por definir o número de sujeitos por inclusão progressiva (sem demarcar *a priori* o número de participantes) que é interrompida pelo critério da saturação, ou seja, quando as concepções, explicações e sentidos atribuídos pelos sujeitos começam a ter uma regularidade de apresentação (DESLANDES, 2009, p.48).

Em relação ao tipo de corte, nível e unidade de análise, essa pesquisa realizou um corte seccional com perspectiva longitudinal haja vista que, embora a coleta de dados ocorreu em um determinado momento do tempo, informações importantes de períodos passados foram resgatadas para compreender melhor o fenômeno. Vieira (2006, p. 21) explica que o corte seccional com perspectiva longitudinal refere-se à

pesquisa na qual a coleta de dados é feita em um determinado momento, mas resgata dados e informações de outros períodos passados; o foco está no fenômeno e na forma como se caracteriza no momento da coleta, e os dados resgatados do passado são normalmente utilizados para explicar a configuração atual do fenômeno.

É importante salientar que embora os dados tenham sido coletados durante a execução desta pesquisa, eles podem ajudar a revelar informações importantes a respeito das primeiras políticas públicas de artesanato ou do trabalho do artesão, que são importantes para uma melhor compreensão deste estudo. A partir dos dados coletados, foram construídos os *corpora* que sustentarão esta tese, analisando as práticas discursivas relativas às políticas públicas do trabalhador artesão e de sua reprodução de força do trabalho.

O nível de análise desta investigação dá-se no nível do campo, pois o objeto central de interesse está no segmento artesanal, tentando compreender a relação entre as políticas públicas de artesanato e a força de trabalho. As unidades de análise serão as práticas discursivas das políticas públicas relacionadas aos trabalhadores artesãos e àquelas relacionadas a este contexto efetuadas pelos artesãos do Alto do Moura.

Destarte, Paiva Júnior, Leão e Mello (2011) atentam para a importância de se empregar critérios de validade e de confiabilidade para a pesquisa qualitativa. Nesta pesquisa foram utilizadas a triangulação, a construção do *corpus* da pesquisa e a descrição clara rica e detalhada dos procedimentos utilizados na pesquisa.

A partir do exposto é possível verificar as razões pelas quais este trabalho utilizará tais abordagens. Na próxima seção será apresentado o Alto do Moura.

3.2 Definições constitutivas e operacionais

Para uma melhor compreensão da pesquisa, nesta seção serão apresentadas as definições constitutivas (DC) e as definições operacionais (DO) dos principais temas a ela relacionados. Gressler (2004) ressalta a importância de utilizar definições claras para não gerar confusão na pesquisa.

Para Vieira (2006, p.19), a definição constitutiva “refere-se ao conceito dado por algum autor da variável ou termo que se vai utilizar. Ele deve emergir da fundamentação teórica utilizada”. A definição operacional relaciona-se a “como aquele termo ou variável será identificado, verificado ou medido, na realidade. Ela deve, evidentemente, representar a operacionalização da definição constitutiva” (VIEIRA, 2006, pp. 19-20). Gressler (2004) complementa o pensamento de Vieira (2006), ao mencionar que as definições operacionais “são essenciais em pesquisa, porque permite aos investigadores medir conceitos abstratos” (GRESSLER, 2004, p.129).

Diante deste contexto, serão apresentadas as definições constitutivas e operacionais dos seguintes termos:

- **Artesão**

DC: Pessoa física que desempenha suas atividades profissionais de forma predominantemente manual, podendo contar com o auxílio de ferramentas e outros equipamentos cujo produto valoriza a identidade e cultura nacionais (BRASIL, 2015a).

DO: Sujeito cujo trabalho que realiza advém da manipulação do barro por meio de criação de peças artesanais no Alto do Moura, Caruaru – PE. Geralmente o artesanato desta localidade é composto por peças utilitárias ou relacionadas a artes figurativas valorizando, em sua maioria, o contexto nordestino.

- **Reprodução da força de trabalho**

DC: Reposição da mercadoria capacidade de trabalho ou força de trabalho que está desgastada ou que faleceu. Levando em consideração a importância de se obter habilidade e destreza mediante educação ou treino (MARX, 2014).

DO: Modo como os artesãos transmitem os seus saberes para os novos artesãos na comunidade do Alto do Moura.

- **Políticas públicas**

DC: São os atos e os não atos comprometidos da autoridade pública frente a um problema ou um setor relevante de sua competência (MENY; THOENIG, 1992, p. 89).

DO: Nesta pesquisa serão estudadas as políticas públicas de artesanato voltadas para o trabalhador artesão que ocorrem por meio dos seguintes programas: PAB – Programa de Artesanato Brasileiro e, o PAPE – Programa de Artesanato de Pernambuco.

- **Práticas discursivas**

DC: O entendimento de uma “formação discursiva inseparável das comunidades discursivas que a produzem e a difundem: a formação discursiva é então pensada ao mesmo tempo como *conteúdo*, como *modo de organização dos homens* e como *rede específica de circulação dos enunciados*” (MAINGUENEAU, 2014, p. 396).

DO: Formação discursiva relacionada ao contexto das políticas públicas voltadas para os trabalhadores artesãos.

- **Exército industrial de reserva**

DC: A massa de operários sobrantes não incorporados à produção (de maneira permanente ou temporária), que pressionam constantemente o mercado de trabalho e ameaçam a situação do setor empregado da classe operária (MARINI, 2012, p. 31).

DO: Pessoas desempregadas ou que estão trabalhando na informalidade e que buscam um emprego formal.

As próximas seções tratarão da forma como os *corpora* serão construídos e como ocorrerá a sua análise.

3.3 Construção dos *corpora*

De acordo com Maingueneau (2015), um *corpus* pode ser caracterizado por um texto, ou por um conjunto deles. Para construir os *corpora* desta tese, foram utilizados vários instrumentos de coleta de dados que posteriormente foram avaliados e tiveram seus textos selecionados para serem transformados em *corpora*. Desta forma, serão apresentadas as seguintes técnicas de coleta de dados utilizadas: pesquisa documental, observação, e entrevistas semiestruturada e não-estruturada.

Gil (2009) mostra a relevância dos documentos ao constatar a riqueza e estabilidade de suas informações para a investigação científica. Neste estudo, a pesquisa documental foi realizada para poder identificar quais são as políticas públicas voltadas para o artesanato e quais delas incluem os artesãos do Alto do Moura. Desta forma, os documentos foram analisados objetivando buscar informações que auxiliem em identificar essas políticas, além de fornecer subsídios sobre políticas públicas anteriores.

A pesquisa bibliográfica auxiliou na parte exploratória do estudo por meio da identificação das teorias sobre políticas públicas, artesanato e reprodução da força de trabalho. Gil (2009, p. 88) cita algumas características desses tipos de pesquisa:

A pesquisa bibliográfica costuma ser desenvolvida como parte de uma pesquisa mais ampla, visando identificar o conhecimento disponível sobre o assunto, a melhor formulação do problema ou a construção de hipóteses. Já a pesquisa documental, de modo geral, constitui um fim em si mesma, com objetivos bem mais específicos, que envolve muitas vezes testes de hipóteses.

Enquanto a pesquisa bibliográfica ocorre primordialmente com o material disponível em bibliotecas, em sua maioria das vezes, livros, revistas, impressos ou por meio eletrônico, a pesquisa documental pode ser decorrente de vários arquivos públicos ou privados e o seu material pode ter diversos formatos como, por exemplo, mapas, formulários, fotos etc. (GIL, 2009). Destarte, entre os principais documentos, foram analisados o estatuto, o livro de atas das reuniões anuais da Associação dos Artesãos em Barro e Moradores do Alto do Moura - ABMAM, além das suas atas mensais do período que a pesquisadora esteve em campo acompanhando tais reuniões. Também foram analisadas as publicações federais e estaduais referentes à legislação que tratava das políticas públicas relacionadas ao artesanato. A pesquisa bibliográfica foi realizada levando em consideração os assuntos pertinentes a esta tese tanto para a elaboração do arcabouço teórico-metodológico quanto para a compreensão do campo de estudo, ou seja, artesanato, reprodução da força de trabalho, políticas públicas de artesanato federais, pernambucanas e caruaruenses, análise do discurso, e o Alto do Moura.

Em relação à entrevista semiestruturada, Minayo (2009, p. 64) a compreende como aquela que permite ao entrevistado “discorrer sobre um tema em questão sem se prender à indagação formulada”. Para a autora, a entrevista possui como matéria-prima a fala das pessoas que participam dessa interlocução.

A entrevista semiestruturada foi realizada com alguns atores identificados como elementos-chaves que poderiam ajudar a compreender a relação entre as políticas públicas de artesanato e a reprodução da força de trabalho. Para isto, era preciso entrevistar os representantes tanto das pessoas que elaboram e trabalham com as políticas públicas para o trabalho do artesão de um lado, quanto daquelas que exercem a atividade de artesanato sejam em âmbito nacional ou local, no Alto do Moura, de outro lado.

Desta forma, inicialmente, nesta pesquisa, seriam entrevistadas seis pessoas avaliadas, de acordo com os objetivos que esta tese se propõe a alcançar, como relevantes para o estudo. Seriam Cícero José da Silva, vice-presidente da ABMAM; Lúcia Cristina de Oliveira Lima, presidente da Fundação de Cultura de Caruaru; Maria Marisete da Silva, representante local do SEBRAE para o setor de artesanato em Caruaru; Isabel Gonçalves Bezerra, atualmente presidente da Confederação Nacional dos Artesãos do Brasil – CNARTS e da Federação das Associações Cooperativas e Grupos Produtivos de Artesãos de Pernambuco - FACARPE; Ana Beatriz Ellery, coordenadora nacional do Programa do Artesanato Brasileiro - PAB e; Ana Nadiege Spinelli, coordenadora estadual do PAB. Porém, a entrevista com Ana Spinelli contou com a presença da coordenadora de feiras e eventos da Fenearte, Luciana de Holanda Ferreira e o diretor de promoção de artesanato de Pernambuco, Thiago Ângelus Conceição Brandão, enriquecendo ainda mais de informações pertinentes para esta tese. A entrevista com a coordenadora nacional do PAB não aconteceu. Embora ela tenha se disponibilizado a participar da entrevista, e tenha sido feito contato algumas vezes para a sua realização, não foi possível concretizá-la, pois a agenda da coordenadora era bastante ocupada. As perguntas foram enviadas por e-mail, conforme combinado, mas até o momento não se obteve retorno.

Nesta pesquisa também foi realizada uma entrevista não estruturada, que será explicada posteriormente, com a primeira coordenadora nacional do PAB em 1991, Mercês Parente.

A seguir, é apresentado o quadro 4 com a relação das pessoas entrevistadas, juntamente com referências sobre a instituição da qual faz parte, seu cargo na instituição e, o tipo de entrevista realizado.

NOME	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	TIPO DE ENTREVISTA
Cícero José da Silva	ABMAM	Vice-presidente	Semiestruturada
Lúcia Cristina de Oliveira Lima	Fundação de Cultura de Caruaru	Presidente	Semiestruturada
Maria Marisete da Silva	SEBRAE	Analista responsável pelas ações do setor de artesanato em Caruaru	Semiestruturada
Isabel Gonçalves Bezerra	CNARTS/ FACARPE	Presidente das duas instituições	Semiestruturada
Ana Nadiege Spinelli	PAB - PE	Coordenadora estadual do PAB	Semiestruturada
Luciana de Holanda Ferreira	Centro de Artesanato de Pernambuco	Coordenadora de feiras e eventos da FENEARTE	Semiestruturada
Thiago Ângelus Conceição Brandão	AD/DIPER	Diretor de promoção do artesanato	Semiestruturada
Mercês Parente	PAB (1991)	Primeira coordenadora nacional do PAB	Não estruturada

Quadro 4: Relação dos sujeitos entrevistados.

Fonte: Elaboração da autora

É importante ressaltar que todos os entrevistados assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), conforme Apêndice C, mencionando que a participação nas entrevistas ocorreu de forma voluntária e autorizando a exposição dos dados de suas entrevistas por meio da divulgação dos registros e resultados desta pesquisa. Os roteiros das entrevistas encontram-se no apêndice (D ao I) desta pesquisa.

Outra técnica utilizada nesta pesquisa foi a observação. Richardson (2011) destaca a importância desta técnica mencionando que ela se faz imprescindível em uma investigação científica. De acordo com o autor, a observação pode ser de dois tipos: participante e não participante. No estudo em tela será utilizada a observação não participante, pois nos encontros dos quais a autora desta tese participou, ela agiu apenas como uma espectadora do grupo que estava sendo observado, não fazendo parte dele.

Em relação à observação, é importante ressaltar que a pesquisadora participou das reuniões mensais da ABMAM, no Alto do Moura, de julho/2015 a outubro/2016, com autorização da associação e dos presentes na primeira reunião. Neste dia foi apresentado o objetivo da pesquisa à comunidade e solicitada a participação das reuniões para perceber se os temas das pesquisas são abordados durante as reuniões e como são tratados. Geralmente, as reuniões ocorriam na primeira segunda-feira do mês, no clube dos artesãos. Apenas a primeira reunião durante este período aconteceu na sede da associação. Além das reuniões mensais, a doutoranda também participou do lançamento do livro em homenagem ao Mestre Manoel Galdino, “a escultura grotesco-fantástica de Mestre Galdino: configurações do imaginário na

cerâmica popular pernambucana” elaborado pelo autor Emmanuel Ponce de Leon Júnior, no dia 15 de agosto de 2015, na ABMAM.

As reuniões foram gravadas. Em todos os encontros foi levado um caderno de anotações para registrar as impressões da pesquisadora a respeito dos temas que eram tratados entre os moradores, artesãos e convidados, haja vista que é comum aparecer alguma pessoa externa ao bairro para fazer algum tipo de apresentação para os presentes. Geralmente essas pessoas estavam relacionadas ao governo municipal, a faculdades ou a empresas que desejavam divulgar o seu trabalho para a comunidade local. A autora desta pesquisa escrevia em seu caderno aspectos que lhe chamavam a atenção aos temas tratados nesta tese como a reprodução da força de trabalho e políticas públicas, percebendo como esses assuntos eram abordados pelos presentes.

Além dos momentos que foram partilhados no Alto do Moura, a pesquisadora também participou de alguns eventos dos trabalhadores artesãos promovidos pela FACARPE (Federação das entidades de Artesãos de Pernambuco), como o III CONTRARPE (Congresso dos Trabalhadores Artesãos de Pernambuco) ocorrido no dia 07 de julho de 2015 e a reunião realizada com os representantes do Ministério do Trabalho e da Secretaria do Trabalho, no dia 09 de novembro de 2015 para dirimir as dúvidas relacionadas à regulamentação da lei 13.180 que trata da profissionalização do artesão, ambos em Recife- PE.

Afora os eventos promovidos pela FACARPE, observações foram feitas nos eventos promovidos pela CNARTS, como o lançamento da Frente Parlamentar Mista em defesa do artesão e da artesã e apoio do artesanato brasileiro, no dia 10 de julho de 2015 em Recife e; no VII CONTRARTE (Congresso Nacional dos Trabalhadores Artesãos) que ocorreu em Natal - RN, dos dias 18 a 21 de outubro de 2015 e o VI ENART – Encontro Nacional dos Artesãos – ocorrido nos dias 12 e 13 de julho de 2016.

Outro evento importante do qual a doutoranda participou como observadora foi a 1ª Reunião do Programa do Artesanato Brasileiro, promovida pelo PAB, dos dias 04 a 06 de abril de 2016, em Brasília- DF, para reformulação das portarias MDIC/ SCS, nº. 29 e nº. 08 que abordam a Base Conceitual do Artesanato e o rol das técnicas de artesanato, respectivamente. Esse encontro reuniu pela primeira vez as coordenações estaduais com as representações artesanais como confederação, federações, colegiado de artesanato do MinC, entre outros, para discutirem juntos as modificações que seriam feitas nos conceitos das portarias acima mencionadas.

É importante salientar que todos os encontros acima mencionados, relacionados à ida da pesquisadora ao campo, foram gravados e as informações consideradas relevantes foram

anotadas no caderno de anotações, levando em consideração os aspectos compreendidos como pertinentes para a pesquisa relacionados a políticas públicas, o trabalho do artesão e a reprodução de sua força de trabalho. Entre os pontos observados estavam o ambiente, os participantes (se havia alguém que participava da reunião e não era artesão, assim como a ausência de alguém), os assuntos abordados, percebendo aqueles que geravam mais debate nos encontros e, as impressões da doutoranda enquanto pesquisadora em relação ao que era comentado e por ela considerado pertinente registrar

O evento em Brasília proporcionou a autora desta tese conhecer a coordenadora nacional do PAB em 1991, quando o programa foi instituído. Diante da surpresa em encontrar Mercês Parente, foi realizada uma entrevista não estruturada, buscando obter informações a respeito do contexto em que se deu o surgimento do programa, assim como poder ajudar na construção de sentidos das práticas discursivas que permeiam o PAB. Conforme Richardson (2011, p. 208), a entrevista não estruturada “em vez de responder à pergunta por meio de diversas alternativas pré-formuladas, visa obter do entrevistado o que ele considera os aspectos mais relevantes de determinado problema: as suas descrições de uma situação em estudo”.

Também foram coletados materiais disponíveis na internet considerados importantes como os vídeos da audiência pública relativa a aprovação do Projeto de Lei 7255/10 que tratava da regulamentação da profissão do trabalhador artesão, assim como os vídeos e conteúdo disponibilizados no *blog* da CNARTS a respeito da mobilização da categoria artesã para a aprovação do referido projeto de lei.

É importante mencionar que todas as entrevistas foram gravadas e transcritas. A partir daí, foram selecionados os textos que formariam os *corpora* transcritos para esta pesquisa. Os *corpora* prévios deste estudo foram formados de textos selecionados de livros, documentos e registros das observações do caderno de anotações da pesquisadora.

O quadro a seguir sintetiza as informações sobre os procedimentos metodológicos utilizados na coleta dos dados para a construção dos *corpora* desta tese, de acordo com os seus objetivos específicos.

Objetivos específicos	Procedimentos utilizados na coleta de dados	Fontes
Descrever e analisar os discursos das políticas públicas de artesanato para o trabalho que se relacionam com o contexto do Alto do Moura.	Entrevistas semiestruturadas e não estruturada.	Entrevistas com Cícero José, Lúcia Lima, Maria Marisete, Ana Nadiege, Luciana Holanda, Thiago Ângelus, Mercês Parente e Isabel Gonçalves.
	Observação não participante.	Anotações realizadas nas reuniões da ABMAM, do PAB e Congresso dos artesãos.
	Pesquisa documental.	Atas da ABMAM. Documentos relacionados ao PAB, PAPE e encontrado no blog da CNARTS.
Descrever e entender como ocorrem as práticas discursivas relacionadas a reprodução da força de trabalho do artesanato no Alto do Moura.	Entrevistas semiestruturadas.	Entrevistas com Cícero José, Lúcia Lima, Maria Marisete, Luciana Holanda e Thiago Ângelus.
	Observação não participante.	Anotações realizadas nas reuniões da ABMAM.
	Pesquisa documental.	Atas da ABMAM.

Quadro 5: Objetivos específicos, procedimentos utilizados na coleta de dados e fontes

Fonte: Elaboração da autora

Na seção subsequente serão abordados alguns conceitos sobre a análise do discurso francesa, pela qual esta tese se baseia.

3.4 Situando a Análise do Discurso nesta pesquisa

Esta tese tem como pressuposto que o discurso mercadológico das políticas públicas de artesanato interfere na reprodução da força de trabalho do artesão do Alto do Moura, gerando um exército de reserva. Desta forma, é mister obter uma melhor compreensão a respeito da teoria que analisa o discurso neste trabalho e auxiliará no método de análise escolhido para entender a construção de sentidos do discurso encontrado nesta pesquisa.

É sabido que existem muitas teorias abordando a análise do discurso. Este trabalho utilizará a análise de discurso francófona, que também é bastante vasta. Neste sentido, será utilizada mais especificamente, os conceitos advindos do pesquisador Dominique Maingueneau para compreender as práticas discursivas desta tese.

Para um melhor entendimento do conteúdo desta seção, primeiramente será descrito o histórico da análise do discurso em um âmbito geral; posteriormente será abordada a análise do discurso francesa que será utilizada nesta pesquisa juntamente com os elementos que a constituem.

3.4.1 Histórico da análise do discurso

Antes mesmo de o termo ‘discurso’ ser formado, ele já era estudado pelos formalistas russos ao iniciarem os estudos linguísticos, trabalhando o texto e analisando-o além do limite da frase. Desta forma, os russos começam a agir diferente daquilo que era dominante nos estudos da língua por meio da abordagem filológica ou impressionista (BRANDÃO, 2012), enfatizando o “como” e não “o quê” da pergunta a ser respondida. Neste contexto, Orlandi (2009) menciona que a análise do discurso também surge como um contraponto à análise de conteúdo, pois,

diferentemente da análise de conteúdo, a Análise de Discurso considera que a linguagem não é transparente. Desse modo ela não procura atravessar o texto para encontrar um sentido do outro lado. A questão que ela coloca é: como este texto significa? (ORLANDI, 2009, p. 17).

O termo ‘análise do discurso’ foi originado dos estudos de Zellig S. Harris, linguista americano, por meio do artigo *Discourse Analysis* em 1952. Baseada no estruturalismo, tal análise era voltada para o aspecto etimológico, estudando a estrutura do texto. Atualmente esta área da linguística é definida como linguística textual (MAINGUENEAU, 2015). Ainda nos anos 1950, outro importante trabalho para a área foi publicado por Jakobson e Benveniste ao abordar a enunciação, enfatizando o papel do sujeito falante e a posição do locutor nos enunciados (BRANDÃO, 2012).

De acordo com Brandão (2012), esses dois estudos já apontavam a distinção que os trabalhos tomariam teoricamente nesta área em uma concepção americana e outra europeia, fazendo com que o interesse na análise do discurso tivesse focos distintos. Para Orlandi (1986), a vertente americana compreende a análise do discurso como uma extensão da linguística enquanto que a europeia se preocupa com a exterioridade devido a relação decorrente do que é dito e as condições de produção do que se diz, assim recorrendo a conceitos que não são próprios da linguística.

Diante deste contexto, é possível perceber que ao sintagma ‘análise do discurso’ caberá diversas definições. Variadas também foram as suas influências advindas da sociologia, linguística, filosofia, história e psicologia, por exemplo (MAINGUENEAU, 2015). Desta forma, não existe apenas uma definição de análise do discurso, ela possui várias acepções desde a mais ampla, ao referir-se ao estudo do discurso, até a mais restritiva, ao levar em consideração cada disciplina que tem o discurso como objeto de análise (MAINGUENEAU, 2014, p. 43). Daí, Maingueneau explica que

A solução que preferimos consiste em considerar que a análise do discurso é *uma disciplina* no interior dos estudos do discurso. Nessa perspectiva, o discurso não é considerado como um dado: ele só pode se tornar verdadeiramente objeto de conhecimento se for assumido por alguma disciplina que se caracterize por um *interesse* específico (2015, p. 46 – grifos do autor).

Orlandi esclarece em que consiste a análise do discurso ao informar que

a análise do discurso como o seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim: palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando (2009, p.15).

Na análise do discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história (2009, p. 15).

Neste sentido, Fiorin (2014) complementa a autora acima ao explicar que o discurso surge dos esquemas narrativos que o sujeito da enunciação assume. Desta maneira, o autor define enunciação como “o ato de produção do discurso, é uma instância pressuposta pelo enunciado (produto da enunciação). Ao realizar-se ela deixa marcas no discurso que constrói” (FIORIN, 2014, p. 55). E é por meio dessas marcas que a análise do discurso percebe a língua construindo sentidos, enquanto aspecto simbólico em compreender o homem como elemento social e histórico (ORLANDI, 2009, p. 15).

Esta preocupação com o discurso vai ser estudada por várias áreas diferentes na década de 1960. De acordo com Maingueneau (2014), para poder compreender as correntes do atual campo da análise do discurso, é necessário entender o contexto ambiental desta década permeado pelos estudos em etnografia da comunicação (Gumperz e Hymes), análise conversacional de inspiração etnometodológica (Garfinkel), escola francesa, correntes pragmáticas, teorias de enunciação e linguística textual, além de colaborações advindas de outras áreas como as de Foucault sobre os dispositivos enunciativos e as de Bakhtin a respeito dos gêneros de discurso e dimensão dialógica da atividade discursiva (MAINGUENEAU, 2014, p.43).

A partir dos anos 1980, houve uma ampliação mundial a respeito dos estudos relacionados a este assunto, integrando “correntes teóricas que tinham se desenvolvido independentemente uma das outras em disciplinas e em países distintos” (MAINGUENEAU, 2015, p. 16). Teun Van Dijk foi um dos principais colaboradores para o conhecimento dessas correntes ao publicar *Handbook of Discourse Analysis*, uma coletânea de diversos trabalhos de várias partes do globo terrestre que foram reunidos pelo tema da análise do discurso. Também houve uma aproximação da análise do discurso com as teorias pós-estruturalistas em áreas como a ciência política, por meio dos trabalhos de Foucault e Ernesto Laclau, assim como nos estudos culturais (MAINGUENEAU, 2015).

Para Maingueneau (2014), a análise do discurso está associada a relação entre o texto e o contexto. Neste sentido, o autor salienta que os trabalhos de pragmática cujos enunciados são descontextualizados, não seriam possíveis de serem estudados pela análise do discurso. Desta forma, o autor menciona que a análise do discurso pode ser vista como aquela disciplina que estuda o discurso (análise da conversação, etnografia da comunicação, sociolinguística interacional); que estuda a conversação (etnometodologia) ou que possui um ponto de vista específico sobre o discurso (gêneros de discurso), gerando vários polos onde os estudos do discurso tomarão cursos diferentes.

Diante desta diversidade de locais que estudam o discurso e a sua análise, e da sua interdisciplinaridade, Maingueneau (2000) ressalta que a análise de discurso não tem um *corpus* específico, pois ele pode ser estudado por outra disciplina, possuindo um objetivo de pesquisa diferente.

Outro ponto importante a ser comentado se refere ao aspecto crítico da análise do discurso. No início de 1990 em um congresso ocorrido em Amsterdã, reunindo vários especialistas da área de correntes diversas, surgiu uma abordagem de análise do discurso denominada análise crítica do discurso (*Critical Discourse Analysis*) voltada para a relação existente entre poder e discurso (COSTA, 2012). Ela é definida como “um tipo de investigação analítica discursiva que estuda principalmente o modo como o abuso de poder, a dominação e a desigualdade são representados, reproduzidos e combatidos por textos orais e escritos no contexto social e político” (DIJK, 2010, p. 113).

Maingueneau (2010) nomeia de “indecidível” (p. 65) a fronteira existente entre a análise do discurso (AD) e análise crítica do discurso (ACD), pois segundo o autor, toda análise do discurso possui uma dimensão crítica, pela sua própria natureza.

A análise do discurso é crítica pela própria seleção de seus objetos de investigação. Embora se possa construir uma infinidade de *corpora*,

pouquíssimos textos são efetivamente estudados. As escolhas operadas pelo pesquisador estão necessariamente ligadas a interesses ideológicos de ordens muito diversas, explícitos ou implícitos. [...]. Além disso, por seu caráter dessacralizante, a análise do discurso tem por natureza uma força crítica. Ela é dessacralizante, pois não isola no universo do discurso zonas que seriam sagradas, de existência à parte (MAINGUENEAU, 2010, p. 64 – grifos do autor).

Nesse contexto, Maingueneau (2015) esclarece que o aspecto crítico enfatizado pela ACD já faz parte do objetivo da análise do discurso. Ele menciona que haverá pesquisas que não estarão voltadas para a militância, analisando uma disfunção social, porém a natureza da pesquisa realizada é crítica, pois “a análise de discurso está condenada a se posicionar nos conflitos sociais e ideológicos, a intervir em debates políticos, direta ou indiretamente” (MAINGUENEAU, 2000, p. 4). Orlandi (2009) reitera o posicionamento crítico da análise de discurso, ao lembrar que este advém da articulação contraditória da teoria da enunciação, da teoria da ideologia e da teoria do discurso refletindo uma criticidade desde então relacionada às questões de leitura, interpretação e a relação do sujeito com o sentido. Maingueneau (2015) o complementa informando que para realizar uma boa análise crítica é necessário conhecer o funcionamento do discurso, levando em consideração que todo discurso é assinalado sempre por interesses.

Diante do exposto, é possível perceber que a análise crítica do discurso se inclui como mais uma corrente de análise de discurso. Diante da diversidade de *corpora* tratados por essas abordagens, Maingueneau (2014, p. 45) relata a existência de grandes polos que estudam o discurso por meio a) da interação social; b) dos gêneros de discurso; c) dos posicionamentos ideológicos e; d) da seleção de marcas de anunciação. Além daquelas pesquisas que embora se denominem análise de discurso, não focam na compreensão do funcionamento discursivo, mas “se contentam em estudar fenômenos muito localizados para elaborar interpretações sobre *corpora ideologicamente sensíveis*” (MAINGUENEAU, 2014, p. 45).

Neste escopo, a tese apresentada está relacionada ao estudo dos gêneros do discurso ligados à escola francesa de análise do discurso, apresentada a seguir.

Brandão (2012, p.17) atenta para as informações mencionadas por Maingueneau de que diante de tamanha diversidade da análise do discurso e do fato dela ser utilizada em outras áreas das ciências humanas é preciso explicar o que lhe caracteriza. Neste contexto, é mister salientar que a análise de discurso francesa considera como dimensões importantes: como o discurso é produzido no quadro das instituições – o que pode interferir e delimitar no que é enunciado -; os embates históricos e sociais que vão se cristalizando no discurso e; o próprio espaço que o discurso configura mesmo fazendo parte de um interdiscurso.

Nesta pesquisa, o gênero de discurso está relacionado com as políticas públicas de artesanato voltadas para o trabalhador artesão. Assim, é importante compreender as práticas discursivas das instituições relacionadas a estas políticas voltadas para aqueles que trabalham com o artesanato e tentar perceber as suas cristalizações diante dos discursos analisados.

Como já mencionado, a seção seguinte explicará em que consiste a análise de discurso francófona e abordará alguns dos seus elementos.

3.4.2 Escola francesa de análise do discurso

A partir do trabalho de Harris, a França entre as décadas de 1960-1970 (MAZIÈRE, 2007) desenvolveu os seus trabalhos relacionados à análise de discurso. As principais contribuições para a análise do discurso francesa (AD⁴) advêm inicialmente da linguística, do marxismo e da psicanálise (BRANDÃO, 2012; ORLANDI, 2009) decorrentes da tradição intelectual francesa e europeia de refletir sobre o texto levando em consideração o seu aspecto histórico e da prática escolar francesa de explicar o texto (BRANDÃO, 2012). De acordo com Maingueneau (2015), a França foi importante para o desenvolvimento da análise de discurso pois, foi provavelmente neste país em que esta disciplina teve uma preocupação teórica e metodológica simultaneamente, baseado no estruturalismo.

Para Orlandi (2009) a contribuição da Linguística à AD encontra-se no fato dela afirmar que a linguagem não é transparente, assim, a AD percebe que a relação linguagem/pensamento/mundo não possui uma única voz, onde cada um possui a sua especificidade. Em relação ao materialismo histórico, advindo do marxismo, a autora diz que a análise de discurso pressupõe desse legado ao compreender que o homem faz a história, mas esta nem sempre se apresenta transparente para ele. Daí, Orlandi (2009) conclui que a combinação da Linguística com o materialismo histórico cria condições para que sejam analisadas as produções de sentido de forma material (e não abstrata como ocorre na Linguística), analisando a língua não apenas como uma estrutura, mas como um acontecimento. Diante deste contexto, a contribuição da Psicanálise surge ao deslocar a noção de homem para a de sujeito, ao relacionar-se com o simbólico influenciado pela história (ORLANDI, 2009, p.19).

A autora sintetiza estas influências acima citadas, ao dizer que para a análise do discurso:

⁴ Para fins de esclarecimento, nesta tese, a sigla AD referir-se-á à análise de discurso francófona.

- a) **a língua tem sua ordem própria** mas só é relativamente autônoma (distinguindo-se da Linguística, ela reintroduz a noção do sujeito e de situação na análise da linguagem);
- b) **a história tem o seu real afetado pelo simbólico** (os fatos reclamam sentidos);
- c) **o sujeito de linguagem é descentrado** pois é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo o controle sobre o modo como elas o afetam. Isso redundaria em dizer que o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia (ORLANDI, 2009, pp. 19-20 – grifos meus).

A autora ainda conclui que embora a análise do discurso receba a herança advinda da linguística, do marxismo e da psicanálise, a AD constrói a sua própria área de conhecimento, ao trabalhar a noção de discurso. A autora salienta que embora haja a influência dessas disciplinas acima citadas ao trabalhar o objeto de análise, isso não significa que haja uma relação servil da AD com alguma delas, assim como também não há uma redução da AD em alguma dessas áreas de conhecimento (ORLANDI, 2009, p.20). Nesse contexto, a análise de discurso tem como objetivo “compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos” (ORLANDI, 2009, p. 25).

Além dessa explicação inicial sobre as principais influências da análise do discurso, Maingueneau (2015) colabora ao mencionar que 1969 pode ser considerado o ano da AD devido aos acontecimentos que aconteceram neste momento que colaboraram para a sua construção. Neste período foram publicados: uma edição especial da Revista *Langages* denominada “análise do discurso”, cujo responsável por sua edição foi o linguista Jean Dubois, que compreendia vários estudos distintos sobre o tema, não se atendo apenas ao gênero literário; o livro de Michel Pêcheux sob o título “análise automática do discurso”, baseados no marxismo estrutural althusseriano, na psicanálise lacaniana e na linguística estrutural e; o livro do filósofo Foucault intitulado “arqueologia do saber”, debatendo o discurso fora do campo linguístico. Essas três publicações vão germinar diferentes formas de compreender a análise do discurso.

Alinhado ao que está acima citado, Mazière (2007, p. 10), contribui mencionando que

é essa tríplice relação com 1) o sujeito assujeitado falado por seu discurso, diretamente provindo do ‘estruturalismo’ de Foucault, Althusser e Lacan, 2) com a historicidade de todo enunciado singular, herdado de Foucault, e 3) com a materialidade das formas de língua que Saussure, Harris e Chomsky permitem estabelecer que constituiu a originalidade do que se chamou a AD francesa. São também essas três relações que estruturam em diversos graus, a análise do discurso, mesmo que tenha ocorrido numerosos deslocamentos, e mesmo que a relação com a linguística como ciência possa ser discutida.

Sobre a fase inicial da fundação da análise de discurso, Maingueneau (2015) comenta que passado este momento, a AD vai mesclar as colaborações advindas desses autores e conjuntamente com conceitos originados nas correntes pragmáticas por meio das teorias de

enunciação e da linguística textual, trabalhará com diferentes *corpora*. De acordo com o autor, “todas essas pesquisas atribuem um papel central à noção de gêneros do discurso e se apoiam maciçamente sobre as teorias da enunciação linguística, que fornecem um quadro metodológico comum” (2015, p.21).

Atualmente o autor pondera que não se pode mais falar em escola francesa, mas em tendência francesa, devido a diversidade de pesquisadores que estudam (*corpora*) diferentes nesta abordagem. Além do fato de que em outros lugares, fora da França, também se utilizam a AD (CORREA; MELO, 2000; MAINGUENEAU, 2008a) como em alguns países da América Latina. México, Argentina e Brasil (MAZIÈRE, 2007, p. 30) são alguns exemplos.

De acordo com Maingueneau (2008a, p. 147), as tendências francesas podem ser caracterizadas por:

- (1) um interesse pelos *corpora* provenientes de gêneros de discursos “instituídos” (= não conversacionais) ou mesmo *corpora* provenientes do arquivo histórico;
- (2) a preocupação de não se interessar somente pela função das unidades mas também pelas suas propriedades como elementos do sistema da língua, o que implica uma relação forte com a linguística;
- (3) a importância atribuída ao interdiscurso;
- (4) uma reflexão constante sobre os modos de inscrição da subjetividade no discurso, enraizada nas teorias da enunciação linguística;
- (5) um posicionamento que põe a ênfase no caráter construído de “fatos”, dos “dados” com os quais lida o analista do discurso.

Maingueneau (2000, p. 5), ressalta que não necessariamente as pessoas que estudam esse tipo de análise devem adotar todas essas premissas acima citadas. A partir da explicação da caracterização dessas tendências e da diversidade encontrada na análise de discurso francesa, o autor comenta que alguns pesquisadores, inclusive ele, se esforçam em ampliar as teorias gerais do discurso, embora comentem que essas teorias podem se adaptar melhor a um determinado tipo de discurso do que a outro (2008a, p.147).

Dando continuidade ao seu pensamento, o autor complementa que a análise de discurso é naturalmente um intento de articulação entre estruturas textuais e situações de comunicação, sendo possível, desta forma, separar as pesquisas em dois polos contrários: o estudo da organização textual em um extremo e do outro, a articulação de discursos e posicionamentos ideológicos. Muitos dos estudos se localizam no *continuum* desses dois extremos (MAINGUENEAU, 2015). Há também a formação de vários “territórios” advindos do interesse dos grupos de pesquisa distribuídos em vários locais da França e fora dela que (MAZIÈRE, 2007; MAINGUENEAU, 2008a, 2015) tem como interesse maior estudar uma temática específica.

Destarte, é possível perceber a heterogeneidade da análise de discurso decorrentes da diversidade de tradições científicas e intelectuais; das referências disciplinares; das escolas, tendências e *corpus*; dos aspectos da atividade discursiva considerada por quem está estudando; da aplicação prática da análise; além da identidade acadêmica dos analistas (MAINGUENEAU, 2000, pp. 3-4).

Mesmo diante de tanta heterogeneidade do campo da análise do discurso francesa, é possível abordar alguns aspectos importantes relacionados ao discurso. Esses itens serão tratados na próxima seção.

3.4.2.1 O discurso e seus elementos

Definir discurso não é tarefa fácil. Diante da diversidade de estudos realizados a respeito, requer-se cuidado ao tentar defini-lo. Podemos nos referir a ele como “o discurso”, sendo visto de uma maneira incontável, ou como “os discursos”, percebendo a multiplicidade de discursos. Por ser polivalente o uso desta palavra, Maingueneau (2015) comenta que esta múltipla valência favorece com que a noção de discurso seja apropriada de maneiras distintas por teorias filosóficas e pesquisas empíricas sobre como o texto funciona. Dentro da Linguística, o debate sobre o uso da acepção discurso está relacionado a discussões clássicas sobre a sua oposição a conceitos como frase, língua e texto. Várias teorias filosóficas colaboraram com a Linguística para a compreensão do termo. Fora deste campo, a compreensão de ‘discurso’ ocorre percebendo que ele é: uma organização além da frase; uma forma de ação sobre o outro; interativo; contextualizado; assumido por um sujeito; regido por normas; assumido no bojo de um interdiscurso e; que constrói socialmente o sentido.

De maneira geral, o autor reflete que embora sejam diversos os aspectos acima mencionados ao discurso, os pesquisadores que o estudam, podem privilegiar algum desses fatores, mas os outros implicitamente permanecerão lá. Ele lembra que a prática discursiva envolve sempre a associação da língua, da atividade comunicacional e conhecimento, diferenciando de outras áreas que privilegia apenas um desses (MAINGUENEAU, 2015). Diante deste contexto, Maingueneau (2008b, p. 15) informa que discurso para a análise de discurso francófona é entendida como “uma dispersão de textos, cujo modo de inscrição histórica permite definir como um espaço de regularidades enunciativas”.

Para Brandão (2012, p. 103), a AD se propõe como desafio “realizar leituras críticas e reflexivas que não reduzam o discurso a análises de aspecto puramente linguísticos nem o dissolvam num trabalho histórico sobre a ideologia”.

Para compreender o discurso, Maingueneau (2015) chama a atenção para a diferença entre texto e discurso. Ele menciona a importância de compreender que a AD não analisa textos, analisa **corpus**. Este é um aspecto bastante importante para a AD pois evidencia a fronteiras entre a análise tradicional de interpretação de textos e a AD. De acordo com o autor,

um *corpus* pode ser constituído por um conjunto mais ou menos vasto de textos ou de trecho de textos, até mesmo por um único texto. [...] os analistas de discurso não estudam *obras*; eles constituem *corpora*, eles reúnem os materiais que julgam necessários para responder a esse ou àquele questionamento explícito, em função das restrições impostas pelos métodos aos quais recorrem (MAINGUENEAU, 2015, pp 39-40).

Ele chama a atenção para a diferenciação entre os *corpora* de textos prévios, pois reúnem textos previamente existentes como livro, carta etc. e *corpora* recortados e transcritos, advindos de uma transcrição como conversa e debate na TV (MAINGUENEAU, 2015, p. 40).

Ao comentar sobre a categorização do discurso, o autor menciona que o usuário utiliza-se de liberdade para categorizá-los, porém ele ressalta que o analista do discurso precisa lidar com três níveis complementares de categorização: a reflexão sobre o sentido e os efeitos das categorizações feitas pelos variados usuários; o repertório e a classificação das atividades discursivas, apoiados em critérios rigorosos e; a categorização dos tipos de unidades com as quais eles vão trabalhar, construídas de acordo com as restrições e os objetivos da pesquisa sobre o discurso (MAINGUENEAU, 2015, p. 65). Em relação a estas unidades, o autor informa que há uma distinção natural entre elas, classificando-as em **unidades tópicas e não tópicas**. As unidades tópicas são aquelas que são fornecidas, de alguma maneira, pelas práticas sociais e se articulam por meio da categoria do gênero de discurso, enquanto que as não-tópicas são elaboradas pelos pesquisadores.

Maingueneau (2015) declara que os gêneros de discurso poderiam ser considerados os “átomos da atividade discursiva” (p. 66), porém atenta que a sua compreensão possui mais sentido quando relacionada a outra unidade de categoria superior denominada **tipos de discurso** que é a maneira mais utilizada pela análise do discurso francófona. Segundo o autor, emprega-se “o termo ‘tipo de discurso’ para designar práticas discursivas ligadas a um mesmo setor de atividade, agrupamentos de gêneros estabilizados por uma mesma finalidade social: tipos de discurso administrativo, publicitário, religioso...” (MAINGUENEAU, 2015, p. 66).

Assim, a categoria do **gênero de discurso** é definida por critérios contingenciais levando em consideração o objetivo, o papel dos participantes, o *mídiu*m, o tempo, o lugar, a organização textual etc., sendo utilizada para descrever uma pluralidade de diversos tipos de enunciados que a sociedade produz obtendo como resultado programas de TV, panfleto, transações em lojas, consulta médica e uma inúmera diversidade deles (MAINGUENEAU, 2010). Para Maingueneau (2015, p.66), o gênero de discurso é compreendido como “instituição de fala, dispositivo de comunicação sócio-historicamente determinado” como reuniões de conselho de administração, jornal televisivo. Eles sempre estão se modificando e metáforas como contrato, jogo e ritual podem ser-lhes aplicadas (MAINGUENEAU, 2010).

Para esta tese, o tipo de discurso que busca-se aqui investigar é aquele relacionado às políticas públicas de artesanato relacionados ao trabalhador artesão, que será denominado tipo político-artesanal. Os gêneros pesquisados foram audiências públicas, blogs, cartilhas, entrevistas, jornal etc.

O autor ainda comenta que para o analista do discurso o gênero de discurso tem um papel central, pois

O analista de discurso é obrigado a atribuir um papel central à noção de gênero de discurso, que, por natureza, leva ao fracasso de toda exterioridade simples entre ‘texto’ e ‘contexto’. Assim, pensar os lugares independentemente das palavras que autorizam (redução sociológica), ou pensar as palavras independentemente dos lugares dos quais elas são parte beneficiária (redução linguística), isso seria ficar aquém das exigências que fundam a análise de discurso (MAINGUENEAU, 2008a, p. 143).

Assim, é possível perceber a importância atribuída ao termo. O autor ainda complementa que um gênero de discurso, levando em consideração o ponto de vista que se privilegia, pode ser agrupado de três formas distintas: esfera de atividade, o lugar de atividade e, o campo discursivo. Este último será a forma utilizada neste trabalho.

Sobre a esfera de atividade, não é tão simples relacioná-la com um gênero de discurso, pois um mesmo gênero de discurso pode “estar relacionado a diferentes esferas de atividade, em função dos imperativos da pesquisa desenvolvida” (MAINGUENEAU, 2015, p. 67), não sendo também um espaço homogêneo, pois é composto por núcleo e periferia. O núcleo se constitui pelos gêneros de discursos mais direcionados a finalidade da esfera, enquanto que a periferia aborda os de natureza variada. Cabe ao pesquisador determinar em qual ela vai se caracterizar de acordo com a pesquisa. Os *corpora* dessa pesquisa são compostos por gêneros que podem ser relacionados à esfera artesanal, à esfera da política pública, ou à esfera do trabalho, entre tantas outras, por exemplo.

Em relação aos lugares de atividade, Maingueneau (2015, p. 68) comenta que “a maioria dos gêneros de discurso é produzida e/ou consumida em lugares institucionais”, cabendo ao analista do discurso determinar o seu limite, restringindo ou não à instituição.

Quanto ao **campo discursivo**, Maingueneau (2010, p. 50) baseando-se na noção de campo estudada por Pierre Bourdieu, define-o como

Um espaço no interior do qual interagem diferentes ‘posicionamentos’, fontes de enunciados que devem assumir os embates impostos pela natureza do campo, definindo e legitimando seu próprio lugar de enunciação. Esse campo discursivo, onde os diversos posicionamentos estéticos investem cada um à sua maneira gêneros de textos e variedades linguísticas, não é uma estrutura estática, mas um jogo de equilíbrio instável. Os diversos posicionamentos estão em relação de concorrência em sentido amplo, isto é, sua limitação recíproca não passa necessariamente por um confronto aberto.

Maingueneau (2015) salienta que uma das peculiaridades dos campos é que eles nunca são espaços homogêneos, sendo compostos por um centro, uma periferia e uma fronteira. Nos posicionamentos do centro encontram-se dominantes e dominados. Os posicionamentos periféricos são dominados pelos posicionamentos do centro. Nem todos os posicionamentos dominados são periféricos, mas todos os posicionamentos periféricos são dominados (MAINGUENEAU, 1998). De acordo com o autor, geralmente os posicionamentos da periferia estão relacionados a três hipóteses: a) o posicionamento que anteriormente era localizado no centro do campo e foi marginalizado; b) um novo participante, ou seja, um posicionamento recém-chegado que espera chegar ao centro e, c) posicionamento que tem o intuito de criar um subcampo relativamente independente em relação ao outro (MAINGUENEAU, 2010, pp. 51-52).

É importante salientar que a compreensão de campo discursivo traz consigo outros elementos importantes que devem ser conhecidos. Os campos discursivos estão inseridos em um **universo discursivo**. Este é bastante amplo e definido como o “conjunto dos discursos que interagem em um dado momento” (MAINGUENEAU, 1998, p.19).

Como já dito anteriormente, dentro do universo discursivo, encontram-se os campos discursivos. Maingueneau (2008b, p. 34) acrescenta que o fato de recortar o universo discursivo em campos discursivos não gera “zonas insulares”. Esses recortes são apenas abstrações que permitem analisar o discurso. Brandão (2012) complementa-o ao explicar que normalmente, não é possível pesquisar um campo discursivo na sua totalidade, por isso são feitos recortes neles criando os subcampos ou espaços discursivos que são possíveis de serem analisados produtivamente.

Os **espaços discursivos** são subconjuntos do campo discursivo. Brandão (2012, p. 90) define-os como “recortes discursivos que o analista isola no interior de um campo discursivo tendo em vista propósitos específicos de análise”. Maingueneau (1998, p.20) complementa-a, informando que o espaço discursivo é composto por no mínimo dois posicionamentos discursivos que possuam “relações particularmente fortes”.

Além desses conceitos, outros dois se fazem importantes para compreender a noção de campo discursivo, são posicionamento e interdiscurso.

De acordo com Maingueneau (1998, p. 110), o termo **posicionamento** pode ser definido de duas formas: “ato pelo qual uma formação discursiva *posiciona-se* em um campo discursivo, emerge, marcando sua identidade com relação a outras e; a própria formação discursiva considerada como identidade num interdiscurso” (grifos do autor). Essa dupla acepção relacionada a posicionamento visa ressaltar a relação entre interdiscurso e identidade discursiva. É pela formação discursiva que a especificidade de um discurso acontece e não por seus temas (MAINGUENEAU, 2008b, p. 84).

É importante salientar que o termo formação discursiva tem dupla originalidade, sendo abordado por Foucault e Pêcheux. O primeiro autor, abordava este termo como um meio de designar os enunciados que poderiam se associar ao mesmo sistema de regras determinado historicamente. Para o segundo autor, as formações discursivas vão ser influenciadas pelas formações ideológicas que determinarão aquilo que pode e deve ser dito. Desta forma, a formação discursiva está intrinsecamente relacionada ao interdiscurso, ou seja, são inseparáveis (MAINGUENEAU, 2014; 1998).

Maingueneau (2014, p. 241) define o **interdiscurso** como “o lugar em que se constituem os objetos e a coerência dos enunciados que se proveem de uma formação discursiva. O autor ressalta que todo discurso é permeado pela interdiscursividade, ele tem a propriedade de estar relacionados multiformemente com outros discursos. Assim, ele explica que o interdiscurso pode ser compreendido de maneira restrita e ampla. Restritamente, o interdiscurso seria um espaço discursivo cujo conjunto de discursos (seja do mesmo campo ou não) se relacionam e se delimitam reciprocamente uns com os outros. Amplamente, o interdiscurso refere-se ao conjunto de unidades discursivas (pertencentes a discursos anteriores do mesmo gênero ou de discursos atuais de outros gêneros) que se relaciona implícita ou explicitamente com um discurso particular (MAINGUENEAU, 2014, p. 286).

Orlandi (2009, pp. 33-34) contempla interdiscurso da seguinte maneira:

O interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Para que minhas palavras tenham sentido é

preciso que elas já façam sentido. E isto é o efeito do interdiscurso: é preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular se apague na memória para que, passando para o ‘anonimato’, possa fazer sentido em minhas palavras. No interdiscurso, diz Courtine (1984), fala uma voz sem nome.

Diante do exposto, é possível perceber como o interdiscurso expõe a importância do sujeito e do outro para a análise do discurso, onde um complementa o outro. A próxima seção abordará como os *corpora* dessa pesquisa serão analisados.

3.4.3 Análise dos *Corpora*

Como já foi mencionado e apresentado anteriormente, esta tese se baseou na escola francesa de análise do discurso. De acordo com Orlandi (2009, p. 15), a análise de discurso tenta compreender como a língua faz sentido, levando em consideração os aspectos simbólicos e a construção sócio-histórica do homem. Aspectos estes que foram considerados ao analisar os *corpora* construídos para este trabalho, pois o que caracteriza esta escola é justamente levar em consideração a língua, o ato de se comunicar e o conhecimento construído (MAINGUENEAU, 2015). Brandão (2012) relembra da importância da realização de leituras críticas e reflexivas para a análise do discurso.

Neste contexto, para poder compreender as práticas discursivas relacionadas às políticas públicas de artesanato voltadas para o trabalho do artesão e a sua reprodução da força de trabalho, a análise desta tese aconteceu tendo como foco o tipo de discurso político-artesanal, que foi definido levando em consideração que as práticas discursivas relevantes para este estudo são aquelas decorrentes dessas duas áreas que estejam voltadas para o trabalho do artesão.

Para isso, os gêneros de discursos analisados foram advindos da coleta de dados explicada na seção anterior que deu subsídios para construir os *corpora* desta tese, por meio de audiências, livros, cartilhas, entrevistas, etc. Estes gêneros são compostos de unidades tópicas e não tópicas. Embora a maioria delas sejam categorizadas como tópicas, as não tópicas foram aquelas decorrentes das entrevistas realizadas por mim para esta pesquisa.

A partir dessas unidades, espera-se analisar os espaços discursivos formados pelos posicionamentos (ou formações discursivas) daqueles que foram entrevistados representando as suas instituições, dentro do campo discursivo que compõe as políticas públicas de artesanato para o trabalho do artesão e a sua reprodução da força de trabalho. É por meio

desses posicionamentos que o discurso acontece, assim espera-se perceber as suas articulações, pois conforme Maingueneau (2008b, p. 121), para a análise de discurso o que é importante é a articulação das práticas discursivas dessas instituições não o discurso da instituição em si. Desta forma, percebe-se a relevância do interdiscurso, pois tanto o discurso do sujeito e do outro são importantes para a compreensão das práticas discursivas.

Diante do exposto, as categorias aqui trabalhadas foram campo, espaços discursivos e formações discursivas. Operacionalmente, nesta tese o campo discursivo acima citado foi denominado político – artesanal, por contemplar as várias formações discursivas relacionadas aos temas principais deste trabalho, mencionadas anteriormente.

Dentro do campo discursivo, foram definidos dois subcampos, ou espaços discursivos; o espaço discursivo das políticas públicas e o espaço discursivo da reprodução da força de trabalho do artesão, formado por distintos posicionamentos ou formações discursivas.

Na construção dos *corpora* deste trabalho foram identificados os seguintes efeitos: comercialização, relacionada ao campo discursivo; a reprodução da força de trabalho, identidade do artesão, exército industrial de reserva e modo de produção das peças, referentes ao espaço discursivo da reprodução da força de trabalho e; as políticas simbólicas e democratização de ações, contemplando o espaço discursivo das políticas públicas. Tais efeitos são decorrentes das dimensões encontradas na análise e também compõem o interdiscurso do campo.

É importante lembrar que os campos discursivos não são homogêneos, são dinâmicos, sendo formados por posicionamentos centrais, periféricos e por uma fronteira, havendo posicionamentos dominantes no centro e dominados no centro e na periferia, que serão exibidos na seção de análises de resultados deste trabalho, apresentada no próximo capítulo.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esta pesquisa possui como objetivo geral “compreender como ocorrem as práticas discursivas relativas às políticas públicas de artesanato e a reprodução da força de trabalho dos artesãos em barro no Alto do Moura, Caruaru – PE”. Neste capítulo serão apresentados os resultados encontrados para o alcance deste objetivo. Para isso, as seções que se seguem estão relacionadas aos objetivos específicos estipulados anteriormente.

4.1 Caruaru e o Alto do Moura

A partir de 1681, Caruaru começa a ser formada, advinda de uma concessão de terras à família Rodrigues de Sá para o desenvolvimento de agricultura e criação de gado. Assim, com aproximadamente 12 hectares, surge a Fazenda Caruru. Porém, é após 1776, com o retorno de José Rodrigues de Jesus⁵ e, posteriormente, a construção de uma capela devotada a Nossa Senhora da Conceição, que esta sesmaria começa a reunir um povoado ao seu redor. O tempo vai passando, ela se torna uma vila. E em 18 de maio de 1857, através da lei provincial 416, Caruaru deixa de ser vila para ser considerada cidade, sendo atualmente o município mais populoso do interior pernambucano (CARUARU, 2013).

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Caruaru possui uma extensão de 920.611 km². Em 2010, a sua população era de 314.912 habitantes, sendo estimada para 2016 um total de 351.686 residentes. 66% de sua população se declara católica apostólica romana e o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) era 0,677. Em 2014, o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* caruaruense, a preços correntes, era estimado em R\$18.226,43. O seu bioma é composto por caatinga e mata atlântica, e o seu clima é semi-árido (IBGE, 2016). Caruaru é uma cidade situada na

⁵ Embora seja recorrente atrelar a fundação de Caruaru a José Rodrigues de Jesus, Santos (2006b) menciona que este acontecimento é um mito que ganha relevância, entre tantas práticas discursivas, a partir dos escritos detalhados do Padre Zacarias Lino Tavares, porém ressalta os desencontros temporais dos fatos citados.

mesorregião do agreste de Pernambuco e na microrregião do Vale do Ipojuca, localizada a aproximadamente 140 km da capital, Recife.

A figura apresentada abaixo situa Caruaru no mapa de Pernambuco e demonstra a distância desta cidade em relação a capital, Recife.



Figura 2: Mapa de Pernambuco

Fonte: Google (2013)

Geograficamente, Caruaru faz divisa ao norte com os municípios de Toritama, Vertentes e Frei Miguelinho, a leste com Riacho das Almas e Bezerros, ao Sul com Agrestina e Altinho e, a oeste com Brejo da Madre de Deus e São Caetano. Está a 554 m acima do nível do mar (IPHAN, 2006).

Também conhecida como a ‘capital do agreste’ ou ‘princesa do agreste’, Caruaru tem uma importância muito grande para a região, pois concentra muito das atividades e serviços. É o segundo polo médico de Pernambuco (ACIC, 2013). Também é um polo acadêmico, turístico, cultural e econômico (CARUARU, 2013). Academicamente, a cidade possui seis instituições de ensino superior, sendo duas dessas universidades públicas, além de um instituto federal de ensino tecnológico, o que pode denotar a relevância do local para a capacitação profissional daqueles que moram na cidade ou nas regiões circunvizinhas.

Em relação ao turismo, Caruaru também mostra a sua relevância. Disputando com a cidade de Campina Grande - PB, o título de capital do forró. Essas duas cidades atraem muitos turistas durante os festejos juninos. Nessa época do ano, a capital do agreste pernambucano recebe muitos visitantes que alavancam o aspecto econômico da região. A efervescência cultural caruaruense é marcada além do forró, por expressões culturais como os bacamarteiros e as bandas de pífano que podem ser visualizadas na figura a seguir.



Figura 3: Bacamarteiro e banda de pífano de Caruaru

Fontes: Pernambuco, 2013; Uptodate, 2016.

Além do aspecto cultural, outro fator que impulsiona a economia da cidade está relacionado a sua vocação têxtil. Juntamente com as cidades de Toritama e Santa Cruz do Capibaribe e mais outros dez municípios, formam o pólo têxtil do Agreste haja vista o potencial destes locais para a produção e comercialização de confecções (ACIC, 2013). Caruaru possui um polo comercial e ainda congrega dois centros comerciais: o Shopping Caruaru e o Shopping Difusora.

A cidade também se destaca por sua feira, desde 2006, considerada patrimônio imaterial brasileiro, por meio do IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (GASPAR, 2003). A feira de Caruaru também já foi retratada em música. Em 1955, Onildo Almeida criou a música *A feira de Caruaru* cuja primeira estrofe já mostra que de tudo é possível encontrar lá:

A feira de Caruaru
Faz gosto a gente ver
De tudo que há no mundo
Nela tem prá vender.

Desde 1992, a feira está localizada no Parque 18 de maio quando foi transferida da Rua do Comércio, no centro da Cidade para poder viabilizar o seu trânsito. Em uma área de 150 hectares, é composta por mais de dez feiras incluindo a de artesanato, a do troca-troca, a de frutas e verduras, a Sulanca, a do gado, a do bolo entre outras. A feira atende mais de um milhão de pessoas por ano e em 2004, era composta por 28.000 feirantes. No quadro 6 seguem alguns dados sobre as feiras supracitadas.

Tipo da feira	Nº. de comerciantes	Nº. de compradores	Valor comercializado em 2004 (R\$/ média)
Frutas e Verduras	5.900	20.000/ semana	3 milhões/semana
Sulanca	12.000 + 10.000 invasores (sic)	100.000 alta estação 35.000 baixa estação	22 milhões/semana
Artesanato	400	10.000/semana	20 milhões/ baixa estação/ semana 40 milhões/ alta estação/ semana

Quadro 6: Dados das Feiras de Frutas e Verduras, Sulanca e de Artesanato – Ano de 2004

FONTES: Coordenadoria de Comunicação – PMC, Associação dos Sulanqueiros de Caruaru, Associação dos Feirantes de Artesanato de Caruaru (*apud* IPHAN, 2006, p.17).

A partir dos dados acima é possível perceber a relevância econômica que a feira propicia para a região de Caruaru. Além da feira, outro destaque da cidade é o Alto do Moura, referência em cerâmica figurativa e responsável por suprir a feira com o seu artesanato.

4.1.1 O Alto do Moura

O Alto do Moura fica localizado a 7 km do centro da cidade de Caruaru. O seu nome advém de uma família de portugueses de sobrenome Moura que habitava aquele local (MELLO, 1995). Passado o tempo, descobriu-se que a região possuía uma argila de boa qualidade que era utilizada para a elaboração de peças utilitárias (MELLO, 1995; LOPES, VITOR, 2010). Muito antes dessa época, Lima (2001) informa que a localidade do Alto do Moura era povoada pelos índios *kariris*, detentores de hábitos ceramistas, podendo, provavelmente, a população daquele local ter sido influenciada por eles nas atividades de trabalhar a cerâmica. Hoje em dia este local é conhecido pelo artesanato de peças figurativas.



Figura 4: Foto da entrada do Alto do Moura

Fonte: Google (2016)

Em 2006, havia no Alto do Moura, aproximadamente, 1.000 pessoas trabalhando com o barro (IPHAN, 2006). Embora seja divulgado que esta localidade é reconhecida pela UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - como o maior centro de artes figurativas da América Latina, Lima (2001) ressalta que, em suas pesquisas e às consultas realizadas ao órgão das Nações Unidas, não encontrou resultados que comprovassem a existência do título. De acordo com o SEBRAE, em junho de 2015 havia 302 artesãos no Alto do Moura (LIMA, 2016a).

Até meados de 1940, a divisão do trabalho no Alto do Moura ocorria da seguinte maneira: enquanto os homens trabalhavam na roça para a sua subsistência, as cerâmicas utilitárias eram criadas pelas mulheres louceiras em seu tempo de descanso.

Este cenário só veio modificar-se depois da presença de Vitalino Pereira dos Santos, o Mestre Vitalino. Nascido em 1909, em Ribeira do Campos, distrito de Caruaru, na margem contrária do Rio Ipojuca, onde se localiza o Alto do Moura. Ainda criança, Vitalino começou a manipular o barro com as sobras de argila da mãe e fazer peças que eram utilizadas para as brincadeiras infantis, como boizinhos, cavalinhos etc. (ALTO DO MOURA, 2013). Só depois da utilização do barro por ele em peças figurativas ao invés de utilitárias, os homens começaram a manipulá-lo e a região ficou conhecida por essa nova atividade. De acordo com Lima,

as lavouras foram pouco a pouco sendo abandonadas pelos homens, que substituíam seu trabalho na roça pelo trabalho com o barro. As mulheres, que antes tinham a função de produzir os utensílios, exerciam agora somente

a função de pintar as peças. Portanto, deixavam de ser agricultores para se tornarem artesãos (2001, p. 99).

Desta forma, o artesanato se tornou a principal atividade econômica do local, que tinha inicialmente a sua produção comercializada na Feira de Caruaru e em suas residências, sendo agora elaboradas peças artesanais utilitárias e figurativas.



Figura 5: Imagem de Mestre Vitalino

Fonte: Pessoa (2013)

Por ter sido o pioneiro no artesanato de peças figurativas no Alto do Moura, Mestre Vitalino é considerado o agente de transformação da região “criando diversos motivos, e dono de um estilo pessoal marcante, que se revela na expressividade das feições e gestos e posturas corporais, na composição teatralizada das cenas” (FROTA *apud* ITAÚ CULTURAL, 2013). Mascelani (2002) também ressalta que o artesão era dotado de forte senso estético, produzindo obras, que em sua maturidade, atraíam a atenção de críticos e colecionadores. De acordo com a autora, 1947 é um marco na obra de Mestre Vitalino e na história do interesse popular, não só por revelar a sua obra, “como também por chamar a atenção sobre a existência desse gênero de criação em diferentes regiões do país [...]”. Ele “criou uma narrativa visual expressiva sobre a vida no campo e nas vilas do Nordeste pernambucano” (MASCELANI, 2002). Neste ano, Vitalino participou de uma exposição no Rio de Janeiro, denominada ‘Cerâmica Popular Pernambucana’, realizada por Augusto Rodrigues, divulgando suas peças. Só no ano posterior, o artesão fixou a sua residência no Alto do Moura (ROCHA, 2014).

A partir da exposição de Vitalino no Rio de Janeiro, o Alto do Moura começa a ser visitado por pessoas que queriam conhecer o artesão que elaborava as peças figurativas de barro. A partir deste evento, outras pessoas da localidade começaram a trabalhar seguindo os passos de Vitalino com a arte figurativa. Vitalino faleceu em 1963. Em 1971, a casa onde morava foi transformada em “casa museu Mestre Vitalino” onde há um acervo das peças do artesão e objetos utilizados no seu dia-a-dia, mostrando um pouco da cultura da região.

Este artesão inspirou muitos outros. Zé Caboclo, Elias Santos, Manuel Eudócio e Luiz Antônio são alguns deles. Rocha (2014) comenta que, levando em consideração o caráter cooperativista da produção das peças nos núcleos familiares, esses homens acabaram envolvendo a família na produção, que até hoje continua, mesmo com o falecimento dos três primeiros. Neste contexto, o autor atenta para o fato de que a forma de organização e produção dos artesãos, no Alto do Moura, ocorre por meio dos grupos domésticos geralmente relacionados às famílias dos artesãos acima citados.

O Alto do Moura continua sendo reconhecido pelo artesanato de peças figurativas onde muitas delas ainda são elaboradas retratando os temas abordados pelo Mestre Vitalino em sua vida por artesãos que seguem o seu estilo figurativo, retratando os retirantes, a banda de pífano, o carro de boi, as profissões etc. Novas gerações de artesãos vieram e com elas, além da manutenção da tradição, a confecção de bonecas e de peças em miniaturas.



Figura 6: Retirantes, de Mestre Vitalino

Fonte: Acervo Museu de Arte Popular do Recife (ARTE, 2010)

O surgimento das bonecas criadas no Alto do Moura traz uma nova forma de produção das peças artesanais, realizada em escala. Diferentemente do artesanato tradicional advindo de Vitalino onde todo o processo produtivo está concentrado em apenas uma pessoa. Tendo em

alguns casos, a pintura da peça realizada por outra pessoa. Na produção das bonecas, o seu corpo é produzido em um torno elétrico, cujo serviço, na maioria das vezes, é terceirizado. Existe um molde para a cabeça das bonecas e posteriormente são inseridos os braços e adereços das peças, havendo a participação de outras pessoas na sua elaboração, além da secagem, queima e pintura (LORÊTO, 2016; ROCHA, 2014, GONÇALVES, 2013).

Entre os tipos de bonecas comercializadas no Alto do Moura, encontram-se as negas malucas, as olívias e as namoradeiras. A produção destes tipos depende da necessidade do mercado, podendo periodicamente ter alterações. Por ser produzida há mais tempo no Alto do Moura, as negas malucas já estão com o seu mercado saturado, conseqüentemente, é o tipo de boneca que tem o menor escoamento (ROCHA, 2014).

De acordo com Gonçalves (2013), os elementos utilizados na produção de bonecos e bonecas pelos artesãos do Alto do Moura são os seguintes, conforme o quadro abaixo:

Objeto	Ambiente	Instrumentos	Força de trabalho	Produto
Barro <i>in natura</i>	Ambientes improvisados de produção, na maioria das vezes, misturando-se com ambiente da casa ou de venda de mercadorias	Instrumentos improvisados: palitos, paletas, facas, alicates, pentes, e por vezes, formas de gesso, garrafas de vidro e canetas	Energia dos trabalhadores	Peças de barro: figurativas, decorativas e utilitárias

Quadro 7: Elementos do processo de produção

Fonte: Gonçalves (2013, p. 37).

Assim, Gonçalves (2013) nos evidencia elementos que mesclam o ambiente caseiro com o comercial, utilizando vários instrumentos de trabalho criados de acordo com o imprevisto e a necessidade do artesão, que produzem peças artesanais de barro com finalidade decorativa, figurativa e utilitária. Em relação à estruturação do trabalho local, o autor relata que coexistem modos de produção distintos que são caracterizados pela divisão do trabalho, produção em série, padronização de peças, produção puxada pela demanda, flexibilização do aparato produtivo, da cadeia de produção e dos trabalhadores, além da precarização do trabalho local.

De acordo com Gonçalves (2013), a maioria dos artesãos participantes de sua pesquisa começou a trabalhar com o artesanato em barro por uma questão hereditária, aprendendo o ofício com os seus pais. Para eles, a carteira do artesão é percebida como um símbolo de identidade da categoria, mas reclamam da falta que sentem da formalização da profissão, por não ser possível aposentar-se como artesão. Nenhum desses participantes possuem vínculo formal de trabalho.

Em relação à educação, o fato de alguns artesãos não terem se educado formalmente, mas saberem ler e possuírem relevância na comunidade chamou a atenção de Silva (2011). O autor percebeu as peculiaridades aprendentes e ensinantes a respeito dos artesãos estudados, evidenciando os saberes populares transmitidos.

Além de Mestre Vitalino, outro mestre que se destacava na região era o Manoel Galdino de Freitas, dono também de um estilo próprio, misturando realidade e ficção na elaboração de suas obras que vinham acompanhadas de poesia. O artesão dizia que a inspiração de suas peças vinha de sonhos.

Diferentemente de Vitalino que começou a fazer as suas peças na infância, Manoel Galdino só começou a criá-las com 51 anos de idade quando se mudou para o Alto do Moura. Antes da vida de artesão, Galdino trabalhara como pedreiro e já circulava pelo Alto do Moura. Enquanto Vitalino tocava pífano, Galdino preferia a viola. Em 1996 o artesão faleceu. Neste mesmo ano foi inaugurado no Alto do Moura um Memorial em sua homenagem. Mestre Galdino sempre criava peças diferentes. As únicas reproduzidas por ele eram o Mané Pãozeiro (ícone do seu trabalho), o Lampião e a Maria Bonita.



Figura 7: Mané Pãozeiro
Fonte: História das cerâmicas (2009).

Abaixo seguem duas poesias de Galdino. A primeira refere-se ao Mané Pãozeiro. Esta peça surgiu em 1984, em São Paulo durante uma exposição. Neste momento, um crítico de arte duvidou da autoria das peças de Galdino. Assim, o artesão foi para o hotel, pediu inspiração divina para fazer uma peça. A peça criada neste dia foi batizada de Mané Pãozeiro em homenagem a um primo de Galdino que morava em São Caetano, possuía uma padaria e às vezes se encontrava desolado sem saber como conseguiria dinheiro para pagar as suas contas (LIMA, 2001; ROCHA, 2014; VITORINO, 2013). Como já mencionado, as obras de Galdino vinham acompanhadas de uma poesia, também criada pelo artesão. Abaixo segue a poesia dedicada a Mané Pãozeiro, feita por Manoel Galdino em 1984:

Galdino fez um muzeu
 Para minha moradia
 Fui nacido em São Paulo
 Porem não ceio o dia
 Do ano 84.
 Com Galdino em companhia.
 Conheço bem u Brazil
 Vários paiz estrangeiro
 Fui criado por Galdino
 Este velho brasileiro
 U artista que vale
 Na terra muito dinheiro.

A outra poesia de Galdino aqui mencionada estava impressa nos papeis em que o artesão escrevia as suas poesias para as peças. Este folheto possuía a logomarca da Prefeitura de Caruaru.

Quem cria tem que durmi
 Pensar bem no passado
 De tudo ser bem lembrado
 Tirar o juizo como loco
 Ter a voz como um pipoco
 Ter o corpo com energia
 Ler o escudo do dia
 Conservar uma oração
 Fazer sua oração
 Ao deus da puizia.
 Deve durmi muito sêdo
 Muito mais sêdo acordar
 Muito mais tarde sonhar
 Muito afoito i menos medo
 Muito onesto com segredo
 Muito menos guardar
 Muito mais revelar
 Pra ter mais soberania
 Muito pocas covardia
 Não durmi para sonhar.

Ao analisar os estilos desses mestres artesãos, Ponce de Leon Júnior (2015) faz o seguinte comentário sobre as estéticas de Vitalino e Galdino:

Pode-se mesmo dizer que são configurações antípodas: o primeiro, sendo o avatar de uma ‘via mimética’, embora transfigurada por um toque estilístico ‘popular expressionista’; o segundo, regido pela função fantástica dominante (lato sensu), fabulosa, de um surrealismo mítico, sem o abandono da reprodução do cotidiano, só que deformado pelo seu Imaginário tantas vezes delirante (p. 67).

Assim, é possível perceber as diferentes influências pelas quais a arte do barro no Alto do Moura é tocada, embora seja preponderante, o estilo das peças do Mestre Vitalino. É importante salientar que atualmente a única pessoa que reproduz as peças de Mestre Galdino é o seu filho, Joel Galdino, sempre presente no Memorial do seu pai.

Ao mencionar Vitalino e Galdino como mestres devido a sua originalidade na criação das peças, Rocha (2014) em um estudo etnográfico realizado por ele no Alto do Moura, percebe a existência de três categorias relacionadas ao artesão, são elas: mestre, quase- mestre e artesão. De acordo com o autor, a comunidade artesã é unânime em reconhecer Vitalino e Galdino como mestres devido a criação do modo de produzir as suas peças, tendo a originalidade na metodologia utilizada para realizar o seu ofício. Os quase-mestres são aqueles que embora reconhecidos mestres extralocalmente, quando realizam oficinas ou participam de feiras e exposições, mas ainda surgem controvérsias sobre a titulação de mestre no Alto do Moura, pois eles não criaram um novo estilo figurativo, desta forma, continuam seguindo os passos de Vitalino. Manoel Eudócio, Luiz Antônio, Elias Santos, Severino Vitalino, Joel Galdino, Luís Galdino e Marliete Rodrigues são alguns artesãos que encontram-se nesse patamar. Alguns deles se reconhecem como mestres, exibindo este título em seus ateliês, outros o rejeitam. A categoria artesão é direcionada aos demais artesãos da localidade que confeccionam as suas peças artesanais.

Lima (2001) comenta que um dos motivos que fez aumentar o movimento das pessoas pelo Alto do Moura foi a mudança realizada pelo Prefeito João Lyra na feira de Caruaru, em 1982. A partir das alterações realizadas, o artesão deveria ir para a feira ficar no seu banco todos os dias, enfrentando o calor excessivo do local e o amontoado de bancos. O descontentamento dos artesãos diante das condições que deveriam se submeter, desmotivaram-lhes a continuar levando as suas peças para serem vendidas na feira, preferindo vendê-las em suas casas e/ou ateliês.

A partir deste cenário, surge a figura do intermediário, pois alguns artesãos preferiram não ficar vendendo apenas em seu ambiente físico, mas de vender grande parte da sua produção para os intermediários que revendiam as peças em outros lugares. Rocha (2014)

denomina os intermediários de atravessadores e menciona que eles apenas compram bonecas e *souvenirs* para revenda. Eles juntamente com as agências institucionais, o turismo cultural, o fluxo de pessoas e a recente especulação imobiliária geram visibilidade para o Alto do Moura.

O Alto do Moura é um local de forte representação cultural. Além das peças em barro, existem diversos grupos culturais como mazurca⁶, reisado⁷ e pastoril infantil⁸ (SILVA, 2011, p.146). No dossiê elaborado pelo IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - que trata da Feira de Caruaru para se tornar um bem imaterial, o relator ressalta a importância do Alto do Moura também ser considerado um no futuro. Esta possibilidade já está sendo analisada pelo Instituto devido a solicitação da ABMAM (Associação dos Artesãos em Barro e Moradores do Alto do Moura).

Desde 2013, ocorre em agosto, o Festival de Inverno do Alto do Moura, reunindo atrações locais para shows em um fim de semana. Este evento ocorria por meio de recursos particulares. A partir de 2016, começou a receber também recursos da Prefeitura.

Para Rocha (2014), o público que frequenta o Alto do Moura advém da visibilidade local, por meio da exposição das peças nos ateliês e lojas na comunidade e, extra-local decorrente de feiras, oficinas, exposições que ocorrem nos mais diferentes rincões divulgando o maior centro de artes figurativas da América Latina. O autor classifica o turista do Alto do Moura como ‘etnoturistas ou peregrinos modernos’ e os ‘buscadores de prazer ou kitschturistas’. Os primeiros são aqueles que apreciam conhecer a obra do artesão e vê-lo elaborar a peça. Os últimos estão relacionados ao turismo de massa, aproveitando os equipamentos turísticos do local, visitam os ateliês, mas se detêm por mais tempo nos bares e restaurantes do Alto do Moura. É por meio da experiência vivida pelo turista que esta classificação ocorre, o que não impede que uma pessoa possa viver as duas experiências em momentos diferentes.

⁶ A mazurca é tocada apenas com um pandeiro e um ganzá, acompanhados por palmas e pisadas. Enquanto o pandeiro dita o ritmo, a loa (letra) rouba a cena. Surgida no tempo da escravidão, a mazurca nasceu de uma adaptação feita pelos índios e negros da dança polonesa que viam nas Casas-Grandes (PERNAMBUCO, 2013).

⁷ O Reisado é formado por um grupo de músicos, cantores e dançarinos que percorrem as ruas das cidades e até propriedades rurais, de porta em porta, anunciando a chegada do Messias, pedindo prendas e fazendo louvações aos donos das casas por onde passam. A denominação de Reisado persiste ainda em Alagoas, Sergipe e Bahia. Em diversas outras regiões o folguedo é chamado de *Bumba-meu-boi*, *Boi de Reis*, *Boi-Bumbá* ou simplesmente, *Boi* (GASPAR, 2005).

⁸ O Pastoril integra o ciclo das festas natalinas do Nordeste, particularmente, em Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas. O Pastoril, embora não deixasse de evocar a Natividade, caracteriza-se pelo ar profano. Do Pastoril faz parte uma figura curiosa: O Velho. Cabia ao Velho, com suas piadas, suas anedotas, suas canções obscenas, animar o espetáculo, mexendo com as pastoras, que formavam dois grupos, chamados de cordões: o cordão encarnado e o cordão azul (VALENTE, 2016).

O autor também verificou que os principais patrimônios oficiais da comunidade, sejam eles materiais ou imateriais, são a Casa-Museu Mestre Vitalino, o Memorial Mestre Galdino e o artesão Manuel Eudócio, considerado, naquele momento, um patrimônio vivo do Alto do Moura, que veio a falecer em 13 de fevereiro de 2016.

Por ser uma região muito visitada por turistas, o Alto do Moura atualmente está passando por um processo de revitalização denominado “Revitalino”. As obras do Revitalino tiveram início em fevereiro de 2014, com previsão para ser terminada em doze meses. O projeto Revitalino advém de uma emenda parlamentar do Deputado federal Wolney Queiroz, orçada em aproximadamente R\$ 4.000.000,00, recurso destinado pelo Ministério do Turismo (CARUARU, 2014e). Este projeto consiste, em sua primeira etapa, na ampliação das calçadas das duas ruas principais do local, da construção de um estacionamento, do portal, de um receptivo e da casa da mulher artesã. A segunda etapa consistirá na construção de uma ‘academia do povo’, um cineteatro e na padronização dos ateliês e restaurantes (PRIMEIRA, 2015). Em 2016, foram entregues à população do Alto do Moura a revitalização das calçadas, o estacionamento e placas nas calçadas identificando os ateliês de alguns artesãos. Para a realização do Revitalino, algumas reuniões foram realizadas entre o poder público municipal e a comunidade do Alto do Moura. Geralmente elas aconteciam nas reuniões da Associação dos Artesãos em Barro e Moradores do Alto do Moura (ABMAM). Esta instituição será apresentada na próxima seção.

4.1.1.1 Associação dos Artesãos em Barro e Moradores do Alto do Moura - ABMAM



Figura 8: Logomarca da ABMAM

Fonte: Estatuto da ABMAM (ABMAM, 1981).

A Associação dos Artesãos em Barro e Moradores do Alto do Moura foi criada em 02 de agosto de 1981. O estatuto da ABMAM considera sócio aquela pessoa que é morador ou artesão do Alto do Moura e adjacências (ABMAM, 1981). De acordo com este documento, existem três possibilidades de sócio: fundador, efetivo e benemérito.

Art. 3º. ABMAM é constituído por número ilimitado de sócios, distribuídos nas seguintes categorias:

- a) Sócios Fundadores: São aqueles que participaram da criação da entidade.
- b) Sócios Efetivos: Pessoas físicas ou jurídicas disposta a se integrarem diretamente na execução das finalidades da ABMAM, aprovado pela Assembleia Geral ou indicados, “ad referendum” da Assembleia Geral por qualquer sócio efetivo ou fundador.
- c) Sócios Beneméritos: Pessoas físicas ou jurídicas que, pela colaboração ou prestação de relevantes serviços às finalidades da ABMAM, fizeram jus a

este título, a critério da diretoria Executiva ratificados pela Assembleia Geral (ABMAM, 1981, p. 3).

Administrativamente, a composição da associação é formada por sua Assembleia Geral, pela Diretoria Executiva e seu Conselho Fiscal. A Diretoria Executiva é composta por um presidente, vice-presidente, primeiro e segundo secretários, primeiro e segundo tesoureiros, pelos diretores de patrimônio e, social. O Conselho Fiscal é formado por três membros e seus respectivos suplentes. Todos aqueles que compõem a gestão são voluntários e eleitos pela Assembleia Geral (ABMAM, 1981). O único salário pago pela associação refere-se ao da secretária. As eleições da ABMAM acontecem bienalmente, podendo haver uma reeleição. Em agosto de 2015, Aldir José da Silva foi reeleito, tendo o seu mandato renovado até agosto de 2017.

Entre as finalidades da associação encontram-se: “Promover a organização dos Artesões (sic) em barro e moradores do Alto do Moura e adjacências, em torno do desenvolvimento econômico e social”, “promover a realização dos seus objetivos, de acordo com as suas possibilidades”, “Incentivar a produção no meio associativo, defender um preço compatível dos produtos de arte, e estimular a venda da produção dos associados no mercado interno e externo” e, “prestigiar o Artesanato em Barro, como expressão cultural e artística, e defender o patrimônio cultural do Alto do Moura” (ABMAM, 1981, p.2).

Em outubro de 2016, a ABMAM contava com 294 sócios cadastrados. Destes, apenas 94 estavam ativos. Para associação, um cadastro ativo de sócio é aquele que encontra-se regular com o pagamento da mensalidade da associação ou com débito de até três meses. No período que participei das reuniões mensais da associação (julho/2015 a outubro/2016), quinze (15) pessoas se associaram. Destas, onze (11) se associaram na modalidade ‘artesão’, enquanto quatro (04) se cadastraram na modalidade ‘morador’.

As reuniões geralmente acontecem no Clube do Artesão, na primeira segunda-feira do mês, marcada para iniciar às 19 horas e 30 minutos, com uma espera de meia hora para a chegada dos sócios, começando realmente às 20 horas. Ao participar das reuniões da associação é possível perceber alguns ritos.

Ao começar a reunião, o presidente da associação deseja boas-vindas para os presentes e convida os membros da diretoria para compor a mesa que fica localizada no palco do clube. As cadeiras que ficam no palco são de cores diferentes daquelas que compõem a plenária. Posteriormente, é feita uma leitura bíblica. Em seguida, é feita a leitura da ata da reunião anterior que é submetida à aprovação dos sócios presentes. Depois da aprovação da ata, ocorre a prestação de contas da associação realizada pela tesoureira. A seguir, é feita a

prestação de contas das demais diretorias. Depois da prestação de contas, dá-se início à pauta do dia. Geralmente tem algum convidado externo ao Alto do Moura advindo de entidade governamental, instituição de ensino superior ou empresas que vão apresentar alguma informação à comunidade, complementando a pauta. Depois dos informes, acontece o momento relativo à aquisição de carteiras da associação. Se houver alguma solicitação para sócio, o presidente pergunta aos demais associados presentes se o solicitante é morador ou artesão há mais de dois anos na comunidade. Caso a resposta seja afirmativa, a pessoa pode se associar. O outro momento é a entrega das carteiras emitidas em solicitações de reuniões anteriores. O presidente se despede e a reunião é encerrada.

A partir da fundação da ABMAM, a história do Alto do Moura se confunde com a história da associação. Muitas das mudanças ocorridas na localidade aconteceram mediante intervenção da ABMAM. Ao analisar as atas das reuniões da associação é possível perceber as diversas conquistas alcançadas por ela para a comunidade. Nesses 35 anos de vida, foram conquistados uma segunda reserva de barro - matéria-prima para o trabalho dos artesãos -, postos de correio, de saúde, telefônico, trator, ambulância, biblioteca pública, sede própria, parcerias com diversas entidades para cursos, participação em feiras, realização de viagens, além do resgate de expressões da cultura popular (mazurca, reisado etc.), São João, entre tantas outras, assim como cobrança dos representantes governamentais por melhorias na região. No momento, a associação luta para conseguir uma creche na comunidade, o saneamento do loteamento Mestre Vitalino, que as ações do projeto Revitalino sejam concluídas e que seja encontrada uma forma de diminuir a inadimplência dos sócios.

Periodicamente, a ABMAM realiza exposições temáticas em seu espaço, divulgando as obras elaboradas pelos artesãos da localidade. Essas exposições são avisadas nas reuniões da associação para que o artesão interessado possa participar com a sua peça. Alguns temas já são previamente definidos pela entidade. Caso a exposição seja em homenagem a algum artesão do Alto do Moura, falecido ou não, ou da família de um artesão, geralmente é feita uma votação para a escolha do artesão homenageado.

A partir da minha participação nas reuniões, pude perceber que entre as políticas da associação encontram-se o reconhecimento do candidato a sócio artesão pelos associados presentes no dia da reunião em que houve a solicitação; a não utilização do dinheiro advindo da venda do barro que vai para uma conta poupança específica e; o não envolvimento político-partidário da associação com os candidatos que estão participando de algum pleito eleitoral. Nas leituras das atas, encontram-se registros a partir de 1996, solicitando que não

houvesse vínculo partidário relacionado à ABMAM, como pode ser observado na ata anual da 15ª reunião ordinária, ocorrida em 25 de agosto de 1996, a seguir:

Assumi a palavra o Sr. Anastácio Rodrigues, que solicitou veementemente aos novos diretores da ABMAM que não atrelasse a Associação a nenhum interesse político de nenhum partido; comentou o desvirtuamento da imagem do Alto do Moura na mídia e uso pernicioso desta imagem na propaganda eleitoral feita através da televisão. Orientou o presidente eleito a cobrar com altivez e firmeza do próximo prefeito de Caruaru realizações do interesse da comunidade. [...] Usou da palavra a seguir o Sr. Luiz Costa que inicialmente disse que toda a ação de uma organização comunitária é essencialmente política, não devendo contudo ser vinculada a um partido político (ABMAM, 1996).

Diante do exposto, é possível perceber que essa decisão em relação ao distanciamento de campanhas políticas pela ABMAM é uma forma de preservação da reputação da entidade que outrora foi alvo de inverdades, que podiam prejudicar a imagem da instituição. Nas eleições municipais de 2016, candidatos a prefeito da cidade de Caruaru solicitaram fazer reunião na associação, obtendo uma resposta negativa por parte da diretoria. É importante salientar que o presidente da ABMAM candidatou-se ao cargo eletivo de vereador da cidade de Caruaru, afastando-se das atividades da associação desde junho, por solicitação do TRE (Tribunal Regional Eleitoral). Com a ausência de Aldir, o Sr. Cícero José, vice-presidente, assumiu a presidência interinamente.

Algumas parcerias são bem antigas com a ABMAM, entre elas se encontram a Prefeitura da Cidade de Caruaru por meio da Fundação de Cultura, a Secretaria de Ação Social, etc. Ao ler as atas de reuniões, é possível perceber que na maioria delas, o presidente da associação do momento faz um agradecimento especial a Prefeitura de Caruaru, a Fundação de Cultura e a Secretaria de Ação Social pelo apoio recebido, conforme pode ser visto nas atas anuais dos dias 10/08/2003 e 11/08/1991, respectivamente: “O presidente agradeceu a prefeitura e a fundação de cultura pelo apoio a sua gestão, que tudo que ele precisou sempre ajudaram”.

Manuel Antonio da Silva fez as prestações de conta de todo o trabalho durante sua gestão e sua diretoria, o mesmo falou agradecendo os órgãos que colaboraram com a nossa comunidade e destacou o apoio da Prefeitura Municipal Caruaru, Secretaria de trabalho e ação social e demais órgãos, que ajudaram sua administração.

Do mesmo modo que a ABMAM agradece, ela também registra em suas atas cobranças às instituições por condições melhores na localidade, como pode ser percebido nas atas anuais dos dias 25/08/96 “ [...] Orientou o presidente eleito a cobrar com altivez e firmeza do próximo prefeito de Caruaru realizações do interesse da comunidade” e 20/08/89 “O 2º

secretário, José Antonio leu um ofício, no qual solicitava-se ao prefeito algumas melhorias para a comunidade”.

Além das parcerias com os órgãos do governo municipal de Caruaru, a ABMAM também tem parcerias registradas com organizações que dão suporte a pequenas organizações como a extinta UNO (União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações) e o atual SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas). A UNO foi a primeira organização de microcrédito no Brasil (SILVA, entrevista 07/10/2016), que participou da ata de abertura da associação e era representada em muitas das reuniões anuais da associação. O SEBRAE realizou algumas parcerias com a ABMAM. A ata de 04/09/2005 menciona entre as conquistas da associação, “vários cursos grátis feito (sic) através do SEBRAE”, além de participação em feiras, transporte para visitar feira, confecção de sacolas em homenagem ao centenário de artes figurativas, palestras informativas sobre o MEI – Microempreendedor Individual -, entre outras. O registro da 138ª ata mensal, do dia 09/11/2015, demonstra tal parceria ao mencionar que:

A representante do SEBRAE [...] propõe que as sacolas sejam vendidas com valores diferentes para sócios e não-sócios. As referidas sacolas foram confeccionadas para celebrar o centenário da arte figurativa e também com a finalidade de arrecadar mais recursos para a ABMAM. Marisete fala ainda sobre o prêmio TOP 100 e suas especificidades, bem como, fala sobre a feira Mão de Minas que será realizada de 1 a 6 de dezembro de 2015. Os interessados devem procurar a ABMAM, pois o SEBRAE disponibilizará um stand.

Diante do exposto, é possível perceber que a parceria entre o SEBRAE e a ABMAM ocorre há mais de dez anos, atuando em vários aspectos. Um ponto relevante de ser mencionado é o fato de que a representante do SEBRAE em Caruaru que lida com a ABMAM era funcionária da extinta UNO, o que também pode inferir que a parceria da associação com organizações relacionadas ao microcrédito ocorre desde o seu início.

É importante salientar que em junho de 2016, as regras do SEBRAE mudaram, impossibilitando de ser cedido um ônibus para levar aos artesãos na Fenearte, pois era necessário que o artesão comprovasse o cadastro com CNPJ para a participação das ações da instituição (135ª ATA MENSAL, de 06/06/2016).

Além das parcerias acima citadas, a ABMAM já participou de algumas ações governamentais por meio de programas. Em 1985, houve uma reforma do estatuto da ABMAM para se adequar as exigências do “FUNDEC – Fundo de Desenvolvimento de Programas Cooperativas ou comunitárias de infra- estruturas rurais – do Banco do Brasil S/A” (ATA EXTRAORDINÁRIA, 17/06/1985) para posteriormente serem concedidos empréstimos financeiros em nome da associação.

Em 1995, há registros de parceria com o ITEP para a realização de treinamentos direcionados aos produtos, advindo do programa de apoio tecnológico às micro e pequenas empresas. De acordo com a 14ª ata anual, datada de 27/08/1995, esse “apoio é no sentido de treinamentos no que se refere a melhoramento da qualidade do produto, melhoramentos na utilização da matéria – prima, técnicas de queima etc. Todos os sócios presentes acharam interessante esses treinamentos e ficou decidido que serão feitas”.

Em 1996, é mencionada a assinatura do termo de compromisso do Programa de Promoção do Artesanato do Alto do Moura com a Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo – SICT; Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco S/A AD/DIPER (ATA EXTRAORDINÁRIA 06/08/1996). Em 1998, a 17ª ata anual, de 27/09/1998, refere-se a alguns projetos que estão acontecendo na associação, seriam “projetos de verbas federais para a Associação, apoios para participação de feiras”.

Entre os contratemplos encontrados com alguns programas, é relatada a participação em um projeto, mas que houve complicações em acompanhá-lo, resultando na chegada de um forno pequeno à associação que até hoje (2016) encontra-se sem utilização.

A surpresa foi que se quiséssemos acompanhar o acompanhamento (sic) dos recursos inviabilizaria o projeto, mandaram um pequeno forno e o resto dos recursos não se sabe onde foi parar. Vieram técnicos do governo federal responsabilizando a associação pelo dinheiro investido. O forno chegou sem documentação, sem manual. A associação mostrou que estes recursos não foram aplicados nesta comunidade (26ª ATA ORDINÁRIA, 30/08/2009).

Também foi registrado um contratempo em relação a compra de cem peças para homenagear o centenário de Mestre Vitalino entre a associação, a Fundação de Cultura de Caruaru e a Fundarpe, de modo que ficou registrado em ata a fala do Padre da localidade sobre a necessidade de formalização dessas relações:

O Padre Everaldo ressaltou que é preciso formalizar a proposta para que as garantias sejam efetivadas. É preciso criar texto padrão, contrato para que estas questões passem pelo crivo formal, registrado em cartório. Essa legitimação da formalização contratual para garantir a dignidade do trabalho do artesão (26ª ATA ORDINÁRIA, 30/08/2009).

Com a chegada de um padre permanente no Alto do Moura, sócio honorário da ABMAM (24ª ATA ORDINÁRIA 26/08/2007), também há registros nas atas sobre o resgate da cultura popular local incentivado por ele, como exposto na 23ª ata anual, de 03/09/2006.

O padre Everaldo [...] lembrou também sobre resgatar o reizado (sic), que já estar (sic) havendo várias reuniões e o reizado (sic) vai sair com a Associação e a Fundação de Cultura dando apoio, que seja criado um pastoril também que o Alto do Moura não se torne um centro de Culturarte e sim um centro de cultura popular. O presidente falou sobre o padre Everaldo, que ele não só incentiva aos jovens mais (sic) também as pessoas de idade.

É possível perceber a influência do pároco nas ações de cultura popular ocorridas no Alto do Moura. Em outra ata, datada de 04/09/2011, registra-se a assessoria dele em uma política pública vinculada ao Ministério da Cultura denominada Ponto de Cultura.

O Ponto de cultura

é a entidade cultural ou coletivo cultural certificado pelo Ministério da Cultura. É fundamental que o Estado promova uma agenda de diálogos e de participação. Neste sentido os Pontos de Cultura são uma base social capilarizada e com poder de penetração nas comunidades e territórios, em especial nos segmentos sociais mais vulneráveis. Trata-se de uma política cultural que, ao ganhar escala e articulação com programas sociais do governo e de outros ministérios, pode partir da Cultura para fazer a disputa simbólica e econômica na base da sociedade (BRASIL, 2015b).

O Ponto de Cultura Alto do Moura tem como intuito fomentar as expressões artísticas do local, resgatando tradições culturais como o reisado, a mazurca e, o pastoril, incentivando e promovendo celebrações culturais que ocorrem na localidade e proporcionando melhores condições para a realização de oficinas culturais desenvolvidas na comunidade para as crianças. Entre as ações que deveriam ser desenvolvidas encontram-se palestra de representantes de outros pontos de cultura, visitas a outros centros de produção ceramista em Pernambuco e as reformas da sede da ABMAM e do Clube dos Artesãos (REIS, 2009). É importante ressaltar que a política cultural Ponto de Cultura começou em 2009. Ela acontece pela parceria da associação com um produtor cultural e seria desenvolvida em três etapas. Na primeira etapa a prestação de contas aconteceu em 2013 quando deveria ter sido em 2010; a segunda etapa ainda não teve suas contas prestadas. De acordo com o registro em ata mensal de 01/02/2016, o presidente da associação menciona que o produtor cultural responsável ainda não deu o retorno e informou que “nesse caso, será enviado um ofício estabelecendo um prazo para que Davi possa prestar contas do que é de sua responsabilidade, caso isso não aconteça serão tomadas as providências cabíveis” (141ª ATA ORDINÁRIA MENSAL, 01/02/2016).

Além do Ponto de Cultura, outra política pública ocorrida no Alto do Moura, por meio de uma produtora cultural, foi o Cine mais Cultura.

Os Cine Mais Cultura são espaços para exibição de filmes com equipamento de projeção digital, obras brasileiras, em DVD, do catálogo da Programadora Brasil e oficina de capacitação cineclubista. Cada espaço recebe um kit contendo telão (4m X 3m), aparelho de DVD, projetor, mesa de som de quatro canais, caixas de som, amplificador, microfones sem fio e centenas de filmes brasileiros (curtas, médias e longas metragens, além de documentários e animações) selecionados pela Programadora Brasil, para exibições semanais. A ação visa democratizar o acesso à cinematografia nacional e apoiar a difusão da produção audiovisual brasileira por meio da exibição não comercial de filmes (BRASIL, 2014).

De acordo com a 26ª ata anual ordinária de 30/08/2009, o projeto acima mencionado “prevê a apresentação de filmes semanais. Haverá cinema uma vez por semana no Alto do

Moura”. A 28ª ata de 04/09/2011 explica que o Cine mais Cultura “veio do ministério da cultura se por 24 meses cumprirmos o estabelecido ficará com a ABMAM o equipamento. Não pode cobrar entrada”. Assim surgiu o Cine Alto do Moura. A exibição ocorria semanalmente no Clube dos artesãos com os equipamentos advindos do projeto do MinC.

Passaram-se os dois anos do projeto e ainda hoje são exibidos filmes no Clube do Artesão com estes equipamentos. A exibição atualmente ocorre quinzenalmente. É com este material do Cine Alto do Moura que ocorrem as reuniões mensais da associação, utilizando microfone, som, projetor e telão.

Outro ponto que merece atenção sobre a ABMAM e o Alto do Moura é referente a matéria-prima utilizada pelo artesão para a elaboração de suas peças. Ao fazer um estudo sobre a argila do Alto do Moura, Silva (2010) comenta sobre o futuro incerto do artesanato em barro devido ao esgotamento de jazidas pelas olarias utilizando o barro para a fabricação de tijolos e telhas. Seu estudo informa que nas jazidas da região, a argila é do tipo secundária e a classificação do barro dá-se em fraco, médio e forte. O barro médio é o mais adequado para a confecção de bonecos. Geralmente, os artesãos misturam os barros fraco e forte para a criação de bonecos para obter um equilíbrio e não desperdiçar a matéria-prima.

De acordo com o autor, a preparação da argila para o artesanato era feita pelos artesãos da seguinte forma:

buscam o barro na beira do rio, quebram os torrões em um pilão até ficar um pó bem fininho. Colocam no chão limpo e adicionam água aos poucos para não passar do ponto. Depois, vão batendo e socando, como se prepara uma massa para pastel. Após ficar bem maleável, colocam em uma mochila plástica e ficam usando aos poucos, tendo o cuidado de não deixar aberto para não perder a umidade e endurecer (SILVA, 2010, pp. 6-7).

A partir de 2004, Silva (2010) menciona que houve uma inovação na preparação do barro, pois o artesão Genaro Lopes da Silva pegou emprestada uma máquina forrageira, substituindo o pilão para quebrar os torrões, sendo o primeiro a preparar o barro em larga escala.

Nenhum artesão do local possui uma jazida ou reserva de argila própria. Todas as jazidas foram disponibilizadas mediante intervenção do governo do Estado de Pernambuco por meio de desapropriação de alguma região para os artesãos em barro do Alto do Moura. O autor comenta que em 1981 foi desapropriada uma área de 2.732 m² de argila plástica de boa qualidade para os artesãos realizarem o seu trabalho. Essa mina esgotou-se rapidamente devido também a exploração do barro por olarias. Em 1985, o mesmo governo desapropriou outra área de 3.073 m², agora tendo como exigência governamental que o local fosse cercado e vigiado para controlar a retirada da argila. A partir deste ano, toda retirada de argila ocorre

mediante pagamento feito a Associação dos Artesãos em Barro e Moradores do Alto do Moura (ABMAM) que possui valores diferenciados para sócios e não - sócios. Em 2007 foi entregue outra jazida cuja área possui, aproximadamente, dois hectares e deve suprir as necessidades dos artesãos por vinte anos. Diferentemente, das duas primeiras jazidas, a última não passou por um estudo técnico de avaliação, sendo empiricamente aprovada pelo conhecimento dos artesãos (SILVA, 2010).

Em todas as reuniões das quais eu participei é prestado conta do dinheiro arrecadado com a venda do barro. A associação possui uma conta poupança específica destinada para a acumulação do valor advindo da venda da matéria-prima. Em algumas reuniões, é informado o valor contido nesta conta poupança, assim como das demais contas bancárias da ABMAM. É importante salientar que alguns artesãos já abordam a possibilidade de utilizar este recurso para outras necessidades da associação, haja vista que a quantia arrecadada até o momento não seria suficiente para comprar outra reserva de argila e a associação tem outras necessidades.

Além do barro, entre os assuntos importantes para a comunidade encontram-se o São João e a Fenearte. Estes dois têm uma importância econômica significativa para os artesãos, pois é no período de São João, durante todo o mês de junho, que há uma maior movimentação de turistas no Alto do Moura, favorecendo um aumento das vendas de peças de artesanato. A reunião da ABMAM de junho/2016 foi uma das que mais se prolongou haja vista a presença de representantes do governo municipal para explicar as alterações decorrentes das etapas entregues à comunidade do projeto Revitalino, como o estacionamento, por exemplo, as mudanças de trânsito no período de São João e a disponibilidade de barracas durante o festejo junino.

A Fenearte se inicia na primeira quinta-feira do mês de julho no Centro de Convenções de Pernambuco, em Recife, e tem duração de onze dias. Ela é considerada a maior feira de artesanato da América Latina (PERNAMBUCO, 2016f). Em 2016, aconteceu a sua décima-sétima edição. Em julho de 2016, a reunião da ABMAM foi adiada para a segunda segunda-feira do mês, pois os artesãos da comunidade estavam ocupados com a produção das peças artesanais para a feira. Para compreender a relevância desta feira para os artesãos do Alto do Moura, me foi comentado que ela corresponde ao décimo-terceiro salário do artesão (caderno de anotações 04/07/2016), devido ao montante arrecadado com as vendas na Fenearte.

É importante ressaltar que o Alto do Moura já teve dois momentos de destaque na Fenearte. A primeira vez foi em 2001 quando a feira homenageou os artesãos do barro e criou

uma réplica da casa de Vitalino no seu espaço central, homenageando também o mestre (SABERES, 2005; VITALINO, 2002). Em 2009, a segunda homenagem aconteceu devido ao centenário de aniversário de Mestre Vitalino, contando com reproduções das peças do artesanato em intervenções urbanas (elaboradas em isopor, cobertas por fibra de vidro e pintada na cor do barro) situadas em locais estratégicos da capital pernambucana (X FENEARTE, 2009).

Diante do exposto, é possível perceber a importância da ABMAM para o Alto do Moura. É por meio dela que algumas ações se concretizam e desta forma, junto com o poder público, auxilia a comunidade. Também é possível compreender a relevância histórica do artesanato no Alto do Moura e, conseqüentemente, em Caruaru.

A próxima seção apresentará as práticas discursivas das políticas públicas de artesanato para o trabalhador artesão.

4.2 Os discursos das políticas públicas de artesanato para o trabalho

Esta seção apresentará os resultados encontrados que respondem ao objetivo específico “descrever e analisar os discursos das políticas públicas de artesanato para o trabalho que se relacionam com o contexto do Alto do Moura”. Para isto, primeiramente será apresentado um histórico da trajetória dos trabalhadores artesãos em busca de políticas públicas e do reconhecimento da sua profissão, assim como o histórico das ações governamentais voltadas para o artesanato nas esferas nacional, estadual em Pernambuco e municipal em Caruaru. Posteriormente, serão detalhados os programas atuais nacional e estadual de artesanato em Pernambuco. Esta seção se encerra com a apresentação das ações governamentais encontradas no Alto do Moura, Caruaru-PE.

4.2.1 A trajetória dos trabalhadores artesãos para o reconhecimento da profissão⁹ no Brasil

Desde a década de 1980 que os artesãos se reúnem em prol da regulamentação da sua profissão e por políticas públicas para o setor. O I Encontro dos Artesãos do Brasil (EAB) aconteceu em São Paulo entre os dias 26 e 29 de julho de 1988, surgido da mobilização entre os trabalhadores artesãos na X Feira Brasileira de Artesanato, em 1987, que criou uma comissão composta por artesãos de cada região do Brasil para organizar o evento (MOVIMENTO, [s.d]). Na edição seguinte desta feira, o PNDA (Programa Nacional do Desenvolvimento do Artesanato) atendendo aos pedidos dos artesãos, instalou um stand para a realização de inscrição e venda para os participantes. Entre os assuntos bem debatidos no I EAB encontravam-se a participação dos artesãos e entidades da categoria nas três esferas do poder público e a regulamentação da profissão.

Desse encontro, foi percebida a necessidade de mobilização e conscientização da categoria artesã por meio de campanha educativa. Nesse sentido, foi criada a I Cartilha do Trabalhador Artesão, que até os dias atuais é entregue aos artesãos, nos congressos, para a sua conscientização. A cartilha possui uma história em quadrinho fazendo uma crítica de que os espaços públicos de comercialização são destinados aos comerciantes e atravessadores em vez de serem destinados aos artesãos, mostrando que os artesãos trabalham, mas não tem ganhos; que os artesãos não têm dinheiro para comprar matéria-prima, que os atravessadores fornecem a matéria-prima e pagam pelo trabalho dos artesãos muito pouco, mas vendem por um preço elevado. Para mudar essa situação os artesãos teriam que se unir para por meio de organização conseguirem financiamento para compra de matéria-prima e instrumentos de trabalho, assistência gerencial e direitos previdenciários. Mostram a dificuldade de articulação dos artesãos do interior, falam das várias formas de organização (associação, cooperativa, federação, sindicato), mas que não basta apenas ser vinculado, o artesão tem que participar. Também aborda a falta de recursos do artesão para fazer funcionar as suas entidades de classe, assim como a necessidade do artesão de se conscientizar a respeito dos seus direitos sociais e políticos. E aborda a importância da UNA (União Nacional dos Artesãos) para que os a união e fortalecimento da categoria dos trabalhadores artesãos (MOVIMENTO, [s.d]).

A UNA foi criada em 1987 constituída pelos sindicatos dos artesãos de Pernambuco, Pará, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, pela Associação dos artesãos

⁹ Devido à carência de outras fontes, as informações contidas nesta subseção são decorrentes da I Cartilha do Trabalhador Artesão (MOVIMENTO,[s.d]) e do texto ‘A nossa história’ encontrado no blog da CNARTS (2013).

da Feira do Bonfim. Organizados pela UNA, ocorreram em 1991 e 1993, o primeiro e segundo CONTRARTE (Congresso Nacional dos Trabalhadores Artesãos), na Feira Latino Americana de Artesanato, no Rio Grande do Sul e em Pernambuco, respectivamente (CNARTS, 2013). A partir desses eventos começaram a surgir projetos de lei para a regulamentação da profissão que, diante “da falta de organização dos artesãos e do compromisso dos políticos” foram arquivados (CNARTS, 2013).

De acordo com a CNARTS – Confederação Nacional dos Artesãos do Brasil-, durante os anos de 1994 a 2000, a categoria ficou em silêncio, pois “as dificuldades enfrentadas levaram a categoria a um período de paralisação das ações de mobilização, saindo do foco das discussões parlamentares” (CNARTS, 2013).

A partir de 2000, por iniciativa da FACARPE (Federação das entidades de Artesãos de Pernambuco), houve o retorno da articulação dos trabalhadores artesãos sobre as políticas públicas nas esferas federal e estaduais. Seguindo o calendário das feiras, as reuniões ocorriam durante este período, aproveitando a oportunidade de que artesãos de todo o país estariam nesse local para realizar os encontros e seminários direcionados à categoria. Diante da mobilização gerada pelas federações de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba, Distrito Federal, Paraná, Espírito Santo, Pará, Tocantins, Mato Grosso do Sul, Goiás e Santa Catarina, foi criado o Fórum Nacional dos Artesãos.

Com a repercussão do Fórum o Deputado Federal Eduardo Valverde convocou os artesãos para a discussão do Projeto de Lei 3926/04 sobre a instituição do estatuto do artesão. A partir da atuação do Fórum, os congressos retornaram e em 2006 ocorreu o III CONTRARTE, em Brasília motivados pelo projeto de lei.

A representação do Fórum conseguiu participar das Comissões de Educação e Cultura; Desenvolvimento e Econômico; Trabalho e Emprego, onde os desejos da categoria foram sendo passados e íamos ganhando espaço junto aos Deputados e Senadores, tratando sobre a REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DOS ARTESÃOS. Tivemos reunião com o Presidente da Câmara Aldo Rebelo e o Presidente do Senado Garibaldi Alves, além de articular com os líderes de cada bancada. Também fomos recebidos em audiência pelos Ministérios do Trabalho, Ministério do Desenvolvimento e Comércio Exterior, Relações Exteriores, Casa Civil (quando a Presidente, Dilma Rousseff era Ministra), Ministério de Ciência e Tecnologia, além do Programa do Artesanato Brasileiro e SEBRAE Nacional.

Com a adesão dos Estados o Fórum ficou mais fortalecido, aumentando nossa capacidade de articulação.

Realizamos o 3º CONTRARTE/DF e uma caminhada na Esplanada dos Ministérios. Este evento deu força à categoria que retornou as discussões, com a análise do PL 3926 de Eduardo Valverde, conseguindo abrir caminhos para uma construção junto aos Órgãos Públicos e Privados (CNARTS, 2013).

O Fórum foi bem importante para os artesãos, pois permitiu que eles se mobilizassem e se articulassem politicamente, conseguindo a criação da Frente Parlamentar Mista em defesa dos artesãos do Brasil, composta por deputados federais e senadores.

Para continuar com a mobilização dos artesãos, a lógica de aproveitar o calendário das feiras para se reunirem continuou e em 2006, aconteceu o I ENART durante a realização da FENEARTE (Feira Nacional de Negócios do Artesanato) em Pernambuco, durante os dois anos consecutivos ocorreram a segunda e terceira edição do encontro. O quarto foi em 2011 e o sexto em 2016 (CNARTS, 2013). Em 2014, o V ENART ocorreu na feira “Mãos do Brasil – Salão de Artesanato” em São Paulo.

Em 15 de abril 2009, foi fundada a Confederação Nacional dos Artesãos do Brasil (CNARTS) em Brasília pela atuação das federações de Pernambuco, Pará, Paraíba, Paraná, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Distrito Federal e Rio Grande do Norte. O objetivo da CNARTS é realizar um “movimento nacional pelo artesão”, de acordo com Deonilda Machado (BRITO, 2009). Entre as prioridades da Confederação encontram-se a regulamentação da profissão do artesão, a conclusão do cadastro nacional dos artesãos pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e do Comércio Exterior (MDIC), o incentivo à formalização das federações estaduais dos artesãos, a transferência do PAB do MDIC para o Ministério da Cultura e a garantia de acesso à previdência social para aqueles que fazem parte de cooperativa e grupos de produção artesanal (BRITO, 2009). Isabel Gonçalves salienta que o PL 3926/04 foi fundamental para a existência da CNARTS e a estrutura de mobilização dos artesãos (SANTOS, 2015).

Em 2010, o senador Roberto Cavalcanti, da Paraíba, foi o autor do projeto de lei 7755 que abordava a profissão do artesão. O projeto de lei do Deputado Eduardo Valverde foi arquivado.

Entre esses eventos ocorreram os CONTRARTE, a quarta edição do congresso nacional foi no Pará, o quinto foi no Rio de Janeiro em 2011, o sexto aconteceu no Espírito Santo em 2013. Neste congresso os artesãos já tinham conseguido uma maior articulação e ficou decidido que os artesãos teriam que realizar os congressos estaduais. O tema deste congresso foi “Políticas Públicas já” fazendo menção ao desejo pela aprovação do PL 7755/10 (CNARTS, 2013). Foi também neste evento que a categoria decidiu por lutar para que o PAB fosse transferido para o Ministério do Trabalho (Caderno de anotações, 20 de outubro de 2015). Em 2015, o VII CONTRARTE aconteceu no Rio Grande do Norte entre os dias 19 e 21 de outubro de 2015.

Neste último evento, a CNARTS fez uma pesquisa para saber o perfil do artesão que participou do referido congresso. De acordo com os dados coletados em 2015, dos 276 artesãos que responderam à pesquisa no VII CONTRARTE, 78,7% dos artesãos que participam são mulheres, a idade média desses artesãos é de 52 anos (51,87). Desses, 37,55% são casados e 26,35 são solteiros. Eles se declararam pardos (42,96%), 54,87% são católicos, 68,59% não participam de programas sociais, 43,68% são filiados à federação, 59,57% participam de associações e 15,88% são sindicalizados. Deles, 66,66% trabalham exclusivamente com o artesanato e o tempo médio de trabalho com o artesanato dessas pessoas é próximo dos 20 anos (19,41). Em relação à escolaridade, 39,35% tem o segundo grau completo e 13% o segundo grau incompleto. Dos artesãos presentes, 84,12% informaram que participam de feiras locais, 57,40% estaduais, 44,77% nacionais e 6,5% internacionais (CNARTS, 2015a).

Quanto à renda individual, 26,35% possuem uma renda abaixo de R\$ 788,08; 27,80% entre R\$ 788,08 e R\$ 1.282,00 e; 27,44% entre R\$ 1.282,00 e R\$ 2.364,00. Ao serem perguntados sobre a renda familiar, 22,02% responderam que está entre R\$ 788,08 e R\$ 1.282,00; 22,38% entre R\$ 1.282,00 e R\$ 2.364,00 e; 23,83% R\$ 2.364,00 a R\$ 4.728,00 (CNARTS, 2015a).

Quando questionados sobre se já participaram de algum evento promovido pelas instituições relacionadas com o artesanato, 78,34% informaram que **não** participaram dos eventos promovidos pelo PAB, 68,23% **não** participaram das ações do SEBRAE e, 86,64% **não** participaram das realizações da CNARTS (CNARTS, 2015a).

Desta forma, é possível perceber o perfil dos artesãos que participaram do congresso. Em 22 de outubro de 2015, um dia após o término do VII CONTRARTE, a presidenta Dilma Roussef sancionou a lei 13.180 fazendo com que os artesãos agora tenham uma profissão. É importante salientar que esta lei ainda precisa ser regulamentada.

4.2.2 Histórico das políticas públicas de artesanato

Para poder entender a atuação do governo a respeito das políticas públicas de artesanato voltadas para aqueles que trabalham neste campo, esta seção apresentará as políticas e ações dos programas de artesanato em âmbito nacional, na esfera governamental do Estado de Pernambuco e no município de Caruaru. Espera-se, desta forma, perceber a

construção de sentidos dessas esferas governamentais a respeito das políticas públicas criadas para os trabalhadores artesãos destes locais.

4.2.2.1 As ações governamentais nacionais para o artesanato

Nesta seção serão apresentados os programas de artesanato já ocorridos no Brasil, juntamente com as suas políticas e ações. Desta forma, será possível perceber que desde antes da concepção do primeiro programa já havia uma preocupação governamental no alinhamento das atividades artesanais às necessidades do mercado com o discurso da preocupação com a geração de renda para este segmento.

O primeiro programa público nacional para o artesanato foi o PNDA – Programa Nacional de Desenvolvimento do Artesanato – lançado em 1977. Antes de o PNDA entrar em vigor, em 1961, o Grupo de Trabalho de Expansão do Ensino Industrial (GTEEI) da Diretoria de Ensino Industrial (DEI) havia criado, em caráter experimental, o PAAB (Programa de Assistência ao Artesanato Brasileiro) que tinha como coordenador Carlos José da Costa Pereira, responsável por vários estudos relacionados ao artesanato nesta época.

De acordo com o diretor da DEI da época, Armando Hildebrand, as iniciativas-piloto desse programa experimental tinham como objetivo indicar para a instituição “o caminho mais curto e mais econômico” para atingir a finalidade do projeto baseados nos seguintes fatores: dignificação do trabalho por meio de uma melhor remuneração; estabilidade da ordem familiar advinda das ocupações dos membros da família, gerando assim, uma forma de subsistência; incentivo aos jovens pelo trabalho produtivo e; a preservação das tradições culturais comunitárias.

Assim, a partir de pesquisas, foi elaborado o PAAB que consistia em um documento para guiar as atividades do programa, mencionando a análise das deficiências financeiras e econômicas, tecnológicas e os seus respectivos efeitos; as diretrizes para o programa apoiando-se em três pontos básicos: assistência econômica, assistência financeira e assistência técnica; a ação cultural em relação aos aspectos antropológicos, folclóricos entre outros envolvidos; documentação do material produzido e; definição dos grupos artesanais atingidos pelo programa (GTEEI, 1961).

As linhas de atuação do programa eram: assistência aos produtores nos próprios locais de trabalho por meio de missões técnicas; formação metódica de mão-de-obra nos centros-

piloto de treinamento; convênio com outras entidades para desenvolver ações em prol de resolver os problemas do artesanato e; atuação do programa principalmente nas áreas subdesenvolvidas do país. Este material já abordava alguns problemas que passados mais de cinquenta anos, ainda são encontrados como, créditos financeiros supervisionados específicos para o artesão.

O PAAB realizou as suas operações de agosto de 1961 a fevereiro de 1962 e encerrou as suas atividades devido à ausência de autonomia e flexibilidade nos aspectos administrativos e financeiros do serviço público. Mesmo com pouco tempo de funcionamento, foi percebido êxito na atuação do programa que, ainda assim, conseguiu realizar algumas das ações contidas no PAAB (PEREIRA, 1969).

De acordo com Pereira (1979¹⁰), de meados dos anos 1950 até meados dos anos 1970, muitos estudos para o desenvolvimento do artesanato, principalmente no Nordeste, foram criados. Deixando de serem implementados ou extintos por problemas financeiros e administrativos (geralmente relacionados à falta de pessoal), diante da complexa estrutura necessária para desempenhar bem as ações relacionadas com estudo, comercialização e capacitação.

Aguiar e Parente (2012, p. 32) comentam que durante esta época foi elaborado um cadastro constando todas as organizações relacionadas com a promoção do artesanato e cooperativas, que serviram de base para o PNDA. Além disso, nos estados brasileiros começaram a realizar treinamentos para as técnicas de artesanato.

Depois desses vinte anos e de muitas experiências vividas, em 1975 houve o I Encontro Nacional do Artesanato que reuniu instituições e profissionais ligados ao tema, discutindo muitos pontos para um projeto de abrangência nacional. Em 1977 houve o segundo encontro referendando o conteúdo do evento anterior e munindo o Ministério do Trabalho das informações necessárias para promover o PNDA (PEREIRA, 1979).

O Decreto n. 80.098 de 08 de agosto de 1977 criou o Programa Nacional de Desenvolvimento do Artesanato - PNDA - e tinha como principal objetivo “coordenar as iniciativas que visem à promoção do artesão e a produção e a comercialização do artesanato brasileiro” (BRASIL, 1977). Tal programa tinha como preocupação estimular o artesanato nacionalmente, assim como propiciar condições de desenvolvimento e autossustentação para que o artesão pudesse sobreviver por meio de sua atividade. Nesta época havia um milhão de

¹⁰ Por ser um tema que tem como principal referência Carlos José Costa Pereira, este estudo terá como principal fonte, sua obra: Artesanato- definições e evolução: Ação do MTb – PNDA, 1979.

pessoas no país se dedicavam à atividade artesanal, evidenciando a potencialidade do setor com a implantação do programa (PEREIRA, 1979).

Entre tantos objetivos relacionados à formação de mão-de-obra, ao sistema de produção e comercialização, à situação jurídica dos artesãos, o PNDA também possuía como intuito “incentivar a preservação do artesanato em suas formas da expressão da cultura popular” (BRASIL, 1977). Este programa estava sob a coordenação do Ministério do Trabalho e havia neste decreto a criação de uma comissão consultiva do artesanato que teria entre suas finalidades “conceituar adequadamente o artesanato de modo a preservar a sua identidade como atividade econômica peculiar e caracterizar profissionalmente o artesão” (BRASIL, 1977).

Esta comissão consultiva era integrada por representantes de vários órgãos relacionados ao trabalho artesanal e da pequena indústria como os Ministérios do Trabalho, do Interior, da Indústria e Comércio, da Educação e Cultura, da Fazenda, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), o Serviço Social da Indústria (SESI), o Serviço Social do Comércio (SESC) (PEREIRA, 1979).

No primeiro ano do programa, foram feitos dezesseis convênios de parceria com os estados para a execução das atividades do programa (PEREIRA, 1979). Em 13 de março de 1979, foi publicado o Decreto 83.290 que abordava a classificação dos produtos artesanais e identificação profissional do artesão. Os produtos artesanais deveriam ser certificados por meio de um número que identificasse o artesão que o confeccionou. Tal código seria utilizado nacionalmente e fornecido pelo Programa Nacional de Desenvolvimento do Artesão. O produto deveria informar além do código, o nome do artesão e, caso ele fizesse parte, da associação que estivesse vinculado (BRASIL, 1979).

Ao artesão habilitado com este código de certificação dos seus produtos seria fornecida a Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS – constando o carimbo de artesão na primeira página destinada às anotações gerais da carteira, que seria emitida pelos órgãos competentes do Ministério do Trabalho (BRASIL, 1979). Embora seja mencionada a utilização do carimbo de artesão desde 1979, a sua efetiva utilização só veio ocorrer depois da publicação no Diário Oficial em 12 de maio de 1987 da Portaria nº 2 da Secretaria de Emprego e Salário em 03 de abril de 1987.

A CTPS também seria um meio de identificação profissional. Desta forma, o artesão poderia contribuir para a previdência, “segundo registro de filiação e forma de contribuição, consideradas as características específicas da atividade artesanal” (BRASIL, 1979).

Além de tratar da possibilidade de financiamento para atividades artesanais por intermédio do Conselho Monetário Nacional, o Decreto 83.290 preconizaria o debate do conceito de qualidade aos produtos artesanais ao mencionar que “além do número de registro referido no parágrafo anterior os produtos artesanais poderão receber um selo de qualidade que poderá ser instituído e atribuído pelas entidades credenciadas, de acordo com critérios a serem estabelecidos pela Comissão Consultiva do Artesanato” (BRASIL, 1979).

É importante salientar que críticas às políticas públicas de artesanato já eram feitas na década de 1980. Para Aguiar e Parente (2012, p. 32) houve um retrocesso nos programas de artesanato devido à descontinuidade administrativa e à mudança nos ditames que orientavam as linhas operacionais do PNDA, fazendo com que a partir de 1979 e na década de 1980 a ênfase dos programas fosse em ações direcionadas para a compra e venda das peças artesanais das comunidades que as produziam.

Heye (1983) corrobora com a opinião das autoras acima mencionadas e ressalta que o PNDA favorece as comunidades que atuam quase exclusivamente com a produção artesanal, o que não ocorre em locais em que o artesanato é uma atividade subsidiária. Vives (1983), ao mencionar o trabalho do artesão, comenta da necessidade de reformulação do PNDA voltado para a ênfase do aspecto mercadológico. De acordo com a autora, para o programa, este artesão faz parte de uma categoria de existência precária que está provavelmente fadada a desaparecer e, as vias encontradas pelo PNDA para defendê-lo, transformando o seu produto em bem de consumo, poderá implicar no seu desaparecimento mais rapidamente. Para Vives (1983, p. 139), o artesão tradicional, deixado à própria sorte,

sucumbirá, ante a potência da indústria, cujos produtos satisfarão a demanda e as necessidades antes providas pelos objetos artesanais; e, socorrido imprudentemente, pela iniciativa oficial, acabará por desvirtuar seu papel original de testemunho, submetido que será às exigências mercadológicas.

Entre os outros aspectos criticados pela autora estão a exploração dos comerciantes dos grandes centros ao comprar as peças por preços muito baixos; a descaracterização simbólica do produto artesanal para atender os ditames do mercado e, assim se dissociando de sua cultura; a imposição de um ritmo intenso de trabalho para o artesão decorrente da promessa de compra de toda produção que, para cumpri-la, poderá diminuir a qualidade das peças produzidas, além da exigência de exclusividade com os órgãos do programa.

Vives (1983) sugere algumas ações para que o programa obtivesse mais êxito. Primeiramente seria uma melhor formação daqueles que se dedicam ao estudo do artesanato tradicional, pois “muitas vezes, quando os planejadores oficiais se intrometem, tentando orientar, eles deformam e degradam a obra, pretendendo adequá-la ao mercado” (p. 141).

Favorecimento a formação de cooperativas, apoio a oficinas, valorização e criação de feiras artesanais, comercialização das peças respeitando a tradição seriam as outras sugestões relatadas pela autora.

Mesmo sabendo que a implicação mercadológica permeia essa relação, a autora ressalta a importância de alinhar os papéis sociais e econômicos que o artesanato deveria ter na sociedade e do cuidado que se deve ter ao tratar o assunto. Alguns dos aspectos mencionados são o estabelecimento de uma forma de comercialização compatível com a preservação dos bens e; o mercado onde o produto for comercializado represente renda capaz de gerar a subsistência condigna da mão-de-obra empregada (VIVES, 1983, p. 143). A não valorização da peça artesanal tem outras implicações como a falta de interesse dos jovens em aprender o ofício. A autora explica que

a multiplicação e o baixo preço dos produtos industrializados, que estão sempre imediatamente disponíveis, inferiorizam os bens artesanais, e há crescente desinteresse dos mais jovens em aprender as técnicas que demandam tempo e cuidado para produzir um objeto que, afinal, pode não alcançar preço compensador (VIVES, 1983, p. 144).

Percebe-se que muitas das críticas apresentadas ao PNDA ainda são atuais. Aguiar e Parente mencionam que com o advento da Nova República, ainda houve uma tentativa do Ministério do Trabalho em reorganizar o programa, enfatizando a associação do artesão, de modo que o artesão só seria subsidiado se estivesse vinculado a uma associação.

Com o Governo Collor, muitas mudanças aconteceram administrativa e politicamente, havendo cortes de gastos e extinção de órgãos públicos, como ministérios, autarquias e programas (AGUIAR; PARENTE, 2012, p. 32). Neste contexto, o Programa Nacional de Desenvolvimento do Artesanato foi extinto, tendo todas as suas memórias destruídas. De acordo com Mercês Parente,

bom, primeiro apagaram-se as memórias dos computadores, o governo começa sem memória, naquela época já tinham base de dados informatizadas dos órgãos extintos. E o acervo técnico, material, livros e relatórios, entravam os carrinhos nos andares dos órgãos extintos e desocupavam as prateleiras e os armários e já desciam para as garagens dos ministérios e lá tinham caminhões trituradores de papel. Nisso o acervo histórico de que capacitações foram feitas no Brasil, qual a destinação orçamentária [...] Era o que tinha de mais legítimo, de mais genuíno, o que é que acontece nos anos 90, perde-se a memória (PARENTE, entrevista em 04/04/2016).

Ao mesmo tempo em que o PNDA foi extinto, outros órgãos como a LBA – Legião Brasileira de Assistência - começaram a se interessar em trabalhar o artesanato como uma política compensatória. Então, representando a AIDECA (Associação Latino-americana para o Desenvolvimento e Comercialização do Artesanato), Mercês Parente, Malba Aguiar e Macal Góes, pessoas que trabalhavam diretamente no PNDA em Brasília, ficaram

preocupadas com o retrocesso que esta ação teria para o trabalho que era desenvolvido pelo extinto PNDA.

eu levei um susto, eu falei meu Deus vai regredir 50 anos nessa história, porque começa como benemerência mesmo. Então, Eu, Macal e Malba, fazíamos parte de uma organização porque nós somos bolsistas da OEA¹¹, fazíamos parte de uma organização que tinha sido criada por bolsistas da OEA na Espanha, nós tínhamos uma cooperação técnica muito forte no Governo da Espanha chamado AIDECA, nós tínhamos essa institucionalidade, aí falamos não, não pode. É um retrocesso. Aí pedimos uma audiência com a Secretária de Promoção Humana pra expor isso, olha não é benemerência, olha as feiras - que naquela época nós tínhamos assim de cabeça né, jovens. Falando de 30 anos atrás, 26 anos. Olha, não dá, isso é um negócio da Cultura, que tem base cultural, hoje que chame indústria criativa, que dê nomes. Aí, a secretária [de desenvolvimento humano] falou então vamos conversar [...], fomos falar com a Ministra [do desenvolvimento social] [...] conversar sobre isso, aí elas viraram e falaram, “Nossa! Não tínhamos dimensão! [...] vamos resgatar o programa do Artesanato, agora vocês vão ter que assumir isso (PARENTE, entrevista em 04/04/2016).

Neste contexto, é possível perceber a construção de sentidos que possibilitou o surgimento do novo Programa do Artesanato Brasileiro - PAB, coordenado por Mercês Parente. Em 21 de março de 1991, o Presidente Fernando Collor instituiu o programa ao publicar um decreto sem número. Com o PAB, o decreto 80.098 e os artigos do decreto 83.290 que mencionavam o código do artesão e o selo de qualidade foram revogados. É importante salientar também que a coordenação do novo programa de artesanato sai dos ditames do Ministério do Trabalho e vai para o Ministério da Ação Social (MAS), sob a supervisão da Secretaria Nacional de Promoção Social (BRASIL, 1991).

A formulação do programa teve cinco etapas. A primeira foi uma parceria com a AIDECA para a redefinição do que consistia artesanato. Nesta época, o governo estava passando por uma reestruturação político-administrativa e a AIDECA auxiliou nas ações realizadas pelo Ministério da Ação Social (MAS, 1991). As outras etapas estão relacionadas com o levantamento de dados secundários e reuniões na região Nordeste primeiramente, depois nas demais unidades federativas, culminando em uma reunião técnica com as coordenações estaduais e representações do artesanato que colaboraram para a elaboração do documento do programa (MAS, 1991).

A situação do artesanato foi analisada naquele momento em relação à matéria-prima, tecnologia, capacitação e assistência técnica, assistência financeira, comercialização e mercado, organização dos artesãos, cooperativa e apoio institucional. Foi percebido que a utilização de intermediário na antecipação de matéria-prima colabora para a exploração de mão-de-obra; que muitos artesãos se localizam em pequenas cidades e na zona rural

¹¹ Organização dos Estados Americanos.

desfavorecendo o acesso a tecnologias mais adequadas, além da não adaptação ao mercado acarretando em perder a sua independência; que o apoio e a assistência técnica necessitados pelo artesão não podem ser esporádicos, mas um processo de capacitação integral e específico; que o acesso a fonte de créditos é uma das principais reivindicações dos artesãos; que a comercialização e o mercado dos produtos possuem vários aspectos que geram obstáculos como dispersão geográfica, precariedade do sistema produtivo entre outros fatores que geram a dependência do artesão aos atravessadores, intermediários e ao capital comercial; que os artesãos ainda precisam se organizar mais de forma associativa e superar os problemas de gestão decorrentes; que o cooperativismo ainda não é uma solução exitosa no segmento artesanal e; que as iniciativas institucionais em prol do segmento artesanato são isoladas, faltando uma política que ajude as entidades do setor artesanal atrair atenção para o setor e aumentar a eficiência (MAS, 1991).

Assim, o PAB foi criado para agir em função de quatro diretrizes básicas: assistência e cooperação técnica; desenvolvimento do sistema de informações; definição das bases legais jurídicas e normativas para o artesão e para a atividade artesanal e; estabelecimento de planos de viabilidade econômica (MAS, 1991).

Seraine (2008) chama atenção para o contexto social brasileiro na década de 1990 que, diante de um cenário de desemprego estrutural, o governo buscava alternativas para a geração de renda da população utilizando a ideologia do empreendedorismo, o trabalho por conta própria, para transformar esta realidade. Assim, esta “seria a ferramenta apropriada para fazer o deslocamento do ‘artesanato de subsistência’ para o ‘artesanato de mercado’” (SERAINE, 2009, p. 18).

O PAB teria como objetivo agora “coordenar e desenvolver atividades que visem valorizar o artesão brasileiro, elevando o seu nível cultural, profissional, social e econômico, bem como desenvolver e promover o artesanato e a empresa artesanal” (BRASIL, 1991). Ou seja, amplia-se a preocupação com o artesão ao deixar de focar apenas na promoção do artesão e produção/comercialização do artesanato brasileiro para incluir além da dimensão econômica, também as dimensões social, cultural e profissional.

Dos governos Collor e Itamar para o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), outras alterações aconteceram no PAB, com o intuito de diminuir essa associação do programa com um caráter de benemerência. Mercês Parente comenta:

Bom, acaba o governo Collor, o governo Itamar [...], o que é que aconteceu: a gente percebeu que mesmo colocando a questão cultural e econômica não saía a pecha da benemerência do programa dentro de uma estrutura do Ministério da Ação Social. No momento de transição do governo FHC, e no

grupo de transição [...] [uma] secretária vai pra equipe do FHC pra transição, aí e com todos os meus argumentos, e sempre lá discutindo, e dizendo ‘isso aqui não é clientelista, não vamos fazer, isso é paliativo, vamos investir, na qualificação das oficinas, aquelas questões que eu botei, são reflexões desta época de ergonomia, de mudanças tecnológicas, não de ponta, mas, de ver a saúde do artesão, de ver o crédito direto para o artesão. [...] Com essas ideias um dia sou chamada no Palácio [pela secretária], que diz assim, Mercês, Qual é a sua proposta para o programa do artesanato? Eu falei: eu estou fazendo esse estudo aqui, [...] e por isso, o seguinte: o local do PAB é o ministério da Indústria e Comércio, lá tem a gerência da Micro e Pequena Empresa, a gente tem que transformar esse ser de um produto diferenciado com a cara do Brasil. Como a questão da Micro e Pequena Empresa não tratava só mesmo da empresa, mas das formas de organizações, quer dizer cooperativismo até mesmo estava nisso, na legalização, nos processos pra você chegar a Microempresa. E aí o Ministério da Ação Social é extinto também. Então foi natural passar para o Ministério da Indústria, Comércio e Turismo (PARENTE, entrevista em 04/04/2016).

E assim, em 1995, com a publicação do Decreto 1.508, no dia 31 de maio, o decreto anterior foi revogado. Agora, o PAB passa a ser subordinado ao Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo¹²-MICT-, na Secretaria de Política Industrial, mantendo o mesmo objetivo anterior (BRASIL, 1995), onde permaneceu por oito anos. A coordenação do PAB continuou sob a tutela de Mercês Parente. Em 1997, ela deixa de ser a coordenadora do programa devido à sua “postura política ideológica que sempre pautou minha vida pública e não tornar o PAB instrumento de interesses político-partidário ou clientelista” (entrevista em 04/04/2016). O PAB continuou vinculada a este órgão governamental por dezoito anos.

Em 2012, o dia nacional do artesão foi instituído pela Lei 12.634 do dia 14 de maio do mesmo ano. A data escolhida foi 19 de março em homenagem a São José, padroeiro dos artesãos para a Doutrina Católica, uma vez que ele era carpinteiro, de acordo com os relatos bíblicos do livro de São Mateus, capítulo 13, versículo 55: “Não é este o filho do carpinteiro?” (BÍBLIA, 2016).

Em 2013 ocorre mais uma alteração no PAB. Com a criação da Secretaria Especial de Micro e Pequena Empresa – vinculada à Presidência da República (SEMPE/PR), o Programa de Artesanato Brasileiro foi transferido para o Núcleo de Apoio ao Artesanato que está ligado à SECOMP – Secretaria de Competitividade e Gestão da SEMPE/PR. Até o presente momento, o PAB permanece subordinado a este órgão governamental.

12 O Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo foi transformado em Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – MDIC- pela Medida Provisória (MPV) n. 1.795 de 01/01/1999. No mesmo ano, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio foi alterado para o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior pela MPV 1911-8 de 29/07/1999. Em 28/05/2003, a Lei n. 10.683 manteve a mesma denominação para o Ministério (DESENVOLVIMENTO, 2015).

De acordo com a SMPE/PR, para estruturar as políticas públicas artesanais, o PAB conta com uma estrutura multicooperativa envolvendo as três esferas governamentais, a iniciativa privada e os órgãos que representam o segmento. Em cada unidade federativa, há uma Coordenação Estadual do Artesanato que representa o programa executando diretamente as atividades com o objetivo de desenvolver o setor (SMPE, 2015).

As ações do programa almejam consolidar o artesanato nacional como um setor economicamente importante para desenvolver as comunidades, considerando que a atividade artesanal acontece em todo território nacional de maneira diversificada, levando em consideração as características culturais de cada região (SMPE, 2015).

Segundo a Secretaria de Micro e Pequena Empresa, a riqueza da diversidade artesanal é imprescindível, mas não é suficiente para garantir a sua competitividade no mercado. Por causa deste fato, “o PAB tem como foco de ação a preparação dos artesãos e das organizações representativas do setor para o mercado competitivo, promovendo a profissionalização e a comercialização dos produtos artesanais” (SMPE, 2015).

Quando gerido pelo MDIC, o PAB era dividido em cinco eixos de atuação: gestão; desenvolvimento do artesanato; promoção comercial; Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (SICAB) e estruturação de núcleos para o artesanato (MDIC, 2013).

O eixo gestão foca na troca de experiências e iniciativas na área de gestão de processos e produtos artesanais; o segundo eixo visa ao desenvolvimento artesanal por meio de ações que aumentem a competitividade e a capacidade de empreendedorismo do setor para, desta forma, inserir o artesanato brasileiro nos mercados nacional e internacional. O terceiro eixo está relacionado à comercialização dos produtos artesanais. Desta forma, busca-se identificar espaços no mercado nacional e internacionalmente para a divulgação e comercialização dos produtos artesanais participando de feiras e mostras, por exemplo. No quarto eixo, o SICAB tem como finalidade cadastrar os artesãos e trabalhadores manuais e, assim, com estas informações e também com estudos técnicos, poder conhecer e mapear o segmento artesanal para elaborar suas políticas públicas. É por meio deste sistema que as Coordenações Estaduais do Artesanato cadastram os artesãos e emitem a carteira do artesão. O último eixo volta-se para melhorar a condição de gestão do processo produtivo de artesãos formalizados em associações ou cooperativas que possuam projetos de construção ou reforma de espaços físicos cujo gerenciamento desses ocorre pelos municípios (MDIC, 2013).

Além desses cinco eixos, as macro-ações do PAB consistem em: capacitação de artesãos e multiplicadores; feiras e eventos para a comercialização da produção artesanal e; estruturação produtiva do artesanato brasileiro (MDIC, 2013).

Os cursos da capacitação são organizados pelas parcerias que as Coordenações Estaduais de Artesanato fazem levando em consideração os diversos temas que são de interesse para que o artesão possa melhorar o seu produto desde o manejo da matéria – prima, empreendedorismo, formação de preço ou orientações para organização do setor etc. (MDIC, 2013). Segundo o MDIC, essa ação tem como objetivo:

disponibilizar informações e ferramentas que favoreçam o avanço do processos gerenciais, produtivos e comerciais das unidades de produção artesanal, visando sua consolidação no mercado, e, consequentemente, contribuindo para o avanço da qualidade de vida dos artesãos, considerando o desenvolvimento do potencial humano, que envolve autoconceito e auto-estima, além da inserção no contexto da cultura, dos sistemas de valores da comunidade ou da região, valorizando e fortalecendo as inter-relações e a convivência social, de modo a alcançar a realização pessoal, profissional e econômica, além do resgate da cultura regional (MDIC, 2013).

A segunda macro-ação do PAB refere-se à promoção de feiras e eventos para a comercialização dos produtos artesanais com o intuito de aproximar artesãos e lojistas e, assim, possibilitar futuras vendas de seus produtos, além da fidelização do cliente (MDIC, 2013).

A última ação de nível macro está alinhada ao quinto eixo temático, ou seja, construir ou reformar espaços físicos para possibilitar um melhor desenvolvimento dos produtos dos artesãos formalizados em associações, sindicatos ou cooperativas cadastrados no SICAB, visando à geração de emprego, à redução das desigualdades regionais e, ao desenvolvimento local (MDIC, 2013).

Atualmente sob a gestão da SMPE/PR, essa divisão em eixos temáticos não é evidente, embora não haja muita diferença em relação às atividades realizadas pelo ministério e, agora, pela secretaria. Com a atuação da SMPE/PR, as ações do PAB consistem no apoio a feiras e eventos para a comercialização da produção artesanal e cursos de capacitação para artesãos e trabalhadores manuais. Os Instrumentos do programa resumem-se ao SICAB e à normatização dos principais conceitos relacionados ao artesanato, dando origem a um documento denominado “Bases Conceituais do Artesanato” (cuja elaboração ocorreu ainda na vigência do MDIC). Em agosto de 2016, o SICAB possuía 122.272 artesãos e trabalhadores manuais cadastrados (BRASIL, 2016a). Em 2014, o número de artesãos contidos no sistema era 87.582 (ELLERY, 2015). De acordo com Aguiar e Parente (2012, p. 33), as bases conceituais do artesanato surgiram da necessidade de formalizar os conceitos e estratégias diante do vasto acervo gerado pelo acúmulo de conhecimento, aprimoramento de tecnologias e estruturação dos programas de governo nas unidades federativas, entre outros aspectos. As autoras ainda comentam que historicamente as ações governamentais ocorreram de maneira

centralizada: “Os fatos históricos deixam claro que as sucessivas tentativas de intervenção oficial no setor ocorreram de forma vertical, uniforme e centralizada, tendo o Estado exercido o papel de executor (AGUIAR; PARENTE, 2012, p. 33).

Embora o artesanato esteja vinculado como principal política pública à Secretaria de Micro e Pequena Empresa da Presidência da República – SMPE/PR, é possível encontrar ações relacionadas com este tema sendo desenvolvidas em outros órgãos federais como, por exemplo, o SEBRAE, o Ministério do Trabalho e Emprego, o Ministério do Turismo, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério da Cultura (MinC). Este último, mediante o Plano Nacional de Cultura, insere o artesanato como política pública de cultura que possui como estratégia e ação o registro e a transmissão de memórias, o desenvolvimento de pesquisas e a valorização das tradições locais e das práticas artesanais (BRASIL, 2010).

Outro aspecto importante que deve ser relatado é a regulamentação da profissão do artesão que se tornou lei no dia 22 de outubro de 2015. Depois de cinco anos tramitando no Congresso Nacional, o projeto de lei 7755/10 foi aprovado, transformando-se na lei 13.180. Esta ainda precisa ser regulamentada para que os artesãos possam realmente deter os benefícios instituídos na lei. De acordo com a lei, “artesão é toda pessoa física que desempenha suas atividades profissionais de forma individual, associada ou cooperativada” (BRASIL, 2015a).

Percebe-se que a promulgação da lei trouxe mudanças na condução das políticas públicas pelo PAB, havendo um convite para que a sociedade civil representada pela CNARTS - Confederação Nacional dos Artesãos - participe das ações do programa. Situação que os artesãos desejavam muito, pois reclamavam da falta de diálogo nas ações realizadas pelo PAB.

A sinalização dessa mudança veio com a iniciativa da coordenação do programa em convidar a CNARTS, as federações de artesãos, o colegiado do artesanato do MinC, SEBRAE, ARTESOL e as coordenações estaduais que executam o PAB para conjuntamente debaterem sobre as modificações que serão feitas na base conceitual do artesanato. Assim, nos dias 03, 04 e 05 de abril de 2016 algumas dessas representações se reuniram para debater os conceitos e definições a respeito do segmento artesanal que posteriormente serão disponibilizados no sítio eletrônico “Dialoga Brasil” para que a comunidade artesanal possa se posicionar a respeito dos conceitos debatidos.

É importante salientar que muitas críticas são feitas às políticas públicas de artesanato, principalmente no que concerne ao seu aspecto mercadológico. Para Marquesan (2013), o artesanato não pode ser concebido como uma atividade mercantil, pois essa adaptação

mercadológica na organização artesanal traz sérias consequências no que se diz respeito à identificação e valorização cultural do artesanato local.

De acordo com Seraine (2009), a preocupação com as políticas públicas de artesanato ocorre não pela valorização do artesanato por si só, mas pela possibilidade de geração de renda impactando, assim, no alto índice de desemprego nacional. Silva (2006) ainda comenta a importância de abandonar as duas principais abordagens que caracterizam as instituições de fomento ao artesanato, pois elas “mantêm a insistência na formação técnica e profissional de indivíduos sem vocação para a produção artesanal ou sem interesse nos processos de gestão” (SILVA, 2006, p. 20).

Diante do exposto, é possível perceber como ocorreu a construção das políticas públicas de artesanato no Brasil e de algumas críticas feitas ao programa por vincular o artesanato apenas ao seu aspecto mercadológico, para geração de renda. Decerto, a preocupação dessas políticas apenas se atentam para o artesanato, mas esquecem do artesão, pois, embora o PAB tenha como objetivo a valorização do artesão, é possível perceber que a sua maior preocupação está mais voltada para a promoção do artesanato e da empresa artesanal, devido a ênfase nas suas políticas para o âmbito econômico que tem a sua importância dentro do objetivo definido, mas o objetivo do programa também contempla outros fatores como a valorização do artesão por meio da elevação do seu nível cultural, profissional e social. Neste sentido, Canclini (1982, p. 80) alerta que a falta de uma visão global, levando em consideração os aspectos econômico, social e cultural, pode ser o motivo do fracasso das políticas direcionadas ao artesanato devido à sua concepção como uma modernização técnica.

Na próxima seção, será abordado o histórico das ações do Estado de Pernambuco voltadas para os trabalhadores artesãos.

4.2.2.2 As ações governamentais para o artesanato em Pernambuco

Para construir essa seção, foram importantes os dados coletados no Banco de Dados da Companhia Editora de Pernambuco a qual disponibiliza o banco de dados de 1930 a 2016 dos Diários Oficiais do Estado. A pesquisa foi direcionada com o critério: artesanato. Foram identificadas ações governamentais articuladas ou não em um programa voltado ao desenvolvimento do Artesanato no Estado. Esse mapeamento é importante pois auxilia na

compreensão de como o artesanato se desenvolveu na região e como o Estado se posicionou em relação a ele.

Na década de 1930, já se encontra debates sobre a necessidade de estímulo da atividade no Estado. Com o Conselho Legislativo e de Economia do Estado, criado pelo Decreto no. 8 de 6 de dezembro de 1937, pela primeira vez nos documentos oficiais disponíveis, aparece a determinação de um plano de ensino técnico profissional para os municípios, visando especialmente a formação na área do artesanato (PERNAMBUCO, 1937). Não se tem informações específicas sobre a elaboração desse plano, suas diretrizes, seus resultados. Entretanto, observa-se que posteriormente, houve ações no sentido de envolver os prefeitos. Nas diretrizes aos prefeitos do governador Agamenon Magalhães (1937-1945), esses deveriam “animar nas cidades os pequenos officios (sic), desenvolvendo o artesanato e creando (sic) a indústria doméstica” (PERNAMBUCO, 1937a, p. 37). Essa mesma diretriz foi reforçada em períodos posteriores, na década de 1940 (PERNAMBUCO, 1940).

Nas décadas de 1950 e 1960, duas ações se destacaram quanto à regulamentação do setor: a isenção de tributos para a atividade de artesanato e a classificação do cargo de professor de artesanato. O que poderia ser visto como de pouca relevância para o setor, neste trabalho, é destacado por visar impulsionar a atividade vista na época como “um meio de atenuar a gritante diferença de nível de vida” (PERNAMBUCO, 1954), ou seja, de geração de renda para a população menos favorecida e que, com a isenção, poderia vender mais produtos. Sobre a educação, o chamado “Ensino Artesanal de Pernambuco” contava na época com 16 escolas artesanais. A regulamentação à profissão de educador estava inserida no sistema de classificação dos cargos do Serviço Civil do Poder Executivo e estabelecia as atribuições, os requisitos necessários para o provimento do cargo e também o vencimento previsto (PERNAMBUCO, 1962). Nessas escolas, com capacidade para até 2000 alunos, foram formadas várias turmas na capital do Estado.

Na década de 1970, observa-se a preocupação do governo do Estado em aumentar a “produção” de artesanato e torná-lo rentável, conforme exposto em Pernambuco (1974; 1976), onde se percebe a associação do Artesanato com a comercialização dos seus produtos. A atuação do Estado voltava-se notadamente para a capacitação da mão-de-obra e para a divulgação dos produtos nas feiras nacionais.

Ainda nesse período foi importante a aprovação do regulamento da Secretaria do Trabalho e Ação Social pelo Decreto nº. 3.965, de 17 de março de 1976. O fomento ao desenvolvimento do artesanato constituiu-se uma competência da referida secretaria que

possuía um Departamento de Formação para o Trabalho com a finalidade, voltada ao tema em questão, de: coordenar e estimular as atividades artesanais, com a introdução de novas técnicas e o aperfeiçoamento profissional do artesão em consonância com o Programa Nacional de Desenvolvimento do Artesanato. Voltado ao artesanato, a Secretaria de Trabalho e Ação Social tinha também como atribuições:

I - Elaborar e manter atualizado o cadastro das atividades artesanais desenvolvidas; II – Orientar o artesão para desenvolver e aperfeiçoar a sua criatividade preservando sempre as características locais; III - Incentivar na produção artesanal e utilização de novas técnicas e de matéria-prima local; IV – Preparar instrutores para o desenvolvimento artesanal; V – Realizar cursos de formação e aperfeiçoamento do artesão; VI – Promover o trabalho artesanal, através de divulgação, feiras, cooperativas e comercialização dos produtos; VII – Incentivar a criação de cooperativas ou núcleos artesanais; VIII – Avaliar o rendimento das atividades artesanais; IX – Executar outras atividades correlacionadas à sua esfera de atuação (PERNAMBUCO, 1976, p. 1.263).

Embora não se tenha informações para saber, de fato, o que foi executado por esta secretaria, percebe-se que a política estadual tinha a intenção, pela sua publicação, de valorizar o artesanato ao se preocupar em identificar quem seriam os artesãos da região, orientando-os e capacitando-os, além de valorizar o trabalho associativo e preocupar-se com a comercialização da produção artesanal.

Posteriormente à regulamentação da ação da Secretaria do Trabalho e Ação Social, em 1978, destaca-se a atuação da ação conjunta do Estado com a Artesanato do Nordeste S.A (ARTENE), empresa subsidiária da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), para promover o artesanato no Estado. A ARTENE, contudo, possuía a missão de ampliar as possibilidades de geração de renda para as famílias e fortalecer o mercado de produtos artesanais não apenas em Pernambuco, e sim em todo o Nordeste. Ela foi criada durante a gestão de Celso Furtado, em 1962, para as atividades de estudos de mercado, organizações de centros de treinamento e aprendizagem e pesquisas em comunidades artesanais (PERNAMBUCO, 1978; CONDEL, 2015).

Até o presente relato das principais ações governamentais voltadas ao artesanato no Estado não se abordou a região foco desta tese: o Alto do Moura. Ele aparece pela primeira vez em 1979, em discussões na Assembleia Legislativa, comandadas pelo deputado José Queiroz¹³, natural da cidade de Caruaru. Conforme Pernambuco (1979), Queiroz solicitava ao governo do Estado a desapropriação de uma área de terra na localidade destinada ao fornecimento de barro aos ceramistas locais, diante, segundo ele, da escassez do barro,

¹³ José Queiroz foi quatro vezes eleito para Deputado Estadual (1979 a 1982, 1999 a 2002, 2003 a 2006, 2007 a 2008) e o mesmo número de vezes para Prefeito da Cidade de Caruaru (1983 a 1988, de 1993 a 1996 e de 2009 aos dias atuais).

matéria-prima dos artesãos. Na ocasião, ele manifestou preocupação com o surgimento de outras opções de empregabilidade que poderiam distanciar o artesão do seu trabalho. Ainda conforme o deputado:

A cerâmica que até pouco tempo funcionava como passatempo para os moradores do local, assume hoje caráter de empreendimento familiar e de comunidade. O ofício, além de ter característica hereditária, se transformou em ocupação permanente e fonte de renda para sua gente. Afora a comercialização normal do produto nas feiras livres de Caruaru, grande parte dos trabalhos se destina às cooperativas artesanais espalhadas pelo Brasil inteiro [...] Com sua indústria rudimentar, os artesãos – utilizando como instrumento de trabalho as próprias mãos, cuja destreza ao amassar o barro manifesta a graciosidade das linhas, dos detalhes e muito tem contribuído para enriquecer a nossa cultura popular. É no próprio folclore nordestino que o ceramista vai encontrar sua fonte de inspiração, toda sua criatividade. Aí estão os cangaceiros, a banda de pífanos, os bumba-meu-boi, o maracatu, o vaqueiro, etc. afora toda beleza lírica da vida do homem nordestino, reportada pela literatura de cordel (PERNAMBUCO, 1979, p. 4).

A terra a qual se refere Pernambuco (1979) foi desapropriada em 1981, pelo governador Marco Maciel. Conforme o governador, “essa decisão irá resolver definitivamente um problema que poderia se agravar, pois os artesãos enfrentavam dificuldades em obter a matéria-prima com que trabalhavam” (PERNAMBUCO, 1981).

Nesse mesmo período, o poder executivo instituiu, por meio do Decreto nº. 6.690 de 04 de setembro de 1980, o Programa Estadual de Desenvolvimento do Artesanato, coordenado pela Secretaria do Trabalho e Ação Social. Eram objetivos do Programa Estadual:

I – Estimular e promover a associação dos artesãos, com vistas à organização dos sistemas de produção e comercialização do artesanato do Estado; II – Propiciar ao artesão condições de desenvolvimento e auto-sustentação (sic), através da atividade artesanal; III – Incentivar a preservação do artesanato como forma de expressão da cultura popular; IV – Promover estudos e pesquisas que visem à manutenção de informações atualizadas para o setor (PERNAMBUCO, 1980, p. 3-4).

O Programa Estadual, a princípio, estava em sintonia com o Programa Nacional de Artesanato (PNDA). Foram identificadas ações no sentido de desenvolver parcerias entre o Governo do Estado e o Federal. Em 1982, por exemplo, a Secretaria do Trabalho e Ação Social assinou um convênio com o PNDA a fim que fosse repassado CR\$ 10 milhões para aplicação no Programa Estadual. Esses recursos seriam destinados à criação das Cooperativas de Limoeiro (Zona da Mata Norte), Caruaru e Garanhuns (Agreste) (PERNAMBUCO, 1982).

Em Caruaru, a cooperativa abarcava cerca de 16 municípios circunvizinhos¹⁴ e foi denominada COMAVI – Cooperativa dos Artesãos do Vale do Ipojuca. Na inauguração da COMAVI, o Secretário Estadual Murilo Guerra afirmou que:

“a Cooperativa desenvolverá ações a fim de conquistar novos mercados para colocação de seus produtos, fornecendo aos seus associados, matéria-prima a preços compensadores. A COMAVI deverá desenvolver um trabalho de sensibilização e educação cooperativista, visando ampliar o quadro de sócios, e a renda de dos mesmos através da aquisição de seus produtos de uma forma mais intensiva e sistemática” (PERNAMBUCO, 1982a, p. 2).

Nos anos que se seguiram à criação das cooperativas, foram verificadas ações no sentido de estimular a comercialização dos produtos. Destaca-se a proposta de criação de um Pavilhão do Artesanato de Pernambuco que visava reduzir o número de intermediários na venda das peças (PERNAMBUCO, 1983). Além da criação do Pavilhão, a Secretaria negociava contatos juntos a grupos importadores e representantes de firmas exportadoras. Isso com o objetivo de duplicar as vendas do artesanato, conforme meta fixada pelo Governo do Estado e os Ministérios do Trabalho e da Indústria e do Comércio (PERNAMBUCO, 1983a).

Esses contatos contribuíram para trazer ao Estado um grupo da UNESCO, especializado em preservação e desenvolvimento do artesanato no mundo para conhecer o artesanato produzido no Estado. Na programação oficial, além de Olinda e Recife, constavam visitas aos municípios de Caruaru e Tracunhaém. Não se tem informações sobre o que, especificamente, relataram do artesanato do Alto do Moura, contudo, Madeleine Gobiél, chefe da Seção de Criação Artística da UNESCO na época, afirmou sobre o artesanato pernambucano: “aqui nós percebemos que o artesanato é muito importante para a sociedade, importante para as entidades culturais e também como fator econômico para o povo” (PERNAMBUCO, 1984, p. 20).

Na década posterior, o governo estadual criou o Sistema de Incentivo à Cultura – SIC por meio da Lei nº. 11.005, de 20 de dezembro de 1993, com o objetivo de “estimular e desenvolver as formas de expressão, os modos de criar e fazer, os processos de preservação e proteção ao patrimonial cultural do estado” (PERNAMBUCO, 1993, p. 4), compreendendo o artesanato como área prioritária. Não se tem informações sobre o quantitativo de recursos destinados ao artesanato, nem como esse sistema incentivou a região do Alto do Moura, contudo, retrata um instrumento normativo que visava estimular a cultura no Estado.

¹⁴ Gravatá – metal e madeira; Bezerros – xilogravura e madeira; Agrestina – chocalho; São Caetano – metal; Riacho das Almas – bolsas e balaios; Brejo da Madre de Deus – palha; Toritama – calçados; Pesqueira – renascença; Poção – renascença; Alagoinha – cestaria e renda; Belo jardim – labirinto; Chachoeirinha – couro; Santa Cruz do Capibaribe – confecções; Tacaimbó – renda e bordado; Jataúba – renascença; Altinho – peças semipreciosas e Caruaru – cerâmica.

Uma ação de destaque no período é o cadastramento dos artesãos organizado pela Cruzada de Ação Social, o SEBRAE e a AD/Diper para o Programa de Valorização do Artesanato de Pernambuco. O objetivo era identificar e cadastrar os artesãos e fornecer um documento que comprove a atividade do profissional, indicando a matéria-prima utilizada e o que produz. Essa ação é importante, conforme ocorrido em outros períodos, para que o artesão não pague o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviço – ICMS, quanto circular com suas obras. O primeiro município onde ocorreu o cadastramento foi Caruaru com 276 registros de profissionais artesãos. Destes registros, 208 estavam localizados no Alto do Moura (PERNAMBUCO, 1998).

Na década de 2000, o destaque em termo de políticas públicas de artesanato é a instituição do Programa do Artesanato de Pernambuco - PAPE, ao final da década. Em 15 de dezembro de 2009, a Lei n.º 13.965 instituiu o programa anteriormente citado juntamente com o Fórum do Artesanato de Pernambuco, além de outras providências correlatas. Esse programa era gerenciado pela Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco e possuía o intuito declarado de “promover o desenvolvimento integrado do Setor Artesanal do Estado e valorizar o artesão pernambucano elevando o seu nível cultural, profissional, social e econômico” (PERNAMBUCO, 2009, p.9). As ações e políticas públicas do programa deveriam ser coordenadas, levando em consideração os aspectos políticos e territoriais pernambucano, além de ter como finalidades:

I - fomentar, apoiar e fortalecer a atividade e a cadeia produtiva do artesanato no Estado de Pernambuco, desenvolvendo instrumentos e processos que promovam a inovação na melhoria da qualidade dos processos, produtos e serviços do Setor Artesanal; II - articular as ações públicas voltadas para o desenvolvimento do artesanato de Pernambuco e destas com os interesses dos artesãos pernambucanos das diferentes regiões do Estado; III - articular os meios e os atores capazes de viabilizar soluções tecnológicas, competitivas e sustentáveis, que garantam o desenvolvimento integral, social, econômico, e melhoria na qualidade de vida dos artesãos do Estado; IV - fomentar ações que promovam a criação e a sustentabilidade de grupos associativos relacionados ao Setor Artesanal; V - implantar e consolidar canais públicos de comercialização dos produtos artesanais, aproximando os artesãos do mercado consumidor; VI - prestar apoio estratégico e permanente aos artesãos, especialmente mediante promoção de qualificação profissional (PERNAMBUCO, 2009, p. 9).

Essas ações, no âmbito do Programa, deveriam ser discutidas e propostas pelo Fórum de Artesanato de Pernambuco. Este era composto por representantes da AD/DIPER; do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco – PROMATA; do Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável de Pernambuco – PRORURAL; da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco –

FUNDARPE, da Empresa de Turismo de Pernambuco - EMPETUR; da Secretaria Especial da Mulher; da Secretaria Especial de Juventude e Emprego; do Instituto de Tecnologia de Pernambuco – ITEP; do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE; do Programa do Artesanato Brasileiro - PAB e, por fim, 12 (doze) representantes dos artesãos referentes a cada região de desenvolvimento do Estado. É importante salientar que embora sejam doze o número de representantes dos artesãos, eles têm direito apenas a quatro (04) votos, devido a agrupação deles pelas macrorregiões de Pernambuco.

Em ata de reunião do Fórum datada de 06/11/2014, é possível perceber a solicitação dos artesãos por maior participação nas decisões relacionadas com o artesanato em Pernambuco, por meio da deliberação de reuniões bimestrais que cobrassem da coordenação do PAPE mais ações, além de uma interlocução mais efetiva com as entidades que representam os artesãos no Estado, incluindo os do interior. Essa solicitação pode demonstrar que embora haja a participação dos artesãos, esta ocorre de forma desequilibrada, pois pelo registro em ata, falta uma maior articulação com os artesãos do interior de Pernambuco, onde se localizam os maiores polos estaduais de artesanato (FAPE, 2014).

É importante salientar que esta lei também trata do cadastramento dos artesãos residentes em Pernambuco, por meio da AD/DIPER, seguindo as recomendações do Programa de Artesanato Brasileiro (PAB). Desta forma, este cadastro alimentará o SICAB (Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro) formando uma base de dados que possibilite: planejar as ações e projetos direcionados para o desenvolvimento do artesanato e da arte popular pernambucanos; compilar os dados referentes ao setor artesanal, em esfera nacional e; fornecer a carteira nacional do artesão, conforme exposto em Pernambuco (2009, p. 10).

Além da carteira do artesão, a lei que institui o PAPE menciona em seu capítulo IV os canais públicos de comercialização que poderão ser móveis ou imóveis (PERNAMBUCO, 2009, p. 10). Neste sentido, as principais ações relacionadas com a comercialização efetuadas pelo Programa de Artesanato de Pernambuco são a unidade móvel de comercialização de artesanato, os Centros de Artesanato de Pernambuco (CAPE) situados em Bezerros e Recife, a coordenação da FENEARTE (Feira Nacional de Negócios do Artesanato) e o apoio para a participação de artesãos em feiras importantes seja local, nacional ou internacionalmente (PERNAMBUCO, 2016a).

É importante salientar que além do PAPE, Pernambuco também desenvolve outras ações governamentais que englobam o artesanato sem serem voltadas para a ótica do trabalho,

como, por exemplo, o FUNCULTURA – Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura - direcionado para o âmbito cultural, que tem como órgão gestor a Fundarpe.

O Funcultura foi instituído pela lei 12.310 de 19 de dezembro de 2002, substituindo o Fundo de Incentivo à Cultura (FIC) que juntamente com o Mecenato de Incentivo à Cultura (MIC) formam o Sistema de Incentivo à Cultura (SIC). O Funcultura tem a responsabilidade de financiar a produção independente pernambucana (PERNAMBUCO, 2016b). De acordo com Pernambuco (2016c), o Funcultura financia diretamente seus projetos com os recursos advindos da arrecadação do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) do governo do Estado de Pernambuco. Em 2016, o Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura investiu R\$ 30 milhões de Reais em projetos, sendo R\$ 20 milhões para o Funcultura e R\$10 milhões para o Funcultura Audiovisual (PERNAMBUCO, 2016d).

Para poder se adequar ao Sistema Nacional de Cultura, Pernambuco está criando o Sistema Estadual de Cultura, composto por conselho, plano e fundo. Conforme Pernambuco (2016b), “para ter um sistema funcionando, é preciso que as gestões estaduais e municipais da cultura se organizem e estructurem sua política em torno do que vem sendo chamado de CPF da Cultura: Conselho, Plano e Fundo”.

A partir do exposto, percebe-se as ações realizadas em Pernambuco para os trabalhadores artesãos. Brevemente serão relatadas na próxima seção, as ações desenvolvidas para o artesanato na cidade de Caruaru.

4.2.2.3 As ações governamentais para o artesanato em Caruaru

Em relação às atividades direcionadas ao trabalhador artesão na cidade de Caruaru, é importante mencionar que não há no município um diário oficial que possibilite a busca pelos registros relacionados ao artesanato na cidade.

Ao fazer uma busca no portal da prefeitura com este termo, apareceram duas menções atreladas às duas edições da Feira de Arte e Artesanato que ocorreram nos dias 12 e 19 de dezembro de 2015, ocorridas no Polo Cultural da antiga estação ferroviária da cidade, onde além de apresentações musicais, barracas comercializaram peças de artesanato que são vendidas normalmente no Parque 18 de maio, local tradicional de venda de peças artesanais (CARUARU,2015a).

A Feira de Arte e Artesanato foi composta pelos artesãos e artistas da cidade. De acordo com a diretora de ações culturais, Edileuza Portela, “o nosso objetivo é transformar a

produção cultural em atividades econômicas capazes de gerar renda para os participantes, além de promover o intercâmbio entre eles” (CARUARU, 2015a).

Ao utilizar como busca “Alto do Moura”, surgiram vinte itens, destes, nove estavam relacionados com algum tipo de ação governamental voltada para o artesanato realizada no local, sendo oito relacionados ao Projeto Revitalino, projeto de revitalização do Alto do Moura composto da criação de um novo pórtico para o local, um estacionamento com 900 vagas, receptivo turístico, a casa da mulher artesã e a revitalização das calçadas. Tal projeto é fruto de uma emenda parlamentar do então Deputado Federal Wolney Queiroz, custeado pelo Ministério do Turismo (CARUARU, 2014a). Além das mensagens referidas ao Revitalino, uma mencionava a participação de 50 artesãos do Alto do Moura na Fenearte 2015 (CARUARU, 2015b).

É importante salientar que embora só seja a finalidade desta tese analisar as ações de artesanato relacionadas com o trabalho do artesão, em 2014 foi sancionado o Sistema Municipal de Cultura de Caruaru e foi efetivado o seu Conselho Municipal de Política Cultural, formado por sessenta conselheiros representando as seguintes linguagens: agentes culturais; arquitetura, urbanismo e patrimônio cultural; artes cênicas; artes visuais; artesanato; audiovisual; cultura popular; dança; design; fotografia; gastronomia; instituições culturais não governamentais; literatura, leitura e livro; música; povos tradicionais (CARUARU, 2014b). Em 2016 houve renovação do conselho e novos membros estão participando. Agora, o setor do artesanato é representado por artesãos do Alto do Moura.

Para elaboração do Sistema, é possível perceber a participação da sociedade civil organizada que por meio dos representantes de artistas populares propuseram e planejaram o Sistema Municipal de Caruaru. De acordo com Caruaru (2014c), a produtora cultural Jô Barbosa ressaltou a importância do trabalho conjunto, ao mencionar que se sentia “muito atraída pelo tipo de política que ouve a população, que integra a sociedade civil. Caruaru mostrou que é capaz de fazer política junto com as pessoas”. A partir da criação do Sistema Municipal de Cultura da cidade torna-se possível aderir ao Sistema Nacional de Cultura do Ministério de Cultura para o financiamento de projetos culturais (CARUARU, 2014d).

Diante do exposto, é possível verificar a carência de informações sobre as ações governamentais relacionadas com o artesanato em Caruaru. De outro modo, também é possível perceber a agência da população em busca de políticas que favoreçam a sociedade como demonstra a súplica da sociedade civil local para a criação do Sistema Municipal de Cultura da Cidade.

Esta seção abordou o histórico das ações governamentais ocorridas nas esferas nacional, estadual e municipal que possam envolver o artesanato do barro do Alto do Moura.

A próxima seção apresentará os programas e ações governamentais vigentes de artesanato para o trabalhador artesão.

4.2.3 Os programas e ações governamentais vigentes de artesanato para o trabalhador artesão

Esta subseção apresentará as políticas públicas de artesanato direcionadas para os trabalhadores artesãos. Desta forma, foram analisadas as ações governamentais no âmbito nacional, estadual em Pernambuco e, municipal em Caruaru ainda vigentes. Como algumas ações do PAB são executadas pela coordenação estadual por meio do Governo do Estado de Pernambuco, as ações aqui nesta subseção serão apresentadas em um único texto.

Como mencionado anteriormente, o Programa do Artesanato Brasileiro – PAB – foi criado por meio de um decreto sem número em 21 de março de 1991. Até o momento o programa possui o mesmo objetivo (BRASIL, 1991 – grifo nosso): *“coordenar e desenvolver atividades que visem valorizar o artesanato brasileiro, elevando o seu nível cultural, profissional, social e econômico, bem como desenvolver e promover o artesanato e a empresa artesanal”*.

Atualmente, o PAB está vinculado à Diretoria de Empreendedorismo e Artesanato, da Secretaria Especial de Micro e Pequena Empresa (SEMPE). No site desta Secretaria, é informado que o programa tem o “entendimento de que o artesanato é **empreendedorismo**” (BRASIL, 2016d). Ou seja, existe uma prática discursiva do PAB que relaciona a atividade artesanal com a atividade empreendedora.

Embora os níveis cultural, profissional, social e econômico sejam ressaltados em seu objetivo, efetivamente, o PAB está voltado para a realização de feiras que favoreçam a comercialização das peças criadas pelos artesãos, para o cadastro destes, possibilitando a aquisição da carteira do artesão nas coordenações estaduais. Em agosto de 2016, havia 122.272 artesãos cadastrados no SICAB (Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro). De acordo com a SEMPE, estes dados estão bem aquém da realidade do setor artesanal que possuía 8,5 milhões de artesãos brasileiros no último censo (BRASIL, 2016a). Entre as ações do PAB, ainda encontram-se a doação de um caminhão baú para as

coordenações estaduais com o intuito de transportar as mercadorias dos artesãos, além da elaboração da base conceitual do artesanato que normatiza os tipos e técnicas de artesanato existentes.

É importante ressaltar que o orçamento destinado para este programa nacional é baixo. Diante desta situação, a Secretaria de Micro e Pequena Empresas criou um documento destinado às emendas parlamentares dos políticos brasileiros, informando todos os projetos que ela tem interesse de desenvolver para conseguir captar recursos junto a estes políticos (BRASIL, 2016a). Entre os projetos voltados para o artesanato encontram-se: capacitação; feiras e eventos para comercialização da produção artesanal; rotas de artesanato e turismo; estruturação de centro de artesanato; lojas itinerantes do artesanato e; aquisição de veículos. O custo mínimo destes projetos varia de R\$100.000,00 a R\$ 250.000,00.

Baseado no PAB, em Pernambuco existe o Programa do Artesanato de Pernambuco (PAPE), que tem como objetivo (PERNAMBUCO, 2009, p.9 – grifo nosso): “*promover o desenvolvimento integrado do Setor Artesanal do Estado e valorizar o artesão pernambucano elevando o seu nível cultural, profissional, social e econômico*”.

Embora o objetivo instituído em lei contemple todos os níveis, a publicação nos sites das instituições ligadas ao governo do Estado de Pernambuco para a promoção do artesanato contempla “promover o desenvolvimento do setor artesanal do Estado e valorizar o artesão pernambucano através de ações e políticas públicas (PERNAMBUCO, 2016i). Ao suprimir a palavra ‘integrado’ e os níveis para o desenvolvimento do artesão de Pernambuco, é possível inferir que, assim como no programa nacional, a preocupação principal do programa encontra-se com a **comercialização** do artesanato, aspecto muito importante para o artesão, mas não exclusivo. Levando em consideração que Meny e Thoenig compreendem políticas públicas como “os atos e não atos comprometidos da autoridade pública frente a um problema ou um setor relevante de sua competência”, pode-se perceber que não há atos das políticas acima diretamente relacionados com o nível cultural, profissional e social do artesão.

A parceria entre o Programa de Artesanato Brasileiro e a coordenação estadual do PAB ocorre por meio da emissão das carteiras do artesão, do motorista para dirigir o caminhão baú disponibilizado pelo programa e a decisão de quem participará das feiras do PAB representando o estado pernambucano.

A carteira nacional do artesão é uma ação governamental do PAB (Programa do Artesanato Brasileiro), vinculada ao SICAB (Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro), que é executada pelas coordenações estaduais. Por meio da carteira do artesão, os trabalhadores artesãos podem participar das feiras apoiadas por meio do PAB,

como também de cursos e eventos. Em Pernambuco, os artesãos devem se dirigir ao Centro de Artesanato de Pernambuco (CAPE) depois de ter feito o agendamento do horário, munido das cópias dos documentos exigidos (identidade, CPF e comprovante de residência), de uma peça artesanal pronta e do seu material de trabalho para poder confeccionar o seu produto perante um representante governamental e, assim, a partir do momento que a peça é elaborada presencialmente, ele tem direito a carteira do artesão gratuitamente. Em novembro de 2016, Pernambuco contava com aproximadamente 10.200 artesãos cadastrados no SICAB, ou seja, estas pessoas possuíam a **carteira do artesão**. Desses, 326 eram de Caruaru – PE.

Ana Nadiege Spinelli, coordenadora estadual do PAB em Pernambuco explica a relação entre o PAB e o PAPE:

São mais ou menos juntos e misturados, mas cada um tem as suas ações, também distintas. No caso, o PAB, ele tá fazendo o trabalho de cadastramento dos artesãos, para a gente ter uma noção de mapeamento, onde estão as tipologias, onde estão os artesãos mais tradicionais, onde tem artesanato de uma... Da argila, da palha, para a gente saber como lidar com isso dentro das políticas públicas[...]Quando a gente faz esse cadastramento, o PAB também, ele entra com carteira, que já é um programa que é feito pelo próprio PAB nacional e que todos os estados têm acesso, então todos os estados, eles emitem o mesmo tipo de carteira, mesmo layout, mesmas informações (SPINELLI, entrevista em 01 de novembro de 2016).

É possível perceber que as ações governamentais do Estado de Pernambuco seguem as mesmas diretrizes e classificação definidas pelo Programa de Artesanato Brasileiro, fazendo com que o trabalho seja realizado conjuntamente. Luciana de Holanda, complementa as informações de Ana Nadiege ao mencionar que

as ações que são promovidas pelo PAPE (Fenearte, unidade móvel), a gente tenta seguir o PAB, as normas e instruções do PAB. Assim, tipologia, o que é que o PAB entende por tipologia, quais os tipos de tipologia, então isso e todas as ações que é feita pelo PAPE, sempre segue essa linha do PAB (FERREIRA, entrevista em 01 de novembro de 2016).

Em 2016, a coordenação estadual do PAB inovou ao fazer as chamadas dos artesãos para participar das feiras patrocinadas pelo Programa do Artesanato Brasileiro mediante edital de chamamento público (PERNAMBUCO, 2016f), o que pode denotar uma maior transparência em relação às pessoas elegidas para a participação desses eventos. Thiago Ângelus, diretor de promoção do artesanato, aprovou essa iniciativa e mencionou que a partir de janeiro de 2017 todas as chamadas para as ações de artesanato serão feitas por edital (entrevista em 01 de novembro de 2016). Isabel Gonçalves, presidente da CNARTS, percebe

essas chamadas por editais como a **democratização**, segundo ela “*o Governo Estadual, que agora, digamos assim, democratizou através dos editais, a participação dos artesãos nesses espaços* (BEZERRA, entrevista em 13 de outubro de 2016).

Entre as ações do programa pernambucano de artesanato encontram-se a unidade móvel de comercialização de artesanato, os Centros de Artesanato de Pernambuco (CAPE) de Bezerros e Recife, a coordenação da Fenearte, e o apoio a feiras. Essas ações ficam sob a responsabilidade da Diretoria de Promoção do Artesanato, vinculada à Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (AD/DIPER).

A unidade móvel de comercialização consiste em um caminhão adaptado para a comercialização de peças artesanais. O automóvel foi personalizado em 2008 pela AD/Diper (PERNAMBUCO, 2016h). Desde então, a unidade, que possui uma área de 60m² para exposição, percorre o estado de Pernambuco como uma loja itinerante, comercializando o artesanato pernambucano (PERNAMBUCO, 2016i). Na figura 9, é possível visualizar o lado externo da unidade móvel no canto esquerdo da imagem e, no seu lado direito, a unidade por dentro. Em 2015 foram registradas 17 mil visitas a unidade móvel, sendo vendidas mais de 9.000 peças, gerando uma movimentação financeira de R\$ 100.000,00.



Figura 9: Unidade móvel de Pernambuco

Fonte: Centro de Artesanato de Pernambuco (PERNAMBUCO, 2016h).

O Governo de Pernambuco possui dois Centros de Artesanato que estão localizados em Bezerros, a 110 quilômetros de Recife, e no marco zero da capital pernambucana. Embora a unidade de Bezerros seja mais antiga, há treze anos em funcionamento, é a unidade do Recife, inaugurada em 2012, que é considerada a matriz. Em Bezerros, o CAPE possui um museu da produção artesanal que mais representa o Estado, um auditório e uma loja de comercialização, numa área de aproximadamente 1.600m². A unidade de Recife é bem maior, contando com uma área de 2.511 m² divididos em uma loja – que já comercializou mais de

106.000 peças-, restaurante, galeria para exposição, auditório e o seu setor administrativo (PERNAMBUCO, 2016i).

De acordo com Thiago Ângelus, a loja de Recife conta com mais de 20 mil peças produzidas por, aproximadamente, 1.300 artesãos pernambucanos. As vendas chegam perto dos R\$ 10 milhões em 480 mil obras vendidas desde a sua inauguração, cujo valor oscila de R\$2 a R\$ 75 mil (Caderno de anotações, 12 de julho de 2016). As peças que são expostas nos CAPE passam por uma avaliação de uma equipe de curadoria que define quais são as mercadorias que serão comercializadas nos centros comerciais. A seguir são apresentadas as imagens dos Centros de Artesanato de Pernambuco. A foto da esquerda refere-se à unidade de Bezerros. Na foto do lado direito, a unidade de Recife.



Figura 10: Imagens dos Centros de Artesanato de Pernambuco em Bezerros e Recife

Fontes: Skyscrapercity (2009); Pernambuco (2016j)

A Fenearte – Feira Nacional de Negócios do Artesanato - teve a sua primeira edição em julho de 2000. A feira possui sete categorias de estandes onde as peças são comercializadas nos *stands* que utilizam a seguinte classificação: artesãos individuais de Pernambuco; associações; prefeituras pernambucanas; estados; redes solidárias; representantes internacionais; SEBRAEs e; setor de alimentação.

Em 2016 na sua décima-sétima edição, mais de 300.000 pessoas circularam pela Fenearte o que totalizou aproximadamente R\$ 40 milhões em negócios, comercializando mais de 108.000 peças de artesanato. Para 2017, a Fenearte recebeu 2.444 pedidos de pré-inscrição para o evento. Esses pedidos são avaliados por uma equipe de curadoria que seleciona aqueles que participarão da 18ª Fenearte. Esta equipe de curadoria não é a mesma que constitui a curadoria dos produtos comercializados no CAPE (PERNAMBUCO 2016g). De acordo com Thiago Ângelus, a feira é superavitária e a quantia aportada pelo governo de Pernambuco na Fenearte é R\$ 5,5 milhões na feira e R\$ 10 milhões nos Centros de Artesanato, aproximadamente (BRANDÃO, entrevista em 01 novembro de 2016).

Na feira ainda há: a alameda dos mestres na entrada da exposição, os salões de arte popular Ana Holanda e arte popular religiosa de Pernambuco, o espaço interferência Janete

Costa, a galeria de reciclados no Fenearte sustentável, o espaço infantil, as oficinas de artesanato, rodadas de negócio, atrações culturais, desfiles de moda, praça de alimentação, food park e food bike (PERNAMBUCO, 2016f).

Na figura, a seguir, é possível observar as áreas externa e interna, respectivamente, da décima-sétima Fenearte.

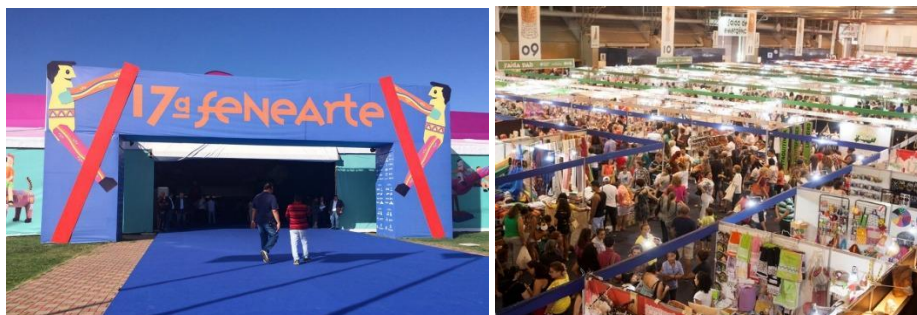


Figura 11: Imagens da 17ª Fenearte
Fontes: G1PE (2016); Rádio Jornal (2016)

Além da unidade móvel, dos centros de artesanato, da coordenação da Fenearte, o PAPE em sua legislação contempla o Fórum de Artesanato de Pernambuco cuja formação é composta de representantes de entidades governamentais do Estado que desenvolve alguma ação governamental envolvendo o artesanato, o SEBRAE, o PAB, além de contemplar doze artesãos que só possuem direito a quatro votos devido ao agrupamento por macrorregiões do Estado. De acordo com o diretor de promoção do artesanato, Thiago Ângelus, o fórum atualmente encontra-se inativo devido a conflitos que estavam acontecendo nas reuniões, havendo ofensas para o campo pessoal, desvirtuando o objetivo do fórum. Diante disto, no momento as decisões sobre o artesanato de Pernambuco são tomadas com as pessoas que fazem parte das curadorias das peças que são expostas no CAPE e na Fenearte. em relação às ações apresentadas, Isabel Gonçalves reconhece-as, mas comenta que elas não atendem a todos os artesãos pernambucanos.

Como eu já falei, (tem) a questão Fenearte. Segundo, a política que foi de Pernambuco, que é de Pernambuco, referência nacional é uma comercialização no espaço que se tem, chamado Carreta do Artesanato, ela vira loja, então ela fica em vários pontos, isso aí é uma política que Pernambuco tem, a unidade móvel, [...] Não chega a uma grande parcela dos artesãos, mas tem, a gente não pode dizer que não existe, existe. E outra política são os núcleos de artesanato, centros de artesanato, tanto daqui quanto de Bezerros, que comercializam as peças [...] (BEZERRA, entrevista em 01 de novembro de 2016).

É importante salientar que além das ações desenvolvidas pelo PAPE, Pernambuco isenta o artesão de recolher o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

dos seus produtos, contanto que possua alguma identificação de que é artesão, por isso a importância da carteira do artesão. De maneira geral, encontrei muitos artesãos elogiando a carteira do artesão enquanto estive em campo. Mas um comentário destoou. Ouvi de uma artesã no VII CONTRARTE que, na sua percepção, a carteira do PAB não trouxe benefícios porque o artesão já os tinham com as carteiras de sindicato e associação. Segundo ela, a carteira do PAB só fez enfraquecer as vinculações a essas instituições (Caderno de anotações 19/10/2015).

Diante do exposto, é possível perceber que as ações governamentais realizadas pelos Programas de Artesanato Brasileiro e Programa do Artesanato de Pernambuco possuem as suas atividades voltadas para a comercialização dos produtos. Neste contexto, Meny e Thoenig (1998) chama atenção para o fato de que as políticas públicas nem sempre são traduzidas para o universo do concreto, ficando muitas vezes vinculadas o nível discursivo, por meio de respostas abstratas e simbólicas. Desta forma, pode-se inferir que excetuando o aspecto econômico, os programas brasileiro e pernambucano de artesanato possuem uma política pública simbólica nos âmbitos social, cultural e profissional expressos em seus textos.

Em relação às ações governamentais realizadas pela Prefeitura Municipal de Caruaru, não existe nenhuma ação estruturada realizada pela prefeitura para o trabalhador artesão. Atualmente, a Prefeitura executa as ações relativas ao Projeto Revitalino. A revitalização das calçadas e o estacionamento com 900 vagas já foram entregues à comunidade. Também já foram colocadas placas na frente de 18 ateliês. Mas ainda faltam ser entregues a casa da mulher artesã, o novo pórtico da entrada do Alto do Moura e o centro receptivo. Este projeto tem o intuito de desenvolver o local nos âmbitos turístico e cultural. A presidente da Fundação de Cultura informa que o Revitalino foi adequado para as necessidades específicas do Alto do Moura:

Esse próprio projeto Revitalino ele foi construído, aliás, ele foi elaborado no ano de 2009 com base em necessidades deles, mais anteriores a nossa gestão e foi adequado dentro da realidade. Ele foi todo revisado com base nas necessidades daquela comunidade especificamente (LIMA, entrevista em 06 de outubro de 2016).

Além do projeto Revitalino, as ações pontuais realizadas em relação ao artesanato pela Prefeitura com o Alto do Moura consistem em um contrato permanente que disponibiliza uma pessoa para a limpeza dos banheiros destinados aos turistas, localizados ao lado da ABMAM, o apoio a feiras e eventos, como o dia do artesão, onde a Fundação de Cultura apoia os grupos de dança (mazurca, reisado, maracatu) para a celebração deste dia, além do pagamento de

oficinas de artesanato com o barro realizadas no período junino quando solicitados pela associação.

Como já foi citado anteriormente, os representantes da ABMAM sempre relatam a parceria com a prefeitura e a Fundação de Cultura como algo positivo. De acordo com o Sr. Cícero José:

a gente sempre tamo junto com a Fundação de Cultura e Prefeitura Municipal de Caruaru que é os órgão que vem dando força aqui no Alto do Moura e vem prestando trabalho no Alto do Moura. Por isso a associação tem o maior prazer de ser parceiro da prefeitura e da fundação de Cultura” (SILVA, entrevista em 04 de outubro de 2016a).

Diante do exposto, percebe-se que não existe uma política pública estruturada entre o governo municipal de Caruaru e os artesãos do Alto do Moura. O fato dos dois atores envolvidos elogiarem a relação estabelecida entre eles é mais um indício de que as ações governamentais realizadas se caracterizam como uma política de balcão (SANTOS, 2013).

Além das ações desenvolvidas para o artesanato nas esferas federal, estadual e municipal, é necessário relatar outros aspectos importantes que podem influenciar nas políticas públicas a serem desenvolvidas para o artesão. São elas: o MEI, a lei do artesão, e as demais ações do Sebrae.

O Programa do Microempreendedor Individual (MEI) é uma política pública federal da Secretaria Especial de Micro e Pequena Empresa (SEMPE), estimulada pelo SEBRAE voltada para a formalização das pessoas que se encontram no mercado informal por meio da obtenção de um CNPJ. O MEI “é a pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário, tendo seu registro e tributos simplificados, diferenciando-se das demais naturezas jurídicas” (BRASIL, 2016a, p. 11). Para se enquadrar nessa categoria, só é permitido ter um funcionário, não se pode ser sócio em outra empresa e o faturamento não pode exceder o valor anual de R\$ 60.000,00. A partir da lei complementar 128, de 19 de dezembro de 2008, foram criadas condições para que o trabalhador informal pudesse se formalizar, tornando-se um MEI. Desta forma, é possível obter um CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, possibilitando obter uma conta bancária, empréstimos e emitir notas fiscais, além de fazer parte do Simples Nacional, isentando-se dos tributos nacionais. A pessoa cadastrada no MEI ainda pode ter direito a alguns benefícios sociais como o auxílio-maternidade, auxílio-doença e aposentadoria. O valor pago mensalmente varia de R\$ 45,00 a R\$50,00, dependendo da categoria escolhida (BRASIL, 2016b). De acordo com a SEMPE, o último levantamento realizado, baseado nas informações da Receita Federal, informou que há

6,2 milhões de registros de microempreendedores individuais no Brasil (BRASIL, 2016a, p. 11).

Por fazer parte do mercado informal, os artesãos são potenciais microempreendedores individuais para, desta forma, fazerem parte do mercado formal e contribuírem, de uma maneira simplificada, na arrecadação de impostos. Assim, influenciando também nos indicadores de pessoas desempregadas, por mais que elas continuem almejando um emprego formal. Desta forma, é possível perceber que este programa tenta aumentar a arrecadação por meio da previdência ao formalizar essas pessoas. Consequentemente, pode-se diminuir os gastos do governo prestados em assistência social.

Marisete Silva explica que o MEI aborda uma questão intangível que é dar identidade para quem estava na informalidade. Segundo ela:

Pois é... Então o que é você trabalhar a vida inteira, ser um trabalhador suado, que batalha ali, consertando encanação, um pedreiro, vendendo produtos da Avon, você tá numa ralação danada, sendo artesão, bordando e colocando ali na feira e você não ser nada. Aí nascem as gerações, os filhos de ninguém, certo? Então você não tem uma identidade profissional, fulano é filho de médico, de professor, de não sei o quê e você é filho de quê? De nada. Você é o quê? Nada. Então o MEI, ele tem esse valor intangível, que é, eu sou um microempreendedor individual, eu trabalho por conta própria, eu tenho um CNPJ... O CNPJ é um registro, é um CPF, nasce uma pessoa, vem o registro, nasce um negócio, ali seu registro, é feito a lei do artesão, tá ali um papel, uma coisa que diz, tem, reconhece [...] (SILVA, entrevista em 07 de outubro de 2016b).

Marisete ainda complementa, informando que o MEI, além de cidadania, traz os benefícios para os artesãos devido aos riscos corridos em seu trabalho:

O MEI trouxe muito essa coisa, a gente convive com isso diariamente, além dele ter uma seguridade, você já pensou o que é viver com aquelas faquinhas ali no Alto do Moura, com aqueles martelos, ou ali em Santa Tereza do Chocalho, em Agrestina, que o povo vive entre ferro e brasa ali o dia todo, e você não... Se cortar um dedo, se ferir, adoecer, a mulher que vai ter menino, não ter seguridade, você não é nada, você não é ninguém, é cidadania sim, porque com o MEI, aquela parcela ali você pode comprar, vender, trabalhar sossegado e você pode adoecer até, se aposentar (SILVA, entrevista em 07 de outubro de 2016b).

Thiago Ângelus concorda com Marisete no fato de que o MEI apresenta uma série de benefícios para o artesão que venha a ter interesse, mas ele atenta para alguns cuidados que

aquele artesão interessado em se cadastrar no programa deve ter, caso participe de algum programa social do governo. Ele ressalta:

mas também tem que ter alguns cuidados, porque algum artesão que ele venha ser assistido por algum programa social, algum benefício que ele tenha, a partir do momento que ele se enquadra nesse, que ele tenha esse enquadramento voluntário aqui, ele possa vir perder uma aposentadoria rural, de pesca, enfim, algum benefício como Bolsa Família, Prouni, qualquer programa [...] (BRANDÃO, entrevista em 01 de novembro de 2016).

Marisete Silva menciona que há muita falta de informação a respeito do MEI e dos benefícios sociais e que o Sebrae vai até às instituições dirimir essas dúvidas:

agora, tem algumas coisas do MEI que quem tem Bolsa Família, não faz, quem participa de alguns programas sociais e o povo tem medo de perder a aposentaria. Falta de informação, é muita falta de informação! Então, uma coisa que a gente faz muito é levar essas palestras, se você é um empreendedor e tirar o MEI, o que é que você ganha, o que é que você perde, então a gente tem parcerias com associação comercial, aqui, e em outros municípios com prefeituras, ou com outras organizações e lá a gente instala essa possibilidade de levar essas informações, então tem aquele lugar lá que você vai, tira todas as suas dúvidas, participa de uma palestra, e a partir dali você decide (SILVA, entrevista em 07 de outubro de 2016b).¹⁵

Em 09 de maio de 2016, a reunião mensal da ABMAM contou com a participação de um representante do Sebrae que fez uma palestra sobre o MEI para o público presente, que permaneceu calado ao fim da apresentação, mesmo com o palestrante perguntando se havia alguma dúvida a respeito (Caderno de anotações, 09 de maio de 2016).

Isabel Gonçalves comenta que o MEI é uma ótima política pública, mas ela não se adequa a realidade do artesão:

veio essa história de construção dessa situação do MEI, mas que não foi construída para a gente, é muito bom a política pública, muito boa a do MEI, mas não foi estudada para o artesão ainda, pode ser que se ela melhorar para o artesão, pode ser que ela funcione [...] A minha percepção é que as normativas do MEI, ela é clara, ele tem um teto a ser alcançado, você só pode comercializar até x, você é MEI, depois você se torna micro-empresa, então, olhe para a senhora agora, para o senhor e pergunto, quem é que pode avaliar o valor de uma peça?! Quantas peças hoje valem vinte mil reais? E se um artesão vende uma peça de vinte mil reais por ano, passa do teto do MEI, ele

¹⁵ De acordo com o site do SEBRAE de Santa Catarina, a pessoa que se cadastra no MEI e recebe o benefício do Bolsa família, não será excluída do programa social se a renda da família não for superior a R\$ 140,00 por membro familiar. “Em nosso entendimento caso a renda do MEI supere este valor (faturamento bruto, dividido pelo número de pessoas da família), e que resulte em R\$ 140,00 ou mais por pessoa, o benefício poderá ser cancelado” (SEBRAE, 2016).

vai ser sonegador? Então, a proposta do MEI, ela não foi estudada para o artista artesão, [...]

Aí o que acontece, o que eu vejo do negativo, primeiro, o MEI para nós trabalhadores artesãos, ele veio como destrutivo, porque quando você passa a ser MEI, você passa a ter CNPJ, a nossa categoria, matematicamente, todo mundo sabe, o nível intelectual, o nível de formação acadêmica do artesão é baixa, quando você trata a ser MEI, você precisa de uma política de controle de contabilidade, o artesão por vezes, já vi artesão na feira pegar cheque de cabeça para baixo, e depois diz para mim “Isabel, quanto é que tem aqui?” (BEZERRA, entrevista em 13 de outubro de 2016).

Este é um tema bastante polêmico para os artesãos. Em junho de 2016, participei da reunião da ABMAM, onde foi avisado aos associados que a partir daquele ano, o Sebrae não disponibilizaria mais ônibus para levar os artesãos para a Fenearte, pois agora a instituição estava exigindo o cadastro no MEI para que os artesãos pudessem participar de suas ações, como mostra a ata mensal nº. 135 do dia 06/06/2016:

Sobre a fenearte falamos sobre a contratação de vans pois o ônibus pelo sebrae não será possível este ano. O ônibus vem pelo projeto de artesanato do agreste meridional de PE, um projeto do qual visa transformar o artesão em microempreendedor e por isso a partir de junho de 2016 está sendo necessário a comprovação de artesãos cadastrados com CNPJ para tais benefícios como ônibus, stands e participações em feiras que seja pelo sebrae.

A partir deste momento, não adianta mais usar o CNPJ da ABMAM como se fazia anteriormente, agora é necessário que cada artesão tenha o seu CNPJ para poder usufruir das ações do SEBRAE. Marisete explica que a mudança em relação à solicitação do CNPJ é decorrente das novas exigências criadas pelo Sebrae que agora contabiliza as ações por negócios individuais:

Mudou, como mudou. É o seguinte, o SEBRAE, ele trabalha com..., ele presta contas à sociedade, do dinheiro que entra e do dinheiro que sai, a cobrança dos órgãos de fiscalização do SEBRAE, a gente tem auditoria de meta financeira e de meta física[...] Antes, o CNPJ da associação valia, da cooperativa, que aquele produto era, hoje em dia muitos projetos, muitas origens de recurso não servem mais como comprovação de trabalho realizado (SILVA, entrevista em 07 de outubro de 2016b).

A informação mencionada das mudanças do Sebrae na reunião da associação fez com que um artesão expressasse a sua reprovação com a decisão do SEBRAE. A secretária da

ABMAM mencionou no momento que já tinha sido solicitado à representante do SEBRAE que fosse aceita a carteira do artesão em vez do CNPJ, esta solicitação está sendo analisada (135ª ATA MENSAL, de 06/06/2016). De acordo com a secretária, o projeto do SEBRAE teria como objetivo *“lapidar o artesão bruto para ser empreendedor”* (Caderno de anotações, 06 de junho de 2016). O último levantamento feito no Alto do Moura pela ABMAM e o Sebrae, não havia uma dezena de artesãos, independentemente de ser associado, cadastrados no MEI (Caderno de anotações, 04 de outubro de 2016). Marisete comenta que hoje o número de artesãos cadastrados é *“pouco, muito pouco, mas já tem algum. Não tinha de jeito nenhum”* (SILVA, entrevista em 07 de outubro de 2016b).

A respeito do MEI, Sr. Cícero comenta que os artesãos têm receio, pois *“o pessoal fica com medo das exigências, você vai ser um microempresário. Daí você vai começar, paga isso, paga aquilo. Tem que fazer do jeito deles, aí é como eu te disse: o artesão não gosta de muito acocho demais não”* (SILVA, entrevista em 04 de outubro de 2016a).

O receio das exigências e a reprovação à decisão do Sebrae extrapolam o âmbito da ABMAM e também podem ser vistas no VII CONTRARTE – Congresso dos Trabalhadores Artesãos, em Natal- RN. Lá, presenciei um depoimento de um artesão da Paraíba, informando que devido ao MEI, ele teve que contratar um contador e estava com uma dívida de mais de R\$2.000,00 (Caderno de anotações, 20 de outubro de 2015). Também foi comentado que *“o MEI desfragmenta as associações”*, ao focar apenas no empreendedor individualmente (Caderno de anotações, 20 de outubro de 2015).

Sobre essa questão contábil, Isabel Gonçalves comenta a sua posição de ser contrária ao MEI:

então quando eu digo que sou contra o MEI para o artesão, que não foi preparado para o artesão, é isso, quando ele trata, abre as portas para o MEI, ah, não paga para abrir, é ótimo![...] Com um ano a realidade é outra, ele tem uma responsabilidade fiscal, contábil, que por natureza própria, o artesão, ele não para pra isso, e que hoje, eu gostaria muito que quem é responsável pelo MEI, fizesse uma estatística dos que hoje já estão prejudicados por ter sido MEI... Muito artesão fez, porque uma das imposições do SEBRAE, e eu sou contrária, é que o SEBRAE só pode trabalhar com artesão que é MEI, e como a política pública pode ser excludente? (BEZERRA, entrevista em 13 de outubro de 2016)

Esta decisão do SEBRAE fez com que no VI ENART – Encontro Nacional dos Artesãos, na Fenearte de 2016, fosse feita uma moção de repúdio ao SEBRAE nacional sobre a obrigação do MEI para o artesão, com a CNARTS se posicionando contrariamente à decisão

de excluir artesãos que não tenham o MEI de suas ações (Caderno de anotações, 12 de julho de 2016). Outra moção de repúdio foi feita pelos artesãos da Paraíba, pois para participar do PAB daquele Estado os artesãos de lá são obrigados a se inscrever no MEI. Neste mesmo evento um artesão do Espírito Santo comentou que *“o MEI tem atrapalhado demais. Muitos fizeram o MEI e ficaram endividados. O MEI não tem interesse em saber o que aconteceu com os artesãos”* (Caderno de anotações, 12 de julho de 2016).

O secretário especial da micro e pequena empresa, Ricardo Veiga, estava presente neste evento e comentou que *“o MEI não pode ser imposto”* (Caderno de anotações, 12 de julho de 2016).

Desta forma, é possível perceber como o assunto ‘MEI’ é bem polêmico entre os artesãos sobre os benefícios gerados por este programa, devido aos problemas acima explicitados. Neste sentido, percebe-se que existe uma formação discursiva de associação do artesão ao empreendedor, fazendo com que sejam prevalecidas as ações individuais em detrimento das ações coletivas das associações, por exemplo. Este aspecto vem fortalecer o entendimento de Teixeira (1998a), Meneleu Neto (1998) e Fortete (2012) sobre a influência neoliberal em migrar as pessoas que se encontram em ocupações informais de trabalho para ocupações formais através do MEI, tornando turva a realidade sobre os índices de **desemprego**. Nesse contexto, é possível entender que o **empreendedorismo**, assim como o artesanato são formas de **exército industrial de reserva** para manter ativos as pessoas que não possuem uma ocupação formal tendo os seus direitos trabalhistas e sociais garantidos.

Outro tema que também gera divergências de opiniões é a lei do artesão, podendo ser considerada um divisor de águas na relação entre o PAB e a CNARTS.

Em 22 de outubro de 2015, foi sancionada a lei 13.180 que dispõe sobre a profissão do artesão. Esta lei ainda precisa ser regulamentada para que os direitos e deveres dos artesãos possam vigorar. A partir da promulgação da lei, não há mais diferença entre os conceitos de trabalhador manual e artesão. Para a lei, artesão é “toda pessoa física que desempenha suas atividades profissionais de forma individual, associada ou cooperativada” (BRASIL, 2015a).

A lei também menciona que o artesanato será objeto de política da União, levando em consideração as seguintes diretrizes básicas: valorização da identidade e cultura nacionais; destinação de linha de crédito especial para financiamento para comercialização de produtos e aquisição de matéria-prima e equipamentos; integração do artesanato com setores e programas de desenvolvimento econômico e social; qualificação dos artesãos, apoio comercial com identificação de novos mercados local, nacional e internacionalmente; certificação de qualidade e; divulgação do artesanato (BRASIL, 2015a). A lei ainda aborda a carteira

nacional do artesão atrelando a sua renovação anual às comprovações de pagamento das contribuições para a previdência social e; a criação da escola técnica federal do artesanato.

Isabel Gonçalves comenta a importância da lei para o artesão. De acordo com ela, a lei 13.180

a lei 13.180 nos dá um marco legal. Na lei diz “quem é artesão”, já mata a questão do que eu digo a você, do marco histórico de debater as portarias e os decretos, porque envolvia artesão e trabalhador manual. Acaba essa história de trabalhador manual. Todos nós somos artesãos, desde que nos enquadremos na atividade que nós fazemos. Então, que tipo de atividade de artesanato que você faz é que vai mudar, mas o trabalhador, todos são artesãos. Até aí, a lei, ela ‘pah’, mata! Esse marco legislativo, regulatório foi fundamental. Segundo, ela estabelece que é dever do Estado, se é dever do Estado, nós agora temos condições de quê? Cobrar. Antigamente a gente era perdido, eram ações pontuais (BEZERRA, entrevista em 13 de outubro de 2016).

A partir desse relato percebe-se o marco histórico que a lei do artesão proporcionará para os direitos e deveres da categoria. Para Sr. Cícero, a esperança da lei do artesão está relacionada à aposentadoria. Ele tem “*certeza que vai favorecer muito, numa aposentadoria, quando a gente chegar a se aposentar. O artesanato ser profissão, eu acho que ela vai beneficiar na aposentadoria*” (SILVA, entrevista em 04 de outubro de 2016a).

Marisete Silva chama atenção para o simbolismo que o reconhecimento da profissão tem para empoderar o artesão, ela comenta que a lei do artesão

impacta no reconhecimento da profissão. E para o artesão, quanto isso é importante para empoderá-lo, dele ser um profissional daquilo ali, [fazendo com que o artesão perceba os direitos e deveres relacionados à profissão. Para ela], a lei, ela funciona muito nesse sentido, ele tem que olhar para aquele papel e dizer, tem direito e tem deveres aqui, e eu sou um profissional dessa área (SILVA, entrevista em 07 de outubro de 2016b).

É importante salientar que o PAB tem algumas ressalvas em relação a alguns pontos contidos na lei do artesão, como, por exemplo, a vinculação da renovação da carteira nacional do artesão à comprovação de pagamento da previdência social, assim como, a definição de artesão que define artesão e trabalhador manual da mesma forma. Para Thiago Ângelus, a lei é muito sucinta: “*eu achei genérica, mas acho que já é um passo que foi dado, entendeu?!*” (BRANDÃO, entrevista em 01 de novembro de 2016). Ana Nadiege comenta que as maiores ressalvas são

da definição, que o PAB pensa que tem que ter mais um veio cultural inserido nesse texto e a transformação da matéria-prima bruta em manufaturado, isso seria assim dos pontos bem fortes, e a parte também que o artesão tem que ter uma comprovação do pagamento da previdência para ter acesso a algumas ações e não é bem assim, porque tem aqueles artesãos

que não querem ser empreendedores, não querem ser micro empreendedores, eles querem continuar a fazer, a vender, mesmo porque tem muito que não tem, que não sabem nem ler nem escrever. Eles sabem fazer aquele ofício e muito bem, e que tá dando resultado, então, tudo bem que a previdência é uma coisa que querendo ou não vai voltar para ele um dia, quando ele precisar, que seria a aposentadoria e tal, mas isso aí a lei vai dar a ele, depois de ser regulamentada, porque vai para o Ministério do Trabalho e tem todo um passo a passo, mas assim, você só pode renovar uma ação se você comprovar que você tá pagando, tá em dia com o INSS, tem que ter uma certa calma com essas informações, então acho que a regulamentação é que vai dar mais força a essa lei (SPINELLI, entrevista em 01 de novembro de 2016).

É importante ressaltar que a sanção da lei 13.180 modificou o relacionamento entre o Programa de Artesanato Brasileiro e a Confederação Nacional de Artesãos do Brasil. Antes da publicação da lei havia uma grande animosidade da presidente da CNARTS em relação ao PAB, solicitando maior participação dos artesãos nas políticas públicas para o setor.

Na fase do projeto de lei 7755/2010, era comum encontrar no blog da CNARTS vídeos com Isabel Gonçalves expressando a sua indignação em relação a posição do PAB sobre o projeto de lei e também sobre a atuação do programa, chamando a coordenadora do PAB nacional de ditadora (CNARTS, 2015b), reclamando do

processo de retrocesso e opressão que estamos vivendo com a atual diretoria do PAB na SMPE, [denunciando que] os espaços nas feiras ficam abandonados e o artesão não pode usar, [nem o caminhão para as mercadorias, e informando que] a coordenadora nacional não resolveu nada, a ditadora do PAB nacional. [Dessa forma, ela ainda complementa dizendo que] isso não pode continuar. Nós precisamos ser escutado, pois sem o artesão não existe o artesanato, [no entanto] o PAB ainda não enxergou isso, [então ela convoca a população artesã para que] todos juntos contra a ditadura do PAB da SMPE. Chega de imposição! (CNARTS, 2015b – grifo nosso).

Em outro vídeo do blog, o título é o seguinte: “*Artesãs e artesãos do Brasil, a luta continua, todos juntos contra a ditadura do PAB na SMPE. Chega de imposição, chega de submissão, chega de sermos bonecos de manobra de um programa que até hoje não trouxe melhoria para os artesãos brasileiros*” (CNARTS, 2015c).

Diante desses fragmentos, é possível perceber como a relação entre a CNARTS e a Coordenação Nacional do PAB era hostil. É importante mencionar que Maingueneau (2015) pede-nos para também prestar atenção no não dito. Neste sentido, é importante ressaltar que não havia nenhum comentário no site do PAB sobre apoio ou não ao projeto de lei 7755/10 que regulamentaria a profissão do artesão, ou seja, o beneficiário de suas políticas públicas.

Outro aspecto importante de ser mencionado é que a CNARTS estava articulando a saída do Programa de Artesanato Brasileiro para o Ministério do Trabalho, já que este órgão está presente em todas as unidades federativas, não só nas capitais. A decisão pelo Ministério do Trabalho foi tomada no VI CONTRARTE, no Espírito Santo.

Em 2015, participei do III CONTRARPE, que ocorreu em Pernambuco na mesma época da Fenearte e não teve ninguém representando o PAB participando do evento. Também participei do VII CONTRARTE, em Natal – RN. Neste Congresso Nacional, participaram vários ministros, parlamentares, mas o PAB não estava presente. Uma cena presenciada por mim foi a narrativa de um político mencionando que os artesãos deviam se articular com a economia solidária e com a microempresa. Uma artesã colocou a mão na cabeça e disse “como?”, referindo-se ao fato de que o PAB era sob o domínio da SEMPE e a Secretaria não articula tanto com os artesãos (Caderno de anotações, 19 de outubro de 2015).

Na tarde do último dia do Congresso, a programação parou porque o ministro do turismo e o representante da Secretaria Nacional de Economia Solidária estavam com a Presidente Dilma Rousseff, em Brasília, pleiteando pela sanção da lei do artesão. Os artesãos ficaram eufóricos e começaram a falar palavras de ordem como “*artesão unido, jamais será vencido*”, “*Dilma, sanciona*” e a usar a rede social com o tópico “*#dilmasancionapl7755/10*” com o intuito de fazer uma grande corrente pela sanção da lei. Os rumores no evento eram de que a lei ainda não tinha sido sancionada por causa da SEMPE. A presidente da CNARTS naquele momento comentou que “*tem muito empresário que ganha com esta situação*”, da falta de regulamentação da profissão (Caderno de anotações, 21 de outubro de 2016). A lei do artesão foi sancionada um dia depois do término do congresso, em 22 de outubro de 2015.

Em 2016, depois da promulgação da lei do artesão, esse clima hostil desapareceu. Pela primeira vez, a Coordenação do PAB convidou os artesãos representados por sua Confederação, Federações e o Colegiado Nacional de Artesanato do MinC para juntamente com as Coordenações Estaduais do PAB e representantes do Artesol SEBRAE e especialista, participarem da “1ª Reunião do Programa do Artesanato Brasileiro” (conforme anexos A e B) para debaterem as alterações das portarias que tratam da Base Conceitual do Artesanato. Esse encontro aconteceu em Brasília, entre os dias 4 e 6 de abril de 2016, no auditório do PAB, como pode ser visualizado na imagem a seguir:



Figura 12: Foto da “1ª Reunião do Programa do Artesanato Brasileiro” com a participação dos artesãos
 Fonte: BRASIL, 2016d

Agora Isabel aborda a satisfação de poder conversar com o programa sobre as políticas públicas de artesanato com outro clima.

[...] assim, a satisfação da pessoa que hoje... hoje eu sento a mesa e converso com ela, eu tenho o passado de ter tido tanto choque, mas hoje eu tenho a felicidade de reconhecer onde errei e ela também, e a gente tá construindo. Hoje eu posso dizer assim, ela passa um e-mail para mim dizendo: “essa não é a nossa feira, essa não é feira com a cara da gente, vamos fazer a nossa feira!”, então é uma coisa que nos dá satisfação, então isso advém desse movimento, advém da mobilização e advém também de pessoas conscientes (BEZERRA, entrevista em 13 de outubro de 2016).

Em julho de 2016, outro momento de união aconteceu. O VI ENART contou com a participação maciça do Programa do Artesanato Brasileiro. A coordenadora nacional, juntamente com as coordenações estaduais do PAB, além da presença do principal representante da Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa, o secretário Ricardo Veiga.

É importante ressaltar que neste evento tanto o Secretário quanto a Coordenadora nacional compuseram a mesa de abertura do Encontro juntamente com outras representações importantes do artesanato. No fim deste momento, o Secretário juntamente com os coordenadores do PAB e os artesãos vestiram uma camiseta branca com o título: “#Tamos Juntos” como pode ser observado na figura a seguir:



Figura 13: Foto do VI ENART com Ricardo Veiga (SEMPE), Ana Beatriz Ellery (PAB nacional) e artesãos.

Fonte: Foto da autora

Neste novo cenário, o PAB para Isabel Gonçalves agora é a “cara da mudança”.

A minha avaliação do PAB hoje: a cara da mudança. Nós temos um histórico de um PAB excludente, elitista e manipulador. Esse era o histórico. Como eu disse, hoje o PAB é a história da mudança, o antes e o depois do PAB. PAB era onde o artesão não sabia nem que existia (BEZERRA, entrevista em 13 de outubro de 2016).

Diante dessas novas contingências, existe mais diálogo entre as instituições, onde algumas queixas dos artesãos começaram a ser atendidas. Um exemplo, neste sentido, é a chamada por edital para a seleção de artesãos. Em novembro de 2016, havia no site do PAB, uma chamada por edital para seleção de artesãos para participarem da 27ª Feira Nacional do Artesanato. Esta era uma das principais reclamações da CNARTS a respeito da escolha dos artesãos para a participação nas feiras do PAB. Com esta ação, mais uma vez a presidente da CNARTS se refere à mudança que aconteceu no PAB com “*aplicação de editais, com abertura para uma discussão mais ampla, de parcerias*” (BEZERRA, entrevista em 13 de outubro de 2016). Na figura a seguir, é possível visualizar esta chamada.



Figura 14: Chamada de edital para a participação em feira

Fonte: BRASIL, 2016d

É importante mencionar que Isabel Gonçalves ainda tem queixas ao programa, principalmente em relação ao seu orçamento, e à pulverização das coordenações estaduais do PAB. Sobre o orçamento, a maior queixa é que ele é muito pequeno para as necessidades dos artesãos:

o programa, ele não tem recurso, esse é o grande problema, nós temos um gigante e o recurso que é aplicado para a gente é um recurso para embrião, não é nem para bebê. Então, não tem, mas por quê?! Porque o aporte da estrutura do programa é muito pequeno, eu sempre digo, e isso chocou muita gente quando eu cheguei a dizer ‘o PAB é um programa falido!’, muitas pessoas não entenderam, mas é verdade, porque hoje, por mais vontade que a coordenadora nacional tenha de fazer, ela não tem recurso para fazer, o artesão por sua vez fica lá na ponta, no seu Estado, achando que o PAB Nacional manda recurso para o PAB estadual, e o PAB estadual não faz nada. se você escutar o artesão no Brasil, todos têm essa mesma visão. Hoje, com certo tipo de mudança, porque como categoria e com responsabilidade de falar, a gente já tá falando, oh, não vem recurso não, não tem nem recurso para eles lá, quando é para comprar uma feira tem que ir atrás de migalha, fazer parceria, às vezes, parceria que dá dor de cabeça (BEZERRA, entrevista em 13 de outubro de 2016).

Assim, é possível perceber que os artesãos começam a compreender que o PAB não tem recurso suficiente para suprir todas as necessidades dos artesãos, incluindo a participação em feiras. Na primeira reunião do PAB, Ana Beatriz Ellery mencionou que provavelmente receberia críticas por estar usando recursos para atualização da base conceitual do artesanato em vez de aplicar em feiras, porque o artesão pede sempre que tenha feira (Caderno de anotações, 05 de abril de 2016). Isabel complementa essa questão de orçamento ao dizer que “existem normativas no PAB nacional que não pode ser feita porque não tem recurso, então se torna excludente” (BEZERRA, entrevista em 13 de outubro de 2016), mas também aponta que agora existe mais união para conseguir recursos:

nesses últimos dois anos, a gente tá tentando aí, tá encontrando caminho para crescer. E pode dizer, a gente vai crescer mais, porque eu acho que o caminho que tá sendo dado agora, ele tá dando essa roupagem, agora a gente tá movimentando o Brasil para que todos os Estados mobilizem os seus deputados, para injetar emenda dentro do programa, porque o programa com recurso, e um recurso advindo de emendas que a própria categoria se mobilizou, o programa vai ter sim, a consciência de sentar e construir junto com a categoria esses caminhos, e é isso onde eu me pauto hoje (BEZERRA, entrevista em 13 de outubro de 2016).

Em relação à pulverização das coordenações estaduais do PAB, a contestação de Isabel Gonçalves é que elas ficam localizadas em diversos tipos de secretarias estaduais, como, por exemplo, desenvolvimento econômico; trabalho; cultura etc. O que faz com que a

efetivação das políticas públicas de artesanato nos Estados aconteça de maneiras diferentes e não atendam às necessidades dos artesãos:

então o que é que acontece com o PAB? O PAB ele se esfacela em cada Estado, cada Estado toma para si o que acha que deve fazer, porque não existe uma normativa nacional. Existe legislação, mas cada Estado é ancorado a uma secretaria diferente, e ele não é feito a política de agricultura para o trabalhador rural. O trabalhador rural chega em qualquer cidade, em qualquer Estado, ele sabe que o programa para ele tá ali. É por isso que a gente defendia que fosse um ministério só, é por isso que chegamos e defendemos para ir para o Ministério do Trabalho, se tá na SMPE e começa a mudar, dá a cara de melhoria. Mas que cada Estado esteja dentro dessa mesma Secretaria, se a Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Comércio, então que todo Estado chegue, para que a linha seja uma só, mas o PAB chega em um Estado tá na Cultura, chega outro tá no Trabalho, chega outro, e cada estado... A dificuldade dos artesãos não são diferentes não, é a mesma (BEZERRA, entrevista em 13 de outubro de 2016).

Diante destas práticas discursivas, é possível perceber que após a regulamentação da profissão do artesão, pela lei 13.180/15, houve uma mudança no campo discursivo político-artesanal, devido ao posicionamento do discurso da CNARTS, tomando um pouco de força e sendo levado em consideração para as decisões relativas às ações governamentais voltadas para o trabalhador artesão realizadas pelo PAB. A questão dos discursos dominantes e dominados (MAINGUENEAU, 2015) fica em evidência nesse sentido, devido a mudança de atitude do Programa de Artesanato Brasileiro com publicação da sanção da lei.

Nesta seção foram apresentadas as principais ações governamentais relacionadas com o trabalho do artesão nos âmbitos federal e estadual. Na esfera municipal, não há ações estruturadas e regulares para o trabalhador artesão, embora as solicitações da ABMAM serem, geralmente, atendidas pelos órgãos municipais.

Além dessas ações foram tratados nesta seção dois aspectos relevantes para as políticas públicas direcionadas ao trabalhador artesão, são elas: o programa do microempreendedor individual (MEI) e a lei do artesão. O primeiro trata-se de um assunto bem polêmico para o artesão, devido a alguns problemas mencionados por artesãos que se cadastraram e posteriormente tiveram problemas. O fato do Sebrae exigir que em suas ações só contemplem MEI é um aspecto que não agrada aos artesãos. A lei do artesão surge trazendo mudança no cenário da elaboração de ações governamentais, fazendo com que o PAB agora dialogue com os artesãos sobre a construção de políticas públicas para o trabalhador artesão.

Na próxima seção serão apresentadas as políticas públicas atuantes no Alto do Moura.

4.2.4 As políticas públicas de artesanato atuantes no Alto do Moura

Para poder compreender como as políticas públicas de artesanato se faziam presentes para os artesãos em barro do Alto do Moura, solicitei a minha participação nas reuniões da Associação dos Artesãos em Barro e Moradores do Alto do Moura – ABMAM – para, por meio das práticas discursivas dos seus sócios, entender a produção de sentido.

Ao participar das reuniões da ABMAM, foi possível identificar as principais ações governamentais pelas quais os artesãos em barro do Alto do Moura são beneficiados. Entre elas, encontram-se a emissão da carteira do artesão, a isenção de ICMS na emissão da nota fiscal, apoio a feiras e o projeto Revitalino. Queiroz (2009, p. 145) relembra que ações são os projetos e as atividades. Os projetos são ações com início e final definidos enquanto as atividades são ações que ocorrem continuamente.

No Estado de Pernambuco, os trabalhadores artesãos, devidamente identificados pela carteira nacional do artesão ou por uma carteira emitida por outra entidade que afirme que eles são artesãos, são isentos do pagamento do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) ao emitir a sua nota fiscal. A ABMAM promove viagens do Alto do Moura para o CAPE, em Recife, para aqueles artesãos interessados em obter a sua carteira, facilitando o acesso deles até o local. Geralmente essas viagens são avisadas nas reuniões da associação informando data e valor da viagem. Para o artesão ter acesso a esta isenção no estado de Pernambuco ele não necessariamente precisa ter a carteira do artesão relacionada ao SICAB. Se ele tiver uma carteira de outra instituição que certifique que ele é artesão, a isenção do imposto na emissão da nota fiscal já é válida. A ABMAM (Associação dos Artesãos em Barro e Moradores do Alto do Moura) confecciona a carteira do associado que pode ser categorizada em artesão ou morador.

Para os artesãos, a isenção desse imposto é importante, pois se algum deles for parado em uma fiscalização e não tiver o carimbo de isenção na nota, ele terá que pagar multa e o imposto, além da possibilidade da mercadoria ficar retida. Do período que participei das reuniões mensais da associação (julho/15 a outubro/16), quinze pessoas se associaram. Dessas, onze foram cadastrados como artesãos, o que podemos inferir a relevância de ser identificado como artesão para as suas atividades profissionais.

Na última reunião que frequentei da associação, presenciei a solicitação da carteira por um artesão. Segundo os presentes na associação, ele já era artesão há oito anos e não possuía a carteira. Ele já havia sido convidado para participar da associação, mas não demonstrava

interesse. Na semana anterior a reunião, este artesão foi parado em uma fiscalização e a carteira de artesão foi solicitada para a comprovação da isenção de ICMS e ele não a possuía. Faz parte do rito da ABMAM perguntar aos presentes se aquela pessoa que solicita a carteira de artesão ou morador do Alto do Moura realmente faz parte daquela localidade. Ao ser perguntado à plenária se este solicitante da carteira era realmente artesão, ele rapidamente disse “*se não for a carteira de artesão, eu também não quero não*” (Caderno de anotações, 03/10/2016), referindo-se à carteira de morador, porque ela não resolveria o problema tributário dele e, conseqüentemente, a comercialização de suas peças. Em outra reunião, a solicitação de outro candidato a sócio gerou polêmica, pois os participantes da reunião ficaram em dúvida se ele era artesão, já que a maioria das pessoas o reconhecia como oleiro, mas não como artesão. Neste momento, o candidato a sócio respondeu: “*ou oleiro ou artesão. Eu quero ser sócio*” (Caderno de anotações, 03/08/15), mostrando o seu interesse em participar da associação vinculado ao ofício do barro.

Assim, é possível perceber pelos enunciados acima mencionados que provavelmente o primeiro solicitante não tinha interesse em se cadastrar na associação como morador, mostrando um possível desinteresse pelas ações que acontecem na localidade onde mora. Por outro lado, aparentemente, o outro morador já era mais conhecido na comunidade, pois não se questionou a possibilidade de emitir a carteira de morador para ele. Embora ele já fosse reconhecido como um trabalhador do barro, o fato aqui era caracterizá-lo como artesão, haja vista que os artesãos que participam das reuniões da associação prezam para reconhecer como artesão apenas aqueles que trabalham manipulando o barro para criar peças, o que pode denotar uma preocupação em preservar a **identidade** do artesão. Em algumas reuniões, os participantes já comentaram que na época da Copa 2014 muitas pessoas que não eram artesãos, obtiveram a carteira para ser privilegiado por benefícios públicos vindos para os artesãos desta região.

Um aspecto importante mencionado por Maingueneau (2015) e Orlandi (2009) é também prestar atenção naquilo que não foi dito. Quando o segundo candidato, diz que quer ser oleiro ou artesão, contanto que seja sócio. O não dito pode revelar que ele deseja ser sócio para ter acesso a isenção de ICMS, pois o oleiro também é considerado artesão em outras localidades, como também pode revelar que ele tem apenas o interesse em associar-se à entidade.

Diante do exposto, é possível perceber que a **carteira do artesão** é uma dimensão encontrada que favorece dois efeitos para os artesãos do Alto do Moura, são eles o

reconhecimento de sua **identidade** como artesão e, por decorrência, a **comercialização** de seus produtos.

Em relação às ações relacionadas com o apoio à participação de feiras para exposição e comercialização do seu produto, é possível perceber que tal participação decorre por meio de *stand* geralmente cedido pelo SEBRAE ou pelo governo do Estado, onde alguns artesãos da localidade participam. Quando o *stand* é cedido para a ABMAM, a associação faz um sorteio dentre os sócios que estejam quites para escolher quem será contemplado. Quando o *stand* é individual, o próprio artesão faz a sua inscrição para poder ser selecionado e participar da feira. Às vezes, o artesão se inscreve e busca auxílio na ABMAM para a realização da inscrição, pois nem todos sabem utilizar ou tem acesso à internet, o que pode denotar ainda o baixo nível de escolaridade de uma parte da população do local.

Quanto ao transporte das mercadorias dos artesãos para as feiras, geralmente as entidades governamentais realizam, podendo ser um transporte cedido pelo SEBRAE ou pela Prefeitura de Caruaru.

Em relação à Prefeitura de Caruaru, geralmente a parceria ocorre por meio da Fundação de Cultura de Caruaru. Esta colabora com o apoio a feira e outras atividades com a associação dependendo da solicitação destes, não havendo ações efetivas e programadas contemplando o artesanato do Alto do Moura. A presidente considera a ABMAM uma associação organizada e que as parcerias realizadas entre a fundação de cultura e a associação são justas.

E eles são bastante organizados para isso. O exemplo disso é a própria associação dos moradores do Alto do Moura e eles buscam sempre essas parcerias aqui com a Fundação de Cultura, eles sempre buscam apoio para realização dessas atividades. Isso daí eu acredito que já consiste, já compõe uma forma muito justa de realizar essa parceria (LIMA, entrevista em 06 de outubro de 2016).

Outra forma encontrada de apoio a ABMAM pelo governo municipal é a contratação de uma pessoa para limpeza dos banheiros. Por solicitação da ABMAM, a Fundação de Cultura de Caruaru auxilia a associação com o contrato permanente de uma pessoa responsável pela limpeza dos banheiros que são disponíveis para os turistas, na sua parte externa. Além disso, nos fins de semana de junho, época do São João, são oferecidas oficinas de artesanato com o barro para que os turistas tenham a oportunidade de modelá-lo. Os oficinairos também são pagos pela Fundação de Cultura. Não existe um planejamento dessas oficinas, geralmente a verba para ela é disponibilizada em cima da hora fazendo com que a associação não se planeje, convidando os artesãos que têm disponibilidade naquele momento,

em vez de anunciar nas reuniões da associação para que outros artesãos também interessados possam participar. Presenciei na reunião posterior ao São João, associados reclamando da falta de transparência da associação em anunciar que essas oficinas seriam ofertadas e a justificativa foi que a deliberação da Fundação de Cultura aconteceu sem tempo hábil.

Neste sentido, é possível perceber que as ações praticadas pelo governo municipal de Caruaru referem-se à política de balcão, decorrente de troca de favores e conhecimento entre os atores que precisam e a entidade governamental (SANTOS, 2013). Não havendo, portanto, uma política pública que possua conteúdo, programa, orientação normativa, fator de coerção e competência social (MENY, THOENIG; 1992).

A outra ação governamental encontrada no Alto do Moura trata do Projeto Revitalino. Como já dito anteriormente, este projeto decorre de uma emenda parlamentar do deputado federal Wolney Queiroz, foi iniciado em 2014 e deveria ter sido finalizado em um período de doze meses. Sobre o Projeto Revitalino, Lúcia Lima explica:

[...] com o perfil específico de desenvolver, de fortalecer a atividade cultural e turística do local nós temos grandes projetos, como é o caso do projeto Revitalino que foi apenas implantado, apenas uma pequena parte do projeto foi realizado. Nós não temos aí eu acredito que 50% complementado. É um projeto imenso que vem trazer transformações muito positivas naquela localidade. (LIMA, entrevista em 06 de outubro de 2016).

De acordo com a presidente da Fundação de Cultura, o projeto Revitalino que está sendo implantado no Alto do Moura tem o intuito de fortalecer as suas atividades turísticas e culturais, causando transformações positivas para a comunidade.

Esse projeto não atinge apenas os artesãos, ele é do interesse dos moradores do Alto do Moura também, pois interferiu nas calçadas das ruas principais do Alto do Moura. Com a padronização das calçadas e a revitalização dessas ruas, os moradores e comerciantes se sentiram prejudicados na época desta obra, pois iria coincidir com a época da semana santa - feriado que o Alto do Moura também tem um bom movimento de turistas -, além de mudanças no trânsito alterando a permissão de locais para estacionamento dessas ruas, etc. Das reuniões que participei na ABMAM, uma das que mais receberam pessoas foi aquela quando a equipe do projeto foi falar com a população sobre essa parte da obra. Muitas pessoas participaram questionando justamente sobre os temas que mencionei anteriormente. Devido a problemas de desistência da empresa contratada para execução das obras, os transtornos foram ocasionados por mais tempo nesta região, coincidindo com épocas de chuva, ocasionando alagamentos, o que foi alvo de reclamação dos moradores com os representantes governamentais.

Geralmente participavam das reuniões a equipe responsável pelo projeto juntamente com o secretário de obras e o secretário de participação social do município. Enquanto estive fazendo pesquisa de campo, presenciei três reuniões com participação de todos ou de alguns desses representantes, dialogando com a comunidade sobre as mudanças feitas que eram decididas na reunião da associação com a aprovação daqueles que estavam presentes, como o novo design do pórtico, a sugestão dos nomes dos mestres artesãos que ficarão registrados na calçada da Casa Museu Mestre Vitalino, ou o sentido da via pela qual os veículos passarão pela rua principal que se tornará via de mão única.

Em junho de 2016, foi entregue à população o estacionamento e a etapa das calçadas. Ainda faltavam ser entregues ao Alto do Moura o receptivo de informações, o novo pórtico do local e a casa da mulher artesã. Em setembro do mesmo ano foram instaladas algumas placas nas calçadas com a indicação de que naquele local havia um ateliê de um artesão do barro. Na reunião que participei em 03 de outubro de 2016, algumas pessoas associaram a aplicação das placas com o período eleitoral, pois elas foram colocadas duas semanas antes do primeiro turno das eleições municipais. Outros artesãos se sentiram prejudicados por não terem sido pleiteados com aquelas placas naquele momento.

É importante mencionar que a Associação dos Artesãos em Barro e Moradores do Alto do Moura buscam soluções que não dependam do poder público. Na reunião de 01/08/16, os sócios procuravam uma solução para colocar guias turísticos que mostrassem o Alto do Moura para os turistas.

Diante do exposto, pode-se perceber que as ações governamentais realizadas pelo município são voltadas para uma formação discursiva de **incentivo ao turismo**, por meio de **ações viabilizadoras do turismo**, como, por exemplo, o pagamento da limpeza dos banheiros, a realização de oficinas de artesanato em barro no mês das festas juninas, assim como o projeto Revitalino que contempla a identificação dos ateliês, revitalização das calçadas, estacionamento no local, além da promessa de um receptivo de informações, a casa da mulher artesã e a mudança do pórtico da entrada do Alto do Moura. Assim, conforme mencionado anteriormente por Rocha (2014), as atividades relacionadas com o turismo cultural trazem visibilidade ao Alto do Moura.

Outro assunto abordado é a descaracterização do artesanato e do Alto do Moura. Em relação ao local, a construção de casas com cerâmica vai descaracterizando o centro de artes figurativas. Neste contexto voltado para o aspecto turístico, é importante mencionar que as práticas discursivas governamentais evidenciam a relevância de que o Alto do Moura não

perca a sua caracterização, pois isto é o que faz o local diferente dos demais, fazendo com que os turistas decidam por viver essa experiência no Alto do Moura.

eu incentivaria todas aquelas pessoas que estão construindo suas oficinas, construindo suas casinhas. Não rebocarem suas casas, fazerem todas com tijolo aparente, não usar cerâmica, não construir nada vertical. Utilizarem cerquinhos de madeira de ripa, eu acho que isso daí deixa o ambiente, porque o turista quando ele vem de outra localidade, principalmente o turista internacional ele vem buscando isso. Ele não vai querer vir para Caruaru para conhecer um centro turístico de artesanato que ele encontra em fortaleza, ele encontra em São Paulo, ele encontra em Natal Rio grande do norte, que ele encontra em todos lugares centro turístico sim. Mas que a gente possa ofertar essa ambientação genuína nossa (LIMA, entrevista em 06 de outubro de 2016).

É importante mencionar que a presidente da Fundação de Cultura embora se posicione a favor da manutenção da caracterização do Alto do Moura como um lugar rural, encontrado na época de Vitalino, ela ressalta a importância da decisão dos moradores do local para isso, pois

E isso daí é importante pra se mostrar, para se vivenciar, são experiências que a gente precisa estar sempre lembrando. Mas, a gente não pode também pegar um morador de hoje e dizer assim: você vai ter que construir um casa igual a essa. Não tem como ser dessa forma. Eles precisam também não serem alienados no sistema de desenvolvimento global (LIMA, entrevista em 06 de outubro de 2016).

Assim, é possível perceber que embora haja um interesse governamental na manutenção da caracterização do local, o governo entende que deve haver o interesse do morador para que essas ações aconteçam.

As ações de **apoio a feira** por meio de cessão de transporte podem ser entendidas como uma forma de auxiliar a comercialização dos artesãos da região. Desta forma, é possível compreender que o apoio a feiras é uma dimensão que favorece o efeito da **comercialização**, pois criam condições de o artesão vender as suas peças.

Essas são as principais ações governamentais que atualmente são encontradas no Alto do Moura. É importante mencionar que no Alto do Moura também ocorrem outras ações governamentais decorrentes de projetos desenvolvidos por produtores culturais da região como o Ponto de Cultura e o Cine Mais Cultura em 2009. Por meio desses projetos, é possível perceber que diferente das ações que envolvem o trabalho do artesão, as ações culturais se destinam ao resgate e valorização das tradições culturais locais.

Em outubro de 2016, outro produtor cultural aprovou um projeto que envolve o Alto do Moura. Por meio do Funcultura, o projeto tem como objetivo fazer um inventário do ofício dos artesãos e artesãs da localidade (PERNAMBUCO, 2016e).

Diante do exposto, é possível perceber as ações governamentais que atuam no Alto do Moura. Esta seção e suas subseções tinham como objetivo descrever e analisar os discursos das políticas públicas de artesanato para o trabalho que se relaciona com o contexto do Alto do Moura. Espera-se que a partir da apresentação da trajetória dos trabalhadores artesãos para o reconhecimento de sua profissão, das políticas públicas em suas diversas esferas de governo e das ações governamentais encontradas no Alto do Moura tal objetivo tenha sido contemplado. A próxima seção apresentará as práticas discursivas relacionadas com a reprodução da força de trabalho dos artesãos do Alto do Moura.

4.3 As práticas discursivas relacionadas com a reprodução da força de trabalho do artesanato no Alto do Moura

Esta seção tem o intuito de responder ao segundo objetivo específico desta tese que consiste em “descrever e entender como ocorrem as práticas discursivas relacionadas com a reprodução da força de trabalho do artesanato no Alto do Moura”. Para alcançá-lo, é preciso compreender como se deu o início das atividades dos artesãos no Alto do Moura, como esse ofício é ensinado aos demais e o modo de produção das peças artesanais. É importante mencionar que a definição operacional (DO) do termo “reprodução da força de trabalho” nesta pesquisa é compreendido pelo modo como os artesãos transmitem os seus saberes para os novos artesãos na comunidade do Alto do Moura.

Como já foi citado anteriormente, a vocação de trabalho artesanal com a cerâmica ocorre há bastante tempo, provavelmente, influenciados pelos índios *kariris* que habitaram a região do Alto do Moura. Até a década de 1940, a atividade ceramista era dedicada às mulheres para a confecção de peças utilitárias. Esse contexto só veio a ser modificado a partir do sucesso de Mestre Vitalino com a elaboração de suas peças figurativas, fazendo com que esta atividade artesanal fosse desenvolvida pelos homens gerando uma migração do trabalho na agricultura para a atividade artesanal (LIMA, 2001). Essa vocação ceramista pode também ser percebida como uma forma de divisão social do trabalho (MOHUN, 2012; MARX, 1980) caracterizada pela forma como o trabalho social é organizado.

Da época de Mestre Vitalino para os dias atuais, algumas mudanças aconteceram no Alto do Moura. Diferentemente daquele momento onde a região era um distrito que abrigava poucas famílias que trabalhavam com o artesanato utilitário, iniciando a produzir o artesanato figurativo, para hoje um bairro que abriga milhares de pessoas, cuja localidade reproduz o título de maior centro de artes figurativas da América Latina pela Unesco. Fato que precisa de comprovação, mas que continua sendo mencionado mesmo assim. No local do antigo distrito, fica concentrada a população artesã.

O caso do Alto do Moura é bem semelhante a circunstância mencionada por Canclini (1982). Antes um distrito da zona rural de Caruaru, que já possuía uma atividade artesanal da cerâmica para fabricação de utensílios, migra para o centro de artes figurativas a partir das peças criadas por Vitalino Pereira dos Santos que reproduziam cenas cotidianas de sua realidade. Outrossim, o artesanato tornou-se atividade principal na região, fazendo com que muitas pessoas privilegiassem o artesanato em relação à produção rural. Assim como também a atividade artesanal influenciou no retorno daqueles que foram tentar outras atividades profissionais fora da localidade, voltando a trabalhar com o artesanato e mantendo as pessoas no Alto do Moura (LORÊTO, 2016) ou atraindo outras para se fixarem na região.

Lúcia Lima ressalta a importância de Mestre Vitalino para a transformação do Alto do Moura em um centro de artes figurativas:

Eu lembro do Alto do Moura na minha infância eu entrava numa rua onde, há apenas calçada era a via principal e as adjacências eram todas de terra. Cada oficina daquela continha no fundo um forno artesanal lindo, quando você passava pela calçada e entrava pela oficina você já sentia o cheiro da lenha queimando, você muitas vezes ouvia o fogo, a madeira queimando, estalando no barro. Eu consigo às vezes até sentir aquela emoção, e está tudo registrado na minha mente porque eu tive a felicidade de vivenciar isso. E a maioria, eu não vou te dizer que só existia isso, a gente encontrava palha, couro, alguns artefatos de outros tipos, mas, essencialmente a gente tinha barro, o boneco de barro. Cada um já despontando, porque o papel de Vitalino, não foi fazer, criar seguidores para fazer o boneco dele, ele despertou na sociedade a vocação artística da produção do barro (LIMA, entrevista em 06 de outubro de 2016).

A partir do exposto, é possível perceber a relevância do Mestre Vitalino para uma nova utilização da cerâmica no Alto do Moura, atraindo novas pessoas para trabalhar com este tipo de artesanato na região.

O artesão Cícero José, vice-presidente da ABMAM, comenta como o entorno do Alto do Moura mudou:

Mudou, mudou sim, há 20 anos eram poucos artesões, agora a gente vê aqui no Alto do Moura que tem uma faixa de uns 600, 700 artesão. E há 20 anos passados eu acho que não tinha 50 artesão no Alto do Moura. Eu lembro que quando eu era novo trabalhando no artesanato,

era poucas pessoas que trabalhava no artesanato e agora não, agora tem também o pessoal que vem morar no Alto do Moura e rapidinho aprende a trabalhar com artesanato e aí já vai mudando, vai aumentando o número de artesão (SILVA, entrevista em 04 de outubro de 2016a).

Diante da exposição do artesão, verifica-se que algumas mudanças aconteceram no Alto do Moura em comparação à época de Mestre Vitalino decorrentes de um aumento populacional em relação à quantidade de pessoas que trabalham com o artesanato em barro e habitam o Alto do Moura. Como é sabido, foi por meio do Mestre Vitalino que o artesanato figurativo surgiu no Alto do Moura. A partir do trabalho realizado por ele e sua família, além de pouquíssimas famílias que começaram a trabalhar com este tipo de cerâmica naquela época, devido a influência do artesão mais famoso da região e, desta forma, a produzir as suas peças. O tempo passou e o contexto mudou. Em 2006, o IPHAN informou que aproximadamente 1.000 pessoas trabalhavam naquela região em contato com o artesanato em barro. De acordo com um levantamento feito pelo SEBRAE, 96% das pessoas residentes neste local estão envolvidas com o barro de alguma maneira. Em junho de 2015 havia 302 artesãos nessa região (LIMA, 2016a, SILVA, 2016b).

Desta forma, é possível perceber que o ofício do artesanato também foi repassado com o tempo para outras pessoas dentro das famílias. De acordo com o artesão Cícero José,

o ofício do artesanato [...] vem do Mestre Vitalino, os nossos pai aprenderam com o mestre Vitalino e passou pra gente que chama artesão de 50 e 60 anos. Todos eles aprenderam com o nossos pais, eu mesmo aprendi com meu pai, muitos e muitos artesão do Alto do Moura que aprenderam com o pai e aí a gente já passa para nossos filho, nossos neto [...] (SILVA, entrevista em 04 de outubro de 2016a).

De acordo com Marisete Silva, representante do Sebrae em Caruaru, as famílias incentivam as crianças a manipularem o barro assim como Vitalino fazia em sua infância. Então, desde pequeninas, essas crianças começam a ter familiaridade com a matéria-prima essencial para dar continuidade ao artesanato produzido na localidade.

As crianças do Alto do Moura, eu acho que se tirar o barro da mão, elas morrem, porque isso é passado com muito amor para elas. Sabe?! Elas choram para brincar com barro, então... E tudo se mantém, se você conversar com aquelas pessoas ali, a idade média da época de mestre Vitalino que se começava a fazer as primeiras peças, era 6, 8 anos, continua desse mesmo jeito, é 6, 8 anos (SILVA, entrevista em 07 de outubro de 2016b)

Sr. Cícero corrobora com o discurso de Marisete, ao mencionar que “*em casa, sempre a gente está passando isso para os filhos, ensinando a ele, mandando eles fazer, conversando*

com a criançada de casa, ele já começa a aprender” (SILVA, entrevista em 04 de outubro de 2016a).

Pelo exposto, verifica-se que uma das formas da **transmissão de saberes** sobre o ofício do artesanato é passado para as pessoas da nova geração quando elas ainda são crianças, assim como aconteceu com Vitalino. Assim, é possível perceber inicialmente a expansão do ofício dos artesãos da região decorreu da transmissão de saberes dentro da família, onde os pais ensinavam a atividade artesanal aos seus filhos, fazendo com que houvesse uma ampliação do número de artesãos que trabalhavam na região.

Atualmente, ao frequentar o Alto do Moura, é possível perceber que a produção de artesanato continua muito relacionada com os núcleos domésticos, havendo, em certa medida, uma interação entre eles, uma vez que membros dessas famílias acabam se casando com membros de outras famílias dessa mesma época. Além dessa configuração, é preciso salientar que existem muitos outros artesãos trabalhando juntos com o barro, sem necessariamente um vínculo familiar, reforçando o que Rocha (2014) evidenciou em seu estudo na localidade como grupos domésticos, sejam eles familiares ou não.

Esta reprodução biológica e social favoreceu a **reprodução da força de trabalho** dos artesãos em barro do Alto do Moura, devido ao quantitativo de pessoas que trabalham com o barro na região, corroborando com a informações citadas por Marx (2014).

A outra maneira de ensinar a atividade artesanal ocorre por meio de oficinas. De acordo com Sr. Cícero, é também a partir das oficinas na escola do bairro (que leva o nome do artesão precursor do artesanato figurativo) que às sextas-feiras, durante duas horas, as crianças participam de palestras para compreenderem a importância do artesanato em barro, além de aprenderem a trabalhar com o barro. Segundo o artesão,

é duas horas de duração, e aí a gente passa 2 horas no colégio ensinando toda sexta-feira e aí a criançada a gente vê aquele incentivo que a gente passa pra eles, a gente vê aquela alegria deles, aonde eles estão fazendo aquelas pecinhas, a gente sempre conversando com eles, também aproveitando a hora da oficina com a criançada, a gente aproveita pra dar uma palestra. Falar da gente quando começou, falar pra eles eu comecei fazendo esses boinhos pequenos que vocês estão fazendo, aí eles diz: e aquelas peças grandes que o senhor faz? Sim, aquelas você vai chegar também lá. Aí muitos deles diz: eu queria ser mestre! Sim, vamos trabalhando, vamos aprendendo que um dia você vai chegar a ser mestre na arte do barro. E aí eles vão criando aquela coragem, aquela vontade de trabalhar com artesanato, porque aí você não pode somente dar a oficina não, você na oficina, você tem que ter a palestra aonde você vai mostrar a eles, quem era você antes que não sabia fazer e porque você começou, meu pai me ensinou, meu pai me incentivou a começar a fazer [...] eu dou muita oficina e aí, a hora das oficina é aonde a gente se preocupa mais com o artesão novo pra

que eles aprenda né, essa juventude, pra que eles aprendam o artesanato” (SILVA, entrevista em 04 de outubro de 2016a).

Diante desse discurso, é possível perceber a importância que as oficinas de artesanato realizadas por Sr. Cícero têm para a perpetuação da arte do barro no Alto do Moura. É por meio desses encontros que o artesão vai transmitindo os saberes para as novas gerações em manter a tradição do Alto do Moura de ser um centro de artes figurativas.

Ao tentar compreender como ocorre a reprodução social da força de trabalho dos artesãos em barro do Alto do Moura, percebe-se que ela decorre por meio da **transmissão de saberes** em aulas dadas em oficinas de artesanato com o barro realizadas com as crianças em suas escolas ou através dos grupos domésticos familiares.

Esta situação é corroborada por Althusser (1970) sobre a reprodução de conhecimento perpetuando a sua formação social, ao produzir e reproduzir as condições de produção deste ofício, mas também por Canclini (1982) que enfatiza a importância da ação dos indivíduos para se adaptar às mudanças geradas por essa reprodução.

Outro aspecto percebido durante a pesquisa é o fato de que o jovem artesão não tem mais tanto interesse em continuar trabalhando com o barro nos dias atuais. Embora haja uma quantidade bem maior de artesãos do Alto do Moura quando comparada à época de Mestre Vitalino, este número já não é tão expansivo assim. Ao fazer uma análise das gerações de artesãos que iniciaram o seu trabalho na arte figurativa na época de Vitalino, Rocha (2014) comenta que algumas famílias já não possuem tantos herdeiros da terceira geração envolvidos com o artesanato em barro, o que pode evidenciar a falta de interesse das novas gerações em permanecer na atividade artesanal relatada por Pereira (1979).

Por outro lado, existem famílias que tem muitos membros de gerações diferentes envolvidos com a atividade artesanal. Marisete Silva menciona que sobre outras famílias, ela não sabe informar, mas em relação à família do artesão José Caboclo, ela garante que existem muitos descendentes engajados com a arte do barro. De acordo com ela “*se os netos não são artesãos,[...] eu sei muito bem da família de seu José Caboclo, que é a família de Marliete, que ali de neto, a bisneto, a tataraneto, ali tá garantido*” (SILVA, entrevista em 07 de outubro de 2016).

A partir do exposto, é possível perceber formações discursivas distintas sobre o interesse das novas gerações das famílias tradicionais de artesãos no Alto do Moura. Embora seja percebido que, de maneira geral, os membros mais novos da família estão menos

vinculados à atividade artesanal, na família do artesão José Caboclo, o ofício do artesanato perpassa várias gerações diferentes.

É importante salientar que em Caruaru há diversas instituições de ensino superior, o que pode favorecer a elevação do nível de escolaridade das pessoas da comunidade fazendo com que elas percebam a possibilidade de seguir outra atividade profissional que não esteja vinculada ao ofício artesanal do barro. Próximo ao Alto do Moura existe um Distrito Industrial onde muitas indústrias são localizadas, além de um instituto federal de ensino tecnológico, o que ressalta a proximidade com o local caracterizado pela produção de artesanato. Além dessas instituições adjacentes ao Alto do Moura, Caruaru possui outras instituições de ensino superior públicas e privadas, o que aumenta a possibilidade de sua população seguir outras carreiras profissionais.

Em uma das reuniões que participei da associação, um artesão me disse que “*quem tem uma leiturinha, não quer mais ser artesão não*” (Caderno de anotações, 03 de outubro de 2016). Um exemplo neste sentido, foi mencionado por Luciana de Holanda, coordenadora de feiras e eventos da Fenearte. Segundo ela, um artesão conhecido do Alto do Moura, depois que começou a estudar, diminuiu o seu interesse em vender artesanato. Primeiramente o artesão deixou de participar da Fenearte, se dedicando a fornecer suas peças para o Centro de Artesanato de Pernambuco (CAPE). Quando indagado pelas pessoas do CAPE por que não queria participar mais da feira, sua resposta foi que ele estava estudando e o valor recebido das peças vendidas no CAPE daria para lhe manter. Posteriormente, ele abriu um estabelecimento comercial e não repôs mais as peças no Centro de Artesanato (FERREIRA, entrevista em 01 de novembro de 2016). Segundo Luciana,

antigamente a gente tinha uma quantidade muito grande de peças [deste artesão] aqui, hoje em dia a gente tem pouquíssima... Eu liguei para lá, para a captação e ela disse, hoje [ele] não traz mais. [...], aí abriu uma farmácia, aí já saiu do ramo de artesanato, já tem um outro tipo de atividade (FERREIRA, entrevista em 01 de novembro de 2016).

Este fato citado por Luciana de Holanda vem ao encontro da situação mencionada por Vitorino (2013) em um estudo sobre o Mestre Manoel Galdino. A autora relata que no momento, a única pessoa que reproduz a obra dele é o seu filho, Joel Galdino. Na família do mestre de esculturas grotesco-fantásticas, os outros filhos trabalhavam com o barro divulgando a obra dele, mas os dois já faleceram. Além de Joel, um neto de Manoel Galdino ainda trabalhava com o barro, entretanto, seguia o estilo de Vitalino. Contudo, atualmente ele não é mais artesão, pois foi conseguiu um emprego na indústria e abandonou o ofício artesanal.

Para o Sr. Cícero, a globalização e o acesso à tecnologia e aos estudos são fatores que influenciam na escolha profissional dos jovens. O artesão acha que o interesse da juventude no artesanato

é muito pouco por conta desta globalização que tem, a mudança de vida, os jovens agora só querem computador, só querem celular do grande, a gente na época nossa não tinha, era só o barro, o interesse era trabalhar no barro pra ganhar dinheiro para sobreviver. Os jovens agora têm o estudo. A gente sempre apoia o estudante porque é o cidadão do amanhã, não é? E também eles querem emprego bom, querem trilhar pela vida da medicina, essas coisas [...] (SILVA, entrevista em 04 de outubro de 2016a).

Segundo Sr. Cícero, o interesse dos jovens mudou diante de um mundo globalizado, onde estudar é importante. A partir da sua explanação, é possível perceber que o artesão entende que atualmente os jovens têm acesso a alternativas de trabalho que remunerem mais do que o artesanato, fazendo com que diminua a busca por este ofício que, segundo o artesão, só gera renda para a sobrevivência. Para ele, um “emprego bom” seria na área da medicina.

Nesse contexto de mudanças, Lúcia Lima comenta que

as oportunidades chegam, as famílias crescem e ideias novas vão sendo implantadas também. O Alto do Moura não é só, ele é considerado um dos maiores centros de artes figurativas que é um produto de barro, cerâmica propriamente. Mas, a gente hoje tem produções de outros tipos de artesanato e na região toda. Então eu creio que esse quantitativo ele deve estar aí com uma diferença mínima entendeu, até porque antigamente a família do Alto do Moura ela era essencialmente artesã. Hoje a gente tem outros profissionais lá, tem pessoas de famílias artesãs que tem outra profissão também (LIMA, entrevista em 06 de outubro de 2016).

Para Lúcia Lima, as famílias vão se reproduzindo, aumentando o número de pessoas que habitam aquela região e elas percebem outras oportunidades além do artesanato em barro, atuando em outras profissões.

Entretanto, os discursos dos entrevistados também mencionam a possibilidade dessas pessoas conciliarem essas novas profissões com o exercício da atividade artesanal, ressaltando inclusive a identidade do artesão.

Marisete Silva comenta que esse novo perfil de artesão ou morador do Alto do Moura que tem uma educação formal é muito ligada ao local, fazendo com que perpetuem a tradição do barro no Alto do Moura.

E eu acho que vai demorar um bocado de tempo, porque ali é muito família, naquele miolo, eles até não gostam quem chama corredor cultural do Alto do Moura, há quem não gosta disso, mas naquele miolo ali, ali ainda tem muito anos de preservação daquela cultura, porque felizmente, apesar da cara do artesão hoje ser outra, é bem comum lá [ABMAM], a gente chega lá e tem um aluno de lá, que tá ali na escola técnica ou tá na Universidade Federal

estudando, ou ta aqui na... Qualquer outra escola daqui fazendo design, fazendo outro curso, e o pai, a mãe, os irmãos, o marido, não sei o que, e ele também artesão, ele faz o artesanato para pagar os cursos, então o perfil do artesão mudou, mas a essência não (SILVA, entrevista em 07 de outubro de 2016b).

Assim, é possível perceber que para Marisete Silva, os valores relacionados à cultura do artesanato do Alto do Moura estão preservados devido ao fato de aquele local ser constituído por grupos domésticos que valorizam e mantêm o ofício do artesão, mesmo possuindo outras atividades profissionais.

Neste sentido, Lúcia Lima destaca a importância de o ofício do artesanato continuar sendo aprendido dentro das famílias, independente do exercício de outra profissão:

[...]. Isso é um traço dele, do profissional artesão, ele vai ser sempre um artesão. O que eu acho fundamental, é que o artesão pai incentive seu filho. Mesmo que ele tenha outra profissão, que ele se torne um doutor, um advogado, um médico, ele nunca esqueça que ele é artesão. Que ele sabe que de um pedaço de massa de barro, de argila, ele tem a competência, a capacidade de transformar em uma peça artística (LIMA, entrevista em 07 de outubro de 2016).

A manutenção da identidade do artesão é destacada pelo Sr. Cícero como algo que deve ser preservado:

nós artesão veterano fala pra eles o seguinte: você pode seguir, você pode trilhar por outros caminhos que queira, mas, não esqueça da arte do barro. Sempre fique pegando barro, mexendo, fazendo uma pecinha. Porque amanhã ou depois quando você tiver em algum lugar importante e for citado o nome dos artesões, você pode dizer: eu sou um artesão (SILVA, entrevista em 04 de outubro de 2016a).

Thiago Ângelus, diretor de promoção do artesanato do Governo de Pernambuco, também corrobora, ao mencionar que esta manutenção da identidade “acontece dentro de casa, [por meio da] preservação da família, isso aí de fazer a manutenção do que o avô, bisavô, pai vem se envolvendo” (BRANDÃO, entrevista em 01 de novembro de 2016).

Assim, percebe-se a importância atrelada pelos entrevistados aos pais na **transmissão de saberes** artesanais para os seus filhos, mesmo que eles sigam outra profissão. Neste sentido, Canclini (1982) menciona que aquelas pessoas que trabalham em outra atividade e se identificam com a atividade artesanal tem a sua **identidade** profissional determinada pela coletividade, decorrente de seu pertencimento global ao grupo em vez da maneira individualizada relacionada às relações de produção (CANCLINI, 1982, p. 83).

Por outro lado, Marisete contesta, em parte, a menção feita sobre a dissociação entre estudo e artesanato. Segundo a representante do SEBRAE Caruaru, os novos artesãos se diferenciam justamente por terem estudado. De acordo com a sua percepção,

pelo meu dia-a-dia lá, é que não, não tira ele [do artesanato]. Agora a estratégia dele é diferente, de abordagem do mercado. Esse artesão sai do Alto do Moura. Esse artesão se articula para vender em outros mercados. Eles estão nas feiras de negócios, eles tão antenados com as premiações, que isso agrega valor ao produto dele, e eleva o valor da peça, ou seja, esse artesão novo, ele tem essa outra postura (SILVA, entrevista em 07 de outubro de 2016b).

Desta forma, a representante do SEBRAE salienta que existe um interesse dos jovens artesãos em permanecer no segmento artesanal. A mudança que ocorre advém justamente do seu acesso ao estudo, mudando a sua postura em relação ao mercado e buscando parcerias além das fronteiras do Alto do Moura.

Assim, a partir das formações discursivas acima, é possível perceber alterações no perfil do artesão do Alto do Moura influenciado pela educação formal, levando a dois tipos de perfis. O primeiro, composto por aquelas pessoas que abandonam o ofício artesanal ao encontrar uma oportunidade melhor de trabalho abrindo seu próprio negócio em outra área, ou atuando em uma nova carreira profissional. O segundo, formado pelos artesãos que buscam um novo diferencial nas relações com o mercado para valorizar as suas peças, por meio de uma formação discursiva de uma política pública que dissemina o empreendedorismo, extrapolando as fronteiras do Alto do Moura e modificando a sua forma de negociar.

Em ambas as situações, verifica-se que estas pessoas, ao tomarem suas decisões, procuram alternativas diferentes para a sua vida daquela atrelada às atividades de trabalho mais presentes no artesanato da região, modificando a forma como a reprodução da força de trabalho acontece. Assim, é possível perceber que estas alternativas podem favorecer a compreensão de que o artesanato, de maneira geral, é uma forma de exército industrial de reserva que contempla o excedente de pessoas que não possuem um emprego formal. No entanto, o primeiro perfil evidencia características de um **exército industrial de reserva** formado por um excedente de pessoas que vive do artesanato enquanto não encontra um emprego formal. Enquanto no segundo grupo, o exército de reserva ocorre pela manutenção no ofício artesanal por meio do discurso da formalização do trabalhador por conta própria (MENELEU NETO, 1998; SERAINE, 2009; FORTETE, 2012; MARINI, 2012).

Outro aspecto importante a ser comentado em relação à reprodução da força de trabalho dos artesãos em barro do Alto do Moura refere-se ao **modo de produção** das peças artesanais ali elaboradas. Conforme já mencionado em Gonçalves (2013), Rocha (2014) e Lorêto (2016), os bonecos advindos do estilo de Vitalino e as bonecas produzidas, há aproximadamente uma década na localidade, possuem modos de produção diferentes. Geralmente, a modelagem, secagem e queima de um boneco é realizado por um único artesão,

ou seja, ele domina todas as etapas de produção. Às vezes, a pintura é realizada por outra pessoa. A produção das bonecas ocorre em fases distintas, onde o corpo delas geralmente é produzido em um torno elétrico. Em alguns casos, o artesão já recebe o corpo da boneca pronto. Há um molde para fazer a cabeça da boneca e depois são inseridos os braços e os acessórios da boneca. Essa produção é feita por etapas, podendo em cada uma delas ter um artesão diferente responsável por sua execução (ROCHA, 2014).

Marisete Silva explica a produção em escala das bonecas:

[...] aquela boneca, ela é uma coisa interessante lá dentro. Ela é muito fácil de vender, porque ela tem preço, porque ela tem produtividade, porque ela é feita em escala de produção e feita a muitas mãos né? Quem sabe fazer, gosta mais e tem muita velocidade para fazer cabeça, faz só cabeça, ele vende as bolas, se você pegar uma galinha daquela que tem ali em cima eles chamam bolas, então tem aquela pessoa que faz a bola no torno e compram, vendem aquelas bolas ali e o artesão só chega e faz o detalhezinho da carinha da galinha, e as bonecas do mesmo jeito, um faz o braço, o outro faz o corpo e tal, então, esses são poucos, mas a produção é muito grande, porque tem escala, e isso dá dinheiro e eleva a média do faturamento [...] (SILVA, entrevista em 07 de outubro de 2016b).

Lúcia Lima comenta que existe uma preocupação da Fundação de Cultura com a produção em série das bonecas em detrimento da produção artístico-artesanal:

[...] mas já existem netos dele (Vitalino) que já trabalham com tipo de peça que foge completamente, que já não é a mesma característica e a linguagem artística e cultural. Isso daí é um dos riscos que a gente identifica lá. A substituição da produção artística em produção em escala. E de peças replicadas. As peças são lindas, de cores vibrantes, são muito mais dinâmicas, enchem mais os olhos da gente e eu acho que a venda desse produto, ele é muito maior do que, o trio de pé de serra, o boi de Vitalino, a família retirante (LIMA, entrevista em 06 de outubro de 2016).

Pelo discurso de Lúcia Lima, é possível perceber que membros de famílias tradicionais de artesãos já utilizam do sistema de produção em escala para produzir as suas peças. Esse modo de produção das bonecas possui características e linguagem artísticas e cultural diferentes do modo de produção dos bonecos. Além de ter cores mais vibrantes e chamativas, provavelmente as bonecas geram um valor financeiro maior.

Contudo, é importante salientar que não são todos os artesãos que têm o interesse de fazer o trabalho padronizado das bonecas. Há aqueles que buscam se destacar pelo seu trabalho individualizado. Geralmente são os artesãos relacionados à produção de bonecos tradicionais, ou seja, aqueles baseados nos temas tratados por Vitalino sobre o contexto nordestino. Sr. Cícero explica como se dá a produção dessas peças e como realiza o seu trabalho:

Não. ninguém faz junto, cada um no seu ateliê, e aí no final, eu posso estar fazendo uma peça dessa agora um boi ou um cavalo e outro artesão está

fazendo também do outro lado, e eu nem sei o que ele está fazendo. Só que o meu é um estilo, e o dele é outro estilo sendo a mesma peça.

[...]

eu trabalho meio diferenciado dos outros artesões porque, sempre a gente aqui no Alto do Moura trabalha com um tipo de peça, o outro com outro tipo. [...] é porque aqui no Alto do Moura as pessoas trabalha muito com bonecas, fazendo essas bonecas de cabelo de arame e aí eu puxo pra outra trilha que seja diferente, são peças diferentes, totalmente diferente, se você vier aqui na minha loja você vai ver. Porque eu procuro fazer peças diferentes para que não faça, e faço também as outras peças que é feita no Alto do Moura, como a “volta da roça”, “a banda de pífano”, “o trio”. Tudo eu faço, agora só que eu procuro fazer peças assim, vasos diferentes, Lampião e Maria Bonita diferentes do que o pessoal faz, santo de toda qualidade que o pessoal me encomenda eu faço e jogador de futebol de todo e qualquer time (SILVA, entrevista em 04 de outubro de 2016a).

Desta forma, é possível perceber que o modo de produção das bonecas e dos bonecos são bem diferentes. De acordo com Sr. Cícero, a produção das peças que retrata o contexto nordestino, influência de Vitalino, é individualizado, ou seja, o artesão domina todas as etapas do processo de produção. O artesão ainda salienta que dois artesãos podem fazer o mesmo tipo de peça, mesmo assim, elas terão estilos estéticos diferentes, o que denota originalidade na confecção das peças.

Ele menciona que as bonecas não estão incluídas em sua produção, trabalhando isoladamente e dedicando-se a fazer peças diferentes daquelas de Vitalino, embora ele informe que também as faça. Existe uma diversidade nas peças produzidas por Sr. Cícero; entre elas estão animais, vasos, santos e jogadores de futebol.

Pelo exposto, verifica-se por meio do enunciado dos entrevistados acima que a fabricação de bonecas decorre de uma produção em escala, implicando um faturamento maior do que aquele gerado pela produção de bonecos que ocorre por meio de fabricação em unidades ou lotes (MOTTA, VASCONCELLOS, 2002). Lúcia Lima ainda faz uma ressalva a respeito do risco da descaracterização do artesanato do Alto do Moura decorrente de uma produção artística para uma produção em série.

Diante deste contexto, é possível perceber porque os artesãos se interessam pela fabricação das bonecas. O trabalho é mais rápido por ser dividido em etapas, logo há uma maior especialização na atividade executada, aumentando a produção (MOHUN, 2012; MARX, 1980). Além disso, a sua lucratividade é maior. Em um estudo anterior, entrevistei um artesão do Alto do Moura que mostrou preocupação com o desinteresse dos jovens artesãos em produzir as peças tradicionais, direcionando o seu trabalho para a produção de bonecas. O seu receio era de que as peças tradicionais não fossem mais produzidas e que a sua

região não fosse mais representada (LORÊTO, 2016), assim como a menção feita acima por Lúcia Lima em relação à descaracterização do lugar, fazendo com que não haja mais uma identificação com o artesanato tradicional de Vitalino.

Destarte, percebe-se que a produção de bonecas ocupa um espaço na produção do Alto do Moura, que leva à reflexão sobre a descaracterização do centro de artes figurativas que ganhou notoriedade por meio de Vitalino e suas obras. Em relação aos modos de produção, pode-se verificar que o estilo ligado ao Mestre Vitalino pode ser caracterizado por Huberman (1980) como os sistemas doméstico e corporativo, enquanto que o modo de produção das bonecas, está mais relacionado como o sistema fabril, diante da padronização encontrada em algumas etapas e a divisão do trabalho.

Outro aspecto que influencia a reprodução da força de trabalho dos artesãos em barro no Alto do Moura, podendo influenciar na sua reprodução, é a relação dos artesãos com o mercado. Para Thiago Ângelus, a manutenção do artesão em seu ofício decorre da possibilidade de ele poder vender as suas peças:

Com essa manutenção da profissão, da atividade de artesão, a gente não pode atribuir que é disso aí, é uma coisa que vai depender do Estado. [...] Obviamente o que é que faz a pessoa estar presa na atividade, e aí na minha cabeça eu sou muito prático em relação a isso, se ele tem recurso, não adianta, ninguém vai fazer peça só porque é bonita, porque sabe fazer, se não tiver um retorno [...] (BRANDÃO, entrevista em 01 de novembro de 2016).

Para o diretor de promoção do artesanato de Pernambuco, a manutenção do artesão em seu ofício só acontecerá se ele tiver um retorno decorrente das vendas de suas peças. O entrevistado ainda menciona que não depende do Estado a permanência do artesão em seu ofício. Assim, é possível inferir que os argumentos acima mencionados evidenciam a independência do Estado em relação à manutenção do artesão na realização da sua atividade profissional. Esta manutenção decorreria da comercialização das peças.

Neste cenário de vendas, entra em cena o atravessador ou intermediário, responsável por boa parte da comercialização das peças produzidas no Alto do Moura. De acordo com Rocha (2014), o interesse do atravessador no artesanato do Alto do Moura está ligado à produção de bonecas e *souvenirs*. Geralmente, essas peças são produzidas em série, ou seja, são reproduzidas, existindo uma padronização. Elas não recebem a identificação dos artesãos que lhe produziram, possibilitando a venda da peça em outros mercados e ambientes que comercializem artesanato. Este aspecto chama a atenção para a universalização de *souvenirs* (PEREIRA, 1979), fazendo com que a identidade dos destinos turísticos seja descaracterizada

como Rocha (2014) constatou ao encontrar uma peça de Joel Galdino, no Mercado Modelo, em Salvador – BA, sendo ofertada como uma peça da cultura baiana. Outro momento que demonstra essa descaracterização da peça do artesanato local foi vivenciada em Maceió – AL. Em registro da 23ª ata ordinária da reunião anual ordinária do dia 03/09/2006 da Associação dos Artesãos em Barro e Moradores do Alto do Moura – ABMAM, é possível verificar:

O padre Everaldo falou também que ficou triste quando chegou em Maceió no Mercado Pajuçara e perguntou por algumas peças onde eram feitas, e ele sabia que era daqui do Alto do Moura e eles falaram que eram criadas lá em Maceió e que é importante a Associação para tentar fazer alguma coisa para que os artesãos não sejam explorados pelo atravessador (23ª ATA ORDINÁRIA, 03/09/2016).

Desta forma, o intermediário personifica-se como o mercado ‘ditando’ aquilo que deve ser produzido por uma parte dos artesãos, influenciando no que deve ser produzido para ser comercializado (LORÊTO, 2016), pois os artesãos dependem da venda de seus produtos para a sua sobrevivência. De acordo com o estudo de Rocha (2014), as bonecas chamadas ‘negas malucas’ se encontravam com dificuldade de escoamento de produção devido ao mercado saturado, por anteriormente ter sido muito vendida, ou seja, aceita no mercado.

Luciana de Holanda também percebe tal descaracterização do local nas peças que chegam para ser comercializadas no Centro de Artesanato de Pernambuco. De acordo com ela, as bonecas denominadas Olívia são típicas de Caruaru, porém estão chegando algumas bonecas que estão perdendo essa característica local:

se você olhar, ela não parece ser de Caruaru, assim, é barro, são bonequinhas, mas não tem nada que caracterize uma peça de Caruaru. [...] você não diz, se você não for do município, você não sabe, pode ser de qualquer município com o barro, a cerâmica como tipologia (FERREIRA, entrevista em 01 de novembro de 2016).

A partir do exposto, percebe-se a preocupação para que o artesanato produzido no Alto do Moura não perca a sua identidade, ao ser comercializado em outros pontos turísticos. A presença do intermediário ainda é importante para muitos artesãos do local, pois é por meio dele que acontece a comercialização das peças artesanais. Porém, deve-se ter cuidado para evitar esses tipos de eventos acima mencionados. Ainda por cima, quando existe um acordo tácito entre os artesãos do Alto do Moura de não copiar as peças uns dos outros (ROCHA, 2014).

Marisete Silva chama a atenção de que este fato da comercialização de peças ocorre porque o público de turistas que frequenta o Alto do Moura, excluindo os colecionadores, não

sabem diferenciar uma peça feita de um mestre artesão de uma peça feita por um aprendiz. Como o objetivo é só levar uma lembrança do Alto do Moura, ele se apegou ao preço:

Se você chega lá e quer levar um presente para... Fui em Caruaru, olha a bonequinha de lá, já é identificado muito por conta da pintura, por causa da sua característica muito própria, então você pega uma bonequinha daquela e leva, você vai deixar de levar uma bonequinha daquela por cinco reais, você tem uma família grande, e para presentear, ou você vai levar uma bonequinha bem feitinha, com um rostinho perfeitinho, tem delas perfeitinhas lá de bonita, cinco reais, três reais, uma família de galinha com os pintinhos, ou você vai levar uma peça de Cícero?. Vou pegar ali o da frente, tô nem falando de mestres de primeira geração, mas é de Cícero, de Severino Barbosa, de outro ali conhecido, mas você vai comprar uma peça do clássico, de seu Severino Vitalino, que é uma peça do clássico, que sabe que barro tá usando, que valor cultural aquilo tem, o valor agregado que tem, então só vai para ali quem é consumidor de artesanato mesmo, porque tem o manual, o trabalho manual, ou colecionador, então se ele tá no mercado errado, se ele tá no banco de feira, se ele tá numa vitrine misturada com outros não sei o quê, ele vai correr esse risco (SILVA, entrevista em 07 de outubro de 2016b).

O comentário da representante do SEBRAE corrobora com o pensamento de Horkheimer e Adorno (2000), onde o valor de troca, levando em consideração o aspecto financeiro é mais valorizado em detrimento do valor de uso, de uma preocupação com arte por si só.

Nesta seção, foram apresentadas as práticas discursivas relacionadas com a reprodução da força de trabalho dos artesãos em barro no Alto do Moura. Desta forma, foi possível perceber que o efeito **reprodução da força de trabalho** é decorrente das dimensões **divisão social da força de trabalho**, visto que o potencial ceramista da localidade atraiu pessoas para trabalhar com a atividade artesanal em barro. Primeiro com peças utilitárias e posteriormente com peças figurativas; **transmissão de saberes**, por meio dos grupos domésticos ou oficinas que ocorrem na escola municipal do bairro semanalmente, por duas horas, para as novas gerações de artesãos e; **modo de produção e reprodução das peças artesanais**, em relação ao processo produtivo para a confecção das bonecas (em série) e dos bonecos (por unidades ou lotes), fazendo com que ocorra a universalização dos *souvenirs*, além de uma descaracterização das peças artesanais.

O efeito **exército industrial de reserva** surge a partir do efeito **artesanato**, acarretando a migração dos artesãos para outras atividades profissionais que sejam formalizadas; **atividades alternativas ao artesanato tradicional local**, evidenciando as alternativas encontradas pelos jovens artesãos em relação ao artesanato, fazendo com que ele

migre do artesanato para outras atividades, assim como busque outras alternativas de negócio dentro do segmento artesanal;

É possível perceber a presença de práticas discursivas sobre o efeito **comercialização**, por meio da **presença de atravessadores**, importante ainda para a comercialização dos produtos da região; a **exigência do mercado** influenciando naquilo que é produzido pelos artesãos, gerando uma universalização dos *souvenirs*.

É importante salientar que o efeito **identidade do artesão** é encontrada por meio de práticas discursivas que mostram a **identificação com o ofício artesanal** por aqueles que atuam apenas no artesanato ou por aqueles que continuam com o vínculo ao ofício artesanal mesmo com outra profissão.

Esta seção tinha como objetivo descrever e entender como ocorrem as práticas discursivas relacionadas com a reprodução da força de trabalho dos artesãos no Alto do Moura. Espera-se que a partir de algumas características de como o trabalho artesanal continua acontecendo nesta localidade, este objetivo tenha sido alcançado. O capítulo a seguir abordará as considerações finais desta tese.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegando ao final deste trabalho, este capítulo tem o intuito de responder ao objetivo geral desta pesquisa que consiste em: Compreender como ocorrem as práticas discursivas relativas às políticas públicas de artesanato e a reprodução da força de trabalho dos artesãos em barro no Alto do Moura, Caruaru - PE.

Para alcançá-lo é necessário tecer algumas considerações a respeito dos objetivos específicos anteriormente apresentados, antes de responder à pergunta que norteia esta tese.

Esta parte do trabalho possui duas seções, sendo a primeira voltada para responder o objetivo geral deste estudo. A segunda seção contempla as limitações desta pesquisa e algumas sugestões para trabalhos futuros.

5.1 As políticas públicas de artesanato e a reprodução da força de trabalho do artesão do Alto do Moura, por meio de suas práticas discursivas.

Para poder *compreender os discursos das políticas públicas de artesanato para o trabalho que se relaciona com o contexto no Alto do Moura*, é preciso entender que a trajetória do trabalhador artesão brasileiro é marcada por muitas tentativas em ter a sua profissão reconhecida. Quase três décadas depois das primeiras articulações dos trabalhadores artesãos, a Lei 13.180/15, que reconhece a sua profissão, foi sancionada.

A morosidade também pode ser percebida em relação às políticas públicas do setor artesanal. Ao analisar o Programa de Artesanato Brasileiro -PAB, pode-se perceber que as mesmas críticas de preocupação apenas com o aspecto mercadológico e falta de atenção ao artesão são feitas desde a existência do Programa Nacional de Desenvolvimento do Artesanato – PNDA.

É importante salientar que o PAB já tem 25 anos de atuação e, embora o seu objetivo seja “coordenar e desenvolver atividades que visem valorizar o artesanato brasileiro, elevando o seu nível cultural, profissional, social e econômico, bem como desenvolver e promover o artesanato e a empresa artesanal” (BRASIL, 1991), as ações realizadas são voltadas apenas para o aspecto econômico.

No mesmo sentido ocorre a atuação do Programa de Artesanato em Pernambuco – PAPE cujo objetivo “promover o desenvolvimento integrado do Setor Artesanal do Estado e valorizar o artesanato pernambucano elevando o seu nível cultural, profissional, social e econômico” (PERNAMBUCO, 2009, p.9), porém o foco se direciona para o aspecto econômico.

Embora as políticas de artesanato nacional e estadual possam ser classificadas como específica ou setorial de acordo com Dias e Matos (2012), a ausência de preocupação com os outros níveis cultural, social e profissional pode denotar que esta é uma política simbólica já que a essência dessas atividades “consiste não em atuar, senão em dizer, fazer saber e crer que se atua ou que se preocupa por atuar” (MENY; THOENIG1992, p. 104). Pois, embora elas existam no papel, elas não são colocadas em prática.

As ações do PAB consistem no apoio a feiras e eventos para auxiliar a comercialização dos produtos artesanais e em cursos de capacitação, embora esses sejam considerados poucos. Seus instrumentos são o Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (SICAB) e a Base Conceitual do Artesanato Brasileiro. O primeiro possibilita a carteira do artesão por meio da inclusão no cadastro; a segunda é responsável pela normatização dos principais conceitos que se relacionam com o artesanato (BRASIL, 2015d).

A parceria do Governo de Pernambuco com o PAB envolve a confecção das carteiras do artesão que possibilita a isenção de impostos, e a identidade com a sua profissão. As ações do PAPE são, a unidade móvel de comercialização de artesanato, os Centros de Artesanato de Pernambuco localizados em Bezerros e em Recife; o apoio a feiras e a coordenação da Fenearte.

Neste sentido, é possível perceber que todas as ações governamentais estruturadas voltadas para o artesanato ocorrem para promover a comercialização, pois a partir da isenção de impostos, do apoio a feiras e a vendas das peças é possível criar condições para que os artesãos comercializem os seus produtos. Em um certo sentido, esta comercialização influencia na manutenção da força de trabalho artesanal. Também foi mencionada a importância do CAPE para a geração de renda do artesão.

Quanto à esfera municipal, não existe uma política pública voltada para o setor artesanal. O que existe são ações isoladas favorecidas pelo bom relacionamento existente entre a prefeitura e a ABMAM. É importante mencionar que as demais ações realizadas pela prefeitura são para incentivar o turismo ou o apoio a feira são isoladas não sendo possível caracterizá-las como uma política pública. Outro aspecto relevante é que mesmo havendo uma boa relação entre os artesãos representados pela ABMAM e o governo municipal de Caruaru, há registros na ata da associação de artesãos comentando o descaso da esfera pública com o local. Em atas de 1995 já se tratava sobre a ausência do poder público. Vinte anos se passaram e a situação continua (14ª ATA ORDINÁRIA ANUAL, 27/08/95; 130ª ATA MENSAL, de 02 de março de 2015).

Em relação às políticas públicas atuantes do Alto do Moura foram identificadas ações governamentais voltadas para a comercialização das peças artesanais como a carteira do artesão que possibilita a isenção de impostos, assim como ações voltadas para apoio a feiras e eventos, além da comercialização por meio do Centro de Artesanato de Pernambuco.

É importante ressaltar que em Caruaru está em andamento o projeto Revitalino que tem como intuito o fortalecimento turístico e cultural do Alto do Moura. Desta forma, ele cria condições para que o turista possa chegar ao Alto do Moura e passear por seus equipamentos culturais como a Casa Museu Mestre Vitalino, o Memorial Galdino, visitar os ateliês dos artesãos, a ABMAM, além de poder frequentar os restaurantes do local. É necessário ressaltar que o projeto Revitalino tem uma atuação indireta na comercialização dos produtos artesanais, pois a partir da estrutura criada, o turista chega ao Alto do Moura e realiza as suas compras de artesanato.

Ainda é importante mencionar que o Microempreendedor Individual (MEI) é um programa governamental que traz muita polêmica para o segmento artesanal por ter como objetivo a mudança do artesão em empreendedor, deixando assim de atuar como pessoa física para tornar-se pessoa jurídica.

Além do MEI, outro ponto relevante de ser mencionado é a Lei do artesão que trouxe transformações significativas na relação entre o executor da política pública nacional de artesanato (PAB) e a representante da sociedade civil dos artesãos (CNARTS), ocorrendo pela primeira vez um convite do PAB para que os artesãos discutissem políticas públicas conjuntamente com o ator governamental.

Quanto às *práticas discursivas relacionadas com a reprodução da força de trabalho do artesanato no Alto do Moura*, é possível compreender que a transmissão de saberes para os novos artesãos sobre o ofício do artesanato ocorre por meio dos grupos domésticos, assim

como mediante oficinas de artesanato com a duração de duas horas semanais para as crianças que estudam na escola municipal do local. Este espaço é utilizado também para conscientizar as crianças da importância do artesanato em barro para região.

Outro ponto importante a ser evidenciado é o fato de a ampliação do acesso à educação fazer com que alguns artesãos desistam do ofício, enquanto que outros estão buscando novas parcerias e estratégias diferentes para gerir o seu negócio. Estas ações podem ser relacionadas às características do exército industrial de reserva, fazendo com que a massa sobrando que não possui emprego formal permaneça ocupada com o artesanato e, posteriormente migram para outra área profissional ou atuam no artesanato por meio de políticas voltadas para o empreendedorismo, ao ser considerado trabalhador por conta própria.

O modo de produção dos bonecos tradicionais e das bonecas também merece destaque, pois os primeiros são produzidos em um sistema de produção de unidades ou lotes e as bonecas em um sistema de produção em escala. Além desses aspectos ainda foi possível perceber a importância do atravessador para a comercialização de mercadorias influenciando nas exigências mercadológicas de produção dos artesãos.

Esta tese tem como objetivo geral “compreender como ocorrem as práticas discursivas relativas às políticas públicas de artesanato e a reprodução da força de trabalho dos artesãos em barro no Alto do Moura, Caruaru – PE”.

As práticas discursivas que interessavam a esta pesquisa eram aquelas que compunham o campo discursivo formado pelo tipo de discurso político-artesanal, caracterizado pelas políticas públicas de artesanato direcionadas para o trabalhador artesão. Este campo é composto por dois espaços discursivos: um formado pelas formações discursivas relativas às políticas públicas e outro formado pelas práticas discursivas relacionadas com a reprodução da força de trabalho.

O efeito encontrado no **campo político-artesanal** foi a **comercialização**, por meio das formações discursivas relacionadas ao **incentivo ao turismo, carteira do artesão, empreendedorismo, apoio a feiras e exigências do mercado**. Assim, é possível perceber que as políticas encontradas no Alto do Moura direta ou indiretamente favorecem a comercialização, pois mesmo aquelas voltadas para o incentivo ao turismo, criam condições para que o artesão comercialize seus produtos e, assim possa permanecer no seu ofício. Ressalta-se que não se condena a comercialização dos produtos dos artesãos, entretanto, percebe-se que o artesão não é contemplado nos aspectos social, profissional e cultural pelos PAB e PAPE, favorecendo surgir o discurso de que o PAB se preocupa com o artesanato e não com os artesãos (BEZERRA, 2015). Desta forma, é possível refletir de que se houvesse

ações governamentais que valorizassem o artesão e não apenas o artesanato por meio de sua comercialização, o segmento artesanal poderia ser mais valorizado. Cabe então à categoria de profissionais da área continuar lutando para que mais transformações ocorram no setor.

Em relação ao **espaço discursivo da reprodução da força de trabalho** foram identificados os efeitos: **identidade do artesão, reprodução da força de trabalho, exército industrial de reserva, modo de produção das peças**. Nesse sentido, é possível perceber que o artesanato também atua como um exército industrial de reserva, mantendo uma parte do excedente da população sem emprego formal ocupada, devido ao discurso empregado de que se o artesão tiver uma melhor instrução, abandonará o artesanato, migrando para outro segmento produtivo. Também existe outro discurso que ressalta a permanência do artesão que estuda no segmento artesanal, mas esse não é tão amplo quanto o primeiro.

Os efeitos **políticas simbólicas e democratização das ações** foram identificados no **espaço discursivo das políticas públicas**. A democratização das ações decorre da nova forma utilizada pelos programas de artesanato brasileiro e pernambucano de utilizarem a chamada de edital para fazer seleção entre os artesãos. É possível que a sanção da Lei do artesão tenha influenciado nessa transparência, assim como modificou a relação entre o PAB e a CNARTS. Além dos objetivos do PAB e do PAPE, o Fórum de Artesanato de Pernambuco pode ser considerado outra política simbólica, já que se encontra inativo.

A partir do exposto, espera-se ter evidenciado como ocorrem as práticas discursivas relativas às políticas públicas de artesanato e a reprodução da força de trabalho dos artesãos em barro no Alto do Moura, Caruaru – PE

Na próxima seção serão apresentadas as limitações desta pesquisa e as sugestões para trabalhos futuros.

5.2 Limitações da pesquisa e sugestões para trabalhos futuros

Dentre as limitações desta pesquisa encontra-se a impossibilidade de generalização, pois, sendo uma pesquisa de natureza qualitativa, os achados deste trabalho não podem ser generalizados, focando apenas na realidade das políticas públicas voltadas para o trabalhador artesão e como elas podem influenciar na reprodução da força de trabalho do artesão do Alto do Moura, Caruaru - PE.

Como não foi possível entrevistar a representante do PAB nacional, essa pode ser considerada outra limitação da pesquisa por não ter acesso a maiores informações, nem analisar o discurso da gestora desta política pública nacional que poderiam enriquecer ainda mais esta pesquisa.

Sabe-se que o campo de possibilidades para investigação é muito vasto, desta forma, esta tese tentou compreender como as políticas públicas de artesanato possibilitam a reprodução da força de trabalho do Alto do Moura. Assim, sugere-se, para futuros estudos, analisar se esta relação ocorre em outros centros de artesanatos diferentes.

Além desse aspecto, é possível perceber que o contexto governamental está sendo modificado posteriormente ao impeachment da Presidente Dilma Roussef com a probabilidade de muitas reformas (trabalhista, previdenciária, regime fiscal). Desta feita, outra sugestão é, caso essas mudanças sejam efetivadas, qual é o efeito gerado para as políticas públicas de artesanato.

Outro assunto que merece destaque é a lei do artesão (Lei 13.180/15). Como a lei ainda não foi regulamentada e ainda é muito nova, outra sugestão de pesquisa é analisar o impacto desta lei na profissão do artesão.

REFERÊNCIAS

ABMAM -Associação dos artesãos em barro do Alto do Moura. **Estatuto**. Caruaru: ABMAM, 1981.

_____. **Primeiro livro de atas das assembleias gerais**. Caruaru: ABMAM, 1981-2009.

_____. **Segundo livro de atas das assembleias gerais**. Caruaru: ABMA, 2009- atual.

ACIC – Associação comercial e empresarial de Caruaru. Disponível em <<http://acic-caruaru.com.br/conheca-caruaru/>>. Acesso em 02 dez 2013.

AGUIAR, Malba; PARENTE, Mercês. **Tradição e permanência**: o fazer artesanal em Brasília. Brasília: Instituto Terceiro Setor, 2012.

A PELEJA do bumba meu boi contra o vampiro do meio dia. Direção: Lula Lourenço e Pedro Aarão. 39 min. PE, 1987.

ALCADIPANI, Rafael; TURETA, César. Perspectivas críticas no Brasil: entre a “verdadeira crítica” e o dia a dia. **Cadernos Ebape.br**, v. 7, n. 3, artigo 7, Rio de Janeiro, set. 2000.

ALMEIDA, Edir Antonia de. Ideologia e discurso: os sentidos da atuação de instituições nacionais de fomento ao empreendedorismo. **Anais...** XXXVIII Encontro Nacional da ANPAD. Rio de Janeiro, 13 a 17 de setembro de 2014.

ALTHUSSER, L. **Sobre a reprodução**. 2ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

_____. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Presença, 1970.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith A; GEWANDSNAJDER, Fernando. *O método nas ciências naturais e sociais*: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1998.

AMABILE, Antônio Eduardo de Noronha. **Políticas públicas**. In: CASTRO, Carmen Lúcia Freitas de; GONTIJO, Cynthia Rubia Braga; AMABILE, Antônio Eduardo de Noronha. **Dicionário de políticas públicas**. Barbacena: EdUEMG, 2012.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 15 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **O caracol e a sua concha:** ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

APESAR de ter a 8ª economia mundial, Brasil tem dificuldade na distribuição de renda. Disponível em: <http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/infomoney/2011/06/13/apesar-de-ter-a-8-economia-mundial-brasil-tem-dificuldade-na-distribuicao-de-renda.jhtm> . Acesso em 30 set 2013. 13 jun 2011.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 11 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ARRETCHE, Marta. Dossiê agenda de políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n.51, fev. 2003.

_____. **Emergência e desenvolvimento do welfare state:** teorias explicativas. 1996. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dcp/assets/docs/Marta/Arretche_1996_BIB.pdf> Acesso em: 29 abr 2016.

ARTE Popular do Brasil. **Mestre Vitalino**. Nov. 2010. Disponível em: <<http://artepopularbrasil.blogspot.com.br/2010/11/este-blog-sera-inaugurado-com-uma.html>>. Acesso em 30 jul. 2016.

BABEL das artes. **Tem artesanato nordestino até no Vaticano**. 06 dez. 2008. Disponível em: <<https://babeldasartes.wordpress.com/2008/12/06/artesanato-brasileir-no-vaticano/>>. Acesso em 30 jul. 2016.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social:** fundamentos e história. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BENSAÏD, Daniel. **Marx, manual de instruções**. São Paulo: Boitempo, 2013.

BETENCOURT, Dom Estevão. **O monge e a civilização**. In: **O sagrado na história:** cristianismo. São Paulo: Duetto, 2010.

BEZERRA, Isabel Gonçalves. **Entrevista**. 13 out. 2016.

_____. **As políticas direcionadas à questão do artesão no Brasil**. Audiência pública da Comissão de Educação, Cultura e Esporte realizada em 22 de abril de 2015. Disponível em: <<<http://www12.senado.gov.br/ecidadania/visualizacaoaudiencia?id=3481>>>. Acesso em 02 ago 2015.

BÍBLIA. Português. **Bíblia católica**. Disponível em: < <http://www.bibliacatolica.com.br/biblia-ave-maria/sao-mateus/13/> >. Acesso em 15 jun. 2016.

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa**: o movimento operário europeu em crise. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 1998.

BIRKLAND, Thomas A. **An introduction to the policy process**: theories, concepts, and models of public policy making. 2 ed. Armonk, Nova York: M. E. Sarpe, 2005.

BORGES, Adélia. **Design + artesanato**: o caminho brasileiro. São Paulo: Terceiro nome, 2011.

BRANDÃO, Thiago Ângelus Conceição. **Entrevista**. 01 nov. 2016.

BRANDÃO, Helena Hatshue Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 3 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

BRASIL. Secretaria Especial de Micro e Pequenas Empresas. **Programa de artesanato brasileiro**. Disponível em: <<http://smpe.gov.br/assuntos/programa-do-artesanato-brasileiro>>. Acesso em 26 nov. 2016d.

_____. Senado Federal. **Consulta pública**: proposta de emenda constitucional nº 55 de 2016. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaomateria?id=127337>>. Acesso em 25 de novembro de 2016c.

_____. Secretaria Especial de Micro e Pequenas Empresas. **Portal do empreendedor**. Disponível em: <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual>>. Acesso em 15 nov. 2016b.

_____. Secretaria Especial de Micro e Pequenas Empresas. **Emendas parlamentares ao orçamento 2017**. [s.l]. 2016. Disponível em: <http://www.smpe.gov.br/documentos/cartilha_emendas_parlamentares>. Acesso em 24 out. 2016a.

_____. **Lei n. 13.180 de 22 de outubro de 2015a**. Dispõe sobre a profissão de artesão e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13180.htm>. Acesso em 07 mar. 2016.

_____. Ministério da Cultura. **Pontos de cultura**. 27 abr. 2015b. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/pontos-de-cultura1>>. Acesso em 20 out. 2016.

_____. Ministério da Cultura. **Cine mais cultura**. 04 jul. 2014. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/cine-mais-cultura>>. Acesso em 20 out. 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Base conceitual do artesanato brasileiro**. Brasília: 2012.

_____. **Lei n.12.343 de 02 de dezembro de 2010.** Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm>. Acesso em 02 ago 2015.

_____. **Portaria n. 42 de 15 de abril de 1999** do Ministério de Orçamento e Gestão. Atualiza a discriminação da despesa por funções de que tratam o inciso I do § 1º do art. 2º e § 2º do art. 8º, ambos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, estabelece os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade, operações especiais, e dá outras providências. Disponível em <<http://www3.tesouro.gov.br/legislacao/download/contabilidade/portaria42.pdf>>. Acesso em 20 jun. 2016.

_____. **Decreto n. 1508 de 31 de maio de 1995.** Dispõe sobre a subordinação do Programa de Artesanato Brasileiro, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1995/D1508.htm>. Acesso em 06 mar 2015.

_____. **Decreto sem número de 21 de março de 1991.** Institui o Programa de Artesanato Brasileiro e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/Anterior%20a%202000/1991/Dnn63.htm#art5>. Acesso em 29 jul 2015.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 02 ago 2015.

_____. **Portaria SES n. 02 de 03 de abril de 1987.** Aprova carimbo para anotação, na CTPS, da qualidade de artesanato. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=181159>> Acesso em 15 jul 2015.

_____. Presidência da República. **Mensagem ao Congresso Nacional 1982.** 1982. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/mensagem-ao-congresso-nacional/mensagem-ao-congresso-nacional-joao-figueiredo-1982/view>>. Acesso em 03 dez. 2014.

_____. **Decreto n.83.290 de 13 de março de 1979.** Dispõe sobre a classificação de produtos artesanais e identificação profissional do artesão e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D83290.htm>. Acesso em 27 jul 2015.

_____. **Decreto n. 80.098 de 08 de agosto de 1977.** Institui o Programa Nacional de Desenvolvimento do Artesanato e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D80098.htm>. Acesso em 27 jul 2015.

BURREL, G; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organizational analysis:** elements of the sociology of corporate life. London: Heinemann, 1979.

BURREL, Gibson. **Ciência normal, paradigmas, metáforas, discursos e genealogia da análise**. In: CLEGG, Stewart R; HARDY, Cynthia; NORD, Walter R. **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2010.

CACCIAMALI, M. C. **As economias informal e submersa: conceitos de distribuição de renda e mercado**. In: CAMARGO, J. M; GIAMBIAGI, F. **Distribuição de renda no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

CALDAS, Miguel P. Paradigmas em estudos organizacionais: uma introdução à série. **RAE**, v. 45, n.1, jan-mar. 2005.

CANCLINI, Nestor García. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CARVALHO, Anailza Perini de; LEITE, Izildo Corrêa. As ações de enfrentamento da pobreza e a origem e as principais características da política social no ocidente europeu e no Brasil. **Sociedade em debate**. Pelotas, 17 (1), pp. 37-68, jan – jun, 2011.

CARUARU. Prefeitura de Caruaru. **Feira de artes e artesanato será realizada no sábado (12)**. 12 dez 2015a. Disponível em: <<http://www.caruaru.pe.gov.br/noticia/12/12/2015/-feira-de-artes-e-artesanato-sera-realizada-no-sab.html>>. Acesso em 12 jun 2016.

_____. **50 artesãos do Alto do Moura expõem suas obras na Fenearte 2015**. 02 jul. 2015b. Disponível em < <http://www.caruaru.pe.gov.br/noticia/02/07/2015/artesaos-do-alto-do-moura-participam-da-fenearte-.html>>. Acesso em 12 jun. 2016.

_____. **No Alto do Moura Prefeitura explica retomada das obras do Revitalino**. 22 dez. 2014a. Acesso em <<http://www.caruaru.pe.gov.br/noticia/22/12/2014/no-alto-do-moura-prefeitura-explica-retomada-das-o.html>>. Acesso em 12 jun. 2016.

_____. **Conselheiros da cultura tomaram posse**. 18 dez. 2014b. Disponível em: <<http://caruaru.pe.gov.br/noticia/18/12/2014/conselheiros-da-cultura-tomaram-posse.html>>. Acesso em 12 jun. 2016.

_____. **Prefeito José Queiroz sanciona sistema municipal de cultura**. 16 jan. 2014c. Disponível em <<http://caruaru.pe.gov.br/noticia/16/01/2014/sistema-municipal-de-cultura-foi-sancionado.html>>. Acesso em 12 jun. 2016.

_____. **Sistema municipal de cultura será sancionado nesta quinta-feira (16)**. 15 jan. 2014d. Disponível em <<http://caruaru.pe.gov.br/noticia/15/01/2014/sistema-municipal-de-cultura-sera-sancionado.html>>. Acesso em 12 jun. 2016.

_____. **Dada a largada para início das obras do Revitalino, no Alto do Moura**. 20 fev.2014e. Disponível em <<http://www.caruaru.pe.gov.br/noticia/20/02/2014/obras-do-revitalino%E2%80%8F.html>>. Acesso em 19 mai 2016.

_____. **Sobre Caruaru.** Disponível em: <<http://www.caruaru.pe.gov.br/sobre-caruaru>>. Acesso em 31 maio 2013.

CASTELO, Rodrigo. **O social-liberalismo brasileiro e a miséria ideológica da economia do bem-estar.** In: MOTA, Ana Elizabete (org.). **Desenvolvimentismo e construção da hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade.** São Paulo: Cortez, 2012.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; DA SILVA, Roberto. **Metodologia científica.** 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CLARET, Martin. **Prefácio:** a história do livro e a coleção “a obra-prima de cada autor”. In: WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** São Paulo: Martin Claret, 2004.

CLARKE, Simon. Crise do fordismo ou crise da social-democracia? **Lua Nova.** n. 24, pp. 117- 150, 1991.

CNARTS. Confederação Nacional dos Artesãos do Brasil. **Mobilização geral.** 18 de maio de 2015c. Disponível em: <<http://cnarts2.blogspot.com.br/2015/05/mobilizacao-geral.html>>. Acesso em 16 nov. 2016.

_____. **Presidente da CNARTS alerta os artesãos.** 10 de maio de 2015b. Disponível em: <http://cnarts2.blogspot.com.br/2015/05/presidente-da-cnarts-alerta-os-artesaos_10.html>. Acesso em 16 nov. 2016.

_____. **Perfil do artesão no VII CONTRARTE.** (planilha do Excel), 2015a.

_____. **A nossa história.** 24 de julho de 2013. Disponível em: <<http://cnarts2.blogspot.com.br/2013/07/a-nossa-historia.html>>. Acesso em 31 jul. 2015.

CONDEL – Conselho Deliberativo da Sudene. **Artene: pioneirismo no desenvolvimento do artesanato nordestino.** Recife, 07 jul. 2015. Disponível em: <<http://procondel.sudene.gov.br/NoticiaDetalhes.aspx?id=1034>>. Acesso em 05 jun. 2016.

COSTA, L. P. A. A ADC faircloughiana: concepções e reflexões. *Linguagem* (São Paulo), v. 1, pp. 1-5, 2012.

CUNHA, Luiz Antonio. **Introdução** In: CUNHA, Luiz Antonio. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata** (online). 2 ed. São Paulo: Scielo – Editora UNE, Brasília – DF:FLACSO, 2005. Livro digital.

_____. **O (des)valor do trabalho manual..** In: CUNHA, Luiz Antonio. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata** (online). 2 ed. São Paulo: Scielo – Editora UNE, Brasília –DF:FLACSO, 2005. Livro digital.

DE MASI, Domenico. **Desenvolvimento sem trabalho**. São Paulo: Esfera, 1999.

DESLANDES, Suely Ferreira. **O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual**. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas, 2012.

DIJK, Teun A. van. **Discurso e poder**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

DRAIBE, Sônia. A política social no período FHC e o sistema de proteção social. **Tempo social – USP**. nov., 2003.

EBC. Empresa Brasil de Comunicação. **Artesanato movimentou mais de R\$ 50 bilhões na economia brasileira**. 29 dez. 2013. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/agencia-brasil/galeria/audios/2013/12/artesanato-movimentou-mais-de-r-50-bilhoes-na-economia>>. Acesso em 17/01/16.

ECOVIAJEM. **Artesãos já tem órgão representativo de alcance nacional**. 11 maio 2009. Disponível em: <<http://ecovijagem.uol.com.br/noticias/social/artesanato-regional/artesaos-ja-tem-orgao-representativo-de-alcance-nacional-9442.asp>> Acesso em: 28 nov 2013.

ELLERY, Ana Beatriz Loureiro. **As políticas direcionadas à questão do artesão no Brasil**. Audiência pública da Comissão de Educação, Cultura e Esporte realizada em 22 de abril de 2015. Disponível em: <<<http://www12.senado.gov.br/ecidania/visualizacaoaudiencia?id=3481>>>. Acesso em 02 ago. 2015.

FAPE – Fórum dos artesãos e artesãs de Pernambuco. **Ata da última reunião do Fape**. Disponível em: <<http://fape-forumartesaniape.blogspot.com.br/2015/01/ata-da-ultima-reuniao-do-fape.html>>. Acesso em 09 jun. 2016.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Idéias, conhecimentos e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n.51, fev. 2003.

FERRARINI, Adriane Vieira. **Pobreza: a possibilidade de construção de políticas emancipatórias**. 196 f. março 2007. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

FERREIRA, Luciana de Holanda. **Entrevista**. 01 nov. 2016.

FERREIRA, Thaís Barbosa; MORAES SOBRINHO, João; HELAL, Diogo Henrique. Limites e possibilidades de empoderamento a partir de políticas públicas: o caso dos artesãos na cidade de Lajes Pintadas/ RN. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**. v.3, n.3, set-dez, 2014.

FILGUEIRAS, Luiz. **O neoliberalismo no Brasil**: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: BASUALDO, Eduardo M; ARCEO, Enrique. **Neoliberalismo y sectores dominantes**: tendencias globales y experiencias nacionales. Buenos Aires, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, ago.2006. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/C05Filgueiras.pdf>>. Acesso em 23 mar 2016.

FIORIN, José Luiz. **Elementos de análise do discurso**. 15 ed. São Paulo: Contexto, 2014.

FOLEY, Duncan. **Força de trabalho**. In: BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012a.

_____. **Valor de uso**. In: BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012b.

FORTETE, Karina. De trabalhador a empreendedor: uma análise das formas de produção e reprodução da força de trabalho no Brasil e no Equador. **Dissertação de Mestrado**. São Paulo: USP, 2012.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**. n. 21, jun. 2000. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/89/158>>. Acesso em 28 abr. 2016.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

G1PE. **Confira as opções de transporte e ingresso para a Fenearte, em Olinda**. 06 jul. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pemambuco/fenearte/2016/noticia/2016/07/confira-opcoes-de-transporte-e-ingresso-na-fenearte-em-olinda.html>>. Acesso em 15 nov. 2016.

GASPAR, Lúcia. Reisado. **Pesquisa escolar on line**, Fundação Joaquim Nabuco. Recife. 28 nov. 2005. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=217%3Areisado&catid=52%3Aletra-r&Itemid=1>. Acesso em 03 jul. 2016.

_____. Feira de Caruaru. **Pesquisa escolar on line**, Fundação Joaquim Nabuco. Recife. 28 nov. 2005. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=434&Itemid=185>. Acesso em 01 jul. 2016.

GELINSKI, Carmen Rosario Ortiz G; SEIBEL, Erni José. Formulação de políticas públicas: questões metodológicas relevantes. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, EDUFSC, v. 42, n. 1 e 2, p. 227-240, abr e out 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GIRELLI, Luciana Silvestre. A lógica cultural do capitalismo contemporâneo a partir da obra de Fredric Jameson. **Café com sociologia**. v.4, n.1, jan-abr, 2015.

GOMES, Fábio Guedes. Conflito social e *welfare state*: estado social e desenvolvimento no Brasil. **RAP**. Rio de Janeiro, 40 (2), pp. 201-236, mar/abr. 2006.

GONÇALVES, Fernando Arruda. Reestruturação do trabalho sob o escopo da dinâmica capitalista recente: as implicações ao trabalho realizado com o barro no Alto do Moura. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação). Administração. Universidade Federal de Pernambuco. Caruaru: O autor, 2013.

GORZ, André. **Metamorfoses do trabalho**: crítica da razão econômica. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2007.

GOOGLE. **Foto da entrada do Alto do Moura**. Disponível em: <https://www.google.com.br/imgres?imgurl=http%3A%2F%2Fblogdomagno.com.br%2Fadmin%2Fckeditor%2Fckfinder%2Fimages%2F_MG_0451.JPG&imgrefurl=http%3A%2F%2Fwww.blogdasppps.com%2F2016%2F06%2Falto-do-moura-ganha-nova-cara-no-sao.html&docid=4BOVCerfqVA3lM&tbnid=MAgJ8G7xOulG4M%3A&w=640&h=407&bih=613&biw=1366&ved=0ahUKEwiA88CqtvnPAhUCWT4KHfCuA_sQMwhEKBYwFg&iact=mrc&uact=8>. Acesso em 26 out. 2016.

GOOGLE. **Mapa de Pernambuco**. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=mapa+de+caruaru+pernambuco&tbn=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ei=IaOlUvPYN4zpkQfSxIHIBA&ved=0CGEQsAQ&biw=1366&bih=650#facrc=_&imgdi=i_&imgsrc=1aHgkK99YKH77M%3A%3BdibgmRzMYfXqhM%3Bhttp%253A%252F%252Fespecialis.ne10.uol.com.br%252Fpelomenosum%252Fimagens%252Fpagina2%252Fmapa.jpg%3Bhttp%253A%252F%252Fespecialis.ne10.uol.com.br%252Fpelomenosum%252F%3B618%3B250>. Acesso em 02 dez 2013.

GRANATO NETO, Nelson Nei. Exército industrial de reserva: conceito e mensuração. **Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico)**. Universidade Federal do Paraná. Curitiba: O autor, 2013.

GRESSLER, Lori Alice. **Introdução à pesquisa**: projetos e relatórios. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2004.

GTEEI. **Projeto de assistência ao artesanato brasileiro**: documento de organização e programa. Rio de Janeiro, 1961.

HARVEY, David. **Para entender o capital**. São Paulo: Boitempo, 2013a.

_____. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013b.

_____. **A condição pós-moderna**. 3 ed. São Paulo: Loyola, 1993.

HEYE, Ana M. **Repensando o artesanato: algumas considerações**. In: RIBEIRO, Berta G. *et al.* **O artesanato tradicional e seu papel na sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: FUNARTE/ Instituto Nacional do Folclore, 1983.

HISTÓRIA DA CERÂMICA. **Manoel Galdino e o processo criativo**. 16 mar. 2009. Disponível em: <<http://historia-da-ceramica.blogspot.com.br/search?q=vitalino>>. Acesso em 30 jul. 2016.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HORKHEIMER, M; ADORNO, T.W. **A ideologia alemã: o iluminismo como mistificação das massas**. In: LIMA, L. C. (org). **Teoria da cultura de massa**. 5 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HUBERMAN, LEO. **História da riqueza do homem**. 16 ed. [s.l]:Zahar, 1981.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades: Pernambuco, Caruaru**. 2010. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=260410&search=||infogr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas>>. Acesso em 30 set. 2016.

_____. **IBGE investiga a cultura nos municípios brasileiros**. Em 17/09/2007. Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias.html?view=noticia&id=1&idnoticia=980&busca=1&t=ibge-investiga-cultura-municipios-brasileiros>>. Acesso em 18/01/2016

IPHAN – Instituto do patrimônio histórico artístico nacional. **Dossiê Feira de Caruaru**: Inventário nacional de referência cultural, 2006.

ITAÚ CULTURAL. **Mestre Vitalino**. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa9523/mestre-vitalino>>. Acesso em 02 dez 2013.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Ática, 1996.

LEHER, R. **Ideologia do desenvolvimento, pobreza e hegemonia**. In: MOTA, Ana Elizabete. (org). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012.

LEITE, Risério. **Introdução**. In: PEREIRA, Carlos José da Costa. Artesanato e arte popular: Bahia. **Cadernos de Desenvolvimento Econômico**. Série III, Caderno I, Bahia: Progresso, 1957.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. 2ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LETTIERI, Antonio. **A fábrica e a escola**. In: GORZ, André. **Crítica da divisão do trabalho**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

LIMA, Lúcia Cristina de Oliveira. **Entrevista**. 06 out. 2016b.

LIMA, Kamylla. **‘Batismo do barro’ une gerações em família de artesãos de Caruaru, PE**. G1 Caruaru e região. 18 mai 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pe/caruaru-regiao/noticia/2016/05/batismo-do-barro-une-geracoes-em-familia-de-artesaos-de-caruaru-pe.html>>. Acesso em 19 mai 2016.

LIMA, Sandra Ferreira de. Invenção e tradição: um olhar plural sobre a arte figurativa do Alto do Moura. **Dissertação (mestrado em Multimeios)**. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Arte, 2001.

LIRA, R. O. S. **Processos organizativos dos coletivos de cultura**: a experiência do Programa Cultura Viva em Pernambuco. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Pernambuco. Recife: O autor, 2011.

LOPES, Juarez Rubens Brandão. **Desenvolvimento e mudança social**: formação da sociedade urbano-industrial no Brasil. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

LOPES, Pollyanna Caetano; VITOR, Soraya Cavalcanti. Turismo e identidade cultural: modificações na caracterização do artesanato do Alto do Moura, na cidade de Caruaru - PE. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Graduação em Turismo). Caruaru, Faculdade do Vale do Ipojuca, 2010.

LORÊTO, Myrna. **Identificação de aspectos ideológicos do artesanato através de um artesão do barro do Alto do Moura**. In: ROCHA, Heitor; CASTRO, Rakel de. **Comunicação e ideologia**. Recife: Edufepe, 2016.

LÖWY, Michael; DUMÉNIL, Gérard; RENAULT, Emmanuel. **100 palavras do marxismo**. São Paulo: Cortez, 2015.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. São Paulo: Parábola, 2015.

_____. **Análise do discurso**. In.: CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. 3ed. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. **Prática discursiva.** In.: CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso.** 3ed. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. **Doze conceitos em análise do discurso.** São Paulo: Parábola, 2010.

_____. **Discurso e análise do discurso.** In: SIGNORINI, Inês (Org.). **[Re]discutir texto, gênero e discurso.** São Paulo: Parábola, 2008a.

_____. **Gênese dos discursos.** São Paulo: Parábola, 2008b.

_____. Analisando discursos constituintes. **Revista do GELNE**, v.2, n.2, pp. 1-12, 2000. Disponível em <<https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/9331>>. Acesso em 26 set.2016.

_____. **Termos-chave da análise do discurso.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

MARGLIN, Stephen. **Origem e funções do parcelamento de tarefas** (para que servem os padrões?). In: GORZ, André. **Crítica da divisão do trabalho.** São Paulo: Martins Fontes, 1980.

MARINI, Ruy Mauro. **O ciclo do capital na economia dependente.** In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias. **Padrão de reprodução do capital:** contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo, SP: Boitempo, 2012.

_____. **Dialética da dependência, 1973.** In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro. **Ruy Mauro Marini:** vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARQUESAN, Fábio Freitas Schilling. Terra e artesanato Mbyá-Guarani: polos da contradição política indigenista no Rio Grande do Sul. **Tese de doutorado.** Porto Alegre: UFRGS, 2013.

MARQUESAN, Fábio Freitas Schilling; FIGUEIREDO, Marina Dantas de. De artesão a empreendedor: a resignificação do trabalho artesanal como estratégia para a reprodução de relações desiguais de poder. VIII Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD. Gramado, RS. **Anais...** 25 a 27 maio 2014.

MARTINS, Carlos Eduardo. **A conjuntura contemporânea e o sistema mundial:** os desafios da América Latina no século XXI. In: MARTINS, Paulo Emílio Matos; PIERANTI, Octavio Penna (Orgs.). **Estado e gestão pública:** visões do Brasil contemporâneo. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política: livro I. 32 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2014.

_____. **O capital:** crítica da economia política. Livro I, Tomo 2. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

_____. **Teorias da mais-valia:** história crítica do pensamento econômico (livro 4 de O capital). 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, v.I, 1987.

_____. **Da manufatura à fábrica automotiva.** In: GORZ, André. **Crítica da divisão do trabalho.** São Paulo: Martins Fontes, 1980.

MASCELANI, Angela. **O mundo da arte popular brasileira.** Rio de Janeiro: Mauad/ Museu Casa do Pontal, 2002.

MAZIÈRE, Francine. **A análise do discurso:** história e práticas. São Paulo: Parábola, 2007.

MINISTÉRIO DA AÇÃO SOCIAL. MAS.SENPROS. **Programa do artesanato brasileiro – PAB.** Brasília, 1991.

MEDEIROS, Marcelo. **A trajetória do welfare state no Brasil:** papel redistributivo das políticas sociais dos anos 1930 aos anos 1990. Brasília: IPEA, 2001.

MELLO, Paulino Cabral. **Vitalino sem barro:** o homem. Brasília, DF: Fundação Assis Chateaubriand, Ministério da Cultura, 1995.

MENY, Ives; THOENIG, Jean – Claude. **Las políticas públicas.** Barcelona: Ariel, 1992.

MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do capital. **Revista Outubro.** n.4, 2000.

MICHEL Temer volta atrás e anuncia a recriação do Ministério da Cultura. **Jornal Nacional.** 21 maio 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/05/michel-temer-volta-atras-e-anuncia-recricao-do-ministerio-da-cultura.html>>. Acesso em 25 de novembro de 2016.

MILLS, C. Wright. **O ideal do artesanato.** In: MILLS, C. Wright. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios.** Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Trabalho de campo:** contexto de observação, interação e descoberta. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 28 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MOHUN, Simon. **Divisão do trabalho.** In: BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista.** 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

MOLLO, Karina Garcia. **Universalidade e particularidade de Campinas no atendimento socioassistencial às crianças e adolescentes em situação de rua:** entre assistência e repressão. 188f.

2013. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Ciências Humanas. Programa de Pós- Graduação em Educação. Universidade Metodista de Piracicaba. Piracicaba, SP, 2013.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela Santana; PERUZZO, Juliane Feix. **O novo desenvolvimentismo e as políticas sociais na América Latina**. In: MOTA, Ana Elizabete (org.). **Desenvolvimentismo e construção da hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012.

MOTTA, Fernando Cláudio Prestes; VASCONCELLOS, Isabella F. Gouveia de. **Teoria Geral da Administração**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

MOVIMENTO Pró-artesão de PE. **1ª Cartilha do trabalhador artesão**. Recife: Comissão PRÓ-UNA (União Nacional dos Artesãos), [s.d].

MULLER, Pierre. La producción de las políticas públicas. **INNOVAR, revista de ciências administrativas y sociales**. n. 12, julio- diciembre, pp. 65-75, 1998b.

_____. Génesis y fundamento del análisis de políticas públicas. **INNOVAR, revista de ciências administrativas y sociales**. n. 11, enero- junio, pp. 99-109, 1998a.

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Estado de bem-estar social: origens e desenvolvimento. **Katálisis**. n.5, jul-dez, 2001.

OLIVEIRA, Roberto Vêras. **Trajetória e desafios das políticas públicas de emprego no Brasil**. In: SÁ, Márcio... [et al] (orgs.). **Trabalho: questões no Brasil e no Agreste pernambucano**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2013.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 8 ed. Campinas: Pontes, 2009.

_____. A análise do discurso: algumas observações, **DELTA**, v. 2, n.1, São Paulo: EDUC, 1986.

PAIVA JÚNIOR, Fernando Gomes de; LEÃO, André Luiz Maranhão de Souza; MELLO, Sérgio Carvalho Benício de. Validade e confiabilidade na pesquisa qualitativa em administração. **Revista de Ciências da Administração**. v.13, n.31, pp. 190-209, set-dez, 2011.

PESSOA, WILSON. **Aniversário do Mestre Vitalino**. 10 jul. 2013. Disponível em: <<http://blogdowilsonpessoa.blogspot.com.br/2013/07/aniversario-do-mestre-vitalino.html>>. Acesso em 30 jul. 2016.

POCHMANN, Marcio. **Desenvolvimento, trabalho e renda no Brasil: avanços recentes no emprego e na distribuição dos rendimentos**. São Paulo: Fundação Perceus Abramo, 2010.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

PROCOPIUCK, Mario. **Políticas públicas e fundamentos de administração pública**: análise e avaliação, governança e redes de políticas, administração judiciária. São Paulo: Atlas, 2013.

PARENTE, Mercês. **Entrevista**. 04 abr. 2016.

PAULA, Ana Paula Paes de. Para além dos paradigmas nos estudos organizacionais: o círculo das matrizes epistêmicas. **Cadernos Ebape.br**, v.14, n.1, artigo 2, Rio de Janeiro, jan – mar, 2016.

_____. **Repensando os estudos organizacionais**: por uma nova teoria do conhecimento. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

_____. **Estilhaços do real**: o ensino da administração em uma perspectiva benjaminiana. Curitiba: Juruá, 2012.

_____. **Por uma nova gestão pública**: limites e possibilidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

PEREIRA, Carlos José da Costa. **Artesanato – definições, evolução e ação do Ministério do Trabalho**. Brasília, Mtb, 1979.

_____. **Atividade artesanal**. In: BNB-ETENE. **Recursos e necessidades do Nordeste**. Recife: Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste, 1969.

_____. Artesanato e arte popular: Bahia. **Cadernos de Desenvolvimento Econômico**. Série III, Caderno I, Bahia: Progresso, 1957.

PERNAMBUCO. Centro de Artesanato. **Carnaval**: centro de artesanato Recife fecha e bistrô & boteco abre. Disponível em: < <http://www.artesanatodepernambuco.pe.gov.br/?p=116>>. Acesso em 15 nov. 2016j.

_____. Centro de Artesanato. **Artesanato de Pernambuco**. Disponível em: <http://www.artesanatodepernambuco.pe.gov.br/?page_id=9>. Acesso em 15 nov. 2016i.

_____. Centro de Artesanato. **Unidade móvel de artesanato marca presença na exposição de animais do Cordeiro**. Disponível em: <<http://www.artesanatodepernambuco.pe.gov.br/?p=1866>>. Acesso em 15 nov. 2016h.

_____. Fenearte. **Fenearte 2017 bate recorde de pré-inscrições**. Disponível em: <<http://www.fenearte.pe.gov.br/pt-BR/news/10>>. Acesso em 15 nov. 2016g.

_____. Fenearte. **A fenearte**. Disponível em: <<http://www.fenearte.pe.gov.br/#fenearte>>. Acesso em 27 out. 2016f.

_____. Secretaria de Cultura. **Projetos aprovados: edital 2015/2016**. 11 out. 2016e. Disponível em: <<http://www.cultura.pe.gov.br/wp-content/uploads/2015/12/Projetos-aprovados-2016.pdf>>. Acesso em 26 out. 2016.

_____. Secretaria de Cultura. **Funcultura 2015/2016: Governo do Estado vai destinar R\$ 20 mi para 293 projetos**. Disponível em <<http://www.cultura.pe.gov.br/canal/funcultura/funcultura-20152016-governo-do-estado-vai-destinar-r-20-mi-para-293-projetos/>>. Acesso em 20 out. 2016d.

_____. Secretaria de Cultura. **Breve histórico**. Disponível em <<http://www.cultura.pe.gov.br/pagina/funcultura/sobre/breve-historico/>>. Acesso em 13 jul. 2016c.

_____. Secretaria de Cultura. **Sistema estadual de cultura**. Disponível em <<http://www.cultura.pe.gov.br/pagina/sistema-estadual-de-cultura/>>. Acesso em 13 jul. 2016b.

_____. Centro de Artesanato. **Governo do Estado inicia entrega de carteiras a artesãos**. Disponível em: <<http://www.artesanatodepernambuco.pe.gov.br/?p=1675>>. Acesso em 13 jul. 2016a.

_____. Secretaria de Cultura. **Bois, mazurca, pifeiros e bacamarteiros fazem parte do FPNC Caruaru**. 14 maio 2013. Disponível em: <<http://www.cultura.pe.gov.br/canal/nacaocultural/bois-mazurca-pifeiros-e-bacamarteiros-fazem-parte-do-fpnc-caruaru/>>. Acesso em 03 jul. 2016.

_____. Lei no. 13.965, de 15 de dezembro de 2009. **Diário Oficial [do] Estado de Pernambuco**, Poder Executivo, Recife, PE, ano LXXXVI, n. 233, 16 dez. 2009. Disponível em: <<http://200.238.101.22/docreader/DocReader.aspx?bib=2009&PagFis=42165>>. Acesso em 09 jun. 2016.

_____. Cadastramento valoriza atividade dos artesãos. **Diário Oficial [do] Estado de Pernambuco**, Poder Executivo, Recife, PE, ano LXXV, n. 143, 05 ago. 1998. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_199808&PagFis=266>. Acesso em 04 jun. 2016.

_____. Lei no. 11.005 de 20 de dezembro de 1993. **Diário Oficial [do] Estado de Pernambuco**, Poder Executivo, Recife, PE, ano LXX, n. 235, 21 dez. 1993. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_199312&PagFis=1419>. Acesso em 09 jun. 2016.

_____. Comitativa da Unesco observa e elogia artesanato do Estado. **Diário Oficial [do] Estado de Pernambuco**, Poder Executivo, Recife, PE, ano LXI, n. 170, 06 set. 1984. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_198409&PagFis=164>. Acesso em 03 jun. 2016.

_____. Esforço para ampliar exportação de artesanato. **Diário Oficial [do] Estado de Pernambuco**, Poder Executivo, Recife, PE, ano LVI, n. 230, 11 nov. 1983a. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_197912&PagFis=105>. Acesso em 03 jun. 2016.

_____. Recife terá em breve Pavilhão do Artesanato de Pernambuco. **Diário Oficial [do] Estado de Pernambuco**, Poder Executivo, Recife, PE, ano LX, n. 199, 21 out. 1983. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_198310&PagFis=641>. Acesso em 03 jun. 2016.

_____. Secretaria amplia apoio ao setor artesanal de Pernambuco. **Diário Oficial [do] Estado de Pernambuco**, Poder Executivo, Recife, PE, ano LIX, n. 231, 14 dez. 1982a. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_198212&PagFis=381>. Acesso em 03 jun. 2016.

_____. Estrutura fará exportar artesanato maciçamente. **Diário Oficial [do] Estado de Pernambuco**, Poder Executivo, Recife, PE, ano LIX, n. 187, 05 out. 1982. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_198210&PagFis=74>. Acesso em 03 jun. 2016.

_____. Governo desapropria terras para favorecer aos artesãos. **Diário Oficial [do] Estado de Pernambuco**, Poder Executivo, Recife, PE, ano LVIII, n. 69, 11 04 1981. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_198104&PagFis=424>. Acesso em 03 jun. 2016.

_____. Decreto no. 6690 de 04 de setembro de 1980. **Diário Oficial [do] Estado de Pernambuco**, Poder Executivo, Recife, PE, ano LVII, n. 166, 05 set. 1980. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_198009&PagFis=166>. Acesso em 03 jun. 2016.

_____. Indicação no. 1102. **Diário Oficial [do] Estado de Pernambuco**, Poder Legislativo, Recife, PE, ano LVI, n. 230, 05 dez. 1979. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_197912&PagFis=105>. Acesso em 03 jun. 2016.

_____. Sudene e Artene promovem o artesanato da região. **Diário Oficial [do] Estado de Pernambuco**, Poder Executivo, Recife, PE, ano LV, n. 40, 01 mar. 1978. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_197803&PagFis=1>. Acesso em 03 jun. 2016.

_____. Decreto no. 3965, de 17 de março de 1976. Aprova o Regulamento da Secretaria do Trabalho e Ação Social. **Diário Oficial [do] Estado de Pernambuco**, Poder Executivo, Recife, PE, ano LIII, n. 52, 18 mar. 1976. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_197603&PagFis=453>. Acesso em 03 jun. 2016.

_____. Pernambuco vai mostrar artesanato em São Paulo. **Diário Oficial [do] Estado de Pernambuco**, Poder Executivo, Recife, PE, ano LIII, n. 52, 18 mar. 1976. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_197603&PagFis=451>. Acesso em 03 jun. 2016.

_____. Pernambuco quer isenção de ICM para artesanato. **Diário Oficial [do] Estado de Pernambuco**, Poder Executivo, Recife, PE, ano LI, n. 210, 01 nov. 1974. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_197411&PagFis=1>. Acesso em 03 jun. 2016.

_____. SSCM entrega 1.200 diplomas. **Diário Oficial [do] Estado de Pernambuco**, Poder Executivo, Recife, PE, ano XLV, n. 256, 28 nov. 1968. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_196811&PagFis=905>. Acesso em 03 jun. 2016.

_____. 1ª. Discussão do Projeto no. 2066 (Art. 30 da Constituição). Institui o sistema de classificação dos cargos do Serviço Civil do Poder Executivo, estabelece escalas de vencimentos e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Estado de Pernambuco**, Poder Legislativo, Recife, PE, ano XXXIX, n. 248, 04 nov. 1962. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_196211&PagFis=304>. Acesso em 03 jun. 2016.

_____. Emendas ao Código Tributário do Estado. **Diário Oficial [do] Estado de Pernambuco**, Poder Legislativo, Recife, PE, ano XXXI, n. 44, 13 fev. 1954. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_195505&PagFis=331>. Acesso em 03 jun. 2016.

_____. Discurso pronunciado pelo Interventor Agamenon Magalhães, no recinto da Exposição Nacional, encerrando a reunião dos Prefeitos, no “Dia dos Municípios”. **Diário Oficial [do] Estado de Pernambuco**, Poder Executivo, Recife, PE, ano XVII, n. 39, 21 fev. 1940. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_194002&PagFis=31>. Acesso em 03 jun. 2016.

_____. Instruções (sic) para os Prefeitos. **Diário Oficial [do] Estado de Pernambuco**, Poder Executivo, Recife, PE, ano XIV, n. 269, 11 dez. 1937a. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_193712&PagFis=293>. Acesso em 03 jun. 2016.

_____. Decreto n.8 de 6 de dezembro de 1937. **Diário Oficial [do] Estado de Pernambuco**, Poder Executivo, Recife, PE, ano XIV, n. 266, 07 dez. 1937. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_193712&PagFis=164>. Acesso em 03 jun. 2016.

PIGNON, Dominique; QUERZOLA, Jean. **Ditadura e democracia na produção**. In: GORZ, André. **Crítica da divisão do trabalho**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século XX: taylorismo, fordismo e toyotismo**. 3 ed. São Paulo: Expressão popular, 2013.

PONCE DE LEON JÚNIOR, Emmanuel. **A escultura grotesco-fantástica de Mestre Galdino: configurações do imaginário na cerâmica popular pernambucana**. João Pessoa: Ideia, 2015.

PRANDI, José Reginaldo. **O trabalhador por conta própria sob o capital**. São Paulo: Símbolo, 1978.

PRIMEIRA etapa do projeto Revitalino começa com mais de um ano de atraso. **G1 Caruaru e região**. 09 jun. 2015. Disponível em: << <http://g1.globo.com/pe/caruaru-regiao/noticia/2015/06/primeira-etapa-do-projeto-revitalino-comeca-com-mais-de-1-ano-de-atraso.html>>>. Acesso em 19 mai 2016.

QUEIROZ, Roosevelt Brasil. **Formação e gestão de políticas públicas**. 2 ed. Curitiba: Ibpx, 2009.

RÁDIO Jornal. **Fenearte 2016 esperar atrair mais de 300 mil pessoas**. 07 jul. 2016. Disponível em: <<http://radiojornal.ne10.uol.com.br/noticia/2016/07/07/fenearte-2016-esperar-atrair-mais-de-300-mil-pessoas--47715>>. Acesso em 15 nov. 2016.

REED, M. **Teorização organizacional: um campo historicamente contestado**. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1999.

REIS, Mariana. **Descrição do ponto de cultura Alto do Moura**. 15 jun. 2009. Disponível em: <<http://nacaocultural.org.br/descricao-do-ponto-de-cultura-alto-do-moura>>. Acesso em 20 out. 2016.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

_____. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1985.

RIOS, José Arthur *et al.* **Artesanato e desenvolvimento: o caso cearense**. [s.l]: SESI, [s.d].

ROCHA, Darllan Neves da. “*A arte é para todos*”: patrimônio cultural, tradição de conhecimento, processos sociotécnicos e organização social do trabalho entre os artesãos do Alto do Moura (Caruaru/PE). **Dissertação (Mestrado)**. UFPB -CCHLA, João Pessoa, 2014.

SÁ, Marcio Gomes de. Feirantes: quem são? Como administram seus negócios? Encontro Nacional de Pós-graduação em Administração (ENANPAD). 2010. **Anais...** (CD-ROM).

SABERES e negócios com arte: feiras e exposições ajudam a garantir a manutenção da identidade sociocultural e o desenvolvimento auto-sustentável. **Continente documento**. Ano III, n. 35, pp.59-63, 2005.

SANTONI RUGIU, Antônio. **Nostalgia do mestre artesão**. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

SANTOS, Sílvio. Isabel Gonçalves: a independência do artesão. **Diário da Amazônia**. p. C3, Porto Velho, 30 e 31 de agosto de 2015.

SANTOS, Elisabeth Cavalcante dos. O produtor da cultura popular de Pernambuco frente às transformações das políticas culturais em 2003: uma abordagem reacional e disposicional. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco. Recife: O autor, 2013.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 22 ed. Rio de Janeiro: Record, 2012

_____. **A urbanização desigual**: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos. Petrópolis: Vozes, 1982.

SANTOS, Theotonio. **Em busca de uma nova aliança política para o desenvolvimento**. In: MARTINS, Paulo Emílio Matos; PIERANTI, Octavio Penna (Orgs.). **Estado e gestão pública**: visões do Brasil contemporâneo. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006a.

SANTOS, José Veridiano dos. Falas da cidade: um estudo sobre as estratégias discursivas que constituíram historicamente a cidade de Caruaru – PE (1950-1970). **Dissertação (Mestrado em História)**. Universidade Federal de Pernambuco. Recife: O autor, 2006b.

SARRES, Carolina. OIT: salários não acompanham aumento de produtividade em países desenvolvidos. Agência Brasil. 07 dez. 2012. Disponível em: <<https://jlcereiro.wordpress.com/2012/12/07/oit-salarios-nao-acompanharam-aumento-de-produtividade-em-paises-desenvolvidos-agencia-brasil-07122012/>> Acesso em: 23 fev. 2016.

SEBRAE. Serviço de apoio às micro e pequenas empresas. **Centro SEBRAE de referência do artesanato brasileiro**. 11 mar 2016. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/Centro-Sebrae-de-Refer%C3%A2ncia-do-Artesanato-Brasileiro>> Acesso em 21 mar 2016a.

SEBRAE/SC. Serviço de apoio às micro e pequenas empresas de Santa Catarina. **Se eu me registrar como MEI perco o bolsa família?** Disponível em: <<http://www.sebrae-sc.com.br/leis/default.asp?vcdtexto=6120&%5E%5E>>. Acesso em 16 nov. 2016.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

SELLTIZ; WRIGHTSMAN; COOK. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**: delineamentos de pesquisa. 2 ed. São Paulo: EPU, 1987.

SENNET, Richard. **O artífice**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SEIXAS, João Paulo. **Frente em defesa do artesanato ganha mais um aliado para regulamentação da lei do artesanato**. Disponível em: <<http://deputadaluciana.com.br/frente-em-defesa-do-artesanato-ganha-mais-um-aliado-para-regulamentacao-da-lei-do-artesao/>> Acesso em 21mar. 2016.

SERAINÉ, Ana Beatriz Martins dos Santos. Resignificação produtiva do setor artesanal na década de 1990: o encontro entre artesanato e empreendedorismo. **Tese de doutorado**. Campinas, SP: UNICAMP, 2009.

SHAIKH, Anwar. **Exército industrial de reserva**. In: BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

SILVA, Cícero José. **Entrevista**. 04 out. 2016a.

SILVA, Maria Marisete. **Entrevista**. 07 out. 2016b.

SILVA, Christian Luiz; BASSI, Nadia Solange Schmidt. **Políticas públicas e desenvolvimento local**. In: Silva, Christian Luiz (Org). **Políticas públicas e desenvolvimento local**: instrumentos e proposições de análise para o Brasil. Petrópolis (RJ): Vozes, 2012.

SILVA, Everaldo Fernandes da. Processos aprendentes e ensinantes dos/as artesãos/ãs do Alto do Moura: tessitura de vida e formação. **Tese (doutorado em Educação)**, Recife: UFPE, 2011.

SILVA, Laudenor Pereira da. Esgotamento das jazidas de argila no Alto do Moura – Caruaru – PE. Fim do artesanato de Vitalino? ENG 2010 - XVI Encontro Nacional dos Geógrafos. **Anais...** Associação dos geógrafos brasileiros. Porto Alegre, 25 a 31 de julho de 2010.

SILVA, Anielson Barbosa da; ROMAN NETO, João. **Perspectiva multiparadigmática nos estudos organizacionais**. In: SILVA, Anielson Barbosa da; GODOI, Christiane Kleinübig, BANDEIRA-DE-MELLO, Rodrigo. (orgs). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais**: paradigmas, estratégias e métodos. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

SILVA, Heliana Marinho da. Por uma teorização das organizações de produção artesanal: habilidades produtivas nos caminhos singulares do Rio de Janeiro. **Tese de doutorado**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SILVA, Iraneide Pereira da. Relações de trabalho em serviços de hospitalidade: um estudo sobre a hotelaria em Boa Viagem – Recife – PE. **Dissertação (mestrado em Administração)**. João Pessoa: UFPB, 2005.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. Da informalidade à empregabilidade (reorganizando a dominação do mundo do trabalho). **Caderno CRH**. Salvador, n. 37, pp. 81-109, jul-dez, 2002.

SILVA, M. A. M. O Estado e a reprodução da força de trabalho. **Perspectivas**. São Paulo, n.7, pp.1-11, 1984.

SKYSCRAPERCITY. **Centro de artesanato de Pernambuco**. 10 nov.2009. Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=999409>>. Acesso em 15 nov. 2016.

SOUSA, Jefferson Lindberght de; PAIVA JÚNIOR, Fernando Gomes de; XAVIER FILHO, Jose Lindenberg Julião. A Emergência do Empreendedorismo Educativo-Cultural: O Programa de Formação do Jovem Artesão **Administração Pública e Gestão Social**, 7(1), jan-mar 2015, pp. 45-52.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa. **Caderno CRH**. Salvador, n.39, pp. 11-24, jul-dez, 2003

_____. Políticas públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**. Ano 8, n. 16, jun – dez, pp. 20-45, 2006.

SPINELLI, Ana Nadiege. **Entrevista**. 01 nov. 2016.

SPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do Welfare State. **Lua nova**, n. 24, set. 1991.

SPURK, Jan. **A noção de trabalho em Karl Marx**. In: MERCURE, Daniel; SPURK, Jan (Orgs.). **O trabalho na história do pensamento ocidental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

SUBRATS, Joan. **Análisis de políticas públicas y eficacia de la administración**. Madrid: Ministerio para las Administraciones Públicas, 1994.

TAVARES, Maria Augusta; SITCOVSKY, Marcelo. **O caráter provisório dos mecanismos da reprodução da força de trabalho**. In: MOTA, Ana Elizabete (org.). **Desenvolvimentismo e construção da hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2004.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. **Modernidade e crise: reestruturação capitalista ou fim do capitalismo?**. In: TEIXEIRA, Francisco J. S; OLIVEIRA, Manfredo Araújo. **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1998a.

_____. **O neoliberalismo em debate**. In: TEIXEIRA, Francisco J. S; OLIVEIRA, Manfredo Araújo. **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1998b.

TINÔCO, Dinah dos Santos; SOUZA, Lincoln Moraes de; OLIVEIRA, Alba Barbosa. Avaliação de políticas públicas: modelos tradicional e pluralista. **Políticas Públicas**. São Luis, v. 15, n.2, pp. 305-313, jul-dez, 2011.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1994.

UPTODATE, 2016. **Banda de pífanos de Caruaru**. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/uptodate/imagens/pifanos_caruaru.html>. Acesso em 03 jul. 2016.

VALENTE, Valdemar. Pastoril. **Pesquisa escolar on line**, Fundação Joaquim Nabuco. Recife. Disponível em <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=608%3Apastoril&catid=50%3Aletra-p&Itemid=1>. Acesso em 03 jul. 2016.

VEBLEN, Thorstein. **A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições**. São Paulo: Pioneira, 1965.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. **Por uma boa pesquisa (qualitativa) em administração**. In: VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; ZOUAIN, Deborah Moraes (Orgs.). **Pesquisa qualitativa em administração**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

VITALINO é homenageado. **Artesanato de Pernambuco**. Edição especial FENNEART, pp. 46-50, 2002.

VITORINO, Rosângela Ferreira de Oliveira. Mestre Galdino: o ceramista poeta de Caruaru – PE. **Dissertação (Mestrado em Artes)**. Universidade Estadual Paulista, Instituto de Artes, 2013

VIVES, Vera de. **A beleza do cotidiano**. In: RIBEIRO, Berta G. *et al.* **O artesanato tradicional e seu papel na sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: FUNARTE/ Instituto Nacional do Folclore, 1983.

X FENEARTE: Um universo de cores e formas. **Folha de Pernambuco**. Recife, 03 jul. 2009.

APÊNDICE A – Resultados de busca com a associação das palavras-chave.

Autor (es)/ Ano	Título	Tipo de trabalho	Busca pelas palavras:
ALBUQUERQUE, Else de F; MENEZES, Marilda. (2007)	O valor material e simbólico da renda renascença	Artigo	“Políticas públicas”+ Artesanato.
MARQUESAN, Fabio Freitas Schilling ; FIGUEIREDO, Marina Dantas de. (2014)	De artesão a empreendedor: a ressignificação do trabalho artesanal como estratégia para a reprodução de relações desiguais de poder	Artigo	“Políticas públicas”+ Artesanato.
FILGUEIRAS , Araguacy Paixão Almeida; CARVALHO , Rosemeiry Melo; CASIMIRO FILHO, Francisco. (2006)	Análise da qualidade de vida e do desenvolvimento humano das famílias das bordadeiras de Itapajé – CE	Artigo	“Políticas públicas”+ Artesanato.
OLIVEIRA, Carolina Dias de. (2007)	As relações artesanais e o estímulo ao Desenvolvimento Local no Brasil, em Gouveia-MG e outras diferentes escalas	Dissertação de mestrado	“Políticas públicas”+ Artesanato.
SERAINE, Ana Beatriz Martins dos Santos. (2009)	Ressignificação produtiva do setor artesanal na década de 1990: o encontro entre artesanato e empreendedorismo	Tese de doutorado	“Políticas públicas”+ Artesanato.
OMETTO, Ana Maria H.; FURTUOSO, Maria Cristina O.; SILVA, Marina Vieira da. (1995)	Economia brasileira na década de oitenta e seus reflexos nas condições de vida da população	Artigo	“Políticas públicas” + “força de trabalho”
NASCIMENTO, Paulo A. (2015)	Escassez de força de trabalho : uma revisão da literatura internacional e interpretação dos resultados empíricos referentes ao Brasil	Texto para discussão - IPEA	“Políticas públicas” + “força de trabalho”
SILVA, Jorge Alexandre da. (2014)	Basta qualificar?: o Pronatec como estratégia de inclusão produtiva do Plano Brasil sem Miséria	Tese de doutorado	“Políticas públicas” + “força de trabalho”

APÊNDICE B - Lista Completa das entrevistas

Ana Nadiege Spinelli – Representante PAB/PE; Luciana de Holanda Ferreira – Coordenadora de feiras e eventos da Diretoria de Promoção do Artesanato de Pernambuco; Thiago Ângelus Conceição Brandão – Diretor de Promoção do Artesanato de Pernambuco. Recife, 01/11/2016.

Cícero José da Silva – Vice-presidente da Associação dos Artesãos em Barro e Moradores do Alto do Moura. Caruaru, 04/10/2016.

Isabel Gonçalves Bezerra – Presidente da Confederação Nacional dos Artesãos do Brasil. Recife, 13/10/2016.

Lúcia Cristina de Oliveira Lima – Presidente da Fundação de Cultura de Caruaru. Caruaru, 06/10/2016.

Maria Marisete da Silva – Representante do SEBRAE Caruaru. Caruaru, 07/10/2016.

Mercês Parente – Primeira coordenadora do Programa de Artesanato Brasileiro. Brasília, 04/04/2016.

APÊNDICE C – Termo de consentimento livre e esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, fui convidado (a) a participar da pesquisa de doutorado **“As Práticas Discursivas das Políticas Públicas de Artesanato na Reprodução da Força de Trabalho dos Artesãos em Barro no Alto do Moura, Caruaru - PE”**, conduzida pela doutoranda Myrna Suely Silva Lorêto, aluna do Programa de Pós-Graduação em Administração (PROPAD) – UFPE, orientada pela Professora Dra. Débora Coutinho Paschoal Dourado.

Fui esclarecido (a) que esta pesquisa trata das políticas públicas de artesanato e a reprodução da força de trabalho dos artesãos e tem como objetivo geral: “Compreender como se dá a relação das políticas públicas de artesanato e a reprodução da força de trabalho no Alto do Moura, Caruaru - PE”.

Fui também esclarecido que minha participação é voluntária e gratuita, isto é, participarei espontaneamente, e tenho direito de não responder a qualquer pergunta que me for formulada. Terei direito a esclarecer todas as dúvidas que possam surgir sobre esta pesquisa e poderei me recusar a participar ou retirar o meu consentimento, em qualquer fase deste estudo, sem penalizações e sem prejuízo ao seu cuidado.

Declaro estar de acordo com a divulgação dos registros e resultados desta pesquisa, em material impresso ou digital de eventos científicos, por meio de artigos em revistas e periódicos nacionais e internacionais, publicações de livros bem como na forma da tese.

Tomei conhecimento das informações que prestei através de entrevistas e conversas que foram analisadas pela pesquisadora, bem como recebi uma cópia deste termo, informando que quaisquer dúvidas poderão ser esclarecidas pela pesquisadora responsável (telefone: XX- XXXXX-XXXX, e-mail: myrnaloreto@gmail.com).

Portanto, Eu, _____, declaro ter sido informado e concordar em participar desta pesquisa autorizando a publicação da entrevista concedida e corrigida, no projeto de pesquisa acima descrito.

Local: _____ de _____ de 2016.

Assinatura do participante: _____

Assinatura da pesquisadora: _____

APÊNDICE D – Roteiro de entrevista: CNARTS

Roteiro de entrevista

Pesquisa: As Práticas Discursivas das Políticas Públicas de Artesanato na Reprodução da Força de Trabalho dos Artesãos em Barro no Alto do Moura, Caruaru – PE.

Doutoranda: Myrna Suely Silva Lorêto

CNARTS – Isabel Gonçalves

- 1- Conte um pouco da sua trajetória profissional até o momento.
- 2- Quais são as principais preocupações da CNARTS para o trabalhador artesão?
- 3- O que você entende por políticas públicas?
- 4- Qual é a sua avaliação do PAB?
- 5- Qual é a relação do PAB com o trabalhador artesão? Existe alguma ação voltada para ele?
- 6- Você conhece a lei do artesão? Qual é a importância da lei do artesão?
- 7- Qual é a sua percepção a respeito do MEI para o trabalhador artesão?
- 8- Existe alguma preocupação do PAB em incentivar o trabalho dos artesãos?
- 9- Como ocorreu a aproximação PAB/CNARTS?
- 10- O que fez mudar o discurso e a relação do PAB com os artesãos via CNARTS?
- 11- Como você percebe a atuação do trabalhador artesão no seu campo? Atualmente há muitos jovens interessados em continuar com o ofício do artesanato?
- 12- Qual é a relação da CNARTS com os artesãos do Alto do Moura? Vocês realizam algum tipo de parceria?

APÊNDICE E – Roteiro de entrevista: Fundação de Cultura de Caruaru

Roteiro de entrevista

Pesquisa: As Práticas Discursivas das Políticas Públicas de Artesanato na Reprodução da Força de Trabalho dos Artesãos em Barro no Alto do Moura, Caruaru – PE.

Doutoranda: Myrna Suely Silva Lorêto

Fundação de Cultura – Lúcia Lima

- 1- Conte um pouco da sua trajetória profissional até o momento.
- 2- O que você entende por políticas públicas?
- 3- A prefeitura possui alguma política pública direcionada para os artesãos do Alto do Moura?
Quais são as políticas / ações desenvolvidas?
- 4- Você percebe se o artesanato continua tendo a mesma importância para o Alto do Moura?
- 5- Vocês realizam algum tipo de parceria com outras entidades para desenvolver/divulgar o trabalho dos artesãos do Alto do Moura? Se sim, quais?
- 6- Você conhece a lei do artesão? Qual é a importância da lei do artesão?

APÊNDICE F - Roteiro de entrevista: Governo de Pernambuco

Roteiro de entrevista

Pesquisa: **As Práticas Discursivas das Políticas Públicas de Artesanato na Reprodução da Força de Trabalho dos Artesãos em Barro no Alto do Moura, Caruaru – PE.**

Doutoranda: Myrna Suely Silva Lorêto – PROPAD/UFPE

PE – Ana Spinelli / Luciana Holanda/ Thiago Angelus

- 1- Conte um pouco da sua trajetória profissional até o momento.
- 2- O que você entende por políticas públicas?
- 3- Como funciona o PAB em Pernambuco? E o PAPE? São as mesmas ações? Quantos artesãos são cadastrados em Pernambuco?
- 4- Como ocorre o planejamento, o monitoramento e a avaliação do PAB em PE/ PAPE?
- 5- O site do Programa de Artesanato de Pernambuco (PAPE) menciona que *“O programa é uma ação integrada do Governo do Estado e os órgãos comprometidos com desenvolvimento do artesanato, entre eles: Fundarpe, Empetur, Prorural, Secretarias da Mulher e da Juventude, Trabalho, Qualificação e Empreendedorismo, Universidade Federal de Pernambuco – UFPE – Laboratório O Imaginário, representante da Sociedade Civil, representantes da Categoria dos Artesãos e o Serviço de Apoio a Micro e Pequenas Empresas- SEBRAE”*. Como ocorrem essas parcerias?
- 6- Existe alguma outra parceria além dessas acima citadas?
- 7- Qual é a relação do PAB/PAPE com o trabalhador artesão? Existe alguma ação voltada para ele? Se sim, quais?
- 8- O PAPE possui alguma política pública direcionada para os artesãos do Alto do Moura? Se sim, quais são as políticas / ações desenvolvidas?
- 9- Vocês realizam algum tipo de parceria com outras entidades para desenvolver/divulgar o trabalho dos artesãos do Alto do Moura? Se sim, quais?
- 10- Você percebe se o artesanato continua tendo a mesma importância para o Alto do Moura? (se há alguma mudança na forma como o artesanato era tratado por lá diferente da forma como é tratado hoje).
- 11- Você conhece a lei do artesão? Qual é a importância da lei do artesão para você?
- 12- Qual é a sua percepção a respeito do MEI para o trabalhador artesão?

APÊNDICE G – Roteiro de entrevista: SEBRAE/Caruaru

Roteiro de entrevista

Pesquisa: As Práticas Discursivas das Políticas Públicas de Artesanato na Reprodução da Força de Trabalho dos Artesãos em Barro no Alto do Moura, Caruaru – PE.

Doutoranda: Myrna Suely Silva Lorêto

SEBRAE – Maria Marisete

- 1- Conte um pouco da sua trajetória profissional até o momento.
- 2- Qual é o trabalho realizado pelo SEBRAE em relação ao artesanato?
- 3- O que você entende por políticas públicas?
- 4- O SEBRAE possui alguma política direcionada para os artesãos do Alto do Moura? Quais são as políticas / ações desenvolvidas?
- 5- Você percebe se o artesanato continua tendo a mesma importância para o Alto do Moura?
- 6- Vocês realizam algum tipo de parceria com outras entidades para desenvolver/divulgar o trabalho dos artesãos do Alto do Moura? Se sim, quais?
- 7- Você conhece a lei do artesão? Qual é a importância da lei do artesão para você?
- 8- Qual é a sua percepção a respeito do MEI para o trabalhador artesão?

APÊNDICE H- Roteiro de entrevista: ABMAM

Roteiro de entrevista

Pesquisa: As Práticas Discursivas das Políticas Públicas de Artesanato na Reprodução da Força de Trabalho dos Artesãos em Barro no Alto do Moura, Caruaru – PE.

Doutoranda: Myrna Suely Silva Lorêto

ABMAM – Cícero José

- 1- Conte um pouco da sua trajetória até presidir a ABMAM.
- 2- Qual é o trabalho realizado pela ABMAM?
- 3- A associação desenvolve alguma ação para o trabalhador artesão?
- 4- A associação desenvolve alguma parceria com outras entidades relacionadas ao artesanato?
- 5- Como as pessoas do Alto do Moura aprendem o ofício de artesão?
- 6- Como ocorre o trabalho dos artesãos do Alto do Moura? Existe algum trabalho coletivo?
- 7- Qual é a importância da atividade artesã para a região? O que mudou ao longo do tempo?
- 8- O que você entende por políticas públicas?
- 9- Você sabe quais são as políticas públicas de artesanato que atendem os artesãos do Alto do Moura?
- 10- Você conhece a lei do artesão? Qual é a importância da lei do artesão?
- 11- Qual é a sua percepção a respeito do MEI para o trabalhador artesão?
- 12- Você percebe que as políticas públicas de artesanato estão preocupadas com o trabalho do artesão e sua manutenção?
- 13- Quando as instâncias governamentais vêm até o Alto do Moura, é possível perceber alguma preocupação específica deles com o trabalho do artesão?

APÊNDICE I – Roteiro de entrevista não realizada: PAB

Roteiro de entrevista

Pesquisa: As Práticas Discursivas das Políticas Públicas de Artesanato na Reprodução da Força de Trabalho dos Artesãos em Barro no Alto do Moura, Caruaru – PE.

Doutoranda: Myrna Suely Silva Lorêto – PROPAD/UFPE

PAB – Ana Beatriz Ellery

- 1- Conte um pouco da sua trajetória profissional até o momento.
 - 2- O que você entende por políticas públicas?
 - 3- Como funciona o PAB? Quantos artesãos encontram-se cadastrados atualmente no SICAB?
 - 4- Como ocorre o planejamento, o monitoramento e a avaliação do PAB?
 - 5- Qual é a relação do PAB com o trabalhador artesão? Existe alguma ação voltada para ele?
 - 6- Existe alguma preocupação do PAB em incentivar o trabalho dos artesãos? Se sim, como?
 - 7- Existe algum procedimento para o trabalhador artesão participar das feiras? Como eles são selecionados?
 - 8- Quais são as parcerias do PAB? Como se dá a relação do PAB com o SEBRAE?
 - 9- Como se dá a parceria entre o PAB e as coordenações estaduais, especificamente, a de Pernambuco?
 - 10- Você conhece a lei do artesão? Qual é a importância da lei do artesão? O impacto dela.
 - 11- Como ocorreu a aproximação PAB/CNARTS? O que fez mudar o discurso e a relação do PAB com os artesãos via CNARTS?
 - 12- Qual é a sua percepção a respeito do MEI para o trabalhador artesão?
- Existe mais alguma informação importante que não foi abordada nas questões acima e você acha relevante comentar?

ANEXO A – Ofício convite do PAB



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE GOVERNO
SECRETARIA ESPECIAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA
PROGRAMA DO ARTESANATO BRASILEIRO**

Setor de Rádio e TV SUL – SRTVS 701
Quadra 3, Bloco M, Edifício Dário Macedo, 6ª andar
CEP 70340-909 - Brasília/DF
(61)3411-3639/3635/8391/8355 – smpe.artesanato@planalto.gov.br

Ofício-Circular nº 001/SEMPE/PR

Brasília, 21 de março de 2016.

A Sua Senhoria a Senhora
Isabel Gonçalves
Confederação Nacional dos Artesãos do Brasil
Brasília/DF

Assunto: 1ª Reunião do Programa do Artesanato Brasileiro.

Senhora Presidenta,

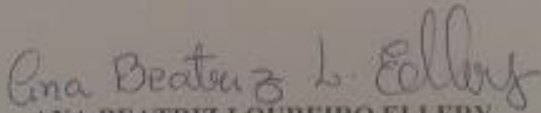
1. O Programa do Artesanato Brasileiro (PAB) foi instituído com a finalidade de coordenar e desenvolver atividades que visam valorizar o artesão brasileiro, buscando sempre priorizar e revelar sua arte por meio de eventos e ações que, elevando o seu nível cultural, profissional, social e econômico, possam demonstrar e contribuir também como representantes da cultura brasileira.

2. Nesse contexto, objetivando ampliar as discussões acerca das prioridades e estratégias de ações do setor artesanal, solicito a participação de Vossa Senhoria na 1ª Reunião do Programa do Artesanato Brasileiro, no período de 04 a 06 de abril do corrente ano, na sede desta SEMPE, SRTVS 701, Quadra 3, Bloco M, Lote 12, Edifício Dário Macedo, Térreo.

4. Por oportuno, ressaltamos que a motivação maior desse encontro será a discussão e revisão dos itens que integram nossas Portarias MDIC/SCS nº 29, de 5 de outubro de 2010 que instituiu a Base Conceitual do Artesanato e nº 08, de 15 de março de 2012 – que tornou público o Rol das Técnicas de Produção Artesanal (vide pauta em anexo).

5. Tendo em vista a fundamental importância da participação dessa Confederação e Federações na referida reunião, solicitamos também a confirmação de participação pelo e-mail: smpe.artesanato@planalto.gov.br.

Atenciosamente,


ANA BEATRIZ LOUREIRO ELLERY
Coordenadora do Programa do Artesanato Brasileiro

ANEXO B – Pauta da 1ª Reunião do PAB



1ª Reunião com os Coordenadores Estaduais de Artesanato - 2016

Data: 04 a 08 de abril de 2016
Local: Brasília – DF

Pauta do 1º Dia – 04/04/2016	
09h00	- Abertura da reunião ✓ Apresentação Geral dos Temas de Trabalho - Coordenação PAB
09h45	- Apresentação ✓ Apresentação dos Participantes da Reunião
10h15	- Propostas/Assuntos ✓ Apresentação da nova Portaria que dispõe sobre o Conceito de Artesão e Artesanato, Classificação e Finalidade da Produção Artesanal ✓ Explicação do Grupo de Trabalho GT1 sobre as propostas de alteração da Base Conceitual -
12h00	- Intervalo para almoço
14h00	- Propostas/Assuntos 1. Discussão da Classificação Artesanal • Artesanato de Reciclagem • Trabalhos Manuais • Alimento e Bebida Artesanal • Aromáticos, Cosméticos e Perfumaria Artesanal 2. Discussão da Finalidade do Produto • Revisão e Manutenção das Características
18h00	- Encerramento



1ª Reunião Coordenadores Estaduais de Artesanato - 201

Data: 04 a 08 de abril de 2016
Local: Brasília – DF

Pauta do 2º Dia – 05/08/2016	
09h00	- Propostas/Assuntos 1. Apresentação do Manual - Tipologias e Matérias-Primas • Manutenção, Inserção ou Exclusão referente Tipologias e Matérias-primas • Discussão e Revisão Geral
12h00	- Intervalo para almoço
14h00	- Propostas/Assuntos 1. Apresentação do Manual - Rol de Técnicas Artesanais • Manutenção, Inserção ou Exclusão referente Tipologias e Matérias-Primas • Discussão e Revisão Geral 2. Entrega das considerações finais para o Grupo GT1
18h00	- Encerramento